

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Antropologia

***“O burro mirandês: A definição de um património.
Estudo de caso numa aldeia da Terra de Miranda.”***

MARIA HELENA ALCALDE GONÇALVES MARQUES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Antropologia:

Patrimónios e Identidades

Orientador:

Prof. Doutor Joaquim Pais de Brito

Agosto de 2006

RESUMO

Em Terra de Miranda, o processo de criação de uma raça autóctone de burros, a raça asinina de Miranda, está a mudar as percepções que os seus criadores têm deste animal. A necessidade de salvaguardar uma raça cuja razão de ser (função) enquanto animal de trabalho e de transporte, tende a desaparecer, justifica a sua classificação. Uma iniciativa do Parque Natural do Douro Internacional a que a Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA) deu continuidade.

Produto da selecção feita ao longo de séculos pelas gentes do Planalto Mirandês (e de Zamora), o *Burro de Miranda* constitui parte da sua identidade que o reconhecimento exterior como património regional vem evidenciar.

No passado, melhor adaptado aos trabalhos agrícolas, aos rigores do clima e aos solos do Planalto, o burro mirandês foi também considerado de grande importância na produção mulateira. Embora as exigências do trabalho agrícola e o seu escasso valor económico, o condenassem frequentemente à «esterilidade». Parceiro inseparável de lavoura dos mais pobres, até recentemente mais valorizado pela sua aptidão para o trabalho e pela docilidade, o burro de Miranda está a ser cada vez mais avaliado pelas suas características morfológicas e começa a ser olhado como um bem patrimonial, criador de riqueza e, nalguns casos, como um inesperado sinal de prestígio social.

O processo de patrimonialização da raça, as mudanças na percepção social do burro e no seu tratamento e usos, e a interacção entre a AEPGA e os criadores locais, são objectos centrais desta investigação.

Palavras-chave: Terra de Miranda; Património; Raça; Asininos.

Abstract

In Terra de Miranda, the process of creating a native race of donkeys, the asinine race of Miranda, is changing their creators perception of this animal.

The necessity to safeguard a race whose purpose (function) as a labour and burden animal tends to disappear, justifies their classification. Initiative of the Parque Natural do Douro Internacional (Douro International Natural Park) which the Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA) (Association for Study and Protection of Asinine Cattle) had continued.

Product of the selection carried out through centuries by the people of the Miranda Plateau (and of Zamora), the *Burro de Miranda* (Miranda Donkey) constitutes part of its identity which the exterior recognition, as a regional patrimony, put in evidence.

In the past, mostly adapted to agricultural labour, the harsh climate and the Plateaus' soil, the donkey of Miranda was also considered of great importance to the mule production. Although the agricultural working demands and its reduced economical worth, had often condemned it to "sterility". Being a close working partner of the poorest, until now appreciated for its ability to support hard labour work and for its gentle behavior, Miranda's donkey is rising in value because of its morphological features and now it begins to be seen as a patrimonial asset, generating wealth and, in some cases, as an unexpected signal of a social prestige.

The process of turning this race into a patrimony, the changes in the social perception of the donkey and in its treatment and uses, the interaction between the AEPGA and the local breeders, are the main topics of this investigation.

Key words: Terra de Miranda; Patrimony; Race; Asinines.

ÍNDICE

<u>AGRADECIMENTOS.....</u>	<u>7</u>
<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>9</u>
1.1 OBJECTO DE ESTUDO, O PROBLEMA.....	11
1.2 METODOLOGIA	14
<u>2. DO ALTO TRÁS-OS-MONTES AO PLANALTO MIRANDÊS.....</u>	<u>17</u>
<u>2.1 TERRA DE MIRANDA: UMA REGIÃO DE SINGULARIDADES.....</u>	<u>20</u>
2.1.1 A LÍNGUA MIRANDESA	22
<u>3. A RAÇA ASININA DE MIRANDA</u>	<u>26</u>
3.1 A INICIATIVA DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL.....	26
3.1.1 Os burros <i>LANUSCOS</i> E OS OUTROS	33
3.2 FUNDAÇÃO DA AEPGA E ABERTURA DO CAMINHO AO RECONHECIMENTO DA RAÇA....	38
3.3 A RAÇA ASININA DE MIRANDA É RECONHECIDA OFICIALMENTE.....	40
3.3.1 O PLANO DE MELHORAMENTO DA RAÇA	43
3.4 UMA RAÇA AUTÓCTONE AMEAÇADA	47
3.5 TERRITÓRIO E USOS DO <i>BURRO DE MIRANDA</i>	49
<u>4. O CASO DO BURRO ZAMORANO-LEONÊS.....</u>	<u>50</u>
<u>5. A ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E PROTECÇÃO DO GADO ASININO (AEPGA)</u> <u>.....</u>	<u>59</u>
5.1 OBJECTIVOS E ÂMBITO DE ACÇÃO.....	59
5.2 ALGUNS DOS PRINCIPAIS ACTORES DA AEPGA.....	64
5.3 INICIATIVAS MULTI-DIRECCIONADAS.....	68

5.3.1 CONTRIBUTOS PARA UM PERFIL DOS PARTICIPANTES EM INICIATIVAS DA AEPGA: O CASO DO PASSEIO <i>L BURRO I L GUEITEIRO</i>	78
5.4 ESPAÇOS DA AEPGA	80
<u>6. A ALDEIA E FREGUESIA RAIANA DE PARADELA.....</u>	82
6.1 AS FEIRAS DE GADO	88
6.2 A ALDEIA E A CASA.....	90
6.3 O CONTRABANDO	93
6.4 CLIMA DA REGIÃO E CALENDÁRIO AGRÍCOLA DE PARADELA	95
6.4.1 O BURRO COMO ANIMAL DE TRABALHO.....	101
<u>7. OS BURROS NA ALDEIA DE PARADELA: ANTIGOS E NOVOS SIGNIFICADOS PARA OS ASININOS DE SEMPRE.....</u>	106
7.1 LUGAR DE DESTAQUE ENTRE OS ANIMAIS DOMÉSTICOS	108
7.2 O <i>BURRO MIRANDÊS</i>	108
7.2.1 A PROGRESSIVA REJEIÇÃO DOS <i>OUTROS</i> BURROS	114
7.2.2 A SÚBITA VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS BURROS MIRANDESES	115
7.3 O BURRO COMO MARCADOR DE ETAPAS DA VIDA PESSOAL E FAMILIAR	118
7.3.1 O BURRO NA HIERARQUIA DOS AFECTOS E DO ESTATUTO ECONÓMICO	120
7.4 OS NOMES DOS BURROS	126
7.5 O PREDOMÍNIO DAS FÊMEAS	128
7.5.1 REPRODUÇÃO	131
7.5.2 PRODUÇÃO MULATEIRA.....	134
7.6 TRABALHOS DE BURROS	136
7.7 BRINCADEIRAS, CASAMENTOS E FEIRAS.....	142
7.8 DOENÇAS, VELHICE E MORTE DOS BURROS.....	143
7.9 NOVAS DIETAS E NOVOS E VELHOS CUIDADOS COM OS ASININOS	147
7.10 A AEPGA PERSONALIZADA NO « <i>DR. MIGUEL</i> »	154\
<u>8. VALORES EM MUDANÇA.....</u>	159
<u>9. BIBLIOGRAFIA.....</u>	171
<u>PEQUENO GLOSSÁRIO</u>	181

ANEXOS	183
ANEXO 1: CRONOLOGIA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RAÇA ASININA DE MIRANDA.....	184
ANEXO 2: A RAÇA ASININA DE MIRANDA.....	190
ANEXO 3: EFECTIVOS ASININOS	213
ANEXO 4: O GADO ASININO: EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS	220
ANEXO 5: ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E PROTECÇÃO DO GADO ASININO (AEPGA)	234
ANEXO 6: ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE A RAÇA ASININA DE MIRANDA E A AEPGA.....	256
ANEXO 7: MAPAS DA REGIÃO.....	270
ANEXO 8: RAÇA ASININA ZAMORANA LEONESA.....	277
ANEXO 9: FOTOGRAFIAS	281

Agradecimentos

O meu profundo reconhecimento pela grande hospitalidade com que fui sempre acolhida na aldeia de Paradela; pela paciência com que todos responderam às minhas - às vezes infundáveis - perguntas, e pela honra de poder desfrutar um pouco das suas vidas e memórias; pelo prazer das boas conversas e das saborosas refeições que partilharam comigo e pelos novos amigos que pude fazer. (A todos guardo no coração).

Agradeço ainda aos que, na Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino, me ajudaram a levar por diante o trabalho esclarecendo, dentro do possível, algumas dúvidas, facultando-me o acesso a dados, e pondo-me ao corrente das informações necessárias sobre o trabalho por eles desenvolvido; e também pelo apoio logístico prestado.

Obrigada ao Miguel, ao Ricardo, à Ivett, ao Gonçalo e ao Nuno pela hospitalidade e amizade com que me receberam em Vilar Seco onde me senti em casa; e à Bárbara e Zé pelas informações, apoio e afecto.

Agradecimentos muito especiais à Sr.^a Iria - amiga, protectora e guia desde o primeiro instante-, e ao Sr. Mário; à Tia Aurora e Tio Ademar; à D^a Maria Rosa e Sr. André; à Tia Adelina; à Tia Luísa e Sr. José João; à D^a Teresa e Sr. Agripino; à D^a Catarina (...) e a todos aqueles que, para além de me acolherem como uma pessoa de família, me ajudaram em tudo o que estava ao seu alcance. Obrigada também ao Dr. Afonso Pimentel, médico veterinário municipal, pela sua generosa disponibilidade e ajuda e, sem o qual, teria sido muito difícil realizar, em tempo útil, os inquéritos às Juntas de Freguesia do concelho de Miranda do Douro, a cujos Presidentes e Vice-Presidentes também agradeço as informações prestadas; ao biólogo António Monteiro por me ter facultado informações e documentação absolutamente vitais para este trabalho; ao engenheiro Domingos Amaro, antigo director do Parque Natural do Douro Internacional, ao engenheiro José Carlos Barbosa (e à biblioteca do I.P. de Bragança) e ao actual director do PNDI, Dr. Vítor Baptista, à Dr.^a Maria Portas do Serviço Nacional Coudélico, ao Dr. António Rodrigues Mourinho (Júnior), ao Dr. Jesús Gabriel da ASZAL, à engenheira Luísa Samões, à Dr.^a Cristina Carvalho; pelos esclarecimentos, pistas, documentação facultada e toda o apoio prestado. E, ainda aos Professores Xerardo Pereiro e Shawn Parkhurst (e ao pólo de Miranda da UTAD) pela disponibilidade e ajuda que me deram.

Obrigada Aníbal pelo imenso trabalho que tiveste de acrescentar ao teu e, também, pela força e paciência.

Obrigada Rosa pelo apoio e encorajamento constantes; À Ana Bacelar pela cumplicidade, disponibilidade e informações que me foste facultando ...e, ainda, à Aninhas, ao João, ao João Rocha, à Joana, à Alexandra, à Filipa, à Teresa, ao Boto e ao Sr. Alfredo (e à Obra Kolping). E

às minhas desaparecidas amigas Natércia e Luz cujas forças e imensa alegria de viver me inspiraram muitas vezes, mesmo sem o saberem.

Agradeço ainda a Joaquim Pais de Brito pelo que aprendi, pelo entusiasmo (partilhado), estímulo e orientação; e, claro, à minha família e amigos sem os quais esta demanda dificilmente chegaria a bom porto. E, muito especialmente, aos meus pais que me ensinaram a não desistir de alguns sonhos.

“(…)- Ah...cumpadre, nun sabeis...morriu-se-me l burro!

I diç-le l outro:

-Nun tengádes pena, se l soubirdes aporbeitar nun perdeis nada.

L compadre, a que se le tenie morrido l burro, botou las manos al queixo i quedou a pensar...

I diç-le l outro:

-De la çamarra¹ un bombo, de las costiellas un biendo², de l spinaço l cabo, de las tripas ua guitarra, de las oureilhas uas suolas, de ls dientes uns pendes³, de ls uolhos uns botones, de las caçcanhetas⁴ uas conchas, de l rabo ua striga⁵, de ls cuxones uns tacones⁶ i de la gaita uas biras⁷.

I diç-le mi agudo l cumpadre zgustoso:

-Ah cumpadre, por amor de Dius, calhai-bos que yá me fazeis rir!”

(“*Os duos cumpadres*” em Martins, D. M. M.,2004: 222)

1. Introdução

Na origem desta investigação esteve o interesse pessoal de fazer uma incursão no estudo das relações entre humanos e não humanos. Interessavam-me – embora não exclusivamente⁸ – as questões relacionadas com a percepção que os primeiros têm dos outros animais e de que forma estes são representados.

Dentro desta área procurei delimitar um *objecto* de estudo que se enquadrasse, de alguma forma, no âmbito de um mestrado em *Antropologia: Patrimónios e Identidades*, e a escolha recaiu sobre o burro: Um animal doméstico que, quer pelas suas características – designadamente pela sua relevância ao nível da economia doméstica –, quer pela longevidade e proximidade da sua relação com o homem⁹, fosse ele próprio

¹ Pele.

² Forquilha.

³ Pente.

⁴ Cascos.

⁵ “*Estriga; porção de linho que se põe na roca de cada vez.*” (Moisés Pires, S.D.B., 2004)

⁶ Tacões.

⁷ “*Tira de couro que, no calçado, serve para prender a sola à parte superior de cabedal.*”(Idem)

⁸ Na verdade preferiria adoptar uma perspectiva menos antropocêntrica mas quer pelo próprio tema escolhido, quer por razões operacionais e que se prendem com a minha própria formação teórica isso acabou por não se verificar.

⁹ “*L’âne, proche du paysan, compagnon obligé de l’artisan, du clerc, du guerrier même, a été un animal si intimement mêlé à la vie de la maison qu’il a pu servir de porte-parole à tous et que, s’il a porté les*

mais do que um elemento inseparável de uma determinada paisagem, um construtor dessa paisagem¹⁰; e que, não obstante ter sido de uma grande importância na economia rural portuguesa – pelo menos até aos anos 50/60 do século XX – era, até muito recentemente em Portugal, habitualmente «depreciado» e, quase sempre, conotado com pobreza e/ou *atraso*.

Jorge Dias no seu *Tentâmen de fixação das grandes áreas culturais portuguesas*¹¹ ao caracterizar as três grandes áreas geográficas definidas por Orlando Ribeiro – *Portugal atlântico, transmontano e mediterrânico* – aponta a utilização do burro como meio de transporte, no Portugal atlântico, “*só a sul do Mondego*”¹². No Portugal transmontano ele surge, a par do cavalo e do carro de bois, entre os “*meios de transportes mais usados*”. Mas é no Portugal mediterrânico, e em particular no Algarve, que o burro tem maior peso: “*No Algarve aparecem carrinhos mais pequenos puxados por cavalitos ou mulas, e são muito usados os burros como meio de transporte de mercadorias e pessoas.*”¹³

As primeiras hipóteses de trabalho que se me colocaram relacionavam-se com experiências – emergentes em Portugal e com relevância, precisamente, para o sul do país – de novas utilizações do burro, para fins sobretudo lúdicos e turísticos e que remetiam para uma abordagem de eventuais processos de patrimonialização (e exotização¹⁴) da espécie associados ao seu crescente desaparecimento com a

bâts les plus lourds, il a également été chargé de médiatiser les messages les plus divers.”, lembra Janine Carette (in Lizet, B. e Ravis-Giordani, G. (orgs.) 1995: 305)

¹⁰ Aquilo que a paisagem esconde (mas pode revelar se o soubermos *ver*) são, como refere S. Schama, os «*estratos*» de uma longa história e de um longo processo de construção, de «*aculturação*», do espaço (1996: 20). (Saber *ver* implica ir além do que nos foi ensinado ver já que “*aquilo que sabemos ou aquilo que julgamos afecta o modo como vemos as coisas*” (Berger, J., 1972 : 12/13))

¹¹ (1990)

¹² (1990: 168)

¹³ (id: 178)

¹⁴ “*Nos contemporains,*” – escreve Janine Carette, referindo-se ao lugar actualmente ocupado pela espécie asinina no imaginário ocidental e particularmente em França– “*(...) lui attribuent depuis les années 1968 un (...) rôle, celui de représentant du «bon vieux temps passé», cet âge d’or mythique, rustique, objet de toutes nos nostalgies.*” (Lizet, B. e Ravis-Giordani, G. (orgs.) 1995: 305)

Como se o burro fosse, à semelhança de um museu, *lugar* vivo de memórias ou “*lugar onde se guarda o tempo*” (Brito, J.P. in J.Portela e J.C.Caldas, (orgs.) 2003: 268); Também ele capaz de -como um objecto de museu -, transportar em si “*os lugares e as sociedades da sua procedência*” (id.); transmitindo a ilusão da intemporalidade em que - também aqui - o desejo de imortalidade está patente. (S. Schama, a propósito da veneração da árvore e da sua presença, por exemplo, na iconografia cristã da Árvore da Vida, sublinha: “*Na realidade, vem ao encontro de um dos nossos maiores anseios: o de achar, na natureza, um consolo para a nossa mortalidade.*” (1996: 25))

mecanização (ou motorização) dos trabalhos agrícolas e dos meios de transporte nos campos, e com o crescente abandono da própria actividade agrícola. Esta hipótese de trabalho implicava, no entanto, problemas metodológicos vários a começar pela própria delimitação do terreno já que o estudo de apenas uma reserva de burros para fins turísticos ou lúdicos parecia demasiado redutor. Colocavam-se, assim, dificuldades de definição do terreno e de exequibilidade do próprio trabalho de campo (dentro dos prazos previstos), dada a diversidade de experiências disseminadas pelo país, em contextos geográficos, culturais e sociais, também eles, diversificados.

1.1 O objecto de estudo, o problema...

No decurso das recolhas de informação efectuadas nesta fase, destacaram-se, no entanto, as notícias relativas ao reconhecimento oficial de uma primeira (e única, até ao momento) raça asinina em Portugal: A raça asinina de Miranda. Uma raça de burros cujo berço se localizava em Terra de Miranda (onde se situa o respectivo solar). Uma região do nordeste transmontano marcada por várias singularidades (desde logo por uma língua própria) e onde o burro é ainda muito utilizado nos trabalhos agrícolas e no transporte de pessoas e produtos da agricultura.

Surgia assim uma forte possibilidade de trabalhar as questões relacionadas com o património – designadamente a relação entre a defesa de um património genético e a afirmação de um património cultural – e com as identidades ao nível local e/ou regional. Estabelecia-se neste caso, ao contrário do que se verificava na anterior hipótese de trabalho, uma (pelo menos, suposta) ligação (ou inscrição) de um património a um lugar e a uma comunidade.

Uma das entidades responsáveis pelo reconhecimento oficial da raça asinina de Miranda era a Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA) – a operar dentro e fora da região – dinamizadora de várias iniciativas, entre as quais, se destacam os passeios (anuais) de burro pelas aldeias do planalto mirandês, ao som da gaita de foles.

No Verão de 2004 realizei uma primeira incursão no terreno, acompanhando um desses passeios de três dias por Terra de Miranda. Desta viagem – em que segui parte do percurso dos burriqueiros – e, nomeadamente, das conversas mantidas com elementos

da associação e habitantes de uma das aldeias por onde passou a burricada, resultaram as primeiras interrogações e que serviriam de ponto de partida para este trabalho:

Como será que é vista pela população local a homologação oficial de uma raça autóctone de burros? Aqueles burros seriam tão «especiais» para os mirandeses como o eram para as entidades que os pretendiam preservar? À defesa de um património genético corresponderia – conforme era transmitido pela AEPGA – a defesa/afirmação de um património cultural? Em que medida os burros mirandeses podiam ser sentidos como parte de uma memória (e identidade) colectiva¹⁵ eventualmente ameaçada – tal como os próprios burros mirandeses – de *extinção*?¹⁶

Ainda em 2004, teria a oportunidade de regressar ao Planalto Mirandês para, no âmbito da minha actividade profissional, acompanhar outra iniciativa da referida associação: O *1º Encontro de Asinoterapia*, promovido pela AEPGA.

Estava, assim, definido o campo da investigação que se localizaria, genericamente, na região de Terra de Miranda e que poderia, eventualmente, estender-se à província espanhola de Zamora – “*desde Sanabria hasta la comarca de Sayago*”¹⁷ – onde se situa o solar de uma raça de burros similar à mirandesa: o burro zamorano-leonês¹⁸. No entanto, esta possibilidade acabou por não se concretizar¹⁹.

O reconhecimento oficial da raça asinina de Miranda (em 2002), foi o culminar de um processo que resultou das diligências desenvolvidas por técnicos e dirigentes do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e da acção persistente da pequena e dinâmica Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA).

Nesta medida, propus-me investigar em que medida a produção de novos discursos e de novas actividades desenvolvidas por esta associação – sobretudo entre 2002 e 2005 – em torno do burro, influenciaram ou influenciam a forma como o animal –

¹⁵ “*La mémoire collective,*” – e há tantas memórias quantos os grupos sociais - “(...), *c’est le groupe vu du dedans, (...). Elle présente au groupe un tableau de lui-même qui, (...), se déroule dans le temps, puisqu’il s’agit de son passé, mais de telle manière qu’il se reconnaisse toujours dans ces images successives. La mémoire collective est un tableau de ressemblances (...).*” (Halbwachs, M., 1968: 78) É através dela que o grupo se revê: “(...), *au moment où il envisage son passé, sent bien qu’il est resté le même et prend conscience de son identité à travers le temps.*” (Id:77).

¹⁶ Afinal, não patrimonializamos o que nos parece seguro, estável, duradouro, mas aquilo que, constituindo parte da nossa identidade colectiva corre de alguma maneira o risco de desaparecer ou é testemunho do que já desapareceu.

¹⁷ ASZAL – Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa, “*El Asno Zamorano-Leonés*”, Zamora (brochura).

¹⁸ Considerado por alguns autores espanhóis como «pai» do burro mirandês.

¹⁹ Por falta de meios económicos e de tempo.

habitualmente associado à pequena lavoura, usado localmente como animal de tracção, carga ou transporte – é visto por aqueles que sempre o usaram e num contexto rural em que, apesar dos eventuais riscos de desaparecimento, ele faz parte da vida da comunidade. Tendo em vista esse objectivo, optei por fazer um estudo de caso numa das aldeias com maior proporção de burros por família do concelho de Miranda do Douro – e a terceira em número de burros mirandeses inscritos no Registo Zootécnico da raça – e onde a AEPGA e/ou o secretário técnico da raça asinina de Miranda têm marcado presença há mais tempo e de forma continuada: a aldeia de Paradela, sede e única povoação da freguesia com o mesmo nome.

Foi também propósito deste trabalho abordar o processo de criação e de afirmação da raça asinina de Miranda, tentando apurar as respectivas implicações.²⁰

Um dos principais objectivos foi o de procurar averiguar até que ponto a manipulação do conceito de raça autóctone pode servir neste caso como instrumento de reafirmação identitária. Ou seja, tentar perceber até que ponto é que o burro, agora objecto de patrimonialização, é visto localmente como parte de um património regional e, portanto, como mais uma singularidade – a somar a outras – eventualmente capaz de se revelar útil, como mediador e objecto, em processos de reafirmação/consolidação de identidades locais e regionais.

Neste âmbito, pretendeu-se também observar os efeitos concretos do processo de afirmação da raça asinina de Miranda e da mensagem que aponta para a necessidade da sua salvaguarda e, ainda, o impacto da introdução de novas actividades com burros, como passeios turísticos, asinoterapia, gincanas, exposições, etc.

²⁰ O processo que culminou com a homologação da raça asinina mirandesa lembra, em vários aspectos, o do cavalo negro de Nièvre, em França, investigado por Bernardette Lizet (1988: pp. 8-22). No caso francês, a iniciativa que esteve na origem do processo foi, no entanto, mais abrangente, tendo partido da Federação de parques naturais – apoiada pelos ministérios da cultura e do ambiente. Pretendia-se abrir uma investigação sobre cavalos de tracção, asnos e mulas nos parques naturais regionais e o projecto contou com a adesão imediata do parque natural do Morvan preocupado com o desaparecimento “*d’une race ‘départementale’ de gros trait*”. A perspectiva subjacente era, também, semelhante à que aqui se analisa: “*(...)l’animal doit être préservé pour lui-même, en tant qu’élément du patrimoine régional et national*.”. Da mesma forma, o cavalo negro de Nièvre era visto como um *capital génético*, um *bem colectivo* “*légué par des generations d’éleveurs*” e – “*avec son apparence singulière*” - era ainda pensado – tal como é o burro mirandês – como um emblema da região “*et comme un produit spécifique de l’histoire et de la culture locales*.”

Retomando a perspectiva de abordagem de B. Lizet, não se pretende, também neste trabalho responder à pergunta sobre *como conservar* mas, sim, tentar perceber quem e porque é que, afinal, se quer conservar e de que forma é percebida a (nova) raça pelos vários protagonistas (criadores, associação, parque, etc).

A investigação passou ainda pela observação da dinâmica estabelecida entre a jovem AEPGA e os criadores/proprietários locais de burros, tendo por referência a aldeia de Paradela onde se desenvolveu o estudo de caso.

Não se quis também perder de vista uma outra vertente que é a dos visitantes ou turistas, ou seja, aqueles que se deslocam a terras de Miranda para passear de burro ou para participar em eventos locais promovidos pela AEPGA. Neste aspecto, havia que averiguar, até que ponto se estaria perante um aparente processo de *exotização* do burro, uma temática que não foi, no entanto, aprofundada neste trabalho.

Em suma, pretendeu-se, investigar de que forma é que o burro, nesta região ainda inseparável das práticas diárias, se pode tornar progressivamente *exterior*, à medida que se converte em património comum. E, assim, tende a ser gradualmente *apropriado*, como testemunho de uma história e de uma forma de vida passadas e pretexto para a sua reafirmação ou reinvenção. Num processo em que a preservação do animal pode, eventualmente, ser vista (também) como garantia de que parte substancial da memória colectiva, em torno da qual se constrói a identidade, não vai perder-se com o tempo.

“*O que importa saber*” – como salientam E. Peralta e M. Anico (2006:3) – “*não é se o património produz ou expressa identidade,*” – no sentido de «essência» – “*mas antes saber se produz e/ou expressa identificação, ou seja, até que ponto motiva um determinado conjunto de pessoas a se identificarem com uma determinada «ficção identitária» e até que ponto essa ficção é percebida enquanto real. Importa, também, saber quais as lógicas que levam determinados grupos e indivíduos a identificar, a rotular, a categorizar, bem como saber de que forma se processa esta operação (...).*”

1.2 Metodologia

Para tentar cumprir os objectivos acima descritos o trabalho de campo foi desenvolvido em várias frentes: Junto das populações locais e, em particular, dos criadores/proprietários de burros da aldeia raiana de Paradela; e, ao mesmo tempo, acompanhando a actividade desenvolvida pela AEPGA e seus colaboradores – com entrevistas a alguns dos fundadores e protagonistas centrais –, designadamente algumas das principais acções realizadas num período de mais de um ano – entre Junho/Julho de 2004 e Dezembro de 2005. No que se refere aos *forasteiros* que se deslocam à região

para participar nalguns eventos promovidos e/ou organizados pela AEPGA, foi realizado um inquérito a mais de metade dos cerca de 200 participantes da edição do passeio do *L Burro i l gueiteiro* de 2005. Foram também efectuadas conversas e entrevistas com alguns profissionais cujas actividades se relacionam com o gado asinino (e que mantêm ou tiveram, nalguns casos, clientes regulares em Paradela) como negociantes de gado – no caso, pertencentes a famílias ciganas de Malhadas e Vimioso – um dos últimos ferradores da região de Miranda (agora reformado), o *último capador encartado* do concelho e, ainda, um dos raros artesãos que continuam a fazer cabeçadas, albardas (e selas), este último residente no concelho de Mogadouro – já que não há conhecimento de que exista, actualmente, qualquer fabricante do género na área do concelho de Miranda.

No decurso do trabalho, foram também alvo de observação algumas das feiras de gado que ainda subsistem na região como a Feira dos Gorazes em Mogadouro, a Feira do Naso (freguesia da Póvoa, concelho de Miranda do Douro), Feira de Burros do Azinhoso – no concelho de Mogadouro e que foi recentemente “reactivada”.

Para o estudo de caso em Paradela²¹ – uma pequena aldeia onde residem 62 famílias e um total de 165 pessoas²² – recorreu-se à realização de entrevistas (semi-dirigidas) a grande parte dos actuais criadores/proprietários de burros²³. Nestas entrevistas procurou-se genericamente indagar sobre as antigas e actuais utilizações do animal e respectivo maneio, sua hierarquização/valoração, contextos de abandono, sobre as novas formas de olhar os animais – agora com potencial valor económico e turístico ou/e como parte de um património local ou regional. Procurou-se também avaliar até que ponto a noção de uma raça asinina autóctone preexiste ao reconhecimento oficial da raça mirandesa de burros e, ainda, o impacto desta, como eventual nova fonte de recursos na região.

Às entrevistas semi-dirigidas e às histórias de vida, somou-se a observação de rotinas diárias na aldeia e também na AEPGA, e de momentos excepcionais como feiras de gado, determinadas festividades, eventos locais dedicados ao tema, burricadas, etc.

A multiplicidade de perspectivas a estudar – e a necessária observação da interacção entre os vários grupos em análise -constituiu um dos principais problemas encontrados

²¹ Freguesia que ocupa uma área de cerca de 16 km².

²² Dados do XIV Recenseamento Geral da População de 2001 do INE.

²³ Entrevistas prolongadas e que, em muitos casos, constituem breves histórias de vida.

no decurso desta investigação e que, muitas vezes, levaram a sentir-me perdida no terreno (e, mais tarde, também, no tratamento dos muitos dados recolhidos). Outra dificuldade prendeu-se com a delimitação dos próprios contornos do objecto de estudo e com o afinar de instrumentos de observação e análise adequados.

Mas, antes mesmo dessa fase, houve que ultrapassar outros obstáculos: O de uma certa inépcia inicial para perceber que tudo tinha o seu tempo – e que, portanto, não se pode querer saber tudo no mesmo dia – e de que existem algumas normas sociais implícitas que há que saber reconhecer e respeitar – como por exemplo, a da investigadora evitar entrevistar em privado um homem casado sem que a respectiva esposa esteja presente sob pena de este se sentir pouco à vontade. Duas questões para as quais fui de imediato e sabiamente alertada por um amigo que vive na região. Não será por acaso, que em Paradela, a maior parte das entrevistas realizadas foram feitas a mulheres ou a casais. Para isso poderá ter contribuído em primeira análise o facto de as primeiras entrevistas terem sido feitas a mulheres e de terem sido estas a indicar as pessoas com quem deveria falar a seguir; Por outro lado, são sobretudo as mulheres – e a que dantes se juntavam também as crianças – quem trata da *cria* (animais em geral) e são também as mulheres as que mais participam em iniciativas organizadas pela AEPGA; Mas o factor que me parece ter sido determinante é o de eu própria ser uma mulher. Não me parece, no entanto, que as informações recolhidas possam ter sido grandemente prejudicadas devido a isso. O risco de *enviesamento* prende-se mais com a própria constituição do grupo em análise já que boa parte dos inquiridos pertence aos grupos com maior poder económico na aldeia (designadamente famílias de guardas fiscais, ou de guardas nacionais republicanos, e de ex-emigrantes²⁴) que parecem ser aqueles que, afinal, não só terão mais dinheiro para adquirir actualmente asininos de raça mirandesa – dado o seu elevado preço – como, também, os que estão mais sensibilizados para a necessidade da preservação dos burros de Miranda e para as acções da AEPGA.

Se exceptuarmos as incursões no terreno, realizadas a partir de Julho de 2004, o trabalho de campo propriamente dito foi desenvolvido de forma descontinuada, entre Abril de 2005 e o final do mesmo ano. Com acompanhamento de algumas acções da AEPGA

²⁴ Que, como afirma, Cristina F. de Carvalho (Lisboa, 1985/1986), eram – há cerca de vinte anos – dois grupos em processo de mobilidade social ascendente e responsáveis por grandes mudanças operadas na vida da aldeia do pós anos sessenta, designadamente no que se refere ao acesso à terra, introdução do uso de máquinas agrícolas, etc.

fora da região de Miranda: como a 5ª edição do *Festival Internacional de Teatro de Rua: Imaginarius*, realizado pelo *Sete Sóis Sete Luas*, em Santa Maria da Feira ou o evento organizado pela EGEAC, em conjunto com o Festival *Sete Sois, Sete Luas* e a AEPGA, entre Novembro de 2005 e o fim de Janeiro de 2006, no Castelo de S. Jorge, em Lisboa.

No capítulo seguinte faz-se uma breve descrição da região e de algumas das marcas da sua singularidade – e emblematização – e de que é exemplo a língua mirandesa. No capítulo dois narram-se os principais momentos do processo de criação da raça asinina de Miranda, desde o estudo realizado pela engenheira zootécnica Luísa Samões a pedido do Parque Natural do Douro Internacional, ao surgimento da primeira raça autóctone portuguesa de burros, passando pela fundação da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), entre outras etapas mais significativas.

No terceiro capítulo aborda-se genericamente a situação da raça asinina zamorana - leonesa e no seguinte são expostos os princípios, objectivos, constituição e algumas das actividades promovidas pela AEPGA. Incluindo-se aqui a abordagem dos resultados de um inquérito aos participantes num dos passeios e que pretende ser apenas um pequeno contributo para uma eventual definição do respectivo perfil.

No sexto capítulo é apresentada a aldeia (e, simultaneamente, a freguesia) de Paradela: São indicados alguns aspectos relativos à demografia, estrutura social e organização comunitária, antigas práticas de contrabando, actividades e sistema de produção agrícola e pecuária e, ainda, o calendário agrícola da aldeia.

O capítulo sete é dedicado à análise das observações e entrevistas efectuadas na aldeia de Paradela, esboçando-se algumas das pistas de reflexão que ficam contidas no último capítulo deste trabalho e a que se seguem, para além de um pequeno glossário, a bibliografia e os documentos anexos.

2. Do Alto Trás-os-Montes ao Planalto Mirandês

A investigação desenvolve-se, sobretudo, no norte de Trás-os-Montes – província delimitada a norte e a leste pela fronteira com Espanha e que confina, a sul e oeste, com

as províncias da Beira Alta, Minho e Douro Litoral²⁵ – onde, como o descreve Orlando Ribeiro, predominam as “*altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas*” e onde o arvoredo se retrai, “*rareia nos campos, lisos e vastos, interrompidos por estirões de fraga nua*”²⁶. Este Alto Trás-os-Montes²⁷ é caracterizado por Vergílio Taborde em claro contraste com o Alto Douro vinhateiro, a sul²⁸: “*Terras mais altas, desdobrando-se em montanhas e planaltos montuosos, um clima rigoroso de Invernos frios e Verões quentes, (...), húmido e pluvioso a oeste, mais seco à medida que se caminha para a fronteira oriental; um solo, granítico e arcaico, magro e descarnado nas partes altas, de maiores aptidões agrícolas nos vales (...); a economia agrícola e pastoral equilibrando-se no conjunto, para o que concorre a grande extensão de prados naturais; um clima agrícola definido pelas culturas predominantes do centeio e da batata; (...); uma população pouco densa, de médios e pequenos proprietários, (...).*”²⁹

Dentro desta região – cuja caracterização, apesar dos mais de setenta anos sobre a 1ª edição do livro do geógrafo, se mantém genericamente actual – a investigação recai sobretudo sobre a área do Planalto Mirandês no extremo nordeste do continente, na Terra Fria, “*zona de ‘raia’ com a vizinha região espanhola de Castela e Leão e, mais concretamente, com o distrito de Zamora.*”³⁰

“*Subindo da garganta profunda por onde corre o Douro,*” – prossegue Vergílio Taborde – “*na fronteira, para Miranda, depara-se uma vasta superfície, levemente acidentada, através da qual a vista se espraia até longe. Colinas, lombas, vales superficiais, secos durante a maior parte do ano, não conseguem desfazer a*

²⁵ “Trás-os-Montes, «*província montanhosa com algumas extensas planuras (...)*»; (...). «*O terreno, pelo geral, é fraco e pouco produtivo*», excepto nos sítios baixos. Árvores de fruto, vinha e cereais, «*v.g. o centeio, mantenedor da poesia antiga na memória do povo, por causa das ceifas e das malhas.*» Cultivou-se outrora a amoreira preta, com cujas folhas se criavam grandes quantidades de virgo; fábricas de seda e respectivo comércio. Mármore e alabastros em Santo Adrião (concelho de Miranda), inexactamente chamados de Vimioso, e minas de ferro de Roboredo (Moncorvo). Contraste de clima, temperaturas extremas, muito baixa em Bragança e tórrida no Alto Douro, de que resulta a divisão popular em Terra Fria e Terra Quente (...).” (Ribeiro, O., 1995: 303)

²⁶ Ribeiro, O., 1998 (2ªed:1962): 150.

²⁷ De acordo com a divisão definida por Vergílio Taborde entre uma *região Norte* a que se convencionou chamar Alto Trás-os-Montes e uma *região Sul duriense*. Correspondendo a esta última “*pelos suas características geográficas a margem fronteira beiroa do Douro.*” (p.20)

²⁸ Diferenças que resultam, como salienta V.Taborde não só das condições do solo e do clima mas sim, e sobretudo, da actividade humana: Diferentes culturas, tipos de povoamento, relações económicas. “*É a realidade e importância da cultura da vinha*”, escreve o geógrafo, “*que imprime um cunho especial à região duriense (...).*” (Taborde, V.; p.25)

²⁹ Taborde, V.(1932): 20/21.

³⁰ Pereiro, X. e outros. 2002: 8.

regularidade desta chã monótona que se estende em todas as direcções. A impressão é de quase completo nivelamento (...).”³¹

Situado em pleno «*mundo das aldeias*»³² – expressão aplicada por Orlando Ribeiro a Trás-os-Montes e, também, à Beira transmontana –; o Planalto Mirandês tem uma área de 1719 quilómetros quadrados abrangendo os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e parte do de Mogadouro, pertencentes ao distrito de Bragança³³. Grande parte da região inclui-se, desde 1998, na área do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI).

A.A.Monteiro³⁴ arrisca traçar uma linha (de demarcação) que passa “*sobre os principais acidentes orográficos que rodeiam este território. A Nascente pelo vale do rio Douro, a Sul pelos cerros de Mogadouro, pelo rio Sabor a Poente e a Norte por uma cortina de colinas, entre as quais se destaca o cabeço da Sr.^a da Luz.*”

Não muito longe do cabeço da Nossa Senhora da Luz – na raia seca – no extremo oriental do país, aproximadamente onde o rio Douro faz a sua entrada em território português³⁵, situa-se a aldeia de Paradela onde se realiza o estudo de caso em torno do burro mirandês e, cujas conclusões, se apresentam mais adiante.

O planalto mirandês situa-se na *terra fria* transmontana³⁶ cujo clima é caracterizado genericamente por baixas temperaturas durante o longo Inverno a contrastar com as altas temperaturas registadas no Verão, curto e seco.

³¹ Taborda, V.(1932):.40.

³² Onde a aldeia – enquanto pequeno aglomerado populacional disperso e relativamente isolado face aos vizinhos – mantém a sua importância – apesar das mudanças produzidas pela emigração – como “*forma social definidora dos modos de habitar das populações rurais*” (Brito, J.P., 1995); E, onde a aldeia pode constituir-se como uma totalidade – como afirma J. Pais de Brito (1996:338) referindo-se a Rio de Onor – enquanto produtora e reprodutora de “*modelos e formas organizativas*”. Uma totalidade constituída “*por referência a si própria, como universo confinado àqueles que, perfeitamente identificados e igualmente detentores do estatuto do vizinho, dela fazem parte.*” E que se constrói “*sobre a existência de um território que lhe é próprio e por onde se distribuem os (...) recursos comunais que detém. (...) Os constrangimentos que decorrem da regulamentação do acesso à diversidade dos recursos modelizam o calendário (...), a simultaneidade dos ritmos da actividade agro-pastoril, (...) e um quotidiano de repetição de gestos comuns. Uma outra dimensão desta totalidade – ou seja, da sua individualidade de forma social – é a memória colectiva que a restitui à espessura temporal da sua identidade (...).*”

³³ E “*conta com uma população total de 24.797 habitantes, distribuídos por 58 freguesias, o que dá uma média de 427,53 habitantes por freguesia e 14,42 habitantes por quilometro quadrado, sendo o povoamento concentrado.*” (Pereiro, X. e outros. 2002 : 8)

³⁴ Monteiro, A.A. e A.L.Berliner, em Azevedo, J. (ed) 1998: 25.

³⁵ “*O Douro serve de limite desde a confluência da ribeira de Castro Ladrón, a montante de Paradela, à confluência do Águeda, em Barca de Alva. No total, um percurso de 122 quilómetros, em que o rio corre num profundo barranco, entre margens abruptas e em grande parte incultas.*”(Taborda, V. , 1932:27).

³⁶ “*Segundo o agrónomo Meneses Pimentel (...), a Terra Fria caracteriza-se: 1) pela cultura de lameiros de regadio e criação de gado bovino, cavalari e muar, que se vende para fora; 2) do trigo serôdio (de Outono e Primavera) que também se vende; 3) de batata de Verão; 4) pela existência de carvalhos; 5)*

As duas produções predominantes – gado bovino e cereais – criaram uma paisagem particular, “onde ao lado da seara avulta a mancha verdejante do lameiro (...). Não é por mero acaso que os lameiros³⁷ ocupam quase sempre os solos mais férteis e são de todas as terras a mais estimada (...), é a herança do tempo em que a cultura constituía ocupação subsidiária e a fortuna se media pelas cabeças de gado.”³⁸

Segundo Xerardo Pereiro Pérez³⁹ apesar de, “historicamente”, o Planalto coincidir “com o que se denomina ‘Terra de Miranda’ (...) localizada entre os rios Douro e Sabor”, a designação “é mais aceite no concelho de Miranda do Douro do que em Vimioso e Mogadouro, onde lo conceito não é usado popularmente por razões ligadas a rivalidades sociocentricas com Miranda do Douro, bem expressas em ditados populares do género: «Se fores a Miranda leva pão na manga e o vinho na borracha, que lá não se acha» loul «Se fores a Miranda, vê a Sé e desanda».”

2.1 Terra de Miranda: Uma região de singularidades

Entre as várias particularidades da chamada *terra de Miranda*⁴⁰ destacadas por Leite de Vasconcelos está “uma especial raça de gado bovino”⁴¹ a que se soma, a *capa d’honras*, a *dança dos paulitos*, o uso das *trilhas* (ou dos trilhos) em vez dos *malhos* e, “sobretudo”, a língua mirandesa que, como sublinha L. Vasconcelos, “dá à terra de Miranda individualidade glotológico-etnográfica muito notável.”⁴²

pele uso da lã preta local no vestuário popular; 6) «por compreender as terras altas e as montanhas», *Terras de Bragança e de Miranda e também do Barroso*.

A Terra Quente fica abaixo de 400 ou 500 m e nela predomina a cultura da vinha; (...); o povo diz que vai «de Torre a Torre» (...) (de D. Chama a Moncorvo) (...).” (Ribeiro, Orlando, 1995: 305-306)

³⁷ “Há lameiros (...) de sequeiro que produzem um feno mais fino e aromático embora em menor quantidade e lameiros de regadio (...). Em certas regiões designam-se ainda por ‘lameiros de erva’ os prados com água permanente (...).” (Taborda, V., 1932: 92)

³⁸ (Idem:91). Paradela não foi, aliás, excepção: «Por famílias uns tinham duas lvacas, outros tinham três, outros cinco ou seis, outros tinham vinte. (...) Nós tínhamos treze ou catorze, (...) um senhor que era o mais rico de cá, aquele trazia vinte e tal... Mas havia muita vaca, toda a gente tinha.» (Excerto de entrevista realizada em Paradela).

³⁹ Pereiro, X. e outros, 2002: 8.

⁴⁰ L. Vasconcelos usa a expressão *terra* (de Miranda) no singular em vez de *terras* de Miranda baseando-se por um lado na expressão usada pelos próprios mirandeses e também na designação usada em antigos documentos: “Em latim medieval”, escreve, “dizia-se naturalmente sem artigo: «in terra de Miranda». Antigos documentos portugueses tem a mesma sintaxe: «em terra de Miranda» (...). E o povo exprime-se ainda do mesmo modo, com a preposição em: «moro em terra de Miranda», também com outras preposições: «venho de terra de Miranda», «passo por terra de Miranda». E: «aquilo para ali é terra de Miranda.» (1980:188)

⁴¹ (1980:181). Ref. à raça bovina mirandesa.

⁴² Idem.

A estas singularidades – que continuam a servir de emblemas da Terra de Miranda, usados por entidades oficiais como câmaras municipais, PNDI, Direcção Regional de Turismo, etc. – poderemos acrescentar a existência de pelo menos mais duas raças autóctones: a ovelha churra galega mirandesa⁴³ e, mais recentemente, o burro mirandês. São, no entanto, as fronteiras da língua mirandesa que servem a L.Vasconcelos para delimitar a terra de Miranda⁴⁴: “*Tomando por base esta linguagem, formei em 1900 uma lista das povoações que então constituíam a terra de Miranda (a mór parte do concelho de Miranda do Douro, e algumas frèguesias do de Vimioso), (...).*”⁴⁵

No que se refere ao concelho de Miranda do Douro – que o autor considera representar “*só por si quasi toda a terra de Miranda*” –, incluem-se as antigas sedes de freguesia de Constantim (a que pertencia Cicouro); S. Martinho de Angueira; Póvoa; Ifanes (a que pertencia Paradela); Genízio (que incluía e inclui a aldeia de Especiosa); Malhadas; Miranda do Douro (freguesia a que pertencem Aldeia Nova, Vale da Águia, Palancar e Pena Branca); S. Pedro da Silva (que integra Fonte Ladrão e Granja); Duas Igrejas (de que fazia parte Cércio); Palaçoulo (freguesia que integrava Águas Vivas e Prado Gatão); Vila Chã da Braciosa (que incluía ainda inclui Freixiosa e Fonte da Aldeia); Picote e Sendim. Apenas três freguesias do concelho de Vimioso fazem parte da *terra de Miranda* nos termos em que esta é delimitada por L.Vasconcelos: Angueira, Caçarelhos e Vilar Seco.

Leite de Vasconcelos divide o concelho de Miranda do Douro em duas partes: “*Terra de Cima*” (ou, em mirandês, *la Tierra de Riba*), a norte da cidade, e “*onde ficam, por ordem geográfica, as frèguesias de Cicouro, Constantim, S. Martinho de Angueira, Paradela, Ifanes, Póvoa, Genizio e Malhadas (...)*” e a *Terra de Baixo* (ou, *la Tierra de Baixo*) a sul de Miranda do Douro, “*onde ficam (...) as freguesias de S. Pedro da Silva, Duas Igrejas (...), Palaçoulo (...), Vila Chã da Barceosa, Picote, Atenor, e Sendim.*”⁴⁶

⁴³ A 15 de Dezembro de 2005 estavam inscritos 7989 animais no Registo Zootécnico da raça, dos quais 5740 no concelho de Miranda do Douro e 2749 no de Vimioso, distribuídos por 72 criadores/explorações (57 no concelho de Miranda do Douro e 15 no de Vimioso). (Fonte: Site na Internet da Associação Nacional de Ovinos da Raça Churra Galega Mirandesa – www.churramirandesa.com – consultado a 15 de Junho de 2006).

⁴⁴ No que se refere à origem da palavra *Miranda*, Leite de Vasconcelos explica: “*Devemos admitir, sem nenhuma perplexidade, que na região a que hoje corresponde Miranda existiu também em épocas remotas, o substantivo miranda, com a acepção de «miradouro», ou talvez melhor, de «torre de vigia», o qual saiu do uso vulgar, e ficou apenas estereotipado na toponímia.*” (Idem: pp.187/188)

⁴⁵ Vasconcelos, L., 1980:184.

⁴⁶ (Idem:185). A actual freguesia de Águas Vivas não existia, pertencendo a aldeia à freguesia de Palaçoulo. De fora ficam as localidades pertencentes à freguesia de Miranda do Douro.

L. Vasconcelos considera que do ponto de vista linguístico a área correspondente à *terra de Miranda* não terá sofrido grandes alterações desde o início do século XX mas o mesmo não aconteceu à área política que, segundo o autor, era no passado “*maior do que a actual área geográfica.*”⁴⁷

2.1.1 A língua mirandesa

É José Leite de Vasconcelos que, em 1882, proclama não ser a língua portuguesa a única falada em Portugal anunciando a existência do mirandês. Uma, segunda, língua definida nos seguintes termos por Domingos Raposo⁴⁸: “*Filha de l Lhatin, falado no norte de la Península Eibérica, fai parte dun grupo lhinguístico que, an tiêmpos stóricos passados, coinciu muita bitalidade, l asturo-leonés. Mantubo-se, antre outras rezones, por esta region tener stado a la marge de l paiç a que pertence (acausos de la stória i antrabes geográficos), pul’anfluência de Leon no processo de ocupaçon, poboamiênto i colonizaçon de l nordeste transmuntano (que, no einício, nun pertencie al cundado pertucalense) i pulas grandes relaçoens de la Tiêrra de Miranda cula region de Leon, atrabêç de la ida i benida de pastores, segadores, mercadores, cuntrabandistas, frailes i pelegrinos.*”

Manuela Barros Ferreira, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em “*Estudos sobre a Língua Mirandesa*”⁴⁹, apresenta o mirandês⁵⁰ como *a mais pequena língua da Península Ibérica*, com apenas *cerca de doze mil falantes*⁵¹ e um território de

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Raposo, D., “Lhéngua Mirandesa-Muôlo de Cultura Biba”, Azevedo, J. (ed.), 1998: 65.

⁴⁹ Ferreira, Manuela Barros; “*A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal*”. *Estudos sobre a Língua Mirandesa, Estudo 2* (Comunicação publicada na Revista de Filologia Românica, Vol. 18 (2001), pp. 117-136). Consultada no site da Internet: <http://Mirandes.no.sapo.pt>, no dia 2/12/05.

⁵⁰ Manuela Barros Ferreira no site acima referido (Vide *Informação Genérica*) explica: “(...)Teve a sua origem num dos romances peninsulares formados a partir do latim vulgar, nomeadamente no asturo-leonês, pelo que pertence ao grupo das línguas românicas. A sua formação foi um processo longo, contemporâneo da formação do galego-português. Sofreu grande influência do português, sobretudo a partir do século XVI, tendo chegado a ser inteiramente substituído por este na cidade de Miranda. Foi conservado nas aldeias envolventes, durante séculos, como língua de transmissão oral. Foi descrito – e pela primeira vez escrito – por José Leite de Vasconcelos no fim do séc. XIX. É este sábio português que marca a sua descoberta no meio filológico peninsular.”

⁵¹ Ressalve-se porém que, segundo Manuela Barros Ferreira, o número de falantes na zona de origem “*não deverá ultrapassar as 7.000 pessoas*” Aos quais se somam os emigrantes que ainda falam o mirandês e que serão mais 5.000 a 8.000 falantes. Chegando-se desta forma “*a um total estimado entre 12.000 e 15.000 pessoas.*”

aproximadamente 500 quilómetros quadrados no nordeste português. A norte, a língua mirandesa coincide com a fronteira mas, a poente, a linha de demarcação é mais imprecisa.

O núcleo central da língua coincide com a região sobre a qual incide este trabalho: “A norte,” , escreve Manuela Barros Ferreira, “a «raia seca» está representada pelas aldeias - limite de San Martino de Angueira, Cicuiro, Custantin e Paradela; a nascente, situa-se a fronteira natural entre Portugal e Espanha constituída pelo rio Douro, ao longo do qual se elevam Aldinuoba, Bal d’Aila, a própria cidade de Miranda, Freixenosa e Picuote. A oeste deste arco, encontram-se Angueira (no concelho de Vimioso), Speciosa, Pruoba e Infainç; Zenízio, Malhadas e Peinha Branca; Bilasseco (novamente no concelho de Vimioso); San Pedro de la Silba, Palancar, Bal de Mira; Fuonte Lhadron, Palaçuolo, Augas Bibas, Dues Eigreijas, Cérceno; Prado Gatón, Fuonte Aldé, Bila Chana de Barçiosa; e finalmente, a sul, Sendin.”

A língua mirandesa foi reconhecida oficialmente apenas em 1999⁵². Na opinião de Manuela Barros Ferreira a questão de se tratar de uma língua ou de um dialecto “é irrelevante, pelo simples facto de que os dois termos não são alternativos. E, na medida em que nos últimos anos se constatara uma diminuição acelerada do número dos falantes desse idioma, tornou-se necessário assumir medidas especiais de protecção.” Para a investigadora o facto de se ter tornado uma língua oficial foi assim, antes de mais, “uma decisão de carácter político e institucional” para o qual foram determinantes os estudos que apontavam para o mirandês como idioma independente. Ou seja, como escreve Manuela Barros Ferreira, não se tratando de um dialecto do português e “embora pertencendo, historicamente, ao domínio geolinguístico asturo-leonês, tem no momento actual uma configuração suficientemente diferente para que possa exigir, para si, uma normatização própria. Apesar do seu fundo comum com as variedades asturo-leonesas, o mirandês é diferente de qualquer delas, tal como é

⁵² A lei de oficialização da língua mirandesa foi publicada no Diário da República nr. 24/99, primeira série, com o nr. 7/99 de 29 de Janeiro. O processo de normatização da língua iniciara-se em 1995, com a publicação de uma Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa, e consolidado em 1999, com a edição da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa.

De acordo com M. Barros Ferreira, no que se refere à sua zona de origem, a língua mirandesa é actualmente ensinada nas Escolas EB23 de Miranda do Douro e de Sendim e na escola Primária de Sendim como disciplina de opção.

diferente do espanhol que hoje se fala no território contíguo (Aliste e Sayago). Sendo assim, não pode obedecer nem às normativas gramaticais e ortográficas asturianas nem às castelhanas, devendo estabelecer as suas próprias.”

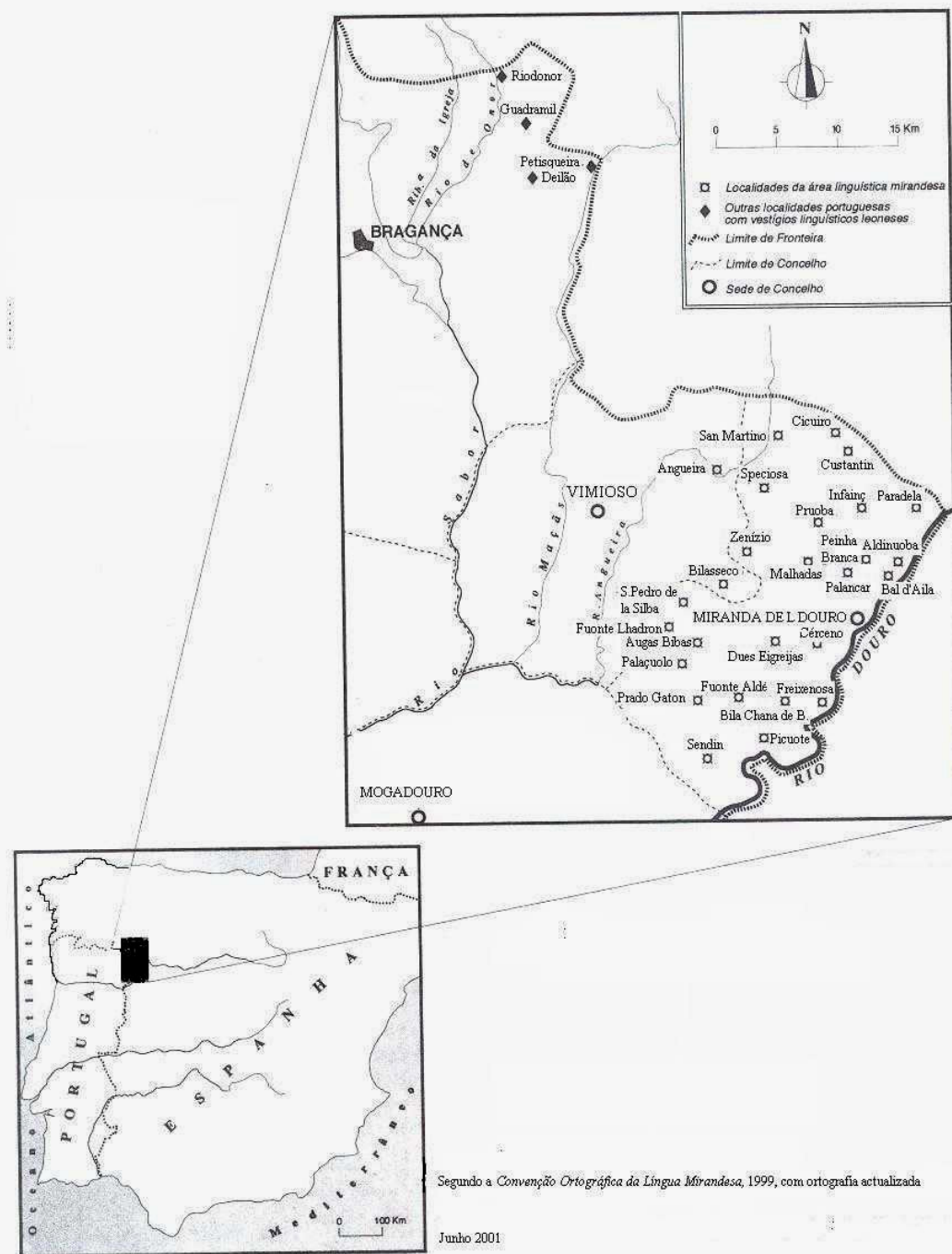
Manuela Barros Ferreira – no mesmo texto e tendo como referência António Maria Mourinho – lembra que o mirandês ocupava no passado *uma área mais vasta* do que actualmente. Estendendo-se pelo menos a várias aldeias do concelho de Vimioso e de Mogadouro ou mesmo até mais longe:

“Mais perto de nós, Sletsjøe,⁵³ depois de assinalar a sua antiga presença mais a oeste (Vimioso) e mais a sul (Mogadouro), acrescenta: «On est en droit de supposer, jusqu’à nouvel ordre, que le mirandais était parlé, autrefois, dans la région nor-ouest tout entière» (...). Seria necessário prová-lo, o que não é tarefa fácil... O certo é que indagando o território do distrito de Bragança se encontram faixas (cada vez mais ténues à medida que nos afastamos do concelho de Miranda) de topónimos que remetem para estruturas morfofonológicas semelhantes às mirandesas.”

É, precisamente, nesta área geográfica que se localiza a maior parte dos burros de raça mirandesa. A última de várias raças autóctones surgida numa terra pobre em número de habitantes e em recursos mas, fértil – talvez por isso –, em classificações ou denominações de origem.

⁵³ Referência de M. Barros a: SLETSJØE, Leif (1967) “La position du mirandais”, *Studia Neophilologica*, vol. XXXIX, pp. 150-169.

MAPA I - ÁREA ASTURO-LEONESA EM PORTUGAL



Mapa extraído do site da Internet: <http://Mirandes.no.sapo.pt>.

3. A raça asinina de Miranda: A primeira raça portuguesa de burros

3.1 A iniciativa do Parque Natural⁵⁴ do Douro Internacional

O primeiro estudo sobre os *burros de Miranda* é desenvolvido pela engenheira zootécnica Luísa Samões em 1999 no âmbito de um estágio profissional no Parque Natural do Douro Internacional ou PNDI (como de agora em diante o passarei a designar).

O PNDI, criado em 1998⁵⁵, com uma área de 85150 hectares (cerca de 860 km²), abrange os distritos de Bragança e da Guarda mais concretamente trinta e cinco freguesias dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro. A área do parque situa-se assim “*ao longo dos vales dos rios Águeda⁵⁶ e Douro*” nos concelhos acima indicados “*estendendo-se um pouco para o planalto mirandês que se desenvolve entre o vale do Douro internacional*” – o troço fronteiriço tem cerca de 122 km – “*e o vale do rio Sabor. Define-se entre duas linhas de altitudes: a do leito do rio Douro, neste troço situado entre os 130 e os 450 metros e a faixa de planalto que oscila entre os 700 e os 800 metros.*”⁵⁷

Nesta vasta área a nossa atenção recai sobre a faixa de planalto mirandês que se prolonga por uns cem quilómetros entre Carviçais e Vimioso.

António Monteiro, biólogo e funcionário do – à época – recém-nascido parque, foi o primeiro a defender a necessidade da investigação que viria a abrir caminho ao reconhecimento da existência de uma raça autóctone de burros em Terra de Miranda.

⁵⁴ Um Parque Natural é definido como: “*uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural*” . (Dec.Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro, cit. in Fernandes, 2004: 244)

⁵⁵ O parque constitui uma área protegida criada pelo Ministério do Ambiente e sob tutela do Instituto da Conservação da Natureza (ICN). A classificação do espaço como parque natural foi concluída a 11 de Maio de 1998 com a publicação no Diário da República do Decreto-Regulamentar Nº8/98 de 11 de Maio. “*No entanto,*” – como escrevem Monteiro e Amaro (Junta de Castilla y León, 2000:162) – “*os primeiros passos deste processo remontam aos anos 70, aquando do nascimento das áreas protegidas em Portugal, tendo decorrido contactos entre as administrações portuguesa e espanhola e com as autarquias locais. Em meados da década de 80, com a polémica intenção de instalar uma central de armazenamento de resíduos radioactivos em Aldeadavila de la Ribera (...) surgiu em ambos lados da fronteira uma forte vontade de criação de 2 espaços protegidos ao longo do vale do Douro.*”

⁵⁶ Afluente do Douro.

⁵⁷ Azevedo, J. (Ed), 1998:13.

Nota: “*A altitude máxima é de 895 m, (...) no monte da Nª Sr.ª da Luz no extremo norte do PNDI, e a altitude mínima é de 125 m nas margens do Rio Douro à sua passagem em Barca de Alva.*” (Monteiro, José António A. e Domingos F. Amaro in Junta de Castilla y León, 2000:160)

O biólogo que, entretanto, se tornou ele próprio criador de burros mirandeses, afirma que foram sobretudo as semelhanças entre os asininos que via todos os dias na área do PNDI e os burros zamoranos-leoneses – cujo solar se situa justamente do outro lado da fronteira – que o levaram a colocar a hipótese da existência de uma raça autóctone de burros na região e, em especial, no Planalto Mirandês. Entre os vários indícios assinalados por António Monteiro, destaca-se o da própria continuidade geográfica em que o *burro lanudo* surge como elemento quase indissociável de uma paisagem determinada e que também inclui a vaca e a ovelha mirandesas. O relevo, o tipo de solos, as práticas agrícolas, condicionam o aparecimento e a manutenção de raças específicas, adaptadas às condições do território e preservadas graças ao seu relativo isolamento.

«Estamos a falar essencialmente de planaltos frios ou seja acima dos seiscentos, setecentos metros, onde se praticam formas de agricultura muito comuns, desde Bragança, ou mesmo Vinhais (...) há ali uma língua de terreno (...) desde Miranda ou Mogadouro. São planaltos, (...) zonas sem grandes cadeias montanhosas – tirando Montesinho que é já na parte norte – (...) ali há uma continuidade de terrenos com a mesma origem, terrenos argilosos, terrenos de rochas metamórficas mas com características semelhantes. E toda essa paisagem (...) condiciona a existência de semelhanças em termos de raças. (...) A mesma paisagem condiciona o homem: dá-se o mesmo tipo de ocupação, os mesmos processos de selecção dos animais domésticos e surgem assim características comuns (...)»⁵⁸.⁵⁹ António Monteiro – que é ainda, actualmente, técnico do PNDI – diz que foi este o ponto de partida para o *estudo do gado asinino no Parque Natural do Douro Internacional*. A proposta partiu do próprio e foi bem recebida pela direcção do PNDI. Isto apesar de algumas críticas quanto à oportunidade da investigação. Críticas rejeitadas por António Monteiro que insiste na importância do burro como sendo, mais do que um produto, um construtor de uma paisagem que se pretende preservar. Referindo, a título de exemplo, a importância do

⁵⁸ Vergílio Taborda, ao caracterizar o planalto mirandês – no que se refere a pastagens – considera que se trata de “uma zona intermédia entre as regiões cerealíferas de Castela e os territórios ricos em erva de Trás-os-Montes.” (p.92)

⁵⁹ Excerto de entrevista a António Monteiro, realizada a 9 de Abril de 2005.

burro na manutenção dos lameiros⁶⁰, “*prados naturais geridos pela acção humana e pelo pastoreio dos gados*”⁶¹ e que constituem a base da alimentação do gado bovino, designadamente do gado bovino mirandês, de ovelhas (como a ovelha mirandesa ou *careta*) e, também, dos burros.

Domingos Amaro, director do Parque Natural do Douro Internacional entre Março de 1998 – neste período inicial, ainda na qualidade de elemento da comissão instaladora –, e Outubro de 2004, afirma que antes da investigação de Luísa Samões, apesar de ainda não haver a consciência da presença de uma raça autóctone, se tinha a noção clara da existência de pelo menos dois grandes grupos distintos de asininos na área do PNDI: “*Quem é daqui sabe que há aquele burro zamorano, peludo, cabeçudo e há, depois, o burro árabe. O que nós temos aqui é mais parecido com o zamorano e, se (...) não é tão corpulento como o zamorano (é) porque se calhar as condições de alimentação e de trabalho aqui eram completamente diferentes.*”⁶² Uma situação que o engenheiro agrónomo compara ao da vaca mirandesa face à raça bovina sanabresa. Cada uma, vista isoladamente, parece em tudo igual à outra mas quando colocadas lado a lado podem constatar-se as diferenças: “*uma é muito mais corpulenta*” enquanto a outra talvez por viver “*mais em altitude e com pastos mais pobres (...) é mais pequenina.*”⁶³

O antigo director do PNDI adianta, no entanto que, na sua opinião, não foi a consciência das semelhanças com o burro zamorano-leonês que levou ao estudo do gado asinino na área do parque natural. Segundo Domingos Amaro, a investigação surgiu no âmbito de uma estratégia mais abrangente, correspondendo ao primeiro passo de um de cinco projectos que a direcção do PNDI considerava prioritários e capazes de conciliar desenvolvimento local, fixação de populações e conservação da natureza⁶⁴.

Cinco projectos que se terão traduzido na criação de cinco associações, entre elas a Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino ou AEPGA: “*(...) criámos*

⁶⁰ “*Esses lameiros ocupam clareiras de freixêdas e de carvalhais, depressões mais encharcadiças do planalto (onde chegam a formar-se lagunas no inverno) e nas margens de linhas de água. Estes lameiros são eles próprios viveiros de uma flora rica em biodiversidade, pois outras espécies como camomilas, serpões ou serpilhos (...) e bolbosas diversas das Famílias botânicas das Orquidáceas, Iridáceas, Amarylidáceas e Liliáceas, convivem com as Leguminosas e as Gramíneas predominantes e são espécies muito bem adaptadas a estes agro-ecossistemas.*” (Azevedo, J., Ed, 1998:33)

⁶¹ Ibid, p.32.

⁶² Domingos Amaro em entrevista realizada a 25 de Outubro de 2005.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Princípios, aliás, estabelecidos no Plano Nacional da Política do Ambiente (apresentado em 1995) como se explica mais adiante.

cinco ou seis associações: (...) foi a dos burros, dos cogumelos, dos apicultores, das aromáticas e medicinais e a dos pombais.”

Domingos Amaro refere-se, concretamente, à AEPGA e, também, à associação micológica *A Pantorra*⁶⁵, à Associação de Apicultores do PNDI, e à *Palombar* (que em mirandês significa pombal).

Apesar de não possuir informações suficientes para caracterizar o trabalho desenvolvido por estas associações, todas parecem manter-se em actividade. A *Palombar*, criada em 2000 – e actualmente com cerca de duas centenas de sócios – tem como objectivos centrais “*a recuperação dos pombais tradicionais do Nordeste de Portugal e a sua repovoação com Pombos Rocha*” (antepassados dos pombos domésticos); destaca-se no trabalho de inventariação, recuperação e promoção dos pombais tradicionais e, recentemente, apresentou uma candidatura para a sua classificação como património arquitectónico nacional.⁶⁶ A Associação Micológica *A Pantorra*, para além de publicar uma revista (*Anais da A.M.P.*), foi responsável designadamente pela organização do III Congresso Micológico Transmontano no final de 2001, em Mogadouro, e que juntou cerca de duas centenas de micólogos e curiosos⁶⁷. A Associação de Apicultores do PNDI (AAPNDI) propõe-se a, por seu turno, valorizar o potencial produtivo de mel e de outros produtos apícolas da região, prestar apoio técnico aos apicultores, divulgar e promover os produtos e assegurar formação profissional⁶⁸. A associação alertava, em 2006, para a invasão de apiários espanhóis nos concelhos do Planalto Mirandês: Mais de quatro mil só nos concelhos de Vimioso e Mogadouro. A promoção e estímulo à produção biológica de mel constituem as suas principais apostas.⁶⁹

⁶⁵ “*Nome atribuído, no Planalto Mirandês, ao cogumelo Morchella esculenta*”. (Fulgêncio, C., “*As qualidades e os perigos dos cogumelos em congresso*” (artigo consultado no site da Naturlink: www.naturlink.pt) a 15/06/06.

⁶⁶ Fontes consultadas: Folheto de apresentação da Associação *Palombar* e site na Internet: www.palombar.org (consultado a 17 de Junho de 2006).

⁶⁷ Fontes consultadas: www.naturlink.pt, www.cientic.com, www.bragancanet.pt, www.utad.pt/pt/eventos/congressomacromicologia (sites consultados a 15 e 16 de Junho de 2006)

⁶⁸ Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural, Diputación de Salamanca (Ed.): Directorio Transfronterizo para la Interacción Social. (Dep.leg: S 1.513-2004), p.44. (Consulta efectuada na Internet no endereço: <http://www.oaedr.es/Publicaciones/2004/DirectorioTransfronterizo.pdf>)

⁶⁹ Fontes: www.diariodetrasmontes.com, www.semanariotransmontano.com, <http://www.agro8-1.net>. (in Programa Agro). Sites consultados a 15 e 16 de Junho de 2006.

No que se refere às plantas aromáticas e medicinais, procedeu-se em 2000 a uma inventariação e recolha de nomes e usos locais sobre as referidas plantas na área do Parque Natural do Douro Internacional. Um trabalho desenvolvido no âmbito do “*Projecto Plantas Aromáticas e Medicinais da Rede Nacional de Áreas Protegidas*” do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) em 1999.⁷⁰

Domingos Amaro sublinha que as associações acima referidas, não tendo sido criadas directamente pelo parque natural foram, no entanto, resultado da iniciativa do PNDI. “(...) *O parque fez os trabalhos iniciais e depois tentámos formar as associações que agora são organismos autónomos(...). O parque (...) apoiava de alguma forma todos os trabalhos das associações. Inclusivamente os técnicos do parque, o próprio director, eram sócios dessas associações e tínhamos lá alguns cargos sociais.*”

Aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento local era uma das preocupações centrais do ex-director do PNDI que justifica a aposta no estudo dos burros e, também, na «procura» de uma raça autóctone, como tendo resultado da necessidade de encontrar um *interesse económico* para os asnos que, com a mecanização, vinham perdendo (e continuam a perder) toda a importância que tinham no passado. Apesar de continuar a ser utilizado em pequenos trabalhos agrícolas – em especial na pequena horticultura – actualmente, na opinião do engenheiro agrónomo, o burro é visto “*quase como um animal de estimação*”.

Porém, como também salienta o ex-director do PNDI, não haverá nenhum agricultor que vá manter o burro “ (...) *só porque é muito bonito e porque gosta (...). Tem que dar rendimento.*” Daí que a antiga direcção do PNDI defendesse como única forma de tentar salvar a espécie a de lhe conferir “*algum interesse económico*” em especial na área do turismo. A intenção era a de, por exemplo, conseguir mobilizar as populações das aldeias a organizarem-se localmente de forma a terem uma espécie de «banco» de burros disponíveis para alugar aos turistas e que seria gerido colectivamente consoante a procura.

A ideia da recuperação do burro através de novos usos tem, assim, por base a necessidade de lhe dar um novo «interesse económico» sem o qual a sua preservação

⁷⁰ Fonte consultada: “*Plantas Aromáticas e Medicinais – Utilizações Locais no Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)*”, Fernandes, Jorge dos Santos R.; Marques, Susana Costa e Santos, Carla Susana Antunes. 1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 16/18 de Setembro de 2001.

será difícil. E é também essa procura de tornar o burro economicamente mais «rentável» que está na origem da criação da raça asinina mirandesa: “ (...) *arranjou-se esse estudo para se criar uma raça porque se nós conseguíssemos que fosse uma raça autóctone então tinha todos os direitos que têm as outras raças autóctones em relação às ajudas comunitárias. Como a raça mirandesa lbovinal (...).*” – explica Domingos Amaro.

Foi em finais de 1998 que o PNDI abriu candidaturas para um estágio profissional para “*o estudo morfológico do burro*” (como é designado pelo antigo director do parque). Entre os vários candidatos foi seleccionada a engenheira zootécnica Luísa Maria Ruço Samões que, apesar de nunca ter estudado o gado asinino no âmbito do curso, achou o tema bastante interessante. Numa entrevista, realizada a 16 de Outubro de 2005, Luísa Samões confessou que o assunto começou a tornar-se apaixonante logo na fase inicial do projecto de candidatura quando iniciou a recolha de informações. Um sentimento reforçado pelos primeiros contactos com o terreno.

O plano de estágio começou a ser concretizado em 1999 elaborado sob orientação do professor José Carlos Barbosa (Escola Superior Agrária de Bragança – Instituto Politécnico de Bragança) e com a colaboração da engenheira zootécnica Cristina Costa que trabalhava, na altura, no Parque Natural de Montesinho.

Luísa Samões garante que o objectivo não era averiguar a existência de uma raça asinina dentro da área geográfica do PNDI, ainda que a hipótese fosse colocada à partida por António Monteiro – o técnico do parque que propôs o tema de estágio –, mas que o objecto de estudo era, sim, a população asinina em geral na área do PNDI. Foi assim, no decurso do próprio trabalho que se revelou ou, melhor, se confirmou existir um animal considerado mais característico de uma zona específica do próprio PNDI.

PARQUE NATURAL
DO DOURO INTERNACIONAL



PORTUGAL

ESPAÑA



No trabalho de estágio desenvolvido durante um ano – e que incide sobre uma dezena de aldeias dos concelhos de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Figueira de Castelo Rodrigo – Luísa Samões faz um levantamento sobre o efectivo asinino e sua distribuição na área do PNDI⁷¹, estuda aspectos relacionados com o manejo zootécnico do burro – alimentação, alojamento, reprodução, higiene e sanidade –, investiga a importância sócio-económica e sócio-cultural do gado asinino e, por fim, avança uma caracterização dos burros no PNDI.

3.1.1 Os burros *lanuscos* e os outros

Muito embora reconheça a *enorme heterogeneidade* da população asinina na região em estudo, – resultante dos muitos cruzamentos entre raças⁷² – a investigadora consegue isolar dois grandes grupos de animais com características morfológicas e comportamentais distintas: “ (...) *é possível distinguir que a pelagem escura e o pêlo comprido*”⁷³ preferidos, segundo a autora, na área norte do PNDI e, particularmente, no concelho de Miranda do Douro (no que se refere especificamente ao pêlo comprido, mais apreciado nesta última região), “*estão associados a animais mais corpulentos, com aspecto rústico, de temperamento indolente, esqueleto mais grosso e pesado, com conformação típica de animais de tracção (tronco europeu). As pelagens mais claras,*” – prossegue a engenheira zootécnica – “*a banda dorsal e crucial e as riscas de zebra*

⁷¹ “Esta área protegida, que se estende por uma faixa de mais de 130 km, totalizando 85 150 ha, abrange quatro concelhos: Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança e ainda Figueira de Castelo Rodrigo no distrito da Guarda. Acompanha longitudinalmente, a fronteira natural formada pelas declivosas vertentes do rio Douro, localmente designadas por arribas do Douro. Este enclave orográfico, possui características geológicas e climáticas únicas, que condicionam as actividades rurais. Nestas predominam grande parte das culturas que caracterizam e suportam economicamente esta região: olival, vinha, amendoal e laranja.” (Samões, L., 2000: 9).

⁷² M. Nóvoa recorda que a questão da mestiçagem era já colocada no início do século XX. Na tese de doutoramento “Os asininos no distrito de Bragança” (Martins, 1923), e referindo-se ao nordeste transmontano, o autor sublinhava que «*nesta região a maioria dos animais deriva de um processo de cruzamento indiscriminado, “mestiçagem”, de diversas raças dos troncos africano e europeu, um pouco à imagem do que se passaria nas restantes áreas do país. O mesmo autor defendia já nessa altura a necessidade de implementação de medidas de melhoramento zootécnico e ao nível de manejo, adiantando a hipótese de criação de uma raça portuguesa. Segundo Samões, (2000), a situação não se alterou desde então, encontrando-se o efectivo da região em estado de degeneração e extinção, sem que tenha havido qualquer programa de selecção ou melhoramento. É de assinalar que a única gestão promovida pelo Estado constituía os denominados “postos de cobrição” que, apesar de dirigidos para a produção mulateira, contribuíram em alguns casos para que a degenerescência das variedades autóctones não fosse tão acentuada.*» (Nóvoa, M., 2003:6)

⁷³ Samões, L., 2000:51.

*apresentam-se sobretudo em animais de esqueleto mais fino e aspecto mais atlético, de temperamento vivo, membros finos, (...) mais apropriados para serviços de carga e transporte e para relevos mais acidentados (tronco africano).”*⁷⁴

No relatório final de estágio *O Estudo do Gado Asinino no Parque Natural do Douro Internacional* de 2000, Luísa Samões propõe uma tipologia para caracterizar o gado asinino na área do PNDI. Entre os quatro principais tipos de burros definidos surge o grupo ou categoria de *burros de Miranda*: Animais de pelagem castanha escura, pêlo comprido, grande estatura e conformação do tipo pesada, oriundos do tronco Europeu. Os restantes são os burros *Ruços*, de tronco africano – com “*pelagem ruça com ou sem banda dorsal e crucial e/ou zebruras, estatura variável, conformação de tipo ligeiro e temperamento vivo*”⁷⁵; os burros *Pretos*, de tronco europeu – com “*pelagem preta de pelo curto*” e de “*grande estatura*”, embora inferior à do burro de Miranda; e os burros *Branços* pertencentes ao tronco africano – com a sua “*pelagem branca uniforme*” e “*pequena estatura*”.⁷⁶ A engenheira zootécnica sublinha no entanto que foi o tipo *burros de Miranda* “*aquele que melhor foi individualizado pelos inquiridos.*”⁷⁷ Distinguido dos restantes, como salienta a autora, através de aspectos relacionados com “*a cor, o comprimento do pelo, conformação, belezas, função, comportamento e a área de origem. Assemelhando-se a sua descrição ao padrão da raça Zamorana-Leonesa*”⁷⁸ (...). Estes animais de pelo comprido, cor castanha escura, de grande estatura e aparência robusta, “*são considerados animais próprios para a criação mulateira e para a lavoura de terrenos de maiores dimensões (terras de planalto). Caracteriza-os ainda*

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem:53.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Id.:55.

⁷⁸ Ibid. “*Las características del asno zamorano-leonés (...) son en resumen: Talla elevada, superando los 145 cm a la cruz. Partes finales del cuerpo muy grandes, con gran hocico, grandes orejas, extremidades largas y fuertes, casco muy grande, cola larga. Color negro rojizo con tonos blancos en el morro, la zona ocular, el vientre y la parte superior de las extremidades. Con el pelo largo, con hebras*” – madeixas – “*de lana en el tórax y el vientre, en las orejas, la frente y las carrilleras. Carácter tranquilo y parsimonioso, desconfiado con lo desconocido, de reacciones previsibles en el trabajo, de gran fortaleza en la tracción. Zancada*”- (passo) – “*larga y elegante.*” (excerto de uma pequena brochura de apresentação do burro zamorano-leonês: Aszal – Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa, “*El Asno Zamorano-Leonés*”, Aszal, co-financ. Diputación de Zamora, Junta de Castilla y León.

O oeste da província de Zamora, desde Sanabria (a norte) até à comarca Sayago, corresponde, segundo a Aszal, à área actual de implantação da raça zamorana-leonesa . É na comarca de Aliste que se encontram os melhores burros zamorano-leoneses que surgem ali também em maior número.

um comportamento indolente (sendo os machos inteiros, deste tipo, considerados mais dóceis). Encontram-se associados ao Planalto Mirandês.⁷⁹”



Os estudos zoométricos realizados pela investigadora confirmaram que entre a população asinina da área do PNDI se destaca o grupo dos *burros de Miranda*, “*cujas características uniformes tendem a separá-lo dos demais asininos.*”⁸⁰

E aponta uma provável origem comum à da Raça Zamorana-Leonesa:

(Um burro de Miranda. Feira do Naso de 2005.)

“ Tudo leva a crer que os burros de Miranda e a raça Zamorana-Leonesa tenham uma origem comum. Tendo-se aqueles diferenciado desta, de forma não muito pronunciada, devido a distintas condições de manejo. Julgamos que este tipo constitui um património genético característico desta região, nomeadamente do Planalto Mirandês, que valeria a pena estudar mais em pormenor. ”⁸¹ Na entrevista, realizada a 16 de Outubro de 2005, Luísa Samões sublinha que “*para se encontrar uma raça é preciso encontrar um núcleo, uma população que se diferencia perfeitamente das outras, que está localizada num sitio específico e que é originária daquele sitio*”. Ora, na opinião de L.Samões, é exactamente isso que acontece com o *burro mirandês* que a engenheira zootécnica afirma ser identificado como tal – à data da sua investigação – dentro e fora da terra de Miranda. Luísa Samões explica: “*(...) fiz entrevistas, falei com outras pessoas, (...) visitei outras aldeias, como por exemplo a aldeia (...) que já fica no concelho de Vimioso (...) e as pessoas falavam do burro lanusco como sendo de Miranda! Toda a gente identificava!*”

Na entrevista, Luísa Samões dá conta das dificuldades no que respeita à determinação da origem do burro de Miranda, uma questão que tem sido alvo de alguma polémica

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Samões; L.: 61.

⁸¹ Id.

transfronteiriça. Isto numa região onde as trocas comerciais entre portugueses e espanhóis sempre fizeram – legal ou ilegalmente – em especial na zona da *raia seca*.

A investigadora explica que, se por um lado, os espanhóis reclamam para si a origem do burro mirandês por outro, investigações recentes permitiram obter indícios de que os reprodutores zamoranos-leoneses teriam afinal sido adquiridos em Portugal.⁸² “*Não havia nada que provasse que a raça era deles e não nossa. Só que eles fizeram o estudo primeiro que nós. Mas relativamente às raças há sempre essa disputa.*” – conclui Luísa Samões.⁸³

Na opinião da engenheira zootécnica o que diferencia os burros de Miranda dos zamoranos-leoneses é a qualidade das próprias pastagens – consideradas melhores do lado espanhol; e, também, melhores condições e melhor maneio do animal. O que faz do burro zamorano-leonês um animal *mais robusto e encorpado* que o seu irmão mirandês. O *Livro Genealógico da Raça Asinina Zamorana-Leonesa* para as províncias de Zamora e Leão remonta a 1940 e em 1987 foi considerado um animal em risco de extinção, tendo sido objecto de melhoramento daí resultando características mais definidas, mais homogéneas.

Concluído o estágio profissional no PNDI, Luísa Samões não pôde prosseguir a investigação que, segundo António Monteiro, ficou *congelada* durante cerca de dois anos, até 2001. Entretanto, porém, as conclusões do trabalho recebiam um acolhimento mediático totalmente inesperado com eco em vários órgãos de comunicação social nacionais.

⁸² De acordo com o *Plano de Melhoramento da Raça de Asininos de Miranda de 2003 a 2006*, da autoria da AEPGA (Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino), “*existem referências acerca da elevada «qualidade» (...) de burras reprodutoras provenientes do Norte de Portugal/Planalto Mirandês em França (...) tendo estas sido utilizadas no processo de recuperação da raça de Poitou levado a cabo nos anos 80. As mesmas considerações justificaram a utilização desses animais, no próprio processo de manutenção/melhoramento da raça Zamorana-leonesa (...).*” (p.6)

⁸³ As questões relacionadas com denominações de origem constituem um plano de debates e conflitos permanente, E. de Banville (2006), a propósito dos queijos azuis (fourmes) de Montbrisson e de Ambert e das disputas nos tribunais sobre uma eventual usurpação da designação «fourme» por parte de uma queijaria que fabrica o mesmo tipo de queijo fora da área correspondente à denominação de origem dos primeiros, escreve: “*(...) une AOC*” – Área de Origem Controlada – “*tend à fortement spécifier, particulariser, une appellation de famille (...), aussi large soit-elle au départ. La logique de l’indivisibilité risque, au nom de la protection, d’aboutir à celle de l’exclusivité.*” (2006:37) No mesmo sentido, “*C’est aujourd’hui l’affinage du roquefort dans ces seules fleurines du Combalou qui permet de lui attribuer la précieuse appellation AOC, tandis que les bleus des Causses son affinés dans les caves dites ‘bâtardes’. Ce dernier terme n’a ici d’autre signification que celle de «cave située en dehors de Roquefort, et plus précisément en dehors de la zone des éboulis du Combalou.»*” (id.: 23/24)

Segundo o *Plano de Melhoramento da Raça de Asininos de Miranda*, os dados recolhidos por Luísa Samões “*permitiram individualizar em termos biométricos e com significância estatística, um grupo de animais existentes fundamentalmente nas freguesias do concelho de Miranda do Douro e parte de Mogadouro (Planalto Mirandês), que constituía cerca de 25 % da amostra de animais estudados.*”⁸⁴ Animais com “*um conjunto uniforme de características que se assemelham ao padrão da raça Zamorana-Leonesa*” ainda que com diferenças de porte e de hirsutismo (em geral menor na raça mirandesa)⁸⁵. Na opinião dos autores do referido documento, as conclusões do trabalho de L.Samões apontavam para “*a existência de parâmetros zootécnicos e do próprio interesse estratégico e da população local, que justificavam a iniciação do processo de criação de uma raça autóctone local*”⁸⁶ : a raça asinina de Miranda.

Entre os argumentos usados para fundamentar a necessidade da criação da raça há que salientar, ainda, o da antiga importância dos burros mirandeses na produção mulateira nomeadamente para as regiões da Terra Quente Transmontana e do Douro Vinhateiro onde, “*nos séculos XIX e principalmente em meados do séc. XX*” se assistiu “*a um intenso processo de aproveitamento agrícola (campanha de trigo, plantio de olival e da vinha) que levou à utilização de parcelas de terreno inclinadas e de difícil acesso*”.⁸⁷ Um processo que terá dependido *integralmente* do gado muar: “*A utilização de largas centenas desses animais, principalmente na Região Demarcada do Vinho do Porto, leva a crer que existiria uma importante população-fonte de asininos com aptidão mulateira (necessárias à produção de animais de grande robustez e pelagem escura) que só poderia corresponder à população existente no Planalto Mirandês*”⁸⁸, conclui-se no documento. A essa convicção, relativa à antiguidade da importância dos burros mirandeses, soma-se o facto de estes continuarem a ser, ainda hoje, preferidos pelas populações, envelhecidas, das regiões de planalto da Terra Fria Transmontana – em detrimento de outros tipos de burros/animais ou de máquinas – “*uma vez que as suas*

⁸⁴ AEPGA, *Plano de Melhoramento da Raça Asinina de Miranda de 2003 a 2006 –Memória Descritiva:* p.6.

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ *Ibid.*

*características (...) de robustez, rusticidade e docilidade asseguram com eficácia determinadas tarefas agrícolas e transporte de pessoas e cargas.”*⁸⁹

3.2 Fundação da AEPGA e abertura do caminho ao reconhecimento da raça

Perante a alegada estagnação do processo, em 2001, António Monteiro que, entretanto, havia começado a criar ele próprio burros mirandeses, afirma ter resolvido, praticamente a título pessoal, avançar no sentido da criação de uma associação. Uma associação que ele queria ver sedeada no concelho de Miranda do Douro, “*em pleno solar dessa variedade*”

A associação fundada em Maio de 2001 era incipiente, reunindo apenas cinco pessoas: “*Três a sério e duas a brincar.*”

A Associação para a Protecção e Estudo do Gado Asinino, com sede em Sendim no concelho de Miranda do Douro, é fundada a 9 de Maio de 2001, constituída por este reduzido grupo de pessoas que, nalguns casos, mal se conhecem entre si.

António Monteiro afirma que, na época, ainda não se sabia se o conjunto de dados recolhidos por Luísa Samões seria “*suficientemente forte*” para garantir a “*a classificação*” de raça autóctone.

A associação convoca quase de imediato, e por pressão de António Monteiro, uma reunião com a presença de representantes do Serviço Nacional Coudélico (incluindo o director do SNC), do Ministério da Agricultura, e de Luísa Samões, e em que o PNDI, de acordo com o informante, não se fez representar. Uma reunião que se revelou absolutamente decisiva.

Maria Portas que preside à direcção técnica do Registo Zootécnico da Raça Asinina de Miranda como representante do SNC lembra, em entrevista realizada a 8 de Novembro de 2005, que o primeiro alerta ao Serviço Nacional Coudélico (ou SNC) foi feito por António Monteiro ainda em 2000. O biólogo, tendo já por base as conclusões do trabalho de Luísa Samões, chamava a atenção para a necessidade de preservar o burro mirandês que considerava estar em risco de extinção. Mas, foi só em meados do ano seguinte, em Junho de 2001, que uma delegação do SNC se deslocou à região.

⁸⁹ Ibid.

Para além da médica veterinária Maria Portas, fazia parte da delegação do Serviço Nacional Coudélico o próprio director, João Ambrósio da Costa Ferreira e, também, a professora da Faculdade de Ciências, Maria do Mar.

Estiveram no terreno, “*no solar do burro mirandês*” durante três dias, tendo António Monteiro como anfitrião e guia.

A visita de três dias termina com uma reunião na sede da AEPGA – que se havia constituído no mês anterior – e na qual, de acordo com a representante do SNC, para além de António Monteiro, participaram também alguns criadores, a então presidente da associação, Cândida Viana, para além de Luísa Samões – que tinha sido convidada pela AEPGA a expor as conclusões a que tinha chegado durante o trabalho de estágio.

É na sequência dessa reunião que o Serviço Nacional Coudélico dá luz verde à abertura do processo de homologação da raça asinina de Miranda.

António Monteiro que considera esta visita do SNC determinante para o reconhecimento oficial do burro mirandês recorda que, depois da reunião em que foi feita a apresentação dos dados que apontavam para a existência da raça, todos se deslocaram a uma aldeia para ver de perto os burros lanudos de que Luísa Samões falava. “*Fomos (...) a Vila Chã da Braciosa e vimos lá um prado onde estavam para aí uns dez animais todos semelhantes*” e foi então que o director do Serviço Nacional Coudélico, olhando aquele conjunto de animais não teve dúvidas em concluir: «*Temos raça!*»

Depois, foi o próprio SNC a ajudar a conduzir todo o processo apoiando a AEPGA na definição do Padrão da Raça Asinina de Miranda e do Regulamento do Registo Zootécnico da raça.

No início de Abril de 2002 o SNC dá parecer favorável à inclusão da raça asinina de Miranda no Livro das Raças Autóctones. Em carta dirigida à Direcção Geral de Veterinária – e também à Direcção do Serviço de Melhoramento Animal e de Apoio à Produção, o Serviço Nacional Coudélico esclarece que, com base em contactos estabelecidos com a AEPGA – enquanto representante dos criadores – e, ainda, na visita efectuada por técnicos (do serviço) à região, foi definido o padrão da raça asinina de Miranda. Na mesma carta, o SNC sublinha que se trata de uma pequena população de asininos, *eticamente definida e consolidada, cujo solar é o Planalto Mirandês*. Considerando o SNC tratar-se de um património genético que se impõe preservar.

O Serviço Nacional Coudélico comunica, ainda, na referida missiva a aprovação pelo SNC do Regulamento do Registo Zootécnico e a nomeação, e entrada em funções, da direcção técnica respectiva.

3.3 A raça asinina de Miranda é reconhecida oficialmente

O regulamento do Registo Zootécnico da Raça Asinina de Miranda – que deverá dar lugar no futuro ao Livro Genealógico da Raça Asinina de Miranda (ainda que possam coexistir durante algum tempo⁹⁰) – é homologado pelo Director Geral de Veterinária a 20 de Junho do mesmo ano.

A raça asinina de Miranda era, até ao início de Novembro de 2005, a primeira e única raça portuguesa de burros reconhecida oficialmente⁹¹ e, segundo Maria Portas, “*é tão definido o padrão, os animais são tão diferentes, que não há confusão possível com outros.*”⁹²

A direcção técnica do Registo Zootécnico – a quem cabe aprovar os animais inscritos⁹³ – fica a cargo de uma equipa presidida pela médica veterinária Maria Portas do Serviço Nacional Coudélico e de que fazem parte Luísa Samões, entretanto nomeada secretária técnica da raça asinina de Miranda, e António Monteiro como representante dos criadores (e que é simultaneamente um representante da AEPGA).

Em geral, só numa fase posterior compete à(s) associação (associações) gerir o, futuro, Livro Genealógico da raça cabendo ao SNC intervir sobretudo na fase inicial, de registo. No entanto, Maria Portas (do SNC) esclarece que no caso do burro mirandês, por razões de operacionalidade que se prendem com a “distância” e com as “características” específicas da raça, foi considerado que seria mais eficaz entregar a

⁹⁰ Segundo, Maria Portas do SNC, que preside às direcções técnicas do Registo Zootécnico da Raça Asinina de Miranda e do Livro Genealógico da Raça Garrana (cavalos garranos), não há um prazo definido para que o Registo Zootécnico dê lugar ao Livro Genealógico, tudo depende da raça e da evolução do trabalho. No caso do garrano o registo, aprovado em 1993, está nesta altura ainda aberto apesar de já existir o Livro Genealógico. (Entrevista a 8/11/05)

⁹¹ O burro mirandês pode abrir caminho ao processo de reconhecimento de outras raças asininas em Portugal. É o caso do burro da Ilha Graciosa (nos Açores) e o do burro do Sul (Baixo Alentejo e Algarve).

⁹² Breve descrição do Padrão da Raça Asinina de Miranda feito pela AEPGA: “*Animal (de tipo) bem conformado, com manifesta acromegalia, corpulento e rústico. Altura Média: medida com hipómetro ao garrote, nos animais adultos: > 1,20 m sendo a altura recomendável a de 1,35m. Pelagem: Castanha escura, com gradações mais claras nos costados e face inferior do tronco. Temperamento: carácter dócil.*” (Apresentação AEPGA)

⁹³ A direcção técnica do Livro Genealógico tem as mesmas competências.

gestão do processo à AEPGA logo desde a fase de registos⁹⁴, muito embora o trabalho desenvolvido pelo secretário técnico da raça⁹⁵ seja tutelado e apoiado pelo SNC e a direcção técnica se mantenha activa.

A engenheira zootécnica Luísa Samões ocupará o cargo de secretária técnica da raça asinina de Miranda apenas por alguns meses, mais concretamente entre 24 de Junho de 2002 e o fim de Outubro do mesmo ano. Altura em que, e dada a aparente indisponibilidade de Luísa Samões para se manter em funções⁹⁶, o Serviço Nacional Coudélico⁹⁷ lhe comunica, em carta datada de 31 de Outubro de 2002, a intenção de a substituir pelo médico veterinário Miguel Nóvoa que actualmente ocupa ainda esse lugar.

De acordo com Maria Portas, na mesma altura em que o novo secretário técnico dá início aos registos, uma recém licenciada em Biologia na Faculdade de Ciências de Lisboa, Maria Inês F.M. Varela Morte, faz aquela que é a primeira investigação de genética de asininos num trabalho de estágio sobre os burros de Miranda⁹⁸ procedendo a recolhas de amostras de sangue enviadas depois para o Laboratório de Genética Molecular da *Coudelaria de Alter* (do SNC) em Alter do Chão.

Miguel Nóvoa tinha, entretanto, sido anteriormente seleccionado pela direcção do PNDI num concurso para um segundo estágio profissional com vista ao estudo mais aprofundado dos burros na área do Parque Natural do Douro Internacional. Um

⁹⁴ De outra forma um representante do SNC teria que acompanhar no terreno toda a actividade do secretário técnico: registos de reprodutores e de nascimentos, provas funcionais, recolhas de sangue, etc.

⁹⁵ Cabe ao secretário técnico da raça proceder, entre outras tarefas, à inscrição dos animais que correspondam, neste caso, ao padrão da Raça Asinina de Miranda e (ainda) com capacidade reprodutiva, no Registo Zootécnico, fazer as respectivas provas morfofuncionais, recolha de amostras de sangue de todos os animais registados e, ainda, registar os nascimentos, com vista à abertura do Livro Genealógico. As cópias das fichas de *Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores* (em anexo) que contem a identificação do animal (e do proprietário), respectiva caracterização e pontuação, são enviadas regularmente para o SNC que deverá inscrevê-las num banco de dados a disponibilizar futuramente através da Internet. No que se refere às recolhas de amostras de sangue elas são enviadas para o Laboratório de Genética Molecular de Alter do Chão (do SNC) com vista à criação de uma base de dados que permita não só estudar e determinar o genótipo da raça como controlar a filiação dos animais inscritos. Segundo o SNC, no que se refere aos burros, trata-se de uma iniciativa inédita em Portugal. Isto porque relativamente aos cavalos já é uma prática regular e que começa também actualmente a dar os primeiros passos no caso dos bovinos.

⁹⁶ A representante do SNC na direcção técnica alega que havia uma notória falta de resposta e falhas de comunicação por parte da então secretária técnica que tornou impossível mantê-la em funções por mais tempo.

⁹⁷ De acordo com o Decreto-Lei nº 97/97 de 26 de Abril Cap.I, Artigo 2º, alínea e, publicado em Diário da República I Série - A, nº 97, de 26/4/1997 são competências do Serviço Nacional Coudélico (SNC) – serviço central do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas dotado de autonomia administrativa e responsável pela produção equina em Portugal - entre outras, a de “*definir e aprovar os regulamentos por que se regem os livros genealógicos e registos zootécnicos da espécie, homologando a designação dos respectivos secretários técnicos*”

⁹⁸ Trabalho de estágio intitulado “*Caracterização morfométrica e genética do burro mirandês*”

concurso de que Luísa Samões estava afastada à partida em virtude de ter concorrido anteriormente. À data da candidatura, Miguel Nóvoa – com vinte e quatro anos de idade – encontrava-se na recta final do curso de Medicina Veterinária da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real.

O estágio iniciado em 2002⁹⁹ tinha por objectivo a realização de um levantamento mais exaustivo dos burros de raça mirandesa dentro da área do PNDI especialmente nas aldeias dos concelhos de Miranda do Douro e de Mogadouro, mas o propósito não terá sido cumprido dentro do tempo previsto inicialmente.¹⁰⁰

No mesmo ano de 2002, a AEPGA viu garantida a aprovação pela Divisão de Melhoramento Animal e de Apoio à Produção (da Direcção Geral de Veterinária ou DGV), do *Plano de Melhoramento da Raça Asinina de Miranda*¹⁰¹, graças ao qual foi possível manter a associação em actividade.¹⁰²

De acordo com A. Monteiro o programa previa a concessão, a fundo perdido, de “cinco a seis mil contos” para a associação “*estudar e identificar os animais da raça*” e, a partir do momento em que é aprovado, Miguel Nóvoa investe sobretudo nessa tarefa.

⁹⁹ Estágio realizado mais precisamente entre Março de 2002 e o final do mesmo ano.

¹⁰⁰ No Relatório de Estágio (2003) Miguel Nóvoa explica: “*É de referir, que um dos objectivos a atingir era que o trabalho desenvolvido para a concretização do estágio servisse como base e construção de alicerces para a implementação da AEPGA na região (...). Assim, em todo o trabalho desenvolvido a relação entre os objectivos do estágio a desenvolver para o PNDI e os objectivos a concretizar pela AEPGA são bastante idênticos.*”(2003:2)

¹⁰¹ No projecto do *Plano de Melhoramento da raça asinina de Miranda de 2003 a 2006* – elaborado por A. Monteiro e M. Nóvoa - estavam previstas “*fundamentalmente (...) acções destinadas ao estudo e caracterização zoométrica e genotípica, inscrição e processamento de registos, selecção e melhoramento zootécnico, divulgação e apoio aos criadores.*” (Nóvoa, M., 2003: 2-3)

As ajudas são prestadas ao abrigo da Portaria 1109-A/2000 de 27 de Novembro, Programa AGRIS, Medida 4, acção “*Serviços à agricultura*”, sub-acção (4.2) “*Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura*”, regulamento do “*Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia*”. Os montantes das ajudas correspondem a cem por cento da despesa elegível no caso da inscrição em livros genealógicos ou registos zootécnicos das raças autóctones e a setenta por cento das despesas de exames de paternidade por análise de ADN e por determinação de hemotipo e, ainda, das provas morfofuncionais. (IAPMEI: *Legislação nacional, Portaria nº 391/2006 de 24 de Abril de 2006*- consultado no seguinte endereço electrónico www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=4400 a 17 de Agosto de 2006 - e IFADAP - www.ifadap.pt .)

¹⁰² É essa a convicção de Maria Portas do Serviço Nacional Coudélico que adianta ter sido o Plano de Melhoramento – com fundos comunitários - o que permitiu, à associação, “*ter algum fundo de maneiio para o telefone, para o gasóleo (...)*” e, ainda, pagar ao secretário técnico da raça que, durante algum tempo, “*um a dois anos*”, se manteve em funções sem qualquer contrapartida económica.

3.3.1 O Plano de Melhoramento da Raça

De acordo com informações constantes da página da AEPGA na Internet, entre Julho e Outubro de 2002, a associação desenvolveu uma campanha de trabalho de campo liderada pelo médico veterinário Miguel Nóvoa, no sentido de inscrever o maior número de animais e conhecer os limites do solar desta raça. No âmbito desse trabalho foram visitadas 19 freguesias no concelho de Miranda do Douro e avaliados 360 animais, correspondentes a 280 explorações agropecuárias e, dos quais, 252 foram registados nesse período no LA (Livro de Adultos). Todos cumprindo os requisitos estabelecidos no padrão da raça: “*ter pelagem castanha, altura ao garrote mínima de 1,20 m, idades superiores a três anos para as fêmeas e mais de quatro anos para os machos (idades calculadas pelo cronómetro dentário) e ausência de qualquer sinal que evidencie mestiçagem (ex. risca negra na espádua e dorso, coloração branca por fora dos locais normais).*”¹⁰³

Até meados de Setembro de 2005, tinham sido inscritos no *Registo Zootécnico (RZ)-Registo de Reprodutores*¹⁰⁴ da raça de asininos de Miranda, 1704 animais¹⁰⁵ admitindo-se, no entanto que, parte deles, já tenha morrido ou sido vendida sem que os donos dos animais em causa disso tenham informado o secretário técnico da raça. Na sua grande maioria, estes animais localizavam-se na região do nordeste transmontano com destaque para o Planalto Mirandês e pertenciam a 1355 criadores dos quais, cerca de 300, possuíam mais do que um burro de Miranda. Ainda, de acordo com a listagem facultada pela AEPGA¹⁰⁶, 1397 eram fêmeas, 300 eram machos e, destes, apenas 30 eram burros

¹⁰³ Informações constantes do site da AEPGA na Internet, www.aepga.pt.

¹⁰⁴ *Base de Dados Zootécnicos da AEPGA: Registo Zootécnico-Registo de Reprodutores (Tabela)*, cuja última actualização tinha sido feita a 19 de Setembro de 2005.

No Livro de Adultos (LA) são registados (neste caso, a título inicial) todos os animais (adultos) que cumpram as exigências do padrão da raça. No futuro Livro Genealógico (LG) só serão inscritos os animais que cumpram as exigências do padrão da raça e relativamente aos quais o Laboratório de Genética Molecular de Alter ateste a sua paternidade.

Segundo Miguel Nóvoa (2003: 17) para além de se proceder aos registos recolheram-se ainda “*dados biométricos*” de todos os animais que terão sido também identificados - pelo menos numa primeira fase dos registos - por fotografia. Foram ainda feitas colheitas de sangue a todos os animais inscritos “*para determinação do genótipo que é base dos certificados de paternidade emitidos pelo SNC, tendo sido criado um banco de DNA da Raça Asinina de Miranda.*” (Nóvoa, M. 2003: 17)

¹⁰⁵ Apesar da tabela, constante da base de dados, facultada pela AEPGA conter 1729 itens, foram excluídos desta contagem 25 por insuficiência de dados: Sete estão em branco e nos restantes casos faltam, simultaneamente, dados respeitantes ao sexo e a características morfológicas do animal.

¹⁰⁶ E que contém algumas lacunas e imprecisões nomeadamente no que se refere a localizações precisas dos animais. Razão, pela qual, poderão existir algumas falhas em relação aos números totais aqui indicados embora não sejam significativas face aos dados disponíveis.

inteiros (não capados), havendo ainda sete asininos cujo sexo não está indicado na referida listagem. A média de idades dos burros registados era de, aproximadamente, 13 anos e meio e a média etária dos proprietários/criadores rondava, em 2005, os 64 anos.

O concelho com maior número de burros inscritos no Registo Zootécnico da raça asinina mirandesa até Setembro de 2005, era o de Miranda do Douro com 654 asininos, seguindo-se o de Vimioso com 391, o de Mogadouro¹⁰⁷ com 331 e o de Bragança com 179¹⁰⁸.

No concelho de Miranda do Douro, o maior número de animais inscritos no Registo Zootécnico localizava-se na freguesia de Malhadas (68), seguida pela de Duas Igrejas (66), por Paradela (59) e por Vila Chã da Braciosa (49).¹⁰⁹

Até 29 de Setembro de 2005 – data da última actualização da tabela disponibilizada para consulta –, o Livro de Nascimentos¹¹⁰ (LN) tinha 115 animais inscritos (53 machos e 65 fêmeas). A maioria dos nascimentos, cerca de 40 – segundo Miguel Nóvoa – registou-se

¹⁰⁷ Tive a oportunidade de acompanhar alguns registos realizados em aldeias do concelho de Mogadouro e o procedimento era o seguinte: Os criadores que tinham sido convocados previamente pelo presidente da junta de freguesia para se concentrarem com os seus burros numa zona central da aldeia apareciam aos poucos, alguns avisados só à última da hora por um vizinho. A selecção entre aqueles que eram considerados mirandeses e os outros era feita numa primeira abordagem pela cor e comprimento da pelagem e presença/ausência de risca dorsal no animal, (isto, eventualmente, para além de outros pormenores que escapam a um leigo). Essa primeira selecção suscitava por vezes reacções de decepção ou desagrado quando os animais eram excluídos que mais não fosse pelo tempo perdido. Para além, do nome e idade do proprietário e respectiva morada; inscrevia-se o nome – por vezes ‘inventado’ à última da hora pelo dono do animal-, sexo e idade aproximada do burro. Era registada, ainda, a cor da pelagem e tiradas as medidas da altura ao garrote, joelho, perímetro torácico, comprimento das orelhas, cabeça, arcada zigomática e largura da garupa. Atribuindo-se depois uma pontuação de 1 a 10 em cada um dos seguintes itens: *Cabeça e pescoço; Espádua e garrote; Tronco; Garupa; Membros; Pelagem; Andamentos e Conjunto de Formas* (terminologia usada nas fichas individuais do asininos).

Para além de se proceder ao registo, eram passadas declarações para efeitos de candidatura ao subsídio de apoio à manutenção da raça – que, dentro do calendário inicialmente previsto, teriam de ser emitidas até ao final de Abril de 2005 para os criadores poderem candidatar-se ainda dentro do prazo - e as pessoas avisadas de que tinham de se fazer sócias da AEPGA para dele poderem beneficiar, pagando muitos ali mesmo a primeira quota anual.

Entre alguns técnicos da área com que conversei pude constatar algumas dúvidas quanto ao rigor no que se refere à verificação dos critérios de classificação (considerada, por vezes, demasiado permissiva).

¹⁰⁸ Os concelhos que se seguem são o Figueira de Castelo Rodrigo (com 50), Vinhais (35), Freixo de Espada à Cinta (17), Macedo de Cavaleiros (9), Torre de Moncorvo (7). Havendo 21 distribuídos por outros pontos do país e 10 cuja localização não foi possível apurar.

¹⁰⁹ Seguem-se as freguesias de Ifanes- com 47 asininos inscritos no R.Z.; Constantim, S. Martinho de Angueira e Sendim (com 46), Póvoa (com 43), Miranda do Douro e S. Pedro da Silva (com 41), Genízio (com 31), Cicouro (com 19), Palaçoulo (com 15), Águas Vivas (com 13) e Atenor e Picote (ambas com 12 animais inscritos).

¹¹⁰ No Livro de Nascimentos (LN) são inscritos todos os animais filhos de pais registados no livro de registo a título inicial ou no Livro de Adultos (LA).

em 2005. Nos anos de 2003 e 2004 registou-se um pouco mais de 70 nascimentos. E a expectativa do secretário técnico para 2005 superava a centena.

Miguel Nóvoa, em entrevista realizada a 12 de Setembro de 2005, calcula que existam um total de 4000 asininos de todos os tipos numa vasta área que abrange os concelhos de Bragança, Vinhais, Alfandega da Fé, Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa.¹¹¹ Destes, 1704 foram, como já se referiu, inscritos no R.Z. da Raça Asinina de Miranda mas o secretário técnico acredita que muitos possam, entretanto, ter morrido. E, relativamente às *fêmeas activas* (do ponto de vista reprodutivo) – inscritas para as medidas agro-ambientais¹¹² –, sublinha o seu reduzido número: Apenas novecentas, segundo Miguel Nóvoa. Um número que, segundo o médico veterinário, pode também não corresponder à realidade dada a elevada idade dos animais¹¹³ e, ainda, eventuais problemas reprodutivos decorrentes, não só da idade¹¹⁴ mas, também, do facto de muitas fêmeas nunca terem procriado.

Para fazer face ao problema imediato da preservação e, também, do apuramento da raça, a AEPGA dá início, ainda no ano de 2003, à selecção de reprodutores, e à revitalização de dois postos de cobrição no concelho de Miranda do Douro. E em 2004 tinha comprado cinco machos a recriar para o mesmo efeito¹¹⁵. O objectivo é incentivar e

¹¹¹ De acordo com os dados do INE, mais concretamente dos Recenseamentos Gerais da Agricultura: Dados Comparativos 1989-1999, existiam nestes oito concelhos, em 1999, 5724 asininos de um total de 36485 animais distribuídos por Portugal continental o que correspondia a 15,7% do efectivo do continente.

¹¹² Ou seja com direito a subsídios previstos para as *raças autóctones particularmente ameaçadas* (Medidas Agro-Ambientais)

¹¹³ À elevada idade média tanto dos proprietários/criadores como dos animais junta-se ainda outro factor que prejudica a reprodução e que se prende com a própria utilização dos animais nos trabalhos agrícolas. Por exemplo, se um proprietário tiver apenas duas burras ou só uma, para trabalhar a terra – lavrar, semear, etc - opta por não a (s) deixar *criar*. Porque, simplesmente, não pode dispensar ou aliviar o animal do trabalho habitual, durante os períodos do final da gravidez ou/e no período de amamentação.

¹¹⁴ Numa breve entrevista realizada por mim ainda em Julho de 2004, Miguel Nóvoa afirmava que os burros mirandeses registados eram, nessa altura, mil e duzentos, com uma idade média de 15 anos. E o número anual de nascimentos situava-se nessa altura entre os vinte e os trinta dos quais, cerca de trinta por cento, eram machos – o que agravava o cenário para uma raça ameaçada de extinção. «*Dizem as pessoas do campo que se a cobrição for feita na lua crescente acaba por sair fêmea*», acrescentava a este propósito Miguel Nóvoa (não dando, no entanto, muito crédito a esta afirmação).

¹¹⁵ Para além destes, a associação acolhia ainda outros sete animais (jovens) que eram usados para mostras, passeios, actividades com crianças e, ainda, cerca de uma quinzena de outros burros que, por várias razões – por doença ou falecimento dos respectivos donos ou por causa da idade avançada do animal - tinham sido abandonados ou entregues à AEPGA - evitando-se assim que terminassem como alimento de animais de circo ou de matilhas de cães.

Alguns, precisamente por serem mais velhos e, portanto, ensinados, eram (e são) ideais para as actividades com as crianças.

motivar os criadores/proprietários a criarem burricos da raça de Miranda, tentando sustentar a tendência para o seu desaparecimento.

É de salientar a este propósito que em matéria de reprodução, como sublinha Henrique Pereira¹¹⁶, o burro é especialmente precoce: “*les femelles peuvent être aptes à la reproduction à partir d’un an et demi et les mâles à partir de deux ans. Les zootechniciens portugais recommandent toutefois de mettre cette race à la reproduction à partir de 3 ans pour les ânesses et 4 ans pour les ânes.*”

O cio tem uma duração aproximada de uma semana – entre os cinco e oito dias – com ciclos de quinze a trinta dias. O período de cobrições prolonga-se entre Abril e Junho. A gestação é de aproximadamente doze meses (com uma variação possível de quinze dias a mais, ou a menos).

Em 2004, segundo dados do Serviço Nacional Coudélico, António Monteiro e outros elementos da AEPGA, preocupados com o reduzido número de machos inteiros da raça asinina de Miranda – devido à prática generalizada dos criadores de os castrar, geralmente *no fim do primeiro ano de vida*¹¹⁷, para os tornar mais *dóceis* – compraram 16 burricos (inteiros) com 6 meses de idade (idade habitual do desmame)¹¹⁸ a agricultores locais.

A maior parte dos exemplares ficou cerca de um ano na *Coudelaria de Alter* do Chão, do Serviço Nacional Coudélico, para recria, regressando depois a Terra de Miranda para postos de cobrição. Outros exemplares adquiridos ficaram na posse de associados da AEPGA.

Segundo Miguel Nóvoa, em entrevista realizada a 12 de Setembro de 2005, no concelho de Miranda do Douro existiam, até essa altura, cinco postos de cobrição e outros dois no concelho de Vimioso. Todos funcionando em colaboração ou parceria entre a associação e criadores individuais.

O burro de cobrição é, nalguns casos, disponibilizado pela AEPGA para assegurar a cobrição das burras de uma aldeia ou grupo de aldeias: O animal fica, em geral, temporariamente a cargo de um particular que trata de lhe dar acolhimento e alimentação recebendo em troca o dinheiro pago pela cobrição que ronda os 15 euros –

¹¹⁶ “*Une race asine portugaise-L’âne Mirandais*”, *Les Cahiers de l’Âne*, nº7, Mai-Juin, 2005: 30/33.

¹¹⁷ Conforme Nóvoa, M. 2003: 17.

¹¹⁸ Burricos de áreas distintas e unicamente descendentes de animais já inscritos no Registo Zootécnico ou L.A..

-valor indicado pelo responsável do posto de cobrição da Póvoa que diz ter recebido cerca de setenta a oitenta criadores da região que ali se deslocaram, nalguns casos, mais do que uma vez para *deitar as burras* ao burro.¹¹⁹

Para além de dar continuidade à inscrição dos burros de raça mirandesa no respectivo Registo Zootécnico, está previsto no Plano de Melhoramento proceder à identificação dos animais através da implantação de um *microship* em cada um dos burros registados. Uma medida que ainda não foi no entanto possível aplicar dados os elevados custos da operação¹²⁰.

3.4 Uma raça autóctone ameaçada

No início de 2005, três anos após a homologação da raça em Portugal, a União Europeia incluiu a raça asinina de Miranda na lista das raças autóctones *particularmente ameaçadas*¹²¹ – com até mil fêmeas reprodutoras¹²² – e para as quais estão previstas ajudas no sentido da sua preservação.

¹¹⁹ De acordo com Miguel Nóvoa, o burro da AEPGA para cobrição que se encontrava na aldeia da Póvoa há perto de ano e meio, terá garantido a cobrição de 150 burras. Segundo o responsável pelo burro na referida aldeia, a associação paga-lhe 35 euros por mês para a ração a que se soma o dinheiro pago pela cobrição, 15 euros por cada burra que seja fecundada independentemente do número de tentativas ou seja de idas ao *posto de cobrição*: “*Vem agora (...) e torna daqui a vinte dias (...). Porque pode não pegar no primeiro quente (...) e, depois, pegar no segundo.*” (entrevista Sr «Ce(s)teiro» da aldeia da Póvoa, Abril de 2005). Um outro burro inteiro de cobrição está nas instalações da associação em Atenor e um terceiro circula por várias aldeias permanecendo alguns meses em cada uma delas, como Paradela, Fonte da Aldeia, entre outras. Há, ainda, dois burros de criadores particulares, em Fonte Ladrão e na Quinta do Cordeiro, existindo ainda outros postos de cobrição no concelho de Vimioso.

¹²⁰ A falta deste tipo de sistema de identificação do animal (que se verifica tanto em relação aos burros como às mulas) provoca aliás dificuldades no seu transporte para outros pontos da Europa.

¹²¹ Segundo Miguel Nóvoa, é a Direcção Geral de Veterinária – a quem compete a homologação da raça – que remete a informação para o IDRHa (Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica) que, por sua vez, encaminha o processo para as instâncias comunitárias. O assunto foi levado a conselho de ministros da agricultura da U.E. que aprovou a inclusão da raça asinina mirandesa na lista de raças *particularmente ameaçadas* (de extinção).

¹²² A definição de *raças ameaçadas* é estabelecida com base no critério da FAO – Food and Agriculture Organization – segundo a qual, uma raça “*es considerada en peligro si: El número total de hembras reproductoras está comprendido entre 100 y 1000 o el número total de machos es inferior o igual a 20 pero superior a 5*”; Ou, se “*El tamaño total de la población está próximo de, pero ligeramente inferior a 100 y creciente, y el porcentaje de hembras criadas en pureza es superior al 80 por ciento*”; Ou, ainda, no caso de “*El tamaño total de la población está próximo de, pero ligeramente superior a 1000 y decreciente y el porcentaje de hembras criadas en pureza es inferior al 80 por ciento.*” De acordo com a FAO, as raças podem ser ainda classificadas como pertencendo à categoria de “**CRÍTICA-MANTENIDA** o **EN PELIGRO-MANTENIDA**. Estas categorías identifican a poblaciones críticas o en peligro para las cuales existen programas de conservación activos o todavía estas poblaciones son mantenidas por compañías comerciales o institutos de investigación”.(fonte: site da FAO na Internet-www.fao.org - consultado a 25 de Julho de 2006)

Os apoios à manutenção desta raça autóctone estão integrados nas Medidas Agro-Ambientais previstas pelo Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006, vulgarmente designado por Programa RURIS, sendo beneficiários os criadores individuais ou colectivos que reúnam as seguintes condições: Tenham fêmeas e machos reprodutores¹²³ inscritos no Registo Zootécnico (RZ) ou no Livro Genealógico (LG) da raça; façam parte da associação de criadores respectiva, detentora do LG ou RZ, (no caso a AEPGA); demonstrem “ *o bom estado sanitário de todos os animais (...)*”; e que tenham nas regiões de montanha um encabeçamento, em pastoreio, inferior ou igual a três animais (3 CN/ha¹²⁴) por hectare da superfície agrícola utilizada (SAU) ou, “ *em Unidades de produção com área até 2 ha de SAU*” e, ainda, até dois animais (2 CN/ha) por hectare “ *de superfície forrageira nos restantes casos.*”¹²⁵ O montante base da ajuda prevista à raça asinina de Miranda, como *raça particularmente ameaçada*, rondará – porque ainda não foi facultada aos criadores – os 167 euros por ano (cerca de trinta e três contos e quatrocentos) para as fêmeas¹²⁶ a que se poderão somar complementos de ajuda à recria e aos machos reprodutores: O primeiro é atribuído quando uma primeira cria, de uma fêmea registada, é inscrita no Livro de Nascimento (LN), cujo criador/proprietário poderá receber o dobro das ajudas (ou seja perto de 334 euros); O segundo complemento previsto é para os (raros) machos reprodutores (mas com várias condicionantes¹²⁷) e que poderão ter direito a uma ajuda igual à das fêmeas adultas. A posse de burros capados não dá, portanto, direito a qualquer apoio previsto pelas Medidas Agro-Ambientais.

Para terem direito ao subsídio, os criadores têm de comprometer-se a não cruzar os burros de raça mirandesa com outros asininos que não correspondam ao padrão da raça durante um prazo de cinco anos. Têm, ainda, de manter os encabeçamentos; comunicar

¹²³ Com idade igual ou superior a 3 anos, no caso das fêmeas, e a 4 anos, no que se refere aos machos.

¹²⁴ Três *Cabeças Normais* por hectare. (Cabeça Normal é uma unidade de cálculo para a equiparação dos efectivos das diferentes espécies pecuárias). No caso presente, de burros com mais de seis meses 1CN equivale a um animal.

¹²⁵ Citações de Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), Medidas Agro-Ambientais: Medida 51 – Manutenção de Raças Autóctones, pp.1/3. Texto disponível no site da Internet: www.inga.min-agricultura.pt/ajudas/agroamb/mra/regras.html (Actualizado a 13 de Janeiro de 2006 e consultado a 14 de Maio de 2006)

¹²⁶ O valor base do apoios é de 139 euros (para as raças ameaçadas) com uma majoração de 20% para raças particularmente ameaçadas.

¹²⁷ Por exemplo, se o criador tiver menos de dez fêmeas adultas só um macho adulto é que é considerado elegível. No caso das ajudas à recria, se o efectivo for de duas fêmeas reprodutoras só uma é que tem direito ao complemento de ajuda, e se o efectivo for superior a duas serão elegíveis até 40 por cento do total de burras registadas.

– no caso presente, à AEPGA – “*todas as alterações do efectivo*”¹²⁸, manter o número de animais reprodutores inscritos e, anualmente, fazer prova da existência dos animais e do respectivo estado sanitário.¹²⁹

3.5 Território e usos do *Burro de Miranda*

O nordeste de Portugal, mais propriamente o distrito de Bragança e, sobretudo, o planalto mirandês, nomeadamente os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro são indicados como correspondendo à área de implantação actual da raça asinina de Miranda.

Nesta região o burro mirandês é utilizado como animal de tracção ou de transporte de pessoas e como animal de carga (a dorso).

É, ainda, considerado com especial aptidão zootécnica para a lavoura tradicional de minifúndio.

No que se refere às características do burro de Miranda a AEPGA, no seu sítio na Internet, salienta que “*à excepcional rusticidade, sobriedade, longevidade e polivalência que caracterizam os asininos, a raça de Miranda acrescenta força e*

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Posteriormente à realização do trabalho de campo foram anunciadas pelo Ministério da Agricultura as decisões de não pagamento respeitante aos novos contratos celebrados entre o INGA e os agricultores/criadores em 2005 e, ainda, de não aceitação de novas candidaturas em 2006, o que veio comprometer a efectivação das ajudas à manutenção da raça asinina de Miranda no presente Quadro Comunitário de Apoio.

Segundo informações obtidas junto do IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica –, a decisão de suspender o pagamento respeitante às novas candidaturas efectuadas em 2005 foi comunicada em carta nominal enviada pelo IFADAP-INGA aos agricultores/criadores e apenas aqueles que já recebessem anteriormente ajudas à manutenção de raças autóctones ameaçadas (como os bovinos de raça mirandesa, por exemplo) poderiam incluir os burros de Miranda nas suas candidaturas e beneficiar dessa ajuda.

Em Janeiro de 2006 (na Portaria 52/2006, publicada a 12 de Janeiro em Diário da República nº 9, Série I-B, p.323) o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, fez saber que “*as candidaturas em curso apresentadas no âmbito dos regulamentos de aplicação das medidas agro-ambientais e dos planos zonais, da intervenção «Medidas agro-ambientais», apresentam já uma execução financeira próxima dos limites orçamentais estabelecidos, pelo que importa cessar a apresentação de candidaturas ao abrigo dos referidos regulamentos, na medida em que a partir de 1 de Janeiro de 2007 entrará em vigor um novo quadro regulamentar para o período de 2007-2013.*” No mês seguinte, na Portaria nº 143/2006, (publicada no DR nº 36, Série I-B, de 20 de Fevereiro, p.1300) o MADRP informa que são prorrogadas por um ano as candidaturas às medidas agro-ambientais iniciadas em 2001 e que terminavam em 2005. Numa nota explicativa com data de 16 de Fevereiro, o Ministério da Agricultura, justifica a decisão tomada pelo governo alegando que, “*perante o quadro de rigor orçamental vigente*”, havia que optar entre “*pagar medidas agroambientais e indemnizações compensatórias a 100 mil agricultores, que deixariam de receber as ajudas em 2005, prolongando-as por mais um ano; ou (...) pagar novas candidaturas a 25 mil agricultores, sendo que (...) apenas 9 mil candidaturas são, de facto, novas.*” Tendo, assim, por uma questão de justiça, optado pela primeira hipótese.

docilidade.” É, por outro lado, um animal bem adaptado às condições da região, possuindo “*elevada capacidade para valorizar forragens pobres e grande resistência à escassez hídrica.*”

Relativamente ao sistema de manejo, a AEPGA (na mesma página *web*) salienta que a raça asinina de Miranda se encontra perfeitamente “*integrada na chamada «Terra Fria de Planalto», região de agricultura de sequeiro com grande amplitude térmica anual e baixa pluviosidade*”.

“*Os asininos*” – escreve a AEPGA-, “*são explorados em regime extensivo (pastagens de cerca de 1,5 ha).*” A partir dos três anos são considerados adultos mas a sua preparação para o trabalho nos campos começa habitualmente mais cedo por volta dos dois anos. “*Quando utilizado para conduzir o gado ao pasto, aí permanece juntamente com os bovinos ou ovinos até à sua recolha.*”

Segundo a associação, em geral “*as explorações têm no máximo dois asininos que vivem à margem dos cuidados e atenções dedicados às restantes espécies pecuárias, com estas partilhando pastos e alojamento.*”

A alimentação é geralmente reforçada quando os animais ficam mais tempo nas lojas ou estábulos, e também nas épocas de maior trabalho ou no período de gestação e amamentação. Podendo a dieta incluir nesses períodos “*grãos de cereal, farelos e concentrados comerciais*”.

No que se refere aos produtos específicos da raça, a AEPGA propõe que, para além dos serviços prestados agricultura (de minifúndio), ela venha a ser explorada “*como potencial turístico no apoio ao desenvolvimento rural, contribuindo para a fixação e melhoria sócio-económica das populações através da dinamização de actividades lúdicas, recreativas e culturais, nomeadamente no âmbito do turismo rural.*”

4. O caso do burro zamorano-leonês

Tal como o seu irmão mirandês, o burro zamorano-leonês tem a sua origem no primitivo asno europeu e a sua caracterização morfológica é também bastante semelhante¹³⁰: Tamanho bastante grande (em geral considerados maiores que os burros

¹³⁰ Como ficou claro na breve descrição constante de nota feita anteriormente.

mirandeses) e que pode alcançar o metro e meio de altura e um peso que pode ultrapassar os 350 quilos. *“La cabeza es muy voluminosa, con perfil recto o subcóncavo y orejas anchas y grandes. Las capas son de color oscuro tirando a parda com degradaciones em ojos, hocico, axilas, bragadas y bajo vientre. Poseen abundante pilosidad, especialmente en los jóvenes, en los que llega a recubrir todo el cuerpo (...).*

„ 131

As comarcas zamoranas de Aliste, Alba, Tábara, Sayago e Carballeda, *“así como (...) las localidades más al suroeste de Tierra del Pan, aunque creemos que podría sobrepasar por el sur el límite sayagués.”*¹³² constituem, na opinião de Yanes Garcia, a área de origem da raça zamorana leonesa. Tratam-se de *“zonas de pobre productividad de suelos, necesitadas de un animal ambiental de tracción apropiado, grande y austero, donde no se hechaban las yeguas al garañon, pues los terrenos no eran apropiados para sus trabajos ni para el mantenimiento de las mismas (...).”*¹³³ A partir desta área de origem o burro zamorano leonês expandiu-se às comarcas contíguas de Tierra del Vino, Tierra del Pan y Benavente de los Valles, na província de Zamora e a Valência de Don Juan, León e La Bañeza, na província de Leão. Tendo-se formado, dentro desta região de expansão do asinino zamorano-leonês, uma área de especialização: a *“zona de clásica recria del garañon, com notable intensidad desde el primer tercio del siglo XIX (...), quedando restringida por fin a los Partidos de Benavente y Valencia de D.Juan (...).”*¹³⁴

De acordo com o mesmo autor, o burro zamorano-leonês penetrou ainda na zona raiana portuguesa de Trás-os-Montes - *“de geomorfologia, prácticas agrícolas, y condiciones socioeconómicas similares a las limítrofes y homónimas comarcas zamoranas”*¹³⁵ – prosseguindo a sua expansão para o interior transmontano - *“desde Río de Onor hasta Mogadouro”*¹³⁶. E é a norte de Miranda do Douro - zona da raia seca - que, segundo Yanes Garcia - que se afirma conhecedor da tentativa de criar uma raça autóctone portuguesa - , considera existirem os melhores exemplares: *“(…) siendo mucho más notable y de mejor calidad (...), donde la inexistencia de la frontera natural del Duero,*

¹³¹ Garcia Dory, Miguel A. e outros: *Guia de Campo de las Razas Autoctones de España*: 179-180.

¹³² Yanes García, 1999: 38.

¹³³ Idem: 39. Ou seja aonde não existia produção mulateira (designadamente de machos burrenhos).

¹³⁴ Ibid: 39.

¹³⁵ Ibid: 40.

¹³⁶ Id.

*y la proximidad de pastos y localidades de ambos lados de la raya facilitó desde su inicio el contacto de poblaciones e intercambio de animales, e incluso la cubrición de burras en los propios pastos por buenos garañones.”*¹³⁷

Relativamente à área de influência da raça zamorana leonesa, o autor sublinha “*la influencia que la raza tuvo sobre países de Europa y América*” – de que é exemplo o burro de Poitou, em França (ou *baudet* – garanhão – de Poitou) - “*en diferentes épocas, contribuyendo a dar sangre para la formación de otras y a su producción mulatera.*”¹³⁸

Os defensores do burro mirandês contra-argumentam: “*De facto, a informação proveniente de Espanha relativa aos diversos estudos acerca do burro Zamorano-Leonês (com origem conhecida pelo menos já no século XV), (...) aponta (...) para que a raça de Miranda tenha derivado dessa raça espanhola (...). No entanto, existem referências acerca da elevada «qualidade» (nomeadamente porte, capacidade reprodutiva, rusticidade) de burras reprodutoras provenientes do Norte de Portugal/ Planalto Mirandês em França (...) tendo estas sido utilizadas no processo de recuperação da raça de Poitou levado a cabo nos anos 80. As mesmas considerações justificaram a utilização desses animais, no próprio processo de manutenção/melhoramento da raça Zamorana-leonesa (...).*”¹³⁹

O burro zamorano leonês ganhou fama durante o século XIX e princípio do século XX com a utilização dos *garañones* na produção mulateira: “*su cruce com yeguas daba lugar a magníficas mulas de las que dependía a labranza y el transporte en la mayor*

¹³⁷ Ibid: 41.

¹³⁸ Ibid. O burro mirandês é também considerado por Carlos Henrique Pereira (2005) “*sans aucun doute, un cousin du Baudet du Poitou.*” A chamada raça do Baudet de Poitou – como explica Janine Carette (2000) - “*est reconnue par les haras depuis 1884. Le terme «baudet» est spécifique de la race d’âne du Poitou. Les mâles ont une taille de 1,50 m., les femelles de 1,45 m, le tour du canon va jusqu’à 27 cm. La tête est forte, les oreilles très grandes. La robe bai brun n’as pas de raie de mulet. La fourrure épaisse se feutre et il est de tradition de la conserver en l’état, d’où le nom de «guenillou» donné à ces grands ânes. Le baudet de Poitou est exclusivement destiné à engendrer des mulets du Poitou avec les juments de la race mulassière.*” Segundo a mesma autora, “*cette race fut renouvelée em 1600 lorsque Henri IV fit venir des ingénieurs hollandais pour drainer le marais poiteven; ils vinrent avec leurs chevaux frisons, qui se croisèrent avec les grandes races locales.*”(2000:39-40).

¹³⁹ Nóvoa, Miguel F. 2003: 7.

Refira-se a este propósito que L. Samões (2000: 8) citando R. de Andrade (1939), indica que “*o Ministério da Agricultura tentou em Fonte Boa, a criação de um ramo Zamorano de burros reprodutores, não conseguindo obter o resultado pretendido pois os animais ficaram pequenos e alguns deles «aleijados».*”

parte del territorio de Castilla y León.”¹⁴⁰ Para isto terão contribuído o aumento da superfície cultivada e o alargamento do âmbito das trocas comerciais entre diferentes regiões espanholas ocorrido a partir do século XVIII. Mas, com a chegada do caminho de ferro e dos veículos motorizados, as mulas caem em desuso e, com elas, também os ganhos zamoranos leoneses que se concentravam especialmente “en (...) el SE de la provincia de León y el NE de la de Zamora”¹⁴¹, ficando a população asinina desta raça circunscrita “a las comarcas de cría tradicional que coincide plenamente con la distribución actual de los mejores ejemplares: Las comarcas de Aliste y Alba, la parte oeste de la tierra del Pan y el norte de la comarca de Sayago.”¹⁴²

Nesta região, como no contíguo território português, os burros são/ou eram usados no transporte de pessoas e cargas durante o pastoreio de gado (ovino ou bovino), em pequenas deslocções, para transporte de lenha e água, lavras “en terrenos ligeros”¹⁴³ – lavras de vinhas; sementeiras ou colheitas de batatas – sós, ou em parilha¹⁴⁴, e na produção de mulas.

A raça, cujo (primeiro) Livro Genealógico foi criado em 1940 nas províncias de Zamora e Leão, atravessou uma grave crise nos anos 60 – “(...) conservándose sólo poco a poco en el área de origen y también en algunos núcleos de cría del Ejército de Tierra y el Ministerio de Agricultura.”¹⁴⁵ Em 1980 é catalogada como raça sob *Protección Oficial* e em 1987 é considerada em *perigo de extinção* – estatuto que ainda se mantém. Em

¹⁴⁰ Aszal - Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa (s./d.). “*El Asno Zamorano-Leonés*” (brochura).

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Ibid. Segundo Jesús Gabriel (da ASZAL) – em entrevista realizada em Abril de 2005 – em Sayago já haverá poucos: “A zona mais rica que nos resta é: Aliste, um pouco de Alba e Tierra del Pan que é a área onde estamos trabalhando.”

Refira-se que esta região – de economia predominantemente agro-pastoril -, mais propriamente as comarcas de Aliste, Sanabria (ambas no noroeste da província de Zamora e limitadas pela fronteira do nordeste português), e a comarca de Sayago (a sul) “formaban parte com Galicia y todo el nordeste «transmontano» de Portugal, del antiguo reino leonés, cuya cultura dejó profundas marcas en sus costumbres y hablas.” (Domingues Polanah, 1996: 14)

¹⁴³ Aszal - Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa (s./d.). “*El Asno Zamorano-Leonés*” (brochura).

¹⁴⁴ O veterinário e criador de burros zamoranos Jesús de Gabriel, da ASZAL, assinala um aspecto que ele considera distintivo entre os burros mirandeses e os zamoranos: É que os asininos do lado português andam de *cabeça mais levantada*. A diferente postura resulta, segundo Jesus Gabriel, das diferentes formas de atrelar (de *enganchar*) os animais que, em Portugal, se faz pelo pescoço e pela cabeça o que obriga o animal a levantá-la para poder suportar o peso (exercido duplamente sobre o pescoço e sobre a cabeça); enquanto que do lado espanhol a atrelagem é feita de modo a que o animal puxe pelo pescoço mas suporte o peso apenas sobre o dorso (um método considerado mais moderno).

¹⁴⁵ Aszal - Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa (s./d.). “*El Asno Zamorano-Leonés*” (brochura).

1995, “con el apoyo de la Junta de Castilla y León e la Diputación de Zamora” e com o propósito de “*velar por su pureza, selección y fomento*”, nasce a Asociación Española de Criadores de Ganado Selecto de Raza Zamorano-Leonesa (a ASZAL¹⁴⁶). É neste mesmo ano que os criadores começam a receber o subsídio comunitário previsto para as raças ameaçadas. Um novo Livro Genealógico da raça asinina Zamorano-Leonesa é criado em 1998 pela Junta de Castela e Leão.

Até Março de 2005 tinham sido inscritos, aproximadamente, 1350 burros zamoranos-leoneses¹⁴⁷ pertencentes a 786 proprietários¹⁴⁸ – mais de metade (60 por cento) com idades superiores a 60 anos¹⁴⁹ – na sua maioria residentes na província de Zamora.



(Foto de J.E. Yanes Garcia)

Os principais problemas indicados pela ASZAL relativamente à preservação desta raça são os mesmos que se verificam no que se refere ao burro mirandês: “*la elevada edad media de sus propietarios, la relación con la economía de autoabastecimiento de éstos y el escaso número de nacimientos debido a la edad elevada de las asnas y a problemas reproductivos y sanitarios.*”¹⁵⁰

¹⁴⁶ A ASZAL – Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa - “*tiene como objetivo velar por la conservación, mejora y promoción del asno zamorano-leonés colaborando con el Ministerio de Agricultura y Ganadería, la Junta de Castilla y León y la Diputación Provincial de Zamora en diferentes líneas de acción: gestión del libro genealógico, ayudas para los ganaderos, censo y marcaje de ejemplares, promoción de la raza, mejora de la reproducción y la comercialización, y participación en programas comunitarios de conservación.*” (ASZAL, “*El Asno Zamorano-Leonés*”)

¹⁴⁷ Conforme base de dados com data de 15 de Março de 2005.

¹⁴⁸ Ultima actualização do documento com data de 1 de Março de 2005. Na maioria dos casos existem dois burros por exploração.

¹⁴⁹ Sanchez Honorato, M., 2003: 136.

¹⁵⁰ (ASZAL, “*El Asno Zamorano-Leonés*”). Afirmção que Miguel Nóvoa repete, quase palavra por palavra, quando retrata a situação do burro mirandês.

De acordo com o veterinário – e, também, criador de burros zamoranos leoneses –, Jesus de Gabriel Pérez, da ASZAL (com quem pude conversar), em Espanha, tal como em Portugal, os asininos¹⁵¹ sempre foram vistos como animais de trabalho que prestavam um serviço às famílias mas que eram ‘dispensáveis’ porque não geravam (directamente) riqueza. Razão pela qual nunca foram, enquanto espécie, objecto de estudo aprofundado. A excepção vai para alguns desses burros que, pelas suas qualidades reprodutoras, tiveram muita importância económica e que, no caso que aqui importa referir, eram os garanhões zamoranos-leoneses (*garañones* ou burros sementais).

Jesús de Gabriel sublinha que, se hoje se dá importância à raça zamorana-leonesa (no seu todo), é simplesmente porque ela se está a extinguir porque “há 50 anos” (em meados da década de 1950) ainda havia muitos animais desta raça.

Com o desaparecimento progressivo dos garanhões (que, entretanto, foram perdendo a sua importância na produção mulateira) havia que resgatar os animais da raça que sempre tinham existido na zona esquecida (e isolada) do oeste da província de Zamora: Terra de agricultura tradicional, praticada em solos pobres (e superficiais) e onde a cultura dominante era o centeio¹⁵². “*Cereal da pobreza, panificável, esse centeio não era para o animal de trabalho que eram no passado, sobretudo, as vacas mas, também, as burras. O que o agricultor queria era uma burra que fosse forte e, sobretudo, austera. Capaz de viver sem consumir o centeio que era para o Homem e que não custasse a manter (porque, se em vez de uma burra tivesse uma mula ou uma égua teria que lhe dar centeio).*”

Na opinião de Jesús de Gabriel, a burra mirandesa e a zamorana são iguais. “*Não existe raia. O terreno é igual. Muito embora ache lícito que um grupo diga «esta é a minha raça», está no seu direito.*” A duplicação de classificações para uma mesma raça é

¹⁵¹ Em todo o território espanhol existiam, de acordo com o Censo Agrário de 1999 (INE), 55 mil asininos (em 1986 – segundo o Censo General Ganadero de Março de 86 - eram mais do dobro: 140 mil).

¹⁵² Na comarca de Sayago “*El centeno, la cebada y la avena son los cereales privilegiados (...); el trigo solamente fue introducido hace cerca de 50 años.*” (Domingues Polanah, 1996: 15) À semelhança do que acontece do lado português, actualmente, o cereal “*es destinado fundamentalmente a la alimentación de los animales; solo se acostumbra a separar una pequeña parte para las necesidades de la familia. Son muy pocos aquéllos que producen en cantidad para vender (...).*” (Idem). Segundo o mesmo autor, nos municípios do norte da comarca de Sayago ainda se utilizam vacas (a vaca *sayaguesa*) nos trabalhos de lavoura (a par dos tractores) mas no sul “*prácticamente desapareció.*” Preferindo-se “*cada vez más*” as mulas ou as éguas e, “*raramente*”, os burros. O princípio das grandes mudanças na tecnologia da lavoura e dos meios de transporte na região é situado por este autor, aproximadamente, na década de setenta (final da década (?)) do século XX. (Idem: 16/17)

afinal muito frequente e aponta o exemplo do “*mastim francês e espanhol dos Pirinéus*” que também não se distinguem entre si.

O veterinário diz que é impossível distinguir os burros mirandeses dos zamoranos que não são “*ni mayores, ni mejores*” que os do lado português. Considerando, no entanto, que haverá naturalmente diferenças resultantes do facto da raça estar a ser objecto de melhoramento há mais tempo em Espanha do que em Portugal.

Diferenças que se podem ou não acentuar dependendo das perspectivas de trabalho (*melhoramento*) da raça seguidas de um e do outro lado da fronteira: “*Se eu decido que o burro mirandês vá mais na linha do trabalho, e o zamorano na linha da beleza, serão cada vez mais distintos. Mas, se deixo tudo como está, não há diferenças. Sempre se venderam burros de um lado para o outro. Sempre.*”

Durante alguns anos a preocupação estética foi dominante – nomeadamente no que se refere ao tamanho (grande) do animal -mas actualmente a recuperação da raça zamorano – leonesa é vista noutros termos: “*A melhor forma de a recuperar é devolvê-la outra vez à sociedade: Não só ao meio rural, que se está a acabar mas, também, ao novo, ao moderno...ao uso do burro em rotas de turismo rural¹⁵³, por exemplo. Em Zamora ninguém faz nada com burros em turismo rural.*”

Os potenciais compradores de burros zamoranos leoneses são actualmente de dois tipos: Os agricultores que na zona de origem da raça voltam a comprar burros e que procuram animais de qualidade – “*e que ainda lavram com eles*” – casos das comarcas de Aliste e de Sayago; e o comprador *moderno* actual “*que é uma família de qualquer parte de Espanha com um pouco de terreno e quer ter dois burros.*” Neste último grupo, incluem-se os *maiores* compradores que se deslocam à feira anual de burros zamoranos-leoneses de San Vitero – que a ASZAL organiza há seis anos – e, “*a maioria, não faz absolutamente nada com os burros*”.

Nas chamadas áreas de agricultura tradicional – no oeste da província de Zamora –, actualmente, a população é constituída maioritariamente por gente na reforma ou na pré-reforma “*que faz o mesmo de sempre mas sem pressas e por distracção. Não para*

¹⁵³ Segundo J. de Gabriel, os machos castrados são os mais indicados para estas rotas de turismo rural e não as fêmeas que são “*más dulces*” para trabalhar nos campos (razão pela qual, aliás, há sempre tão poucos machos castrados). Por outro lado, é justamente no período da Primavera e Verão, quando habitualmente se realizam este tipo de passeios (como, aliás, acontece em Portugal), que as fêmeas estão (ou deveriam estar) em plena gravidez ou já *paridas* “*e não se podem fazer as duas coisas. Por isso é que os criadores tradicionais normalmente não criam ou, se o fazem, é cada burra de sua vez.*”

produção e nem sequer por consumo. Pelo prazer de fazer.” Agricultores que mantêm as hortas – cujos produtos vão sobretudo para os filhos que vivem fora – e as vinhas (onde o tractor não entra por falta de espaço) – cuja produção (de vinho) habitualmente não consomem por razões de saúde relacionadas com a sua idade avançada.

Jesus de Gabriel considera que a vergonha da pobreza associada ao burro desapareceu: *“Nos primeiros anos da feira de San Vitero”* – conta – *“as burras apareciam muitas vezes com parasitas, peladas e muito magras. E as pessoas tinham vergonha de sair com elas. Dois anos depois as burras vinham gordas e as pessoas pelavam-se por sair a passear com elas.”*

O burro zamorano que *“há dez anos, era igual a pobreza, miséria, subdesenvolvimento, hoje é algo que compram os ricos de Madrid, para dizer que têm alguma coisa que mais ninguém tem.”*

De um total de 1300 burras apenas tinham nascido, à data desta entrevista, 81 crias no ano de 2005 e foi considerado o melhor ano de sempre para a ASZAL – cujo trabalho se intensificou a partir dos finais da década de noventa –, já que normalmente nasciam anualmente metade dos animais (40).

“Quando começámos, há 15 anos, só havia duas ‘paradas’ (postos de cobrição particulares e não nasciam mais do que seis animais, ao ano, em Zamora.”

Actualmente, os postos de cobrição existentes são de criadores particulares com parcerias com a ASZAL sendo que os burros inteiros pertencem à própria associação. Todos os anos são comprados os melhores machos – com seis a oito meses – e recriados para possíveis burros sementais. *“Entregamo-los a um criador, damos-lhe dinheiro para que os cuide e têm que os ter um ano e meio em sua casa. Se não gostarmos, o burro é castrado e vendido. No caso contrário, fica.”* A associação poupa, assim, em instalações que não possui para o efeito e em custos, e o criador poderá sentir-se *“envolvido e terá vontade de, com esse dinheiro, comprar uma fêmea melhor”*.

Actualmente, a ASZAL conta com cerca de uma vintena de burros de cobrição¹⁵⁴, entre os quais se incluem asininos da própria associação, gananhões cedidos pelo exército e

¹⁵⁴ Jesús de Gabriel diz que a situação a este nível é bastante distinta da portuguesa onde ainda há muito mais burros de cobrição, apesar de não existirem frequentemente grandes critérios de escolha. Do lado espanhol sempre terá sido diferente: *“Quem aqui tem um gananhão, tem um gananhão! É «paradista». E as pessoas vão ali levar as burras para cobrir mas essa tradição em Espanha está mais perdida.”* Yanes Garcia (1999) afirma a este propósito que no “arco” compreendido entre Rio de Onor e Miranda do Douro – onde a influência do burro zamorano é por ele considerada mais forte (pelo menos em metade

ainda outros na posse de particulares. Para evitar os perigos da consanguinidade existem “*dez ou doze linhagens (?)*” (grupos sem relações de parentesco entre si).

O dinheiro, seja sob a forma de subsídios pagos aos criadores para que criem de facto burros zamoranos-leoneses ou através da inflação dos preços dos asininos da raça – que a ASZAL inicialmente provocou deliberadamente – é, sem duvida, a principal chave para a recuperação da raça. Isso sempre esteve muito claro para os três jovens criadores que lançaram a ASZAL. “*Quando começámos, uma cria – uma fêmea – valia 35 mil pesetas agora vale à volta de 250 mil. Esse é o dinheiro que a maioria «vê», sobretudo os mais jovens. Os mais velhos também. Mas, ainda que só falem do dinheiro, «vêm» algo mais.*”

Para além das ajudas comunitárias (iguais às atribuíveis em Portugal para as raças autóctones particularmente ameaçadas), os criadores da raça zamorana-leonesa contam ainda com apoios da Junta de Castela e Leão e da Diputación de Zamora¹⁵⁵.

A inflação dos preços dos burros que, inicialmente, foi fomentada pelos próprios elementos da ASZAL como forma de estimular a criação de animais da raça, acabou por ter um efeito perverso. Levando à saída dos melhores exemplares da raça para fora da sua região de origem. Os riscos dessa estratégia evidenciaram-se na feira de San Vitero quando um austríaco comprou oito, das cerca de doze burricas da raça criadas anualmente, por um milhão e duzentas mil pesetas. “*Das doze fêmeas que tinham, as melhores oito foram levadas por ele.*” Daí que, agora, a ASZAL aposte na compra dos melhores animais para recria.

Apesar de considerar que o asno zamorano leonês geneticamente não é propriedade de ninguém, a ASZAL considera que a maior parte dos animais deve continuar a estar no respectivo solar. “*Somos nós, aqui, que estamos a gerir a raça. Temos que a devolver melhor e aqui. E a melhor forma de a gerir é não a mover muito. Porque haverá sempre quem tenha mais dinheiro do que tu... Porque, se hoje temos 1300, sabemos que em 2010 teremos 500 se trabalharmos bem. Porque é assim... o caminho natural do asno*

dos asininos da referida área) - existe “*una mayor proporción de animales castrados que en la zona española, y con una carencia absoluta de garañones en pureza, pues los actuales se hallan en distinto grado de mestizaje y son de pequeñas alzas.*” (1999:92)

¹⁵⁵ Uma ajuda que J. Gabriel considera particularmente importante não tanto pelos quantitativos (um total a rondar os 4 milhões de pesetas anuais de ajudas directas ao criador) mas pelo carácter da sua aplicação que se traduz actualmente num acréscimo ao apoio que já era dado aos que têm uma “*cria viva da raça*” (e que em vez de 20 mil, passaram a ser 40 mil pesetas). “*Já ninguém pode dizer que não cria por não ser rentável – sublinha J.Gabriel. “E, na verdade, os nascimentos aumentaram”.*

zamorano – leonês é a extinção. Tudo o que não seja isso é pensar em algo distinto à realidade. O burro tem que se extinguir porque não tem função. Pode ser que inventemos algo mas o normal é que fracassemos. A não ser que haja muita gente que pense no mesmo sentido.”

Se os mais velhos recuperam ou descobrem o orgulho de exhibir o seu burro, o mesmo não acontece com os mais novos. Jesus de Gabriel está convencido de que *“para voltar a trabalhar com o burro, há que permanecer duas gerações sem burro. Se o pai tem burro e o filho trabalhou com ele até aos dez ou doze anos, não vai querer um burro em duas gerações. (Só o neto poderá eventualmente vir a ter.) Não lhe sai da cabeça que é um símbolo de pobreza.”*

Depois de vários anos de trabalho e vizinhança com os criadores ‘tradicionais’ afirma ter concluído que não se pode exigir demasiado das pessoas porque já são muito idosas *“mas a alegria que se está a devolver também é importante. Ou seja, o orgulho com que alguém agora sai com o seu burro, o facto de que ele já ser consciente de que possui uma riqueza patrimonial (...) é importante. (...) Quanto aos filhos, só ouvimos uma coisa: dinheiro!”*

O retrato feito por este elemento da ASZAL pode bem ser uma antevisão do que sucederá dentro de alguns anos em Terra de Miranda. Será necessário sublinhar, no entanto, que nem os criadores de burros mirandeses vão poder contar com os variados apoios em dinheiro que recebem os seus vizinhos de Zamora; Nem a AEPGA tem o carácter profissionalizado da ASZAL (que tem o seu escritório em Zamora com uma funcionária a tempo parcial). Nem a ASZAL tem a responsabilidade de gerir sozinho um livro genealógico como acontece com a AEPGA.

5. A Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA)

5.1 Objectivos e âmbito de acção

A Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), fundada em 9 de Maio de 2001¹⁵⁶, define-se como uma associação sem fins lucrativos que tem por objectivos *“a realização de estudos, pesquisas, divulgação e promoção do gado*

¹⁵⁶ Como consta do Diário da República, III Série, de 18 de Junho de 2001, nº 139.

asinino, a classificação e gestão da variedade de asininos «Terras de Miranda» e, ainda, “a promoção de iniciativas desportivas e turísticas de passeios com burros, a realização de campanhas de educação ambiental e conservação da natureza”¹⁵⁷.

São competências da AEPGA definidas pelos estatutos da associação:

“A investigação” e “o estudo de todas as questões técnicas, sociais, culturais e económicas respeitantes ao gado asinino”; “Promover e apoiar todas as iniciativas que visem a classificação, protecção e melhoramento de uma raça autóctone de asininos na região de terras de Miranda”; “Potenciar o aproveitamento socio-económico do gado asinino, através da organização de iniciativas turísticas, recreativas e culturais”; “Apoiar em termos zootécnicos e logísticos, os criadores de gado asinino, nomeadamente implementar campanhas de recenseamento, sanitárias e de melhoramento”; “Contribuir para a melhoria das condições ambientais e valorização do património natural da região através do manejo pecuário sustentável” e, ainda, “potenciar a utilização do gado asinino como veículo de educação e sensibilização ambiental junto de crianças, doentes e deficientes”, prevendo-se para tal o estabelecimento de relações de cooperação com outras entidades, públicas e privadas, nacionais¹⁵⁸ ou estrangeiras.¹⁵⁹

A AEPGA compromete-se ainda a “executar o Plano de Melhoramento da Raça aprovado pela Direcção Geral Veterinária, elaborando e mantendo o Registo Zootécnico e respectivo Livro da Raça Asinina das Terras de Miranda, com a

¹⁵⁷ Objectivos definidos no Artigo 3º, ponto 1, dos Estatutos da AEPGA (conforme site da AEPGA:- www.aepga.pt – consultado a 20 de Maio de 2005).

¹⁵⁸ A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) é uma das entidades com as quais a AEPGA mantém relações de cooperação. Em 2005 estava previsto o estabelecimento de protocolos de colaboração com a Fundação de Serralves (Porto) e com a Quinta do Pomarinho: Quinta Pedagógica da A.P.P.C de Évora.

¹⁵⁹ (Artigo Terceiro dos Estatutos da AEPGA). Entre as entidades estrangeiras com quem a AEPGA tem relações privilegiadas está, por exemplo, The Donkey Sanctuary (GB). A organização britânica que garantiu o encaminhamento, para um abrigo no sul de Espanha, de grande parte dos burros abandonados na posse da AEPGA; têm prestado apoio técnico e de formação à AEPGA. The Donkey Sanctuary, uma associação que sobrevive graças aos donativos e a campanhas de adopção de animais, é uma das mais antigas e mais importantes – se não mesmo a mais importante – organizações de defesa dos asininos. De acordo com informações prestadas, em 2004, por uma das técnicas responsáveis por um dos centros da associação, em Birmingham, só ali eram recebidas, anualmente, mais de sete mil crianças e jovens dos 2 aos 18 anos para sessões de asinoterapia.

A AEPGA mantém também relações de estreita cooperação com a ASZAL (a associação de criadores de asininos da raça zamorana-leonesa). Estabeleceu ainda relações com a associação que gere o Livro Genealógico do *Baudet de Poitou*, tendo organizado em 2005 uma visita guiada às suas instalações em França (e em que participaram também elementos da ASZAL).

assistência técnica e o apoio da direcção do Serviço Nacional Coudélico”¹⁶⁰. Neste sentido assume, também, o compromisso de “*promover a aceitação e execução pelos associados*” criadores, “*das medidas de carácter zootécnico e sanitário preconizados pelos serviços competentes*” e, ainda, o de “*promover ou colaborar na divulgação da raça, através da realização de exposições, concursos, leilões e outros eventos envolvendo os burros da Raça das Terras de Miranda.*”¹⁶¹

A associação, que reúne criadores e admiradores do gado asinino, pretende, ainda, que as acções por ela desenvolvidas constituam “*o primeiro passo para a valorização da imagem dos burros, contribuindo para a recuperação do seu efectivo e potenciação de um modelo de aproveitamento socio-económico que respeite e preserve o (...) património cultural e natural da região do Nordeste Transmontano*”.¹⁶²

Na prática, a AEPGA, para além de gerir o Registo Zootécnico e de desenvolver estudos para a caracterização da actual população de burros na região – alguns deles em parceria com outras instituições – e das acções de melhoramento da raça¹⁶³, – de que a revitalização de postos de cobrição com burros da raça mirandesa e o incentivo à aquisição de asininos mirandeses, são exemplo – presta também apoio (sobretudo veterinário) aos criadores e dinamiza diversos eventos de promoção do gado asinino (enquadra-se aqui, por exemplo: a promoção de feiras regionais de asininos como a feira anual do Naso, a realização de gincanas, concursos, burricadas ou a participação nalgumas das mais importantes feiras agro-pecuárias do país); Apostando, designadamente, no aproveitamento turístico dos asininos – nomeadamente através de vários passeios realizados anualmente; e, mais recentemente, no uso terapêutico destes animais (asinoterapia).

Numa primeira fase da sua existência, a AEPGA investiu sobretudo na recolha e centralização de informação relativa aos asininos do Nordeste Transmontano, mais

¹⁶⁰ AEPGA: “*Quem Somos: Objectivos*”, ponto 3, publicado nas páginas da AEPGA na Internet - www.aepga.pt - consultado a 3-11-05.

¹⁶¹ Id.

¹⁶² Artigo Terceiro dos Estatutos da AEPGA. Refira-se que o discurso da AEPGA foi sofrendo ligeiras alterações ao longo do tempo, centrando-se actualmente mais na necessidade da salvaguarda não da espécie mas da raça mirandesa em particular como “*um património genético e ecológico único*” (conforme site da AEPGA na Internet acima referido).

¹⁶³ “*(...) de modo a obter animais com o máximo de carga genética característica desta raça*”. (AEPGA. “*Quem Somos: Objectivos*”, ponto 3, publicado nas páginas da AEPGA na Internet - www.aepga.pt - consultado a 3-11-05).

concretamente, dos concelhos de Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro e Bragança. Nesse sentido, procedeu-se a alguma *recolha bibliográfica* e foram estabelecidos contactos com especialistas portugueses e espanhóis ligados ao estudo e protecção dos asininos. Foram também contactadas todas as juntas de freguesia da região com o objectivo de inventariar os asininos para avaliar a evolução do efectivo.

Em Março de 2005, a AEPGA tinha 1200 sócios dos quais 600 a 700 eram criadores de burros dos concelhos de Miranda do Douro e do Vimioso e os restantes – não criadores – eram pessoas de outras regiões do país e de Espanha.¹⁶⁴ Em Outubro do mesmo ano a associação reunia 1505 sócios¹⁶⁵: Dos quais, 1418 são residentes em Portugal continental, 6 nos arquipélagos da Madeira e Açores e 57 no estrangeiro (existindo 24 relativamente aos quais se desconhece a morada). No continente, a maioria dos sócios da AEPGA – que se distribuem um pouco por todos os distritos – reside no distrito de Bragança (1114, ou seja, 79 por cento do total de sócios do continente), seguindo-se os distritos do Porto (67), de Lisboa (62) e Vila Real (42). Entre os sócios residentes no estrangeiro, grande parte distribui-se por Espanha e França.

Os dados disponíveis não permitem, no entanto, distinguir com rigor os criadores dos não criadores. No que diz respeito às profissões, existem indicações relativamente a apenas menos de metade dos sócios sendo que, destes, cerca de quarenta e cinco por cento são agricultores. Há, ainda, um razoável número de estudantes associados (na sua maioria universitários) para além de profissionais (técnicos) ligados à agricultura, florestas, medicina veterinária, biologia, ambiente. Existe também um leque muito diversificado de outras profissões (como professores, jornalistas, sapateiros, militares, juristas...) e alguns reformados.

De acordo com Miguel Nóvoa foi, sobretudo, a partir de 2005, com a perspectiva de apoios (comunitários) à manutenção da raça que os criadores da região começaram a manifestar interesse pela acção da AEPGA, pedindo informações por telefone ou deslocando-se pessoalmente à sede da associação e, nalguns casos, inscrevendo-se como sócios. Isto, porque cabe à AEPGA a emissão de certificados ou declarações para efeitos de candidatura aos apoios previstos (nas Medidas Agro-Ambientais – programa

¹⁶⁴ Dados contidos na entrevista de Miguel Nóvoa, publicada em Março de 2005, no jornal da Escola Secundária de Miranda do Douro: “*O Cartolinha*” e confirmados pessoalmente por Miguel Nóvoa.

¹⁶⁵ Conforme Lista de Sócios da AEPGA (Tabela) constante da Base de Dados da AEPGA, com última actualização feita a 12 de Outubro de 2005.

Ruris - e cuja atribuição foi, entretanto, suspensa por decisão do governo como antes se explicou¹⁶⁶) para as *raças particularmente ameaçadas*¹⁶⁷. Sendo, também, uma das condições exigidas para a candidatura a inscrição dos criadores na associação. De acordo com a tabela de 2006, os sócios da AEPGA com idades até aos 12 anos, pagam dois euros; dos 13 aos 25 anos pagam 10 euros e os restantes devem pagar vinte euros de quota anual.

Para além do trabalho técnico, a AEPGA desenvolve contactos com proprietários e negociantes de gado e investe grande parte da sua energia e escassos recursos na promoção de iniciativas de tipo lúdico e cultural com vista à valorização da raça, dentro e fora do respectivo solar na Terra de Miranda.

Ao promover a salvaguarda do burro de raça mirandesa a AEPGA afirma também o propósito de, simultaneamente, valorizar a espécie em geral:

“Julgamos (...) ser bastante importante desenvolver um árduo trabalho para a mudança da imagem do burro dentro da sociedade portuguesa, sendo ainda um animal relacionado com um baixo status social e por isso renegado à partida pelos portugueses como animal de estimação.” Para tentar alterar essa imagem, a AEPGA tem apostado desde o início na organização de passeios de burro e acções de promoção do asinino e da raça mirandesa, em particular, em feiras¹⁶⁸, festas e festivais, um pouco por todo o país. A estas e outras iniciativas, a AEPGA soma um significativo esforço de promoção das suas actividades junto de meios de comunicação social nacionais e regionais; apostando, designadamente, na presença em programas televisivos de grande audiência como a *Quinta das Celebridades* (na TVI) e a *Praça da Alegria* (exibida pela RTP-1), onde os burros mirandeses foram *estrelas* e a AEPGA pôde deixar a sua mensagem.

¹⁶⁶ Ver pág.49, nota 129.

¹⁶⁷ De acordo com informações fornecidas pelo IFADAP-INGA, candidataram-se às ajudas à manutenção da raça asinina de Miranda um total de 728 criadores. Na campanha de 2005 apresentaram candidatura 702 criadores com um total de 747 asininos de raça mirandesa e, em 2006, candidataram-se 549 criadores (dos quais apenas vinte e seis foram novas candidaturas já que os restantes se tinham candidatado no ano anterior) com um total de 570 asininos. Não foi possível determinar se alguns destes criadores terão de facto recebido apoios à manutenção da raça asinina mirandesa, uma vez que as Medidas Agro-ambientais são pagas em conjunto (pagamento único).

¹⁶⁸ Para além das feiras da região a AEPGA faz questão de marcar presença em certames realizados noutros pontos do país como o AGROVOUGA (Aveiro), a feira de Santarém, a OVIBEJA e outras, levando normalmente alguns animais da raça mirandesa para «expor» e outros para vender (sobretudo burricos).

Aos contactos estabelecidos com órgãos de comunicação social e que deram, com espantosa rapidez, visibilidade à raça e ao burro em geral, a AEPGA soma ainda uma página na Internet, folhetos, desdobráveis, cartazes, pequenos filmes.

5.2 Alguns dos principais actores da AEPGA

Do pequeno grupo inicial de cinco amigos, ou apenas conhecidos, que constituíram a associação, na prática já não resta nenhum em plena actividade.

O jovem biólogo António Monteiro, natural de Lisboa – o principal impulsionador inicial da AEPGA¹⁶⁹ – distanciou-se da actividade diária da associação quando mudou de local de trabalho: De Mogadouro, para Figueira de Castelo Rodrigo¹⁷⁰ onde continua a exercer funções no PNDI e cria burros mirandeses. Uma das co-fundadoras da AEPGA e que presidiu a associação até 2005, a estudante de Farmácia Cândida Viana – residente em Sendim mas a estudar no Porto –, também se afastou embora se mantenha na direcção, tal como um seu vizinho de Sendim – cuja família se dedicava à criação de vacas e que, hoje, é vitivinicultor. E o mesmo aconteceu com os outros dois co-fundadores. Foi, antes de mais, o amor pelos animais que os juntou. Foi pelo menos esse o grande apelo para Cândida Viana que, na época, ainda não se encontrava a estudar longe da aldeia natal e que jamais imaginou que a associação ganhasse a dimensão e o carácter que viria a assumir¹⁷¹. A perspectiva de Cândida Viana era, e sempre foi, mais do que a preservação de uma raça a da protecção de uma espécie¹⁷². As preocupações da AEPGA centravam-se, inicialmente, no acolhimento de burros velhos, doentes e/ou abandonados, a par do esforço de inventariação dos asininos existentes na região. No entanto, a primeira vertente de trabalho, apesar de se manter, constitui uma dificuldade acrescida para a AEPGA que investe nela recursos que não possui.

¹⁶⁹ E, sublinhe-se, protagonista central do processo que culminou com a homologação da raça.

¹⁷⁰ Concelho onde se situa a aldeia natal da família.

¹⁷¹ *“Imaginava que fosse até uma associação digamos para protecção só de burros, (para) dar um apoio às pessoas que precisassem de ajuda para cuidar deles (...). Nem estava assim dentro de que haveria uma raça daqui, desta raça autóctone, de que haveria toda esta sequência de dados (que) ao longo destes anos se efectuou (...).”* (Excerto de entrevista com Cândida Viana, realizada a 17 de Abril de 2005, altura em que esta ainda era presidente da AEPGA).

¹⁷² *“(…) eu, no início, nem sabia o que é que iríamos fazer. Só depois, ao longo de todo o processo, é que vi o objectivo e quais os fundamentos da associação. Mas uma das coisas também que me levou a ficar foi precisamente: « (...) já se sabe, benefícios vão ter os burros de Miranda mas, de qualquer das maneiras, [vamos] apoiar todo o burro em si, não é?» E, por isso, é que foi criado (...) o refúgio, como nós temos, não é? Isto tem sido um trabalho nosso e com muito esforço, muita dedicação, muito voluntariado e apoios de pessoas que são amigas dos burros, percebes? (...) a associação neste momento não tem sustentabilidade para aquilo, não tem fundo de manio.”* (idem)

Com a chegada do veterinário Miguel Nóvoa – oriundo de Esposende e recém-formado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), sediada em Vila Real – para um segundo estágio sobre burros no PNDI, o grupo inicial da AEPGA é alargado, a associação ganha grande dinamismo e o burro mirandês adquire uma inesperada exposição mediática. A homologação da raça, em 2001, permite à associação avançar com candidaturas a uma série de apoios – na sua maior parte comunitários –, com destaque para os previstos no plano de melhoramento da raça e que lhe permitem – apesar das dificuldades económicas constantes – financiar um crescente número de actividades e, ainda, assegurar pelo menos parte dos salários de alguns dos seus colaboradores.

Apesar da associação contar actualmente com centenas de sócios, apenas um pequeno núcleo de pessoas, com idades entre os vinte e os trinta e poucos anos de idade, trabalha efectivamente na AEPGA. Entende-se aqui por trabalho, desde o tratamento das duas ou três dezenas de burros¹⁷³ que a associação acolhe em Atenor e em Duas Igrejas – a que é preciso dar de beber e comer diariamente, assegurando a limpeza e manutenção de lojas, curraladas e pastos, vigiando e cuidando os burros doentes e as burras prenhas e paridas ou os recém-nascidos, etc. –; aos registos zootécnicos de animais da raça; até à organização e promoção de eventos; tarefas administrativas ou educativas – como deslocações a escolas primárias –, recolha e armazenamento de fardos para alimentar os asininos durante o Inverno; etc.

Para além do próprio Miguel Nóvoa, de 26 anos – também secretário técnico da raça asinina de Miranda – e que é o principal dinamizador e pilar da associação são, também, protagonistas centrais a sua actual presidente, a bióloga Bárbara Fráguas – oriunda do Porto e residente há cerca de dois anos numa pequena aldeia próxima de Atenor¹⁷⁴ – e que é, para além de proprietária do espaço, a principal responsável pelo Centro de Recria de burros de Atenor baptizado como «*O Palheirico*»; Nuno, um jovem estudante

¹⁷³ Número flutuante porque, no caso dos jovens asininos que se encontram na aldeia de Atenor, há animais que vão sendo vendidos e, em Duas Igrejas - onde estão os animais velhos e/ou abandonados pelos seus donos – vinte e cinco foram transferidos em 2005 para um abrigo do The Donkey Sanctuary situado no sul do Espanha (onde se encontram outros 80 asininos em fim de vida).

¹⁷⁴ Isto, apesar de conhecer bem a região há uma década onde estudou e estuda a águia de Bonelli (sobre a qual incidiu o seu mestrado e também a tese de doutoramento em curso em 2005). Adquiriu o espaço – casa de habitação, lojas e pequeno lameiro - onde está instalado o centro de recria de burros da AEPGA, em Atenor, com o objectivo de avançar para um projecto de turismo da natureza ou/e de turismo em espaço rural. Projecto que pretende levar por diante.

de Palaçoulo que faz também parte da direcção da AEPGA¹⁷⁵; uma engenheira de Produção Animal (vinda de Tomar) que, no período em que se desenvolveu o presente trabalho, era uma das duas pessoas a trabalhar na AEPGA em regime de estágio profissional¹⁷⁶; um veterinário – e, que é simultaneamente membro e um dos co-fundadores das associações *Palombar*¹⁷⁷ e *ALDEIA*¹⁷⁸ e, ainda, coordenador do programa *Antídoto*¹⁷⁹ –, nascido no Porto e a morar na região - e um funcionário do PNDI, natural de Vila Nova de Foz Côa, estudante de engenharia do Ambiente. A este núcleo duro somava-se ainda à data deste trabalho, uma licenciada em engenharia do Ambiente e Território, oriunda da aldeia de Castelo Branco (no concelho de Mogadouro) e que, entretanto, terminou o seu trabalho na AEPGA. Mais tarde, viria a juntar-se ainda, temporariamente, às actividades da associação, uma estagiária de Turismo do Ambiente residente em Lisboa. Para além destes elementos, a associação conta também com ajudas pontuais de vários jovens voluntários¹⁸⁰ – normalmente pessoas amigas – que colaboram com a associação especialmente durante o período do Verão que é também o de maior actividade.

Entre todos os que estão envolvidos diariamente na AEPGA, e apesar dos diferentes graus de empenhamento, diferentes formas de estar e estatuto – em regime profissional, de estágio ou voluntariado – mais do que um trabalho, trata-se de um modo de vida e em que não há – especialmente durante o Verão – mãos a medir e toda a ajuda é bem vinda, por muito pouca que seja.

Uma nota dominante para o observador é a enorme capacidade de trabalho e entusiasmo de tão poucos e com tão poucos meios. Muito embora a multiplicação de acções, a

¹⁷⁵ Tal como o veterinário Miguel Quaresma (da UTAD) também activo colaborador da associação e Cândida Viana.

¹⁷⁶ Nestes casos, uma parte da remuneração é paga pela AEPGA (33%) e a restante é assegurada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), totalizando num dos casos cerca de 900 euros mensais (o cálculo será feito com base na soma do equivalente a dois ordenados mínimos mais subsídios de alimentação, alojamento e transporte).

¹⁷⁷ Associação de proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste.

¹⁷⁸ ALDEIA: Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação e Investigação pelo Ambiente. “(...). *O seu objecto social é a defesa do ambiente numa perspectiva educativa e de interacção com as populações e as suas necessidades; o fomento da acção e interesse pela defesa da cidadania, reconhecimento e valorização do património natural e construído; e a investigação e desenvolvimento de actividades, serviços e modelos de gestão ética e consciente de recursos humanos e naturais.*” (conforme texto de apresentação da ALDEIA, sem data).

¹⁷⁹ Um programa nacional contra o abuso de pesticidas, e outros venenos, na agricultura que é desenvolvido em colaboração com os Serviços de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR.

¹⁸⁰ Caso de alguns jovens veterinários portugueses e estrangeiros.

centralização de responsabilidades em poucas ou apenas numa pessoa, a somar a uma certa desorganização, despertem algum cepticismo (ou mesmo críticas) por parte de algumas pessoas que estiveram ou estão envolvidas neste processo.

O facto de a AEPGA depender em grande medida de ajudas comunitárias que, muitas vezes, chegam atrasadas ou em que se exigem prévias notas de despesa, implica uma ginástica constante no orçamento e ao apelo reiterado ao trabalho voluntário – ainda que seja provisoriamente – e à angariação de fundos, quer seja através de donativos à AEPGA, adopções de animais, aquisição de *merchandising*, etc. Durante uma das reuniões a que assisti, em Abril de 2005, colocava-se precisamente a questão de como garantir o pagamento de algumas despesas inadiáveis (como por exemplo, a aquisição de um reboque para o transporte de asininos) admitindo-se a possibilidade de recorrer ao crédito bancário como única forma de suportar parte desses custos até reembolso posterior e/ou à chegada de apoios comunitários que estavam previstos para o final do ano anterior e cujo pagamento estava atrasado vários meses¹⁸¹.

Para além dos apoios sobretudo comunitários, a AEPGA conta também com ajudas pontuais (em meios logísticos e algum dinheiro) dos municípios da região – nomeadamente das câmaras municipais de Miranda do Douro, Vimioso¹⁸² e Mogadouro – e, ainda de juntas de freguesia que, com os seus poucos recursos, contribuem sobretudo através da disponibilização de instalações. A estas, juntam-se ainda ajudas mais esporádicas de outras entidades como a Região de Turismo do Nordeste Transmontano, etc.

¹⁸¹ Vinte e cinco mil euros era o orçamento do AGRIS esperado na AEPGA para 2005. E havia a expectativa de garantir mais apoios através de uma candidatura que tinha sido apresentada ao INTERREG. A AEPGA é uma de oito parceiras num projecto EQUISAVE liderado pelo chefe de fila Les Haras Nationaux (de França) – mais ou menos o equivalente ao Serviço Nacional Coudélico português – com o objectivo de *valorizar o património natural representado pelas raças equinas locais para a promoção dos territórios do Espaço Atlântico*. Para além da AEPGA, está no projecto outra associação portuguesa, a Associação de Equinos de Raça Garrana (Vieira do Minho), quatro associações francesas, uma espanhola e uma irlandesa. O projecto teve o seu início em Janeiro de 2005 e termina a 31 de Dezembro de 2007 e o financiamento, maioritariamente comunitário, é de aproximadamente um milhão e trezentos mil euros. O melhoramento do conhecimento das raças equinas locais e a contribuição para a sua salvaguarda; a criação de uma rede entre os parceiros que trabalham nesta área e a criação de produtos turísticos inovadores são alguns objectivos do projecto. (Informações recolhidas na página web: www.interreg-atlantique.org/iib/projet, consultada a 2 de Agosto de 2006).

¹⁸² Câmara municipal que disponibilizou o edifício da antiga escola primária de Pena Branca para uso da AEPGA.

5.3 Iniciativas multi-direccionadas

Entre as múltiplas actividades que a AEPGA tem vindo a promover desde a sua criação em 2001, destacam-se as relativas à promoção e/ou dinamização de feiras de gado asinino, os passeios de burro e a asinomediação ou asinoterapia. Actividades desenvolvidas predominantemente no Planalto Mirandês.

A Feira dos Gorazes de Sendim de 30 de Outubro de 2002 e, designadamente, a feira de burros, constituiu o pretexto para uma das primeiras iniciativas de promoção da raça asinina mirandesa realizadas pela AEPGA com «*um desfile*» de burros «*com ornamentações tradicionais*».

No Verão de 2003, a associação organiza em conjunto com o grupo/associação cultural *Galandum Galundaina*¹⁸³ a primeira edição do *L Burro i L Gueiteiro* sob o lema «*Descobrir as Terras de Miranda, por aldeias, caminhos e estradas mouriscas, de burro e ao som da gaita*». Um evento (anual) que se tornou entretanto emblema da associação e que tem como ponto alto um passeio de burro de dois ou três dias no qual participam muitas dezenas de pessoas, na sua maioria vindas de outros pontos do país e, também, do estrangeiro. Nestes passeios, parte dos burros utilizados para transportar os participantes, são pertença de elementos da AEPGA mas, a maior parte dos animais, são alugados por criadores de várias aldeias que, quando podem, também tomam parte do passeio. As razões para a participação dos criadores são várias: Quer seja porque, pelo menos inicialmente, gostam de ver como os animais são tratados e como se comportam quer, simplesmente, pelo prazer de conhecer e conviver com outras pessoas – o que se verifica sobretudo com os mais velhos¹⁸⁴.

No passeio inaugural, em 2003, o percurso teve como ponto de partida Fonte da Aldeia, em direcção a Duas Igrejas, Quinta do Cordeiro, rumando depois os cerca de 150 participantes a Miranda do Douro com passagem por Vale de Mira e Quinta da Réfica. No segundo dia os burriqueiros saíram de Miranda para a Freixiosa passando por

¹⁸³ Um conhecido grupo de música tradicional mirandesa, nascido em 1996 e formado por três irmãos e um amigo, de Fonte da Aldeia e de Sendim. O grupo que se define também como associação cultural tem por objectivo recolher, investigar e divulgar o património musical das Terras de Miranda assim como as suas danças e língua. A ideia de associar os passeios de burro (de Miranda) e as gaitas de foles partiu dos *Galandum Galundaina* e foi de imediato bem recebida pela AEPGA. O passeio *L Burro i L Gueiteiro* é uma das iniciativas promovidas pela associação mais participadas e que atrai mais pessoas de fora da região. (*Galandum* é uma cantiga - e dança – tradicional mirandesa)

¹⁸⁴ Há no entanto muitas limitações a esta participação que advém, sobretudo, da idade dos criadores e do facto de, frequentemente, não terem meio de transporte próprio para se deslocarem dos locais de concentração da burricada à aldeia e vice-versa.

Cércio, almoçaram em Vila Chã da Braciosa seguindo, depois, para Sendim onde um baile na praça da vila assinalou o fim do passeio e aquele que era o primeiro dia do IV Festival Intercéltico de Sendim.

Os festivais (musicais, ou outros) como o Intercéltico de Sendim, o de Carviçais ou o *Andanças* constituem, aliás um pretexto para a AEPGA tentar alargar a divulgação e promoção da raça asinina de Miranda a outros «públicos»¹⁸⁵, à partida mais distantes do «mundo do burro mirandês».

No mesmo ano de 2003, no dia 6 de Setembro, a AEPGA organiza a I Mostra de Exemplares da Raça Asinina de Miranda durante a Festa da Nossa Senhora do Naso, na freguesia da Póvoa¹⁸⁶ – concelho de Miranda do Douro –, e que é considerada a padroeira dos mirandeses. Uma mostra cujo objectivo é o de tentar revitalizar a feira de burros que decorria tradicionalmente durante as festividades da Nossa Senhora do Naso¹⁸⁷. Segundo a AEPGA, nesta primeira mostra de burros mirandeses, participou uma centena de criadores acompanhados pelos seus animais. E, alguns – como consta do site da AEPGA na Internet –, confessaram que já “há mais de 50 anos que não se viam tantos burros” no Naso.

¹⁸⁵ As aspas são minhas.

¹⁸⁶ O santuário da Nossa Sr.^a do Naso situa-se “a 15 quilómetros a Noroeste de Miranda do Douro e a 22 a Noroeste da Vila de Vimioso, e a 7 da Estrada Nacional de Bragança a Miranda num ponto de intersecção, a meio caminho entre as aldeias de Genízio e de Malhadas, no sítio chamado «Cruz das Lombardas» (Mourinho, A.M. 1997: 6) e a cerca de dois quilómetros da aldeia da Póvoa.

¹⁸⁷ A “Nossa Senhora do Naso”, como escreve J.M. Martins Pereira no início do século XX, “é objecto de grande devoção n’estes sítios (...)” “(...) as principaes festas e de maior solemnidade, que se lhe fazem, e sempre concorridíssimas tanto por romeiros portugueses como hespanhois, são: a primeira na 2^a oitava da Paschoa e a segunda, no dia 8 de Setembro, dia da Natividade de Nossa Senhora.

N’este último dia milhares de pessoas do concelho de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Vimioso, e centenas de famílias hespanholas, ali vão render preito de homenagem á Santissima Virgem, levando lhe valiosas ofertas pelos benefícios recebidos durante o anno.” (Pereira, J.M.M.: 238) Segundo o mesmo autor, para além das muitas oferendas sobretudo em cereais (trigo e centeio) “pertenciam à Senhora (...), várias herdades, (...), com o rendimento das quaes se costeavam a despeza e os reparos da capella e solmnidades religiosas.” (id.: 239)

A confraria da Nossa Senhora do Naso remonta, de acordo com M. Pereira, a 1710 e teria em 1997 – segundo A.M.Mourinho (1997, (1984) : 9) – dois mil confrades espalhados pelas aldeias dos três concelhos do Planalto Mirandês.

António Maria Mourinho, considera que a Nossa Senhora do Naso se integra numa “corôa mariana” do nordeste português e cujas “pontas e pérolas” - da Nossa Senhora da Serra, perto de Bragança, ao alto do cabeço da Luz, na raia portuguesa com Leão (Nossa Senhora da Luz)- “emergem do fundo dos séculos, e quase todas transcenderão o nascimento da Nacionalidade.” “Se nos fiarmos nas lendas que se tecem em volta da Nossa Senhora do Naso e da origem do seu culto neste sítio ermo, à beira de um caminho romano e medieval, e de uma lagoa bastante larga, artificial, parece que de natureza militar, (...) não será temerário afirmar que no período austuro-leonês já neste descampado os soldados da Reconquista lhe renderiam culto (...) no dia 8 de Setembro.” (Mourinho, A.M., 1997, (1984): 7)

Em 2004, a AEPGA organiza o *1º Encontro de Asinoterapia*¹⁸⁸ para crianças com necessidades especiais que se realiza entre os dias 16 e 19 de Setembro. Um encontro aparentemente pioneiro (a nível nacional) e que juntou cerca de trinta pessoas entre psicólogos, terapeutas, educadores, estudantes universitários e crianças¹⁸⁹ de algumas escolas dos concelhos de Miranda e Vimioso. Além das palestras que decorreram na cidade de Miranda do Douro e para as quais foram convidados técnicos de asinoterapia e asinomediação¹⁹⁰ franceses e britânicos, decorreram também actividades com crianças num lameiro arrendado à AEPGA na aldeia de Atenor – contíguo ao centro de recria de burros da associação – e, durante as quais, algumas crianças com necessidades especiais puderam pela primeira vez entrar em contacto com burros.

As experiências de trabalho nesta área – e foram várias, antes e depois deste encontro – foram desenvolvidas por duas estudantes de Trabalho Social da UTAD (pólo de Miranda do Douro) durante estágios feitos na AEPGA e também em organizações congéneres em Espanha e França onde aprenderam técnicas relacionadas com a utilização do burro como recurso terapêutico ou lúdico. No texto de apresentação do I Encontro de Asinoterapia pode ler-se que, para além de desenvolver sentimentos de confiança que se prendem com as habilidades de equitação propriamente ditas e, também, resultantes da relação afectiva que se vai estabelecendo com os animais, as crianças ou jovens, “*em poucas sessões de asinoterapia*”, “*fortalecem o seu tónus muscular, ganhando mais sensibilidade (...) e flexibilidade.*”¹⁹¹ O equilíbrio é, por outro lado, reforçado pelos exercícios de equitação nos quais a criança aprende “*a posicionar o seu corpo e a ter consciência deste no espaço*”¹⁹². É na aprendizagem simultânea do domínio dos sentidos e do próprio animal – que é preciso comandar/controlar – que se

¹⁸⁸ Uma alternativa terapêutica que se vem desenvolvendo desde a década de 70 em países como a Inglaterra, França, Suíça, Itália ou EUA e que demonstrou trazer benefícios no tratamento de pessoas com diversos graus de dificuldades ao nível físico (como problemas motricidade) ou mental: Ao nível físico e motor, as experiências realizadas permitiram concluir que o contacto repetitivo com os burros melhora o equilíbrio e contribui para o desenvolvimento dos músculos fracos. Por outro lado, a interacção com o animal constituiu um estímulo à verbalização e ao desenvolvimento de vocabulário, reforçando a auto-estima e a confiança de crianças ou adultos com necessidades especiais. Os benefícios são muito semelhantes aos obtidos com recurso a cavalos (hipoterapia) mas com a diferença de que, neste caso, falamos de um animal de menor porte e considerado geralmente mais pachorrento ou/e dócil.

¹⁸⁹ Entre elas crianças, com trissomia 21, deficiências auditivas, epilepsia, problemas neuromotores, hiperactividade, problemas de aprendizagem e de linguagem.

¹⁹⁰ Uma vertente mais lúdica do que a asinoterapia e sem grandes pretensões terapêuticas de partida em que o burro é mediador na relação entre a pessoa com eventuais problemas e o seu acompanhante.

¹⁹¹ Texto da AEPGA de apresentação do I Encontro de Asinoterapia para crianças com necessidades especiais, dias 16 a 19 de Setembro de 2004.

¹⁹² Idem

desenvolve gradualmente a capacidade de coordenação. As sessões de asinoterapia contribuem também para uma melhor mobilidade na medida em que estimulam as crianças a mover-se “*mais rápida, livre e independentemente*”¹⁹³. Neste contacto com os burros a vertente lúdica é talvez uma das mais importantes: Tocar, escovar o burro, montá-lo ou, simplesmente, repousar deitado sobre o dorso do animal, pode proporcionar momentos de diversão e relaxamento considerados particularmente úteis nos casos de crianças com problemas físico-cognitivos já que associam lazer e aprendizagem.

É ainda em 2004 – a 12 de Setembro – que a associação se junta à iniciativa do padre do Azinhoso (concelho de Mogadouro) – o padre Vergílio Marques, recentemente chegado à paróquia vindo de outra região do país –, e também à Junta de Freguesia, no sentido de reactivar a antiga feira de burros do Azinhoso que se realizava tradicionalmente durante as festas da Nossa Sra. da Natividade (padroeira da localidade) a 8 de Setembro e que terá sido uma das mais importantes feiras do Planalto durante cerca de 700 anos. A feira que agora se tenta reactivar, embora não nos mesmos moldes de outrora, deixou de se realizar há cerca de trinta anos¹⁹⁴. Foi, assim, da vontade de um pároco e da Junta de Freguesia e do interesse da AEPGA que foi organizada a *1ª Mostra de Exemplares da Raça Asinina de Miranda no Azinhoso* em 2004. A iniciativa – que conta com o apoio da Câmara Municipal de Mogadouro – e que conseguiu juntar, em 2004, inúmeras pessoas e mais de oitenta burros, repete-se no ano seguinte (a 11 de Setembro) e nela participam algumas centenas de criadores e visitantes que ali se deslocam vindos de vários pontos do concelho de Mogadouro. Nesta última edição, realizou-se uma gincana com burros (com 24 inscritos) a que assistiram muitas dezenas de pessoas, seguindo-se um concurso/desfile de asininos com taças reservadas para quase todos os participantes e também cabeçadas para todos os burriqueiros. Apesar de existir um júri já definido, a Miguel Nóvoa coube a tarefa de avaliar publicamente -através de um megafone – cada um dos burros em concurso que, na sua maioria, tinham poucas características da raça mirandesa. Aproveitando o secretário técnico da raça para salientar precisamente essas características que, agora, se pretende recuperar ou melhorar. Nas tendas assou-se a

¹⁹³ Ibid

¹⁹⁴ O pároco do Azinhoso, em declarações a um jornal em Novembro de 2004, aventou a hipótese de esta feira ter perdido movimento em parte devido à coincidência com a festa religiosa da Nossa Senhora do Naso.

célebre posta mirandesa tal como se fazia na antiga feira. Alguns negociantes de gado estiveram presentes mas poucos, os dois únicos «fabricantes» de albardas, cabeçadas e melenas para burros aproveitaram para tentar fazer negócio e também alguns produtores de artigos decorativos ou produtos alimentares artesanais do concelho.

No mesmo ano, a AEPGA realiza outra mostra de exemplares da raça asinina mas desta vez no Vimioso, no âmbito da Feira de Artes e Ofícios, dias 6 e 7 de Novembro.

Para além do passeio do Burro e o Gaiteiro, a associação organiza, também anualmente, o passeio *Por Terras d'el Rei*, (tendo na sua primeira edição o percurso entre a aldeia de Atenor, em Miranda do Douro, e o Castelo do Algozo, no Vimioso).

Durante o ano de 2005 a AEPGA volta a organizar mais um encontro dedicado à terapia com burros: o *II Encontro de Asinomediação para crianças com necessidades especiais em Trás-os-Montes*. A intenção a AEPGA era a de manter sessões de asinoterapia com carácter regular envolvendo crianças da região mas, dentro do período em que decorreu este trabalho, isso não se chegou a verificar aparentemente por falta de quem pudesse tomar esse trabalho em mãos¹⁹⁵. Realizaram-se, sim, algumas actividades esporádicas com crianças no novo espaço da AEPGA na aldeia de Pena Branca.

No Verão de 2005, perto de 200 pessoas participam na 3ª edição do L Burro i L Gueiteiro por Terras de Miranda desta vez sob o lema: “*Defender o Património cultural tradicional, tendo por símbolos o Gaiteiro e o Burro Mirandês*”. Na abertura inaugural que decorreu na Casa da Música de Miranda do Douro estiveram presentes o vereador da cultura da câmara municipal, a delegada regional de cultura do norte e o presidente da Região de Turismo do Nordeste Transmontano.

Em Setembro de 2005 realiza-se a III Mostra de Exemplares da Raça Asinina de Miranda durante a Festa da Nossa Senhora do Naso. Para além da feira de burros propriamente dita e em que estiveram presentes negociantes de gado (na sua maioria, se não exclusivamente, ciganos) de Figueira de Castelo (distrito da Guarda), Vimioso e Malhadas, a AEPGA organizou uma gincana em que participaram cerca de duas dezenas de criadores da região (em que os prémios eram uma albarda para o primeiro lugar e, ainda, uma *alforja* e uma cabeçada) e um desfile/concurso para avaliar os

¹⁹⁵ Como a actividade da AEPGA é sobretudo de carácter voluntário ou semi-voluntário alguns dos jovens colaboradores que trabalham por largos períodos em regime de estágio ou de simples voluntariado acabam por se ver obrigados – mais tarde ou mais cedo - a abandonar as suas tarefas na associação para procurarem uma actividade remunerada que lhes permita viver com relativa autonomia.

melhores exemplares e, também, a melhor dupla burro e burriqueiro e o animal melhor aparelhado.



(Mostra de Exemplares da Raça Asinina de Miranda durante a Festas da Nossa Senhora do Naso de 2005.)

Neste concurso participaram 167 animais com os respectivos donos vindos – muitos deles montados nos seus burros – de praticamente todas as aldeias que se situam ao redor do Naso (na *Tierra de Riba*, a norte de Miranda do Douro) e algumas também de freguesias a sul da cidade, como Atenor e Fonte da Aldeia. Entre os participantes, muitos eram de Paradela, que fica a cerca de três horas de viagem de burro. Para o júri, foi convidado o líder da congénere espanhola ASZAL que acabou por fazer sozinho a avaliação dos animais e os declarava, em voz alta, maus, bons ou razoáveis exemplares da raça. A sua intervenção caiu, no entanto, mal a alguns dos participantes que não gostaram de ver “*um espanhol*” a cumprir esse papel – já que esperavam ver Miguel Nóvoa a fazê-lo¹⁹⁶ – e, ainda menos, pelo facto de ter sido particularmente contundente na forma como «chumbava» vários dos animais em apreciação. Naturalmente que os comentários não me foram feitos de imediato – mas, à posteriori – embora a expressão que se via em muitos rostos fosse de claro desagrado ou de ironia face à avaliação realizada.

¹⁹⁶ Apesar de se admitir que qualquer eventual avaliação negativa da sua parte poderia ferir susceptibilidades – como posteriormente me explicaram algumas pessoas - seria sempre mais bem recebida uma apreciação proferida por Miguel Nóvoa do que por um estranho (*ainda por cima* espanhol).

Em 2005, a AEPGA em colaboração com a associação *Sete Sois Sete Luas*, organiza a exposição fotográfica de Oliviero Toscani dedicada ao Burro Mirandês¹⁹⁷ inaugurada em Santa Maria da Feira, no âmbito do festival *Imaginarius* (16/19 de Junho de 2005). A exposição dos cerca de 50 painéis com as fotografias (gigantes) de O.Toscani foi instalada frente ao edifício da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e ali se concentraram também alguns dos donos dos burros fotografados¹⁹⁸ e que se deslocaram das aldeias da Póvoa, Ifanes, Caçarelhos e Paradela numa camioneta fretada pela Câmara Municipal de Miranda do Douro. A estes, juntou-se o grupo folclórico de Paradela cuja exibição assinalou a abertura oficial da referida exposição. Para além dos ‘burros de papel’, foram também levados a Santa Maria da Feira cerca de dez burros mirandeses da AEPGA que foram visitados por dezenas de crianças e grupos escolares. O encontro dos donos dos burros com a obra fotográfica era nalguns casos motivo de orgulho, visível pelos sorrisos e poses para a fotografia frente ao painel respectivo; noutros, era motivo de decepção porque, apesar de fotografados, os seus animais não apareciam na exposição; havia ainda quem se manifestasse desiludido porque eram poucos os donos que tinham ficado nas fotografias (afinal, porque é que os animais apareciam e os seus donos não?).

Depois da exposição (inaugural) de O. Toscani em Santa Maria da Feira, a EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural) decidiu contactar a organização do festival *Imaginarius* (*Sete Sois, Sete Luas*) no sentido de a instalar também no Castelo de S. Jorge em Lisboa por um período de quase três meses – entre

¹⁹⁷ Exposição fotográfica (do ex-director de arte da marca *Benetton*) em que os burros mirandeses surgem maiores do que é o seu tamanho natural, e intitulada: *Hardware+Software=Burros*.

Numa breve conversa com ele mantida no dia da inauguração em Santa Maria da Feira, justificou o nome dado à exposição afirmando que traduz exactamente o que ele pensa dos asininos que, considera, serem «a melhor combinação de hardware e software que a natureza nos deu». Instado a ser um pouco mais explícito e, tendo-lhe perguntando se as pessoas de Miranda envolvidas, mais concretamente os donos dos burros que fotografou, compreendiam o título dado à exposição, respondeu-me simplesmente que «as pessoas de Miranda não precisam de perceber isso. Elas são perfeitas deste ponto vista. São as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos que precisam de perceber.»

O. Toscani que afirma, com ironia, pretender dedicar a exposição «a todos os asnos do mundo», manifestou, ainda, o que sentia contemplando a sua obra “*Dão-nos esta sensação de calma e, ao mesmo tempo, parecem olhar tudo. Eu, por exemplo, olho para estes burros, e fico a pensar: «Olha, eles já perceberam tudo! Somos nós que somos os burros e que temos agora de perceber.»*”

A exposição esteve também no Castelo de S. Jorge em Lisboa, entre Novembro de 2005 e Janeiro de 2006. A ideia de «desafiar» o fotógrafo para um trabalho deste tipo partiu da própria organização do *Imaginarius* e foi bem recebida por O.Toscani que afirmou também, na mesma altura da inauguração, preferir fotografar burros a modelos antes de mais porque, afirmava, «os burros são muito mais inteligentes».

¹⁹⁸ Numa sessão fotográfica na aldeia da Póvoa e que foi muito mediatizada.

11 de Novembro de 2005 e 31 de Janeiro de 2006.

Hardware+Software = Burros no Castelo de São Jorge foi o nome dado à exposição. A iniciativa conjunta da EGEAC, Associação Sete Sóis Sete Luas e Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino tinha por objectivo “*dar a conhecer o burro de Miranda, actualmente, em vias de extinção*”.

Para além da exposição propriamente dita dos painéis de grande formato (3 x 2 metros) do fotógrafo italiano, as pessoas poderiam ver e tocar nalguns ‘exemplares’ da raça asinina de Miranda, cinco adultos e cinco crias (os adultos com idades entre os 3 e 9 anos e os jovens entre os 5 e os 7 meses) da AEPGA, à excepção de um que pertencia a um casal de criadores de Paradela e cuja dona se chegou a deslocar a Lisboa e ao castelo para poder rever o seu burrico. Os animais, que permaneciam num pequeno cercado durante todo o dia, eram soltos todos os dias de manhã e ao final da tarde de forma a tentar compensá-los pela exiguidade do espaço.

Segundo as informações recolhidas junto de elementos da AEPGA, três dos burricos foram vendidos no decurso da exposição. Dois deles, “*dois burricos machos foram vendidos por 300 e 250 euros.*” Um foi para Lagos – “*para trabalho com crianças*”, outro foi “*para uma quinta pedagógica na Malveira*” e o terceiro “*para uma quinta de agricultura biológica em Setúbal – onde estão outros burros*”. E os potenciais interessados em comprar burros no decurso da exposição eram geralmente “*pessoas com quintas no Alentejo, nos arredores de Lisboa, e no Algarve. Algumas já com outros animais, como cavalos ou outros burros*”.

Na apresentação da exposição no Castelo de S. Jorge, a EGEAC apela à memória dos lisboetas: “*até ao segundo quartel do séc. XX, Lisboa apresentou uma imagem de ruralidade, em que o burro assumiu um papel fundamental como elemento de ligação entre a capital e os arredores, quer no transporte de produtos alimentares, quer no comércio e no conjunto de serviços necessários ao funcionamento da cidade.*” A EGEAC afirma procurar com a iniciativa “*estreitar relações entre o meio urbano e rural e a criação artística, bem como com o propósito de contribuir para um conhecimento e contacto directo e de alertar para a necessidade de salvaguarda de uma espécie autóctone – que constitui um património genético e ecológico único no país (...)*”.

Do breve questionário feito a alguns elementos e/ou voluntários da AEPGA (cerca de cinco no total) que estiveram presentes no Castelo de S. Jorge durante o período da exposição sobre o balanço da iniciativa pode concluir-se que, do ponto de vista de divulgação da raça asinina de Miranda aos portugueses, o propósito não terá sido propriamente alcançado porque a maioria dos visitantes eram estrangeiros (considerados de forma geral, à partida “*mais receptivos a estas causas*”).

Em relação a grande parte dos visitantes, era necessária uma abordagem directa da parte dos elementos ou voluntários da AEPGA – excepção feita para, por exemplo, “*brasileiros, espanhóis e italianos*” – para que estes compreendessem que animais estavam a ver, o que se pretendia com a sua exibição e que existia uma associação cuja missão era precisamente salvaguardar aqueles asininos da extinção.

Os estrangeiros – maioritariamente com idades “*entre os trinta e os cinquenta anos*” - demonstravam estar, ou ficar, mais sensibilizados para a questão da defesa do burro mirandês e eram, também, os que mais contribuíam com donativos para a AEPGA.

Para além da maioria de visitantes estrangeiros – oriundos maioritariamente “*de Espanha, Itália, França, Inglaterra, Brasil*” –, muitos portugueses também se deslocaram ao recinto dos burros mirandeses, normalmente famílias com crianças. Havia ainda os que, vivendo perto do castelo – e normalmente pessoas idosas – iam ali regularmente para dar uns «mimos» (por exemplo, alfarrobas ou cenouras) aos animais. Entre os turistas, os espanhóis e os brasileiros destacam-se pelo *interesse* relativamente à raça e pelas manifestações de *apoio* (em especial por parte dos espanhóis). Nos valores mais altos da escala de demonstrações de interesse incluem-se também os norte americanos e, ainda, os poucos turistas neo-zelandeses e australianos. Nesta hierarquia, os franceses e os alemães surgem como visitantes *menos interessados*.

De forma geral, a grande maioria dos visitantes queria tocar nos burros, “*nem que fosse apenas para a fotografia. Todos queriam tirar uma foto com os burros atrás.*” Poucas pessoas perguntaram se podiam montar os animais e, os que o faziam, “*eram na sua maioria portugueses*”.

“*Porque é que os burros estão aqui?*”; “*Fazem passeios?*”; “*Estes burros são todos da mesma raça?*”/ “*É mesmo uma raça portuguesa?*”; “*Porque é que estão em extinção?*”; terão sido algumas das perguntas mais frequentemente feitas pelos visitantes.

A questão da raça não era, no entanto, a predominante tanto nas questões colocadas como nos comentários dando-se, sobretudo, relevância aos aspectos relacionados com a espécie: *“Nem toda a gente se apercebia de que se tratava de uma exposição de burros de Miranda. Principalmente os estrangeiros pensavam sempre que a espécie é que estava em vias de extinção.”*

Muitas das crianças que ali se deslocaram – na maioria com idades *“entre os cinco e os dez anos”* – sobretudo em visitas organizadas pelos respectivos infantários ou escolas do ensino básico – a um ritmo de um ou dois grupos escolares por dia – demonstraram não saber *“nada”* acerca dos burros (*“chegavam lá logo a chamar-lhes cavalos!”*) e, *“mais grave”*, nem sequer *“queriam saber nada”*. Muitas vezes *“comentavam que cheiravam mal, não queriam tocar-lhes porque, nuns casos, lhes «metiam nojo» e noutros por medo. Mas de forma geral acabavam por tocar neles: uns mudavam de opinião, outros não.”* As exceções correspondiam normalmente a turmas com professores *mais interessados* e que lembravam às crianças assuntos que haviam sido anteriormente abordados nas aulas. Mesmo assim, *“a maioria adorava escovar os animais, claro que no início se aproximavam sempre com algum receio mas é natural porque é um animal muito grande.”*

Durante as visitas escolares, os elementos da AEPGA começavam por fazer uma breve apresentação da espécie e da raça antes do primeiro contacto com os animais: escovar ou simplesmente acariciar o burro ou/e passeá-lo um pouco à rédea. Mas seriam poucos os meninos que se sentiam à vontade a passear o burro (*“às vezes nem sequer olhavam para o bicho, (...) não sabiam colocar-se ao lado do animal nem comunicar com ele...”*).

“O que é que o burro come?”; “ Como se chama?”; “Quais estão grávidas?” ou *“Mordem? Fazem mal?”*; foram o tipo de perguntas mais repetidas pelas crianças.

Entre o material de *merchandising* e outro – material divulgativo sobre a região de Miranda que a câmara municipal e a região de turismo disponibilizaram, folhetos da AEPGA, t-shirts, postais, etc – os mais procurados foram os porta-chaves com um burrico de peluche e os cartazes da própria AEPGA alertando para a extinção do asinino mirandês.

Para além de pequenas doações, foram feitas também *“muitas adoções”* (cerca de trinta) de burros que a AEPGA tem em Atenor e os adoptantes foram, na sua maioria,

portugueses.

A despedida dos burros mirandeses de Lisboa foi marcada por uma arruada pela baixa da capital até ao Chiado em que participaram alunos da Casa da Música de Miranda do Douro e um jovem grupo de pauliteiros. Um desfile que terá sido, na opinião dos membros da AEPGA, um dos pontos altos da iniciativa: “ (...) *burros a desfilar por Lisboa ao som das gaitas e na companhia dos pauliteiros... São coisas que as pessoas não estão habituadas a ver e portanto ficam encantadas!*”.

Os custos de transporte, o pagamento de dois técnicos e a alimentação dos animais foram suportados pela EGEAC. Vários problemas logísticos se colocaram, no entanto, aos elementos e voluntários da AEPGA que estiveram no castelo: para além do espaço exíguo para dez animais e da falta de sol, a deficiente alimentação durante parte do tempo (isto para além da carência de um abrigo em condições para os próprios membros da associação).

Do Plano de Actividades da AEPGA para 2005 constava ainda – embora a acção tenha sido suspensa – a realização de um estudo técnico de caracterização de asininos no sul de Portugal continental e a cooperação com entidades e pessoas da ilha Graciosa (nos Açores) para o “*auxílio na manutenção e preservação de uma raça de burros em eminente extinção*”.¹⁹⁹

5.3.1 Contributos para um perfil dos participantes em iniciativas da AEPGA: O caso do passeio *L Burro i L Gueiteiro*

Dos cerca de cento e oitenta participantes na III Edição do passeio *L Burro i L Gueiteiro*, realizada entre 1 e 4 de Agosto de 2005, na sua maioria com idades entre os vinte e cinco e os quarenta anos, que responderam ao inquérito por mim distribuído (111), a maior parte eram portugueses (88) e o segundo grupo era de espanhóis (20). No que se refere aos portugueses, na sua maioria residiam no Interior Norte (cerca de 27 por cento), na Grande Lisboa (18 por cento) e no Grande Porto (13,5 por cento). Perto de metade dos participantes eram licenciados²⁰⁰ (48,6 por cento) que participavam no

¹⁹⁹ (AEPGA, “*Plano de Actividades 2005*”, ponto III). Estes dois grupos de animais poderão, como já se referiu anteriormente, vir a ser classificados futuramente como, mais, duas raças asininas.

²⁰⁰ Dados que se enquadram no perfil do chamado “turista cultural” no nordeste transmontano estudado por Xerardo Pereiro (investigação realizada no âmbito de um projecto ATLAS – Association for Tourism and Leisure Education – em Bragança, Miranda do Douro e Foz Côa) e em que de uma amostra de 183

passeio pela primeira vez. Entre as profissões destacam-se os estudantes (muitos de medicina veterinária) e os professores – os dois maiores grupos –, engenheiros, biólogos, médicos veterinários, enfermeiras e auxiliares de acção médica e de laboratório.²⁰¹ Muitos já tinham tido contacto com burros (64,9 por cento), quase sempre durante a infância ou/e na casa de familiares (habitualmente dos avós), e a maioria já tinha ouvido falar do Burro de Miranda (73,9 por cento).

Entre uma breve lista de possíveis motivos da participação no passeio (e que previa a hipótese de outras respostas), o *contacto com a natureza* foi o motivo que, no total dos inquiridos, mais se destacou, seguindo-se *o convívio*, *o contacto com o burro* e *com outras culturas*. Entre homens e mulheres há uma ligeira oscilação: Entre elas *o contacto com o burro* surge em primeiro lugar, seguido de perto pelo *contacto com outras culturas* e, depois, pelo *contacto com a natureza*; Entre eles – em número ligeiramente inferior ao das mulheres, – destaca-se *o convívio*, como motivo mais forte seguindo-se também o *contacto com a natureza*.

Para a maioria dos que fizeram uma licenciatura ou bacharelato, *o convívio* é o primeiro motivo para participar no passeio, surgindo ligeiramente destacado – no que se refere aos licenciados – do *contacto com outras culturas*, *com os asininos* e *a natureza* (que são motivos de peso semelhante para este grupo). Os participantes com/do ensino secundário e estudantes universitários afirmam procurar sobretudo *o contacto com a natureza*. Relativamente aos estrangeiros, o apelo da *Natureza e das outras culturas* é o mais forte, seguindo-se *o convívio*. No que se refere aos portugueses, e por locais de residência, os participantes provenientes do Litoral Norte salientam *o convívio* como principal motivo de participação; os do Interior Norte destacam *a natureza* e *o convívio* (que surge logo depois); os burriqueiros do Litoral Centro indicam também com mais frequência *o contacto com a natureza* e, logo depois, também, *com outras culturas*; esta última é a motivação central dos inquiridos da Grande Lisboa (seguem-se, ao mesmo nível, *o contacto com a natureza* e com os asininos e, em terceiro lugar, *conhecer a*

inquiridos, uma grande parte (42%) tinha uma licenciatura ou um bacharelato e mais de metade era profissional liberal (médico, advogado, professor, etc) ou técnico especializado (técnico, enfermeiro).

²⁰¹ Dados que se enquadram no perfil do chamado “turista cultural” no nordeste transmontano estudado por Xerardo Pereiro (investigação realizada no âmbito de um projecto ATLAS – Association for Tourism and Leisure Education – em Bragança, Miranda do Douro e Foz Côa) e em que de uma amostra de 183 inquiridos, uma grande parte (42%) tinha uma licenciatura ou um bacharelato e mais de metade era profissional liberal (médico, advogado, professor, etc) ou técnico especializado (técnico, enfermeiro).

região), já no Grande Porto são *os burros* o principal motivo da deslocação a que se segue *o convívio*.

No jogo da associação de palavras ao burro que lhes foi proposto e em que a uma lista de quinze palavras sugeridas se deixava espaço para outras (alternativas), a palavra mais «votada» foi *ruralidade* seguindo-se-lhe *tradição*, *trabalho* e *tranquilidade*. Entre os homens a palavra mais associada ao burro foi *tradição* e entre as mulheres foi *ruralidade*. E, no que se refere à distribuição geográfica de proveniência dos participantes por região, *a ruralidade* surgiu quase sempre em primeiro lugar com excepção do Interior Norte em que a palavra eleita foi *tradição*.

Palavras como *lazer*, *evasão*, *turismo*, *presente*, *futuro*, parecem ser, ainda dificilmente integradas no imaginário em torno do burro. A superficialidade da abordagem feita num inquérito deste tipo não permite grandes conclusões a não ser, talvez, que apesar de estes passeios serem organizados (também) como forma de atrair visitantes à região esse aspecto, sendo relevante, não parece ser motivação central muito embora o *contacto com outras culturas* se inclua entre os primeiros motivos por eles apontados (mais exactamente na quarta posição).

5.4 Espaços da AEPGA

Para além da sede que se resume a uma pequena sala cedida pela Junta de Freguesia de Sendim, a AEPGA possui três outros espaços que foram alugados, emprestados ou cedidos à associação.

Ainda no final de 2003 a AEPGA criou aquilo a que na altura designava como *o retiro dos burros* localizado na aldeia de Atenor (freguesia de Atenor, concelho de Miranda do Douro). Este espaço, que se mantém actualmente, e que consiste numa antiga pequena quinta com lojas para os animais, palheiro e uma velha casa de habitação – disponibilizado por um elemento da AEPGA para o efeito – começou a ser usado em 2003 para a recria de jovens burros da raça de Miranda que vinham sendo adquiridos por elementos da AEPGA e, ainda, como abrigo para burros abandonados ou para outros já velhos ou doentes e cujos donos – geralmente idosos – já não podiam mantê-los. Animais que, de outra forma, seriam praticamente doados a negociantes de gado do concelho acabando em muitos casos por ser vítimas de maus-tratos ou vendidos ilegalmente para alimentação de outros animais. A AEPGA através dos seus voluntários

ou, mais tarde, de estagiários profissionalizados, começa assim a assegurar a alimentação e a prestar alguns cuidados de higiene e de saúde aos animais recolhidos.

O espaço é mais tarde alargado com o aluguer de um lameiro contíguo e a que se seguirá, já em 2005, o arrendamento de outros com a construção de novos abrigos para os animais.

O centro de recria ou *O Palheirico*, onde se encontram (em 2005) cerca de duas dezenas de asininos, entre ele várias “*fêmeas reprodutoras, um macho inteiro e alguns animais jovens em recria*” (em número flutuante), funciona como a sala de visitas da AEPGA. Onde os interessados podem ver, adoptar e comprar alguns dos animais; ajudar a tratar dos burros ou sair para passear um pouco com eles. É a Atenor que se deslocam com alguma frequência grupos escolares.

Entretanto a AEPGA arrendou outro espaço na proximidade da aldeia de Duas Igrejas para onde foram levados os asininos velhos ou/e abandonados²⁰² (da raça mirandesa ou não): Um lameiro de um hectare dividido com vedações de arame que vão sendo mudadas consoante o crescimento do pasto e com um edifício amplo para abrigar os animais que podem circular livremente por todo o espaço. A manutenção dos animais recolhidos faz-se, como já foi referido, com muitas dificuldades: Falta de meios suficientes para lhes prestar a assistência veterinária necessária (e que é maior pelo facto de estes animais estarem mais debilitados) e de melhores condições de abrigo e, sobretudo, escassez de pessoas para os para os cuidar diariamente²⁰³; etc.

Em Atenor ficou assim o espaço de recria de burros mirandeses visitado por grupos escolares ou particulares, mediante marcação prévia²⁰⁴. *O Palheirico* passou também a

²⁰² Animais que são recolhidos pela AEPGA a pedido de pessoas anónimas que os encontram abandonados, de autoridades ou, ainda, de familiares de proprietários demasiado idosos ou doentes para os poder manter.

²⁰³ A dispersão dos animais obriga a deslocações constantes dos poucos elementos da associação que somam esta a muitas outras tarefas.

Refira-se que os fardos de palha para os animais foram comprados, na sua maioria, a um vizinho de Atenor a quem foi, entretanto, arrendado um novo espaço para os burros mais afastado desta aldeia e que serve como local de armazenamento de forragens para o Inverno.

²⁰⁴ Durante a minha estada testemunhei a visita de um grupo de jovens alunas de um curso de acção social ministrado em Espinho – acompanhadas de algumas professoras – ao centro de Atenor e, para quem, andar de burro foi uma completa novidade. Segundo me foi dito, como todas eram oriundas de famílias carenciadas tiveram de juntar dinheiro para a viagem – com uma duração de quatro a cinco horas – e, para o conseguirem, andaram a vender flores durante algum tempo. Todas me disseram que gostariam de poder regressar, talvez com os pais. Depois de um curto passeio de burro entre o centro de recria da AEPGA e um ribeiro próximo, algumas estudantes reunidas no largo da igreja aproveitaram a presença de vizinhos da aldeia – que se foram juntando ao grupo – para tentar saber mais sobre Atenor: Onde se

contar com uma espécie de centro de acolhimento para visitantes numa sala da casa do povo.

Para além destes espaços, a AEPGA conta também com um outro na aldeia de Pena Branca. Um espaço constituído por uma antiga escola primária e um lameiro de cerca de um hectare com lojas para os animais, onde a associação pretende desenvolver sobretudo actividades de asinoterapia/asinomediação.

Para conseguir manter todas as actividades que se propunha (e propõe) desenvolver a associação – para além de multiplicar as candidaturas a projectos com financiamentos sobretudo comunitários – tem insistido desde sempre na necessidade de donativos, apelando à ajuda de todos os interessados e sublinhando a ideia de uma luta contra o tempo:

“O sucesso da conservação da raça” – escreve-se no site da AEPGA – *“depende muito do nosso dinamismo e rapidez de acção (...). Alguns projectos exigem dinheiro de que não dispomos pois os subsídios são reduzidos e tardam em chegar. Algumas iniciativas simples e urgentes, como é o caso da implementação dos postos de cobrição, necessitam de apoios. A manutenção destes postos, do centro de recolha de burros idosos e abandonados, entre outras acções, são dispendiosas e não estão contempladas nos subsídios proporcionados pelo Ministério da Agricultura. Por isso, toda e qualquer contribuição por parte dos sócios será sempre uma ajuda significativa (...).”*²⁰⁵

Os apoios podem traduzir-se na adopção de alguns animais por parte de particulares e que está a ser promovida através da página *web* da AEPGA.

6. A aldeia e freguesia raiana de Paradela

Paradela, uma das dezassete freguesias do concelho de Miranda do Douro²⁰⁶ (sede e única povoação da freguesia) situa-se no extremo oriental de Portugal continental, a 17 quilómetros da sede de concelho, em *la Tierra de Riba*, e é *“dentro dos seus limites que*

situava o hospital mais próximo e, também, a farmácia e a escola. Se havia água e luz em todas as casas, etc. Não fazendo – note-se – qualquer pergunta sobre burros ou sobre a sua utilização.

²⁰⁵ Site original da AEPGA na Internet actualmente reconfigurado – consultado em Julho de 2004)

²⁰⁶ O município de Miranda do Douro – com uma área de 488,36 km² e 8048 habitantes (dados de 2001) - é limitado a nordeste e sueste por Espanha, a sudoeste pelo município de Mogadouro e a noroeste pelo do Vimioso.

*o Rio Douro penetra pela primeira vez em território nacional*²⁰⁷”. A aldeia confina a Norte, Este e Sul com território espanhol, nas proximidades de Castro Ladrón (aldeia espanhola vizinha).

“ *A Noroeste fica a aldeia de Constantim, a Oeste Ifanes e a Sudoeste Aldeia Nova.* ”²⁰⁸

De acordo com os dados do XIV Recenseamento Geral da População, de 2001, vivem na aldeia 165 pessoas (88 homens e 77 mulheres) e um total de 62 famílias residentes. A área total da freguesia é de aproximadamente 16 km² e a densidade populacional ronda os dez habitantes por km².

Paradela – tal como muitas outras aldeias transmontanas (e do país) – sofreu uma forte quebra demográfica a partir dos anos sessenta sobretudo devida à emigração – legal ou clandestina -e ao êxodo para os grandes centros urbanos. A saída da população activa designadamente para Espanha, numa primeira fase e, depois, para França e Alemanha; somada à “*tendência para os casais terem um menor número de filhos*”²⁰⁹ foram, e são, também responsáveis pelo envelhecimento da população que atinge toda a região transmontana.

Quadro de evolução demográfica em Paradela²¹⁰

Ano	H/M	H	M	Famílias	Fogos
1864	325	148	117		67
1878	334	163	171		79
1890	309	139	170		81
1900	325	152	173		83
1911	276	123	153		84
1920	255	117	138	74	
1930	276	132	144	76	
1940	316	158	158	87	
1950	322	171	151	91	
1960	363	186	177	97	
1970	225	120	105	78	
1981	246	123	123	75	
1991	154	77	77	62	109*
2001	165	88	77	62	103*

*Este número corresponde ao total de alojamentos familiares²¹¹ coincidindo nos dois casos com o número de edifícios²¹² da aldeia.

²⁰⁷Carvalho, Cristina Fernandes de (1985/1986): p.18.

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Ibid., p.22.

²¹⁰ Elaborado com base em dados coligidos por Cristina F. de Carvalho (p.22) e XIV Recenseamento Geral da População (Censos de 2001).

De acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999, a Superfície agrícola utilizada (SAU) na freguesia de Paradela é de 547 hectares – o que corresponde a cerca de uma terça parte da área total da freguesia –, na sua maioria explorada por conta própria (517 ha). Somente cinco explorações -que totalizam apenas trinta hectares – são exploradas por rendeiros, e a área agrícola não utilizada é de 39 hectares. Em média, cada exploração tem perto de dez hectares de Superfície Agrícola Utilizada (9,94 ha) e o número de parcelas (*blocos*) com SAU por exploração ronda as 27.

Em Paradela estão recenseadas 55 explorações agrícolas – pertencentes a produtores singulares autónomos – com um total de 780 hectares. A maioria dos produtores agrícolas tem mais de 55 anos (trinta e sete dos 55 produtores)²¹³, dos quais apenas dois frequentaram o ensino secundário²¹⁴. E só dez desenvolvem uma actividade exterior remunerada.

Como os números demonstram, a agricultura é em Paradela, tal como em todas as outras aldeias do concelho, a principal actividade produtiva. Grande parte dos agricultores tem dentro das suas explorações parcelas (sempre de maior dimensão) para cereais, todos têm pequenas hortas familiares, a maioria possui vinhas e, também, prados temporários com culturas forrageiras, prados e pastagens permanentes.

O grupo doméstico – “*formado na sua maioria por famílias nucleares*” – “*é a principal unidade de produção*”²¹⁵. Há cerca de vinte anos, como refere Cristina Fernandes de Carvalho na sua tese, “*quando os trabalhos a realizar*” exigiam “*maior*

²¹¹ De acordo com a definição do INE entende-se por alojamento familiar “*todo aquele que, pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, uma família, embora nele possam residir várias no momento censitário.*” (INE: *Censos de 2001, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação. Região Norte: 9*)

²¹² Entendendo-se por edifício, de acordo com o INE, “*a construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.*” (INE: *Censos de 2001, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação. Região Norte: 10*)

²¹³ O concelho de Miranda do Douro tem 8048 habitantes (população residente) dos quais 915 são crianças até aos 14 anos, 1008 têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, 3967 pertencem ao grupo etário dos 25 aos 64 anos e 2158 têm 65 anos ou mais. (Fonte: *Recenseamento da População e da Habitação (Norte) – Censos 2001: População Residente em 1991 e 2001, segundo os grupos etários e sua evolução entre 1991 e 2001 (Alto Trás-os-Montes)*- consultado no site do INE http://ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp a 8/10/2005.

²¹⁴ Refira-se que a taxa de analfabetismo no concelho era em 2001 de 18% .

²¹⁵ Carvalho, Cristina Fernandes de (1985/1986): p.31.

número de braços de trabalho, o sistema de cooperação entre vizinhos,” fornecia “ a cada casa essa mão de obra extra”²¹⁶, uma prática de ajuda recíproca²¹⁷ que ainda hoje se mantém na aldeia.

A agricultura praticada na região, e mais concretamente em Paradela, é fundamentalmente de auto-subsistência. Salvo raras exceções, em que é possível escoar alguns excedentes – como por exemplo de trigo ou batata –, a produção é canalizada quase totalmente para a casa – para alimentar e prover necessidades da família e dos animais que esta possui. Deve, no entanto, salientar-se que parte dos produtores da aldeia são reformados para quem a actividade agrícola ou/e pecuária serve sobretudo como eventual fonte suplementar de rendimentos ou, simplesmente, para poderem ter alguns produtos para distribuir pelos filhos e netos que vivem em zonas urbanas (mimos para lhes darem quando estes os visitam, em geral durante o Verão ou no Natal).

O trigo que era, ainda no princípio da década de 80, uma das principais fontes de rendimentos das famílias, a somar ao gado bovino, deixou de poder ser vendido a preços considerados justos. Razão pela qual a sua produção estará agora mais limitada

²¹⁶ Idem, p.8.

²¹⁷ Trata-se de “ (...) um mecanismo de trabalhos gratuitos e recíprocos, denominado por sistema de torna-jeira ou torna-volta: eu vou ajudar o meu vizinho e ele, como paga, ajuda-me a mim.” (Carvalho, Cristina F. de, p.32). B. O’Neill (1984) refere-se a este sistema como “um dia de trabalho trocado”. J. Portela (1986) ao distinguir três tipos de cooperantes no sistema de ajudas recíprocas caracteriza os “cooperantes de torna-jeira” como aqueles com quem se troca o mesmo tipo de trabalho num breve espaço de tempo.

J. Pais de Brito (1996) sublinha, a propósito de Rio de Onor, que “esta topologia igualitária de um espaço de trocas generalizadas diferidas no tempo não se produz como resultado de erráticos valores de suposta equidade, interiorizados pelos vizinhos, que trariam com eles a solidariedade, a reciprocidade, a entreatajuda. De facto, constantemente deparamos com processos de avaliação de perdas e ganhos, vigilâncias suspeitosas e contabilidades sociais, por vezes situando-nos no limiar das tensões e do conflito mas que, também, elas próprias ajudam a conter no jogo das solidariedades necessárias.” (1996: 340) Um jogo estruturante para a aldeia enquanto “ (...) totalidade composta de unidades que se diferenciam pela dimensão e valor relativos do património (próprio) que possuem e que, simultaneamente, ocupam um lugar idêntico como detentores de direitos ao acesso e fruição dos recursos comunitários que são, eles próprios, a condição de viabilidade económica e possibilidade de reprodução de cada uma delas.” (Id.:339) Também Domingues Polanah, referindo-se à realidade da cooperação no trabalho entre vizinhos da comarca de Sayago (na província vizinha de Zamora), escreve: “Esta manifestación de solidaridad humana es parte de los valores éticos que sustentan su cohesión social y valorizan su identidad local. Pero estas actitudes y acciones nunca fueran fáciles ni pacíficas, y si no había un consejo (...) orientando y arbitrando las acciones de sus miembros, seguramente, existió, (...), un órgano representativo del poder local, con capacidad para poner en ejecución la aplicación justa de normas de convivencia y de respeto mutuos. La transformación en un órgano oficial de ese poder autónomo regulador de la vida del grupo hizo separar la fiscalización del derecho colectivo sobre los baldíos, del trabajo voluntario ejecutado como prestación de favor entre vecinos, que quedó siendo del fuero exclusivo de las relaciones privadas entre las familias.” (1996:357)

às necessidades de consumo dos grupos domésticos.²¹⁸ O encerramento dos celeiros da EPAC²¹⁹ (nomeadamente daquele que existia em Miranda do Douro), e os efeitos da adesão à Comunidade Económica Europeia, são apontados por vários agricultores como estando na origem da quebra na produção de trigo. Recorde-se que da adesão à CEE, a 1 de Janeiro de 1986, decorre a liberalização da importação de cereais a partir de 1990 e, um ano depois, é liberalizado o comércio de cereais nacionais. A abertura do mercado revela-se trágica para muitos pequenos produtores, que não possuem nem terras, nem meios tecnológicos, nem sistemas de escoamento de produtos, capazes de fazer frente à situação. A isto soma-se ainda o próprio envelhecimento da população agrícola.

Comparando os Recenseamentos Gerais da Agricultura: Dados comparativos 1989-1999 constata-se por exemplo que, em Trás-os-Montes, houve uma redução para cerca de metade da área de cereais para grão (de aproximadamente 111 para 57 mil hectares). Dentro da aldeia de Paradela e na sua proximidade estão as hortas²²⁰ – por vezes minúsculas²²¹ –, mais longe, as vinhas, as *terras* (parcelas maiores onde se cultivam os cereais), os lameiros e as terras de mato ou de monte (onde o agricultor vai buscar a lenha). Domina a pequena propriedade, fragmentada (pelas partilhas) e muito dispersa, obrigando os agricultores, a deslocamentos constantes e, “*a percorrerem grandes distâncias*”²²², frequentemente de burro. Normalmente os lameiros (os *cerrados*) e algumas hortas, são vedados com muros baixos de pedra solta – chama-se *cortinha* (ou *cortina*) à pequena propriedade murada -e as terras de lavoura ficam abertas.

²¹⁸ «O trigo fazia-se por ele, lavrava-se o termo todo, tudo! (...) A casa ficava cheia para os gastos de casa e o que sobejava iba para o celeiro e sempre dava para os gastos: Adubos, nitratos e umas coisas e outras. Agora, a gente não pode fazer nada mais (...) porque não há onde o meter. E não serve para nada, não o pagam! O nosso governo agora está a mandar vir o trigo de fora e nós com ele aqui em casa e não o querem. (...) E é pena! Olhe, (...) este ano colhi dois reboques de batatas e tive que as dar às vacas e aos vitelos e aos porcos porque não se gastava! O trigo a mesma coisa. Vendemos um pouco, mas pouco, a 30 escudos.»

²¹⁹ À Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), que detinha o exclusivo na compra de trigo nacional e na importação foram sendo retiradas competências. Em 1987 perde os seus silos portuários para a Silopor, entretanto criada; depois, em 1990, perde o exclusivo das importações que são liberalizadas; e em 1991 - ano em que é liberalizada a comercialização de cereais nacionais -, é transformada em sociedade anónima com nova designação: Empresa para Agroalimentação e Cereais, SA. No final da década de 1990 é anunciada a sua extinção.

²²⁰ Cada grupo doméstico possui mais do que uma horta. Nas hortas – intensivamente cuidadas- produz-se um pouco de tudo: grão-de-bico, feijão, cebola, abóboras, melancia, melão, pimentos, cenouras, tomate. Isto para além das parcelas para batatas (de regadio).

²²¹ “*Nas veigas das ribeiras, junto dos povoados a divisão é levada às últimas consequências. (...) As ‘faceiras’ de hortas das aldeias mirandesas (...) são um pitoresco mosaico de retalhos minúsculos, de alguns metros quadrados às vezes, onde é milagre o horticultor poder mover-se. Que contraste com os solos mais afastados, consagrados à lavoura e às pastagens.*” (Taborda, V.:p.108)

²²² Carvalho, Cristina F., p.20.

Em 1932, data da primeira edição do *Alto Trás os Montes* de Vergílio Taborde, o mirandês era caracterizado como criador de gado por excelência e essa continua a ser uma actividade muito importante na região.

*“ A erva não falta ao gado grosso: Prados naturais e pastagens cobrem vastos espaços (...). Por outro lado, a região viveu sempre isolada, e esse isolamento (...) era incentivo ao pastoreio. É que a dificuldade de comunicações se faz sentir menos na produção pecuária – mercadoria que a si própria se transporta – que nos produtos da terra.”*²²³

Os testemunhos recolhidos em Paradela sobre as deslocações às feiras de gado ilustram bem a afirmação do geógrafo: « (...) A gente albardava o burrinho e lá íamos para a feira de Malhadas, para a feira do Naso, com as vaquitas na frente com um vitelico (...) para vender na feira (...).

*É que vinham os bezerreiros do Porto, de onde calhava, (...). Eu sabia quando eram as feiras que, agora, acabou por tudo. Agora já não há estas feiras. Vêm comprar os vitelos a casa para os matadouros mas naquela altura a cria ia toda às feiras...E em que ia? As vaquitas a pé, os vitelicos a pé e nós em cima dos burros, era o transporte... E os vitelos iam para Duas Igrejas para o comboio*²²⁴ *(...) para seguirem para baixo ...para o Porto e Lisboa...para onde calhasse.»*

A criação de gado bovino – designadamente dos bovinos de raça mirandesa²²⁵ – era aqui, como em todo o planalto, uma das principais fontes de rendimentos do grupo doméstico. Em 1870, de acordo com V.Taborde, a região do planalto mirandês atingia quase o ponto de saturação da criação de bovinos. Habitualmente eram explorados

²²³ Idem, p.91.

²²⁴ Referência à Linha do Sabor “destinada inicialmente a escoar o minério de ferro extraído em Reboredo” e que “constituía o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias entre o Planalto Mirandês e o litoral.” (Parque Natural do Douro Internacional: *Linha do Sabor – Rede de percursos de Natureza – GR 24*) Segundo o jornal Público de 23 de Janeiro de 2000, a linha foi suspensa para o transporte de passageiros a 17 de Maio de 1981 e encerrou para o de mercadorias a 5 de Janeiro de 1989.

²²⁵ O solar da raça correspondia genericamente à área do actual concelho de Miranda do Douro expandindo-se, entretanto, aos concelhos de Vimioso, Mogadouro, Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros, que actualmente o integram. O registo (zootécnico) de bovinos de raça mirandesa remonta a 1913. Em 1959 foi instituído o Livro Genealógico (LG) dos bovinos de raça mirandesa.

Em 1994 foi atribuída a Denominação de Origem Protegida (DOP) à «carne mirandesa».

Em 1999 estavam inscritos 5.744 animais, na sua maioria pertencentes a explorações que se situam no solar da raça. O maior número de animais registou-se nos concelhos de Bragança (1598 animais), Vinhais (1035), Vimioso (805) e Miranda do Douro (764). E o encabeçamento médio no solar da raça era de quatro vacas por exploração. Os bovinos da raça mirandesa integram a lista de raças autóctones ameaçadas da União Europeia, beneficiando de ajudas previstas nas Medidas Agro-Ambientais. (Fonte: Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa, site na Internet www.bovinos-r-mirandesa.pt, consultado a 15/06/06).

como animal de trabalho²²⁶ e de criação mas hoje, e no que se refere à aldeia de Paradela, apenas uma família usa ainda uma junta de vacas para trabalhar os campos.

Cristina F. de Carvalho, referindo-se ao ano de 1983, afirmava que à “*exceção da população mais idosa todas as casas possuem em média duas cabeças de gado.*” Um cenário que estará hoje longe de corresponder à realidade, já que foram muitos os agricultores que, entretanto, se viram obrigados a vender as vacas devido a problemas de saúde resultantes da sua idade avançada.

Em 1983, as vacas existentes em Paradela eram maioritariamente de raça mirandesa. Como a vaca mirandesa rende pouco na produção de leite, este acaba por ir todo para as crias e é com a venda dos vitelos (*quase sempre vendidos antes do desmame*²²⁷) – e, ainda, com os subsídios atribuídos aos animais de raça bovina mirandesa -que o grupos domésticos garantem um rendimento extra.

6.1 As feiras de gado

Entre as grandes feiras de bois dos *planaltos do norte*²²⁸ enunciadas por V.Taborda, estava a feira do **Naso** – na freguesia da Póvoa (freguesia vizinha de Paradela) – e que era uma das feiras mais importantes para a população de Paradela e, em especial, para os criadores de gado bovino. De acordo com um informante da comissão de festas da Nossa Senhora do Naso, durante a feira de gado bovino que antecedia a festa religiosa – e antes da construção de um edifício para o efeito – os animais era distribuídos no recinto da feira por aldeias. Por exemplo, os bovinos de Malhadas, Génísio e Caçarelhos ficam do lado sul e os da Póvoa, Constantim, Cicouro e S. Martinho de Angueira, eram instalados do lado norte. Por detrás das capelinhas existentes perto da igreja era onde decorriam as lutas de bois. Com a proibição da venda de gado no Naso – e noutras localidades -por alegada falta de condições sanitárias, ao que tudo indica no ano 2000²²⁹, e a deslocação dos intermediários às aldeias para comprar os animais aos

²²⁶ “A raça (...) põe-se ao serviço pelos dois anos e nele se conserva até aos doze e mais; esse é também o período em que se reproduz. As crias regulam por 75 % das vacas em idade de criação, os vitelos vendem-se dos quatro para os cinco meses, a bezerreiros do sul do Douro e para ali vão recriar-se.” (Taborda, V.: 94-95)

²²⁷ Carvalho, Cristina F, p.29. O desmame é feito habitualmente aos sete meses e que corresponde normalmente à idade de abate dos vitelos para consumo.

²²⁸ Do rio Douro ao Rabaçal, Mogadouro, Miranda, Vimioso, Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros.

²²⁹ As informações recolhidas sobre esta matéria são contraditórias não tendo sido possível situar com exactidão a proibição de venda de gado no Naso. No entanto, a explicação parece estar nas directrizes do Ministério da Agricultura que, a partir de 2000, obrigaram ao cumprimento de apertadas regras sanitárias

criadores (vitelos, ovelhas, etc), as feiras de gado (especialmente bovino e ovino) são consideradas hoje praticamente extintas. A venda de burros e muars mantém-se, no entanto, tanto no **Naso** (designadamente durante as Festas da Nossa Senhora do Naso entre 6 e 8 de Setembro²³⁰), como em **Malhadas** (feira mensal) – onde se encontra instalado desde 1911 um posto zootécnico –, em **Sendim**²³¹ (Feira dos Gorazes -feira franca anual de gado asinino, muar e cavalari - a 30 de Outubro) e em **Miranda do Douro** (na primeira segunda feira da Quaresma).²³² Para além destas feiras realizadas relativamente próximo da aldeia de Paradela, destaca-se a célebre Feira dos Gorazes²³³, em **Mogadouro**, entre 12 e 17 de Outubro (o dia 15 é o dia da feira de gado asinino, muar e cavalari) e que desperta grande interesse em todo o Planalto.²³⁴

para o transporte e venda de animais nas feiras e que suscitaram muitos protestos no nordeste transmontano. Segundo o jornal *O Comércio do Porto*, de 18 de Fevereiro de 2000 (artigo consultado no site www.bragancanet.pt a 13/7/2006), as novas regras sanitárias “*resultam da aplicação do decreto-lei 338/99, de 24 de Agosto, que transpõe para Portugal uma série de medidas comunitárias*”. De acordo com as informações do referido jornal, cabe às autarquias licenciar as feiras de gado, “*necessitando para o efeito de assegurar um local com as condições adequadas para a concentração de gado e de disponibilizar um veterinário para controlar as entradas e saídas dos animais*” mas a feira só poderá funcionar com o parecer favorável da Direcção Geral Veterinária. À data deste artigo, apenas duas feiras de gado no país reuniam as novas condições exigidas – as feiras de Trancoso e de Viseu - todas as outras eram consideradas como estando a funcionar *à margem da lei*. O director dos serviços de veterinária da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro em declarações ao Comércio do Porto, afirmava que em Trás-os-Montes o problema da sanidade animal assumia proporções preocupantes, já que “*cerca de 40 por cento das explorações*” estavam “*infectadas com a brucelose e nalguns concelhos mais de metade dos animais doentes*” não eram abatidos devido à resistência dos agricultores. Ainda segundo o referido jornal, desde Dezembro de 1999 que a emissão de guias de transporte e venda de animais tinha passado para a competência dos serviços regionais de agricultura “*e condicionada pelas condições sanitárias das explorações, o que implica que aquelas que apresentam uma elevada incidência de brucelose vejam recusada a permissão de circulação e entrada nas feiras*”.

²³⁰ Dia 6 era o dia da feira de burros (e muars) – e que se mantém -, dia 7 era o dia da feira de gado (bovino e ovino) – que já não se realiza - e dia 8 era, e é, o dia da festa religiosa propriamente dita. Segundo diversos testemunhos recolhidos durante este trabalho, a feira de gado «já não há» mas não foi possível determinar a data exacta em que deixou de se realizar.

²³¹ Referindo-se (exclusivamente) à Feira dos Gorazes de Mogadouro (15 de Outubro) e à Feira dos Gorazes de Sendim (30 de Outubro), Miguel Nóvoa explica: «*Estas festividades que (...) correspondiam (e ainda correspondem) à venda dos burricos nascidos na Primavera anterior com a idade de 6-8 meses, ou seja logo após o desmame.*» (2003:13)

²³² Há também referência na agenda cultural da Câmara Municipal de Miranda do Douro de Julho/Setembro de 2005 a uma feira anual de gado muar, cavalari e ovino a 5 de Outubro em Duas Igrejas. A mesma publicação refere que durante a feira anual do Naso se comercializa gado bovino o que na prática – e como eu própria testemunhei - já não se verifica. Acrescente-se que em Miranda do Douro se realiza anualmente a 24 de Junho uma Feira e Exposição de Gado Bovino de Raça Mirandesa.

²³³ Há documentos sobre a feira dos Gorazes de meados do século XVIII mas admite-se que ela possa ter tido origem durante a época medieval (Mourinho, A.R., 1981:6).

²³⁴ Estas três feiras são também consideradas as mais importantes pelos negociantes de gado asinino e muar. “*A feira dos Gorazes de Mogadouro – é uma feira grande, é uma feira boa. Em Sendim ainda aparece muito gado (...) burros, machos e cavalos! Esses negociantes dá debaixo aparecem aí. -De onde?*

Do Felgar (concelho de Torre de Moncorvol e de Figueira de Castelo Rodrigo.”

Além destas feiras anuais – sempre mais concorridas que as restantes –, na proximidade da aldeia realizam-se também feiras mensais²³⁵ designadamente em Malhadas (no dia 8) e no Naso (no dia 22). De acordo com vários informantes, entre eles um negociante de gado, nesta última feira mensal do Naso já só há tendeiros e não se vendem animais: “*Cria já não há nada! Nem burros, nem vacas, nem vitelos! Nada! Antes, sim havia (...)* Há três ou quatro anos que não vão”.²³⁶

Uma outra feira, mas de comércio geral, a que acorre muita gente de um e do outro lado da fronteira – incluindo paradelenses (ou *paradeleiros*) – é a da Nossa Senhora da Luz (no último domingo de Abril), na freguesia vizinha de Constantim, na raia seca.

Na sua tese, resultante de trabalho de campo efectuado entre 1983 e 1984 na aldeia de Paradela, Cristina F. de Carvalho, afirma: “*Em dias de feiras nas povoações vizinhas, é frequente utilizarem os burros para aí se deslocarem.*”²³⁷ É de sublinhar que nas regiões transmontanas o cavalo é considerado um animal de luxo *privilégio de lavrador mais abastado*²³⁸ e no planalto mirandês é quase uma raridade.

Como a maioria das feiras referidas são feiras francas de gado asinino e os movimentos destes animais não são habitualmente declarados²³⁹ ou, se o são, constam normalmente apenas como equídeos – sem discriminação de espécie – não foi possível recolher informações minimamente fiáveis que permitissem eventualmente ter uma ideia da evolução do comércio e circulação de gado asinino na região.²⁴⁰

6.2 A aldeia e a casa

Em Paradela, como de resto em muitas aldeias do norte transmontano, ainda se reúne o *Conselho* que, como o define J.P. de Brito (1996:70), “*designa (...) a totalidade dos vizinhos da aldeia*” ou seja aqueles que aí são proprietários e nela residem “*continuadamente encabeçando uma casa da aldeia.*” Em Paradela, o presidente do

²³⁵ V.Taborda refere a existência, no século XVIII, de duas feiras mensais no planalto mirandês: Em Miranda e em Sendim.

²³⁶ A Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa no seu site na Internet, com data do ano 2000, - www.bovinos-r-mirandesa.pt -, consultado a 15/06/06 e, ainda, algumas publicações da Câmara Municipal de Miranda do Douro mantêm, no entanto, a indicação de que as duas referidas feiras mensais ainda funcionam como feiras de gado.

²³⁷ Carvalho, C.F. (1985/1986): 20.

²³⁸ Taborda, V.1932:100.

²³⁹ Excepção feita para os burros da AEPGA.

²⁴⁰ Por outro lado, as guias de transporte – cujas cópias ficam na posse das Zonas Agrárias -, não têm necessariamente que ser emitidas no área onde residem os donos dos animais, podendo fazê-lo noutra zona agrícola.

Conselho é simultaneamente o presidente da Junta de Freguesia ou, como explica Cristina F. de Carvalho (1986/1986: 56-57), “*independentemente da forma como se processa a escolha do presidente da Junta ele é sempre presidente do Conselho*”. E, ainda, que como presidente da Junta de Freguesia, actue como poder central e o simbolize, no Conselho “*limita-se a coordenar a assembleia de vizinhos. Em nenhum dos cargos age isoladamente.*” As reuniões do Conselho são convocadas habitualmente à saída da missa se bem que, nalguns casos – de que tomei conhecimento – de breves comunicações (como os avisos para as desparasitações de animais ou outros do mesmo género) a reunião dos vizinhos se faça logo na altura, com os que estiverem presentes. “*Cada membro do Conselho tem igual direito de voto sobre o assunto que for a discussão, e só depois de atingida a maioria se passa à execução*”²⁴¹ e muitas das infraestruturas hoje existentes na aldeia devem-se aos próprios vizinhos: “*A construção da estrada, o calçetamento da rua em volta do povo, fontes e (...) tanques de lavar roupa, foram obras realizadas pelo povo. A Câmara Municipal limitava-se a enviar as máquinas, o material necessário e alguém para orientar o trabalho.*”²⁴²

Das antigas casas dos planaltos transmontanos que abrigavam “*sob o mesmo tecto habitação, estábulos, celeiro e adegas, ou seja os homens, os animais e os produtos da terra*”²⁴³ já pouco resta na aldeia de Paradela. Há muito que não se vive *quase ao focinho dos animais*²⁴⁴. Edmundo A. Garcia (1959:173) ao descrever a casa rural mirandesa, afirmava que era frequente a habitação situar-se de um lado da aldeia e “*as tulhas e adega para outro e as lojas e palheiros ainda para outro*”, o que actualmente se verifica em Paradela aparentemente com mais frequência entre as famílias com

²⁴¹ Cristina F. de Carvalho, 1985/1986:26.

²⁴² Idem.

²⁴³ Taborda, V.; p.123.

²⁴⁴ Excerto de uma entrevista realizada em Paradela: « (...) havia muitas pessoas que **viviam quase ao focinho dos animais**, muito. Agora, já não. Já a gente tenta desviar um bocadinho os animais das casas de viver. (...) por motivo do estrume, das moscas e do cheiro. Mas antigamente sim. Conheci muitas pessoas que tinham mesmo a cozinha à beirinha dos animais, só tinham uma paredinha (...) e os burros e as vacas assomavam o nariz (...) por cima. Nos tempos em que eu me criei, as misérias que havia E os porcos mesmo ao pé dos quartos onde se dormia. De um lado, os porcos. Do outro lado, a cama. Era muita miséria. E ainda me lembra das pessoas que coziavam (...) e que (...) em cima do forno, dormiam as galinhas. (...) Era, porque não tinham casa para as agasalhar. E então fazia-se o pão ali e as galinhas andavam (...) fora, durante se cozia o pão e, à noite, iam a dormir em cima do forno. Ficava tudo sujo. Ainda me lembro.»

maiores recursos económicos e que, assim, se vêm obrigadas a constantes idas e vindas entre um e outro ponto da aldeia (nalguns casos de burro).

Muitas das antigas habitações estão desabitadas, semi-abandonadas, e são agora exclusivamente usadas como estábulo para os animais, celeiro, armazém. E as casas de habitação propriamente ditas – de construção mais recente – encontram-se afastadas das primeiras. Como observou Cristina F. de Carvalho “*é no centro da aldeia que vamos encontrar este tipo de habitação tradicional. Grande parte está ocupada por lojas para os animais²⁴⁵, palheiros e armazéns para guardar os produtos agrícolas e as alfaias. (...) As habitações modernas localizam-se sobretudo nas zonas limítrofes da aldeia. Mesmo quando se encontram na parte mais antiga demarcam-se claramente, quer pela sua dimensão, quer pela natureza dos materiais empregues.*”²⁴⁶

Grande parte destas casas foi construída por emigrantes ou (ex) guardas-fiscais. Dois grupos que se destacam em Paradela pelo maior poder económico e que, como sublinhou Cristina F. Carvalho, foram responsáveis por grandes mudanças operadas na aldeia a partir da década de sessenta do século XX: “*As pessoas que não dispunham de terra em quantidade suficiente, podiam agora arrendá-la ou tomá-la de meias. (...) Cada casa passa a ter no mínimo uma cabeça de gado, o gado anda melhor alimentado (...). (...) O uso de máquinas para substituir o trabalho humano e animal, é ainda hoje comum a apenas um reduzido estrato da população, os emigrantes. Eles são os donos de quase todos os tractores, da segadeira e da trilhadeira que há na aldeia.*”²⁴⁷

Em 1959, Edmundo A. Garcia (1959:180), afirmava que a região mirandesa era servida ainda “*por uma única estrada nacional de 3ª classe, que vindo de Mogadouro, nela entra pelo sul, (...); passa em Sendim, Duas Igrejas, segue em direcção a Miranda do*

²⁴⁵ Parte das lojas que visitei correspondem genericamente à descrição que delas faz E.A.Garcia (1959:175): “*(...) as manjedouras correm ao longo de uma ou mais paredes (...), ficando encostadas a elas e sendo o tabique da frente constituído por um madeiro, onde existem argolas de ferro (...). As divisórias transversais, são constituídas também por barrotes, por umas tábuas, ou mesmo por umas pedras. (...) Ocupando totalmente a casa, ou apenas parte, há uma tosca armação de tábuas, como que um piso, a uma altura não muito superior à duma pessoa, suportada por vigas (...). Esta armação, que recebe a designação regional de «trato» destina-se a palheiro.*

O chão é totalmente coberto por uma espessa camada de palha, que serve de cama para os animais. Como na construção do «trato» há sempre a preocupação de o deixar baixo, quando cheio de feno, a loja fica bem agasalhada (...) porém, por falta de arejamento (...), o ambiente torna-se abafado, escuro e sombrio.” É relativamente frequente a pequena pocilga ficar dentro da loja.

²⁴⁶ Carvalho, Cristina F.(1985/1986): 19.

²⁴⁷ Idem, p.97.

Douro, (...), após o que inflecte para Ocidente, servindo Malhadas, Génisio e Caçarelhos e sai da região em direcção à Vila de Vimioso, donde depois prossegue até Bragança.” A estas estradas somavam-se outras camarárias que punham algumas aldeias em contacto com a estrada nacional e que era o caso de Ifanes – aldeia vizinha de Paradela. De acordo com informações recolhidas na aldeia, só em meados da década de setenta (depois do 25 de Abril de 1974) é que Paradela teve a primeira estrada alcatroada: a que fazia a ligação a Ifanes. E apenas na segunda metade da década de oitenta é que foi alcatroada a estrada entre Paradela e a Aldeia Nova – por onde se sai em direcção a Miranda do Douro. Até essa altura, a aldeia tinha apenas caminhos de terra batida – que no Inverno ficavam quase intransitáveis²⁴⁸ – que ligavam a aldeia a Ifanes, à Aldeia Nova (caminho para Miranda) e a Espanha²⁴⁹ (a Castro Ladrón). O tempo médio de uma deslocação a Miranda – aonde se ia muitas vezes a pé ou de burro – era de cerca de duas horas (e uma viagem de ida e volta demorava quatro).

6.3 O contrabando

Até ao início da década de setenta, o contrabando era “*uma prática generalizada*”²⁵⁰ nas zonas de fronteira do nordeste transmontano e Paradela, a dois passos da raia seca,²⁵¹ não foi obviamente excepção. “*A falta de indústrias, a ausência de vias de comunicação e a distância aos grandes centros, a pequena propriedade (...) e, sobretudo, a falta de trabalho, fizeram dos raianos contrabandistas*”.²⁵²

²⁴⁸ Cristina F. de Carvalho (1985/1986: 18) escrevia: “*Vindos de Ifanes, quando entramos na zona da aldeia (...), termina a estrada de alcatrão e começa a rua principal da aldeia. Esta rua é a única que é empedrada; todos os outros caminhos em terra batida, transformam-se de Inverno num verdadeiro lamaçal.*” Não faltam na aldeia as descrições sobre casos de pessoas e animais que ficavam enterrados na lama e, sobretudo, sobre as aflições vividas quando era preciso ir à cidade por motivos de doença ou chamar um médico à aldeia.

²⁴⁹ Estrada, actualmente, alcatroada apenas do lado português até à fronteira. A partir daí acaba o alcatrão e a estrada prossegue em terra batida até à referida aldeia espanhola.

²⁵⁰ Bernardo, Hermínio Augusto: “Práticas de Contrabando no Nordeste Transmontano” – Conferência proferida durante as IV Jornadas Luso-Galaicas de Ciências e Desenvolvimento - Miranda do Douro, Outubro de 99, dossier especial do *Nordeste Digital*: p.1.

²⁵¹ Como sublinha O.Ribeiro (1995: 314-315) onde o rio constituía “*uma barreira transponível em raros pontos (...) é no troço fronteiro, ‘los Arribes del Duero’, a que corresponde em Portugal a expressão antiga de ‘Riba de Douro’ ou ‘Ribadouro’: em riba de Douro, sobre Miranda, «donde se infere que então se chamava Douro ao rio de Miranda», donde provém o complemento do nome da minúscula cidade, e as modernas arribas de Vila Chã, Picote, Cércio, Aldeia Nova, Paradela.*”

²⁵² Idem.

Em Paradela multiplicam-se os relatos espontâneos sobre práticas de contrabando e episódios em que os agricultores-contrabandistas escapavam aos guardas-fiscais e carabineiros, pela calada da noite ou, mais raramente, quando eles eram apanhados e obrigados a pagar multas. “*O café e o sabão eram os produtos mais procurados e vendidos a melhor preço*”²⁵³,²⁵⁴ e, muito embora, o fluxo de mercadorias se fizesse sobretudo de Portugal para Espanha, “*havia ocasiões em que também traziam algumas coisas: no Natal bacalhau e polvo, veludo e azeite depois das colheitas.*”²⁵⁵ Ouvi também relatos de quem tinha passado para Portugal materiais para a construção ou melhoramento das casas, como vidros, estruturas metálicas, etc.²⁵⁶

Os produtos eram transportados às costas, em fardos – que podiam chegar a pesar 50 ou 60 quilos – normalmente até à povoação espanhola mais próxima ou a pontos previamente acordados do outro lado da fronteira.

Muitos dos guardas-fiscais – que a partir de 1975 deixaram de estar impedidos de prestar serviço nas terras de origem e que começaram a regressar a Paradela – tinham

²⁵³ Carvalho, Cristina F.: p.36.

²⁵⁴ Um testemunho recolhido na aldeia: “*Íamos com duas, três ou quatro dúzias de ovos daqui ao Castro e trazíamos um litro de azeite, ou trazíamos massa (...) porque aqui não havia nada.*

-Levavam ovos e café?!?

E café. (risos) O café já era com mais cuidado. Às vezes levávamos e deixávamos metido num plástico em certos sítios (...). Chegavam lá, e diziam: «está em tal parte...» e lá iam eles a buscar.

Mas, com os carabineiros ali, era uma cambada... tinham uma caseta deste lado, ao alto, (...) estavam na barragem, lá em baixo, e vinham pelo caminho para aí... Estavam sempre aí ! (...) nós aqui, muitas vezes, (...) íamos a passar num povo que é o Pino, íamos a passar uma ponte, passávamos o rio, mas eram 11 horas a bater o pé daqui (até) lá. Passávamos o Pino, Villapego (?), passamos depois Moral (...) e íamos até quase a Salamanca. (...) era toda a noite, onze horas sempre para lá e para cá.

-Porque é que não levavam animais?

Bô! Porque não se podia. O animal não se aguentava...

-E dava mais nas vistas..?

Dava mais nas vistas e assim (um) com 20 ou 25 kg, muitas vezes, íamos por uma ribanceira, por uma ribanceira meio pelas arribas, havia carreirões assim, a ver se víamos pistas do calçado deles e nós então sempre fugindo desse carreirão, por baixo do carreirão sempre fora (...).

-Foi (contrabandista) durante muitos anos?

Sim! Aquilo era durante todo o ano! (...) havia que andar com mais olhos porque o pão (?) já não cobria ninguém. Só tínhamos que ir para o monte. E, no monte, às vezes estávamos nos encontramentos dos caminhos e havia que ter um cuidado! E, ao escurecer, aí... às vezes saía-nos à frente um, no caminho...Ai patinhas caralho!!! Aquilo havia que desatar a correr e depois faziam cada rajada: Trau...! Trau...! Trau...!

-Disparavam mesmo...

Ai disparavam e muito!”

²⁵⁵ Carvalho, Cristina F.: p.36.

²⁵⁶ Ana Isabel Afonso (1997:45) refere que, de Portugal para Espanha, se levava “*sobretudo café, sabão, cordas e, por vezes, até mesmo cabeças de gado. De Espanha vinha trigo, em épocas de crise, alguns tecidos (como a «pana», muito usada no vestuário masculino), as «alpergatas», os rebuçados e caramelos que faziam a alegria da pequenada e os pêssegos enlatados que começaram a entrar na ementa dos dias de festa (...).*”

sido anteriormente contrabandistas. Uma dupla condição que actualmente, já depois de reformados, assumem aberta e até – pelo menos nalguns casos – orgulhosamente. As dificuldades do contrabando são recordadas por eles com frequência, obliterando por vezes completamente as suas experiências como guardas-fiscais. Talvez porque em Paradela – onde o contrabando era feito com a cumplicidade dos vizinhos –, e como conta Cristina Carvalho, apesar de nunca ter havido confrontos violentos com a Guarda Fiscal, se verificasse “*contra ela uma hostilidade latente*”.²⁵⁷

Além do contrabando, eram frequentes os contactos com as aldeias vizinhas nomeadamente com o Castro (Castro Ladrón) onde muitos iam aos bailes nos dias de festa.

Com a abertura da fronteira a circulação intensificou-se e muitas das compras para a casa são feitas em Espanha onde – para além da proximidade – os preços de muitos produtos são bastante mais baixos que do lado português. As peças de barro, por exemplo, são frequentemente adquiridas a artesãos da aldeia alistana de Moveros situada a cerca de um quilómetro da fronteira.

Para os vizinhos de outras aldeias (portuguesas) do concelho, “*os «paradeleiros», como são conhecidos (...), «vivem no fim do mundo vizinhos com os espanhóis»*”²⁵⁸ e, como seria de esperar, diz-se que o mirandês aqui falado é «*mais espanholado*».

6.4 Clima da região e calendário agrícola de Paradela

Na região do Alto Trás-os-Montes onde o clima é “*excessivo*”²⁵⁹, marcado por grandes amplitudes térmicas²⁶⁰, de Invernos longos – em que abundam a neve e as geadas – e Verões breves e escaldantes; “*O prolóquio ‘Nove meses de Inverno e três de Inferno’, comum a Castela e a uma parte de Trás-os-Montes*”²⁶¹ parece fazer todo o sentido.

²⁵⁷ Idem: p.35.

²⁵⁸ Cristina F. de Carvalho, 1985/1986:58.

²⁵⁹ V. Tabora explica: “*O facto de ser uma zona planáltica e montanhosa, cortada de vales profundos, multiplica os contrastes climatéricos. Domina aqui um clima exposto às influências continentais, mas em que a variedade de condições topográficas e de exposição gera oposições muito acentuadas.*” (1987 (1932): 54)
As variações registadas consoante se tratem de vales e depressões ou de planaltos resultam em diferentes épocas de floração ou maturação determinando desta forma a existência de diferenças no(s) calendário(s) agrícola(s).

²⁶⁰ A amplitude térmica anual pode chegar a ultrapassar os 40 graus.

²⁶¹ Tabora, V., p.61. Leite de Vasconcelos (*in Etnografia Portuguesa*) sublinha que ele é usado também noutras zonas do país e, ainda, nas Astúrias ou em Castela em referência a Burgos.

O fim de Outubro assinala a chegada do Inverno com a descida brusca dos termómetros que se acentua, depois, durante o mês de Novembro e só a partir de Fevereiro/Março é que as temperaturas começam de novo a subir gradualmente, as chuvas caem sobretudo nos meses de Março e Abril. Mas só em Maio é que se começa a anunciar o Verão²⁶² tão bem retratado por V.Taborda:

*“Mais que o calor, a secura torna o Verão transmontano difícil de suportar. Os campos, sob a acção de um sol ardente, sofrem da penúria de água. Nos planaltos, quase despidos de manto vegetal, desprende-se do solo árido, endurecido, a escaldar da extensão monótona que se prolonga até longe e onde não corre um fio de água, uma desoladora impressão de deserto.”*²⁶³

Há que salientar, no entanto, que a “*variedade de condições topográficas e de exposição*”²⁶⁴ dos solos (designadamente ao sol e ao ventos), impõem variabilidades climáticas dentro da mesma região. As diferenças implicam não só variações no calendário agrícola como também na morfologia do território.

O Verão é a estação em que se desenvolvem a maior parte das actividades agrícolas. Entre Maio e Julho, consoante as zonas, procede-se ao corte dos fenos e às ceifas (as segadas).

Em Paradela, como recordam duas vizinhas, as ceifas começavam em Julho e as trilhas faziam-se durante quase todo o mês de Agosto:

Sr^a C: « (...) Hoje já trazemos o grão limpinho para casa, já trazemos os fardos feitos para os palheiros, na altura não. Em tempos, tínhamos que ceifar²⁶⁵, (...) depois tínhamos que acarrear, com o carro e com as vacas, (...) para as eiras, depois tínhamos que trilhar²⁶⁶ com os trilhos²⁶⁷, (...) tínhamos que limpar para apartar o grão

²⁶² “O Verão é por toda a parte quente e seco. De Maio para Junho, o termómetro acusa uma subida brusca e nova ascensão de Junho para Julho. A temperatura mantém-se depois elevada e constante. O calor extremo torna-se sufocante nos vales abrigados.” (Idem; pp.67/68)

²⁶³ Taborda, V., pp.67/68.

²⁶⁴ Idem; p.54.

²⁶⁵ À mão.

²⁶⁶ “(...)triturar na eira os cereais ceifados, pela acção do trilho, esbagoando-os ou reduzindo-os a palha miúda.” (in Moisés Pires, S.D.B., *Pequeno Vocabulário Mirandês-Português*, p.524)

²⁶⁷ “(...) instrumento (...) constituído por um assoalhado rectangular, com a parte dianteira levemente levantada e com a parte rastejante inteiramente cravejada de pedrinhas de sílex e de objectos metálicos cortantes.” (idem)

da palha, depois é que trazíamos o grão para casa e depois é que metíamos a palha – que era o último de tudo.»

Sr^a A: « (...) *Andávamos semanas com as vacas ao redor, ao redor...Semanas e semanas!*

-Vacas e burros?

Tudo junto. Todo o mês de Agosto! Ao redor, a trilhar, a trilhar com o trilho...

-E ajudavam-se os vizinhos?

Ajudávamo-nos, sim. (...) Depois, quando estavam as parvas²⁶⁸ trilhadas e bem desfeitas já, juntava-se o povo (...). Os homens (...) a puxar a palha e a fazê-la em muro para limpar e as mulheres por baixo a varrer e rastrar... Era muito bonito! (...). Cantávamos tanto depois nas limpas, (...), quando vínhamos com as carradas de trigo, a cantar em cima dos carros. Uns cânticos tão bonitos e tão alegre, por estas ruas todas (...) E com umas bandeiras (...), umas bandeiras feitas de lenços que tínhamos em casa, bonitos, todos assim em quadros (...), com a bandeira em cima do carro e depois a cantar, era uma alegria muito grande pelas ruas todas! Agora, acabou isso tudo. Agora tudo é à base de tractor.

-Agora, com as máquinas já o pessoal não se junta...?

Não, agora quase não se junta! E há pouca gente.»

Sr^a C: «*Agora é cada um no seu, não é como naquela altura.»*

Sr^a A: « (...) *Depois em casa não dormíamos. Em vez de dormirmos em casa, dormíamos na eira, ao pé das parvas, toda a noite em jogos de roda...»*

Sr^a C: « (...) *só era no mês de Agosto que fazíamos as trilhas, até aí era a ceifar e a carrear. Este mês (de Julho) ceifávamos e acarrejávamos ...e depois no mês de Agosto é que trilhávamos...»*

Sr^a A: «*Ainda me lembro de trilhar este mês também. Sim, no dia de Santa Maria Madalena²⁶⁹, já andávamos também a trilhar – que é o dia 22 deste mês (de Julho).*

-Já se começava nessa altura...?

Sim, a trilhar. »²⁷⁰

²⁶⁸ Parba ou parva : “(...), eirada de cereal estendido no chão, em círculo, na altura em que está a ser trilhado; cereal já trilhado, amontoado em forma oblonga, pronto para ser «lhimpado».” (Moisés Pires, S.D.B. (2004)).

²⁶⁹ Padroeira da aldeia.

²⁷⁰ Excerto de uma entrevista realizada em Paradela.

De acordo com uma das informantes em meados da década de 60 do século XX (entre 1965 e o final da década de 60) apareceram os dois primeiros tractores na aldeia e que asseguravam o serviço da *trilhadeira* nas eiras colectivas da aldeia e, antes disso, havia um particular de Ifanes que tinha uma e que às vezes levava a *trilhadeira* a Paradela. Mas como nem toda a gente podia pagar esse serviço (pago à *maquia*), as trilhas com animais continuaram a fazer-se ainda por bastante tempo. Por outro lado, e para além dos casos em que a quantidade de cereal não justificava o uso da *trilhadeira*, havia quem preferisse continuar a usar os trilhos porque a palha «era melhor para dar aos animais».²⁷¹ Na primeira metade da década de oitenta a cevada e a gâmeta, por exemplo (cuja segada é feita cerca de quinze dias antes do trigo) – pela sua menor quantidade – ainda eram trilhadas com recurso aos animais – vacas e burros. O cereal dominante era, e ainda é, o trigo e para isso eram alugadas máquinas (a *trilhadeira*²⁷²).

Na altura, os excedentes de trigo eram escoados através dos celeiros da EPAC. Hoje, depois do encerramento dos celeiros da EPAC, e com a queda do preço do trigo no mercado, a maior parte dos pequenos agricultores opta por produzir este cereal em muito menor quantidade. São também produzidos a aveia, o centeio e a cevada (na sua maioria para alimentar os animais).

A debulhadeira que actualmente é usada em Paradela pertence a um vizinho da aldeia de Malhadas e a debulha é feita nas terras de cada um. «A máquina ceifa e separa o grão da palha e atrás vem um tractor para enfardar.»

Em Setembro estrumam-se as parcelas para os cereais que são semeados no mês seguinte. E no início de Outubro – «a partir do dia 4 ou 5» – fazem-se as vindimas. Em Paradela, no ano de 2005, as vindimas foram feitas excepcionalmente no final de

²⁷¹ Cristina F. de Carvalho, na sua tese de 1985/1986, afirmava, a este propósito, que “para a maioria dos grupos domésticos” o acesso à tecnologia moderna constituía uma realidade “apenas no período das trilhas”. Altura em que “quase todas as casas alugam «a trilhadeira» (...). O trilho é utilizado só quando se trata de pequenas quantidades de cereal. Os tractores ainda não conseguiram substituir o arado e o rastro. Na aldeia existem sete tractores e só um não pertence a emigrantes.”

²⁷² Em Sendim, a sul de Miranda do Douro, a introdução das máquinas ocorreu cerca de dez anos mais cedo do que em Paradela como se conclui das palavras de Ana Isabel Afonso (1997: 274): “as diversas tarefas relacionadas com esta fase do ciclo do cereal foram sofrendo alterações, mediante a introdução de sucessivas modernizações, cujo início remonta à década de 50, quando a tracção animal é substituída pela tracção mecânica. Na eira colectiva, passaram a estar instaladas duas trilhadeiras particulares, accionadas com a correia de um tractor. Neste caso eram os donos das respectivas máquinas que procediam à trilha do cereal da maioria dos agricultores, que lhes pagavam à ‘maquia’ o frete, ou seja, uma percentagem da colheita. (...) Só em meados da década de 70 começaram a aparecer as primeiras ceifeiras-debulhadouras- -enfardadeiras que procediam (...), já não na eira colectiva, mas nas próprias terras, às três operações principais, de ceifar, trilhar e fazer os molhos de palha.”

Setembro: «(...) normalmente é nos princípios de Outubro. Andamos uma semana ou quinze dias. Eu vou vindimar para o vizinho e o vizinho depois vai para mim. Portanto, andamos uns aos outros.» A entreajuda não parece ser, no entanto, uma prática constante no que se refere às vindimas: « Eu já dois anos que pagava aos vindimadores (...), era a rapazes novos, mas este ano já não arranjei rapazes novos e se fizeram assim. Quando era mais novo, (...) éramos já uma família de quatro ou cinco e fazíamos o serviço. Naquela altura era uma arca em madeira e púnhamos no carro das vacas e depois íamos com as vacas e enchíamos a arca e pisávamos aquela arca em casa, (...) e andávamos a família só. Chegávamos ao tempo das uvas e diziam eles: ‘No tempo das uvas cada um as suas!’ »²⁷³

É, também, em Outubro, que se começam a apanhar as castanhas. De acordo com uma das informantes «a apanha começa aí pelo 20 de Outubro e vai até Novembro.» Ainda há muita em Paradela mas, de acordo com este testemunho, «o souto da aldeia²⁷⁴ está abandonado» (?).

O mês dos Santos (Novembro) é altura de começar a matar os porcos (é o mês dos porcos): «Depois do 20 de Novembro, já começam a vir a geadas, já não andam as moscas (...) quando o tempo está frio, matam-se os porcos...».²⁷⁵ Há também quem diga que ultimamente só se começa depois do dia 25 (dia de Santa Catarina).

No final de Novembro e em Dezembro, apanha-se a azeitona e, apesar dos rigores do Inverno, quem tenha vacas não pode deixar de sair com elas: « (...) andava-se com as vacas por aí, a apanhar nabos». Em Janeiro, as baixas temperaturas não permitem fazer quase nada e é o mês de descanso do pequeno agricultor. Em Fevereiro faz-se a relva, ou seja, lavram-se pela primeira vez as parcelas de cereais. As árvores de fruto e as vinhas são geralmente podadas durante o mês de Março. É também nesta altura que se lavram vinhas e parcelas para hortas. No final do mês fazem-se as primeiras sementeiras de batatas de sequeiro, normalmente em parcelas situadas nas zonas mais protegidas. Em Abril prosseguem lavras e sementeiras de batatas de sequeiro. Maio é outro mês muito trabalhoso: mês das sementeiras de batatas de regadio e de feijão, grão-

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Cristina Fernandes de Carvalho (1985/1986) refere a este propósito: “Paradela é das poucas aldeias do Concelho (...) que tem ainda souto de castanheiros; este é pertença de alguns vizinhos. (...). Passado o dia de São Martinho termina a proibição de apanhar as castanhas, e é comum, até esse dia, encontrarmos os Guardas Fiscais perto dos castanheiros para evitar que os naturais de outras aldeias ou mesmo de Paradela venham roubar o que não lhes pertence.” (p.21)

²⁷⁵ Ibid.

de-bico, pimento, cebola, etc. Voltam-se, ainda, a lavar as *terras* de cereais para evitar o crescimento de ervas daninhas (*fazer a vima*) e semeiam-se abóboras, melancias e melões. Em Junho, é a época de cortar os fenos (e fazer fardos) que irão servir para alimentar os animais durante o longo Inverno – tarefa normalmente executada através do sistema de entreatuda entre vizinhos já que o grupo doméstico não tem, na maioria dos casos, os braços suficientes para o realizar²⁷⁶. Colhem-se, ainda, as cerejas. Julho é, como já se disse o mês das ceifas e que às vezes se prolongam por Agosto, é a época também de apanhar a batata produzida aqui em grande quantidade.

Os meses mais quentes correspondem assim aos períodos de maior actividade dos agricultores. Durante o Inverno podem enfim descansar um pouco mas têm, mesmo assim, que garantir algumas tarefas no exterior da casa: “*Drenar os lameiros, cuidar do gado, assegurar a provisão de lenha e de mato para estrume (...)*.”²⁷⁷

Calendário Agrícola de Paradela²⁷⁸

JANEIRO	(PERÍODO DE «DESCANSO» DOS CAMPOS E DOS AGRICULTORES²⁷⁹).
FEVEREIRO	INÍCIO DAS PRIMEIRAS LAVRAS DAS PARCELAS DE CEREAIS (FAZER A RELVA).
MARÇO	PODAS DE ÁRVORES DE FRUTO E VINHAS; LAVRAS E ESTRUMAR DAS VINHAS; LAVRAS DE PARCELAS PARA HORTAS; NO FINAL DO MÊS FAZEM-SE AS PRIMEIRAS SEMENTEIRAS DE BATATAS (DE SEQUEIRO).
ABRIL	PROSSEGUEM AS LAVRAS; CONTINUAM AS SEMENTEIRAS DE BATATAS.
MAIO	SEMENTEIRA DE BATATAS (DE REGADIO); NAS HORTAS SEMEIAM-SE O FELJÃO, O GRÃO-DE-BICO, O PIMENTO, A CEBOLA;

²⁷⁶ De acordo com as práticas de solidariedade aldeã que a mecanização – entre outros factores - veio alterar: “*Os vizinhos da mesma aldeia auxiliam-se mutuamente nas ceifas, nas vindimas, nas colheitas, na apanha da azeitona, na cava das vinhas, na sega dos fenos, na tosquia, (...)*.” (Mourinho, A. (1991:60).

²⁷⁷ Taborda, V., p.63.

²⁷⁸ Elaborado com base nas informações recolhidas junto dos pequenos agricultores de Paradela.

²⁷⁹ O Inverno é, aliás, justamente considerado *la primavera de l lhabrador*.

INÍCIO DAS SEGUNDAS LAVRAS DAS TERRAS DE CEREAIS (OU FAZER A VIMA);¹
NO FIM DO MÊS SEMEIAM-SE AS ABÓBORAS, OS MELÕES, AS MELANCIAS.

JUNHO	SEGADA/CORTE DOS FENOS, ENFARDAR; SEGADA/CEIFA DE AVEIA; COLHEITA DE CEREJAS.
JULHO	SEGADAS/CEIFAS DE TRIGO, CENTEIO, AVEIA E CEVADA²⁸⁰ (COM DEBULHA E ENFARDAMENTO); COLHEITA DA BATATA.
AGOSTO	NO INÍCIO DO MÊS CONTINUAM AS CEIFAS E DEBULHAS (ANTIGAS <i>TRILHAS</i>).
SETEMBRO	ESTRUMAR DAS TERRAS DE CULTIVO DE CEREAIS.
OUTUBRO	NO INÍCIO DO MÊS COMEÇAM AS VINDIMAS; SEMENTEIRAS DE CEREAIS (DE AVEIA, TRIGO, CENTEIO, CEVADA); COMEÇO DA APANHA DAS CASTANHAS.
NOVEMBRO	CONTINUA A APANHA DE CASTANHAS; APANHA DA AZEITONA; NO FINAL DO MÊS (A PARTIR DO DIA 20 OU DO DIA 25- DIA DE SANTA CATARINA) INÍCIO DA MATANÇA DO PORCO E DO FABRICO DE ENCHIDOS.
DEZEMBRO	CONTINUA A APANHA DA AZEITONA; COLHEITA DE NABOS (+/).

6.4.1 O burro como animal de trabalho

Edmundo A. Garcia na sua descrição da região mirandesa de 1959 afirmava que raras eram as pessoas que não possuíam pelo menos um burro e acrescentava: “*É com o «burrigo» que se vai à horta buscar nabos, couves, ferrã (...) que (...) nuns alforges, dia a dia, vão vindo para a manjedoura das vacas. É com o «burrigo» que os mais pobres trazem a carga da lenha, (...) se leva à moagem ou ao moinho uma carga de dois sacos de grão (...). (...) se fazem os mais variados serviços, desde transportar roupa para o lavadeiro, até lavar, trilhar e, por vezes, puxar no carro. É também ele, depois de devidamente albardado (...), o transporte individual mais usado na região*

²⁸⁰ O trigo era ainda na década de 1980 a cultura dominante mas com a descida dos preços do trigo e a falta de escoamento, a sua produção foi reduzida e hoje fica praticamente a par da dos restantes cereais: aveia, centeio e cevada. As máquinas fazem quase todo o trabalho antes feito pelos camponeses (ceifa e debulha e também enfardamento).

(...). *Alguns usam a muar, (...). O cavalo²⁸¹ é um luxo a que só os privilegiados podem dar-se (...).*” (1959:226-227)

Actualmente as funções dos burricos já não são exactamente as mesmas e se, a mecanização dos trabalhos agrícolas – mais tardia aqui do que noutras regiões do país - os libertou de grande parte dos trabalhos da lavoura, o envelhecimento da população favoreceu a sua crescente utilização em detrimento dos bovinos que na aldeia de Paradela são, na sua quase totalidade, animais de criação e não de trabalho.

J.C. Barbosa²⁸², professor da Escola Superior Agrária de Bragança que co-orientou o estudo desenvolvido por Luísa Samões, referindo-se ao gado asinino em Trás-os-Montes refere que, ao contrário do que se verificou a nível nacional, “*nos distritos de Bragança e Vila Real não se deu uma diminuição significativa no número de burros entre 1979 e 1989; e, nesse período, no distrito de Vila Real houve um ligeiro aumento.*” A redução do efectivo asinino e muar ocorre na década seguinte, entre 1989 e 1999, “*(...) dando-se um decréscimo acentuado no número de burros, (...) com uma redução de cerca de 48% em Bragança e de cerca de 37% em Vila Real. Neste período, também os muares registam, nestes distritos, reduções superiores a 30%.*” A mecanização e/ou o abandono mais tardios dos campos pode explicar a diferença.

No concelho de Miranda do Douro – e, com base nos Recenseamentos Gerais da Agricultura: Dados comparativos 1989-1999 (do INE) – verifica-se uma diminuição de 43,8 por cento do efectivo de asininos entre 1989 e 1999. Em Paradela a redução, no mesmo período foi de 35,9 por cento. As freguesias de Cicouro (17,8%), Constantim (23,1%), Malhadas (29,8%) e Póvoa (30,5%) foram aquelas em que se verificou uma menor diminuição no efectivo asinino.

Observando a evolução da população asinina no concelho de Miranda do Douro desde 1934 a redução de efectivo iniciada na segunda metade da década de 50 do século passado (1955) acentuou-se a partir de 1989. Em Paradela, registou-se uma evolução inversa entre 1955 e 1989 com o aumento para mais do dobro do número de animais. Em 1989 a freguesia acompanha a tendência de redução apesar da diminuição no efectivo ser sempre inferior à redução média verificada no concelho.

²⁸¹ O cavalo é – e a nota é de minha autoria -, ao contrário do que sucede com o burro, como escreve J.P.Digard (1990:246), “*symbole privilégié du pouvoir de l’homme sur l’animal*” e como “*l’insigne et l’instrument d’un autre pouvoir, celui de l’homme sur l’homme (...).*”

²⁸² Barbosa, J.C., “*O gado asinino em Trás-os-Montes. Contribuição para o conhecimento da sua importância socio-económica.*” (texto s/d.:5-6)

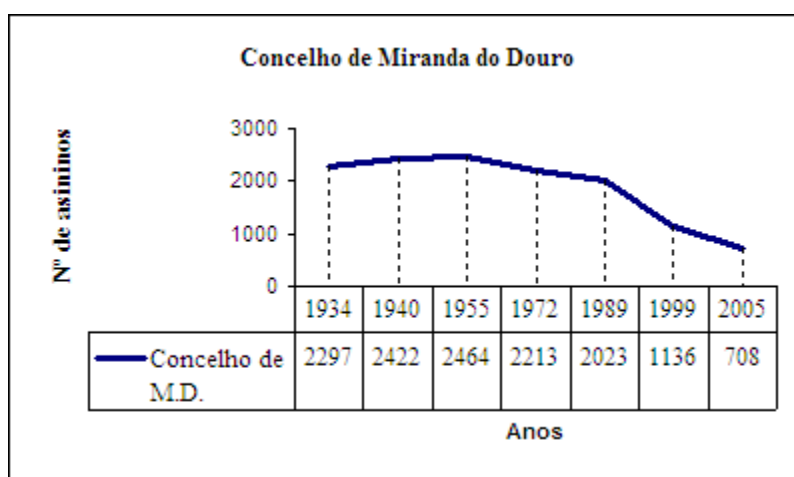
Entre 1999 e 2005 (ou seja, em apenas seis anos), se tivermos em linha de conta as estimativas das Juntas de Freguesia (com todas as limitações e imprecisões que uma estimativa comporta²⁸³), a diminuição dos asininos no concelho de Miranda do Douro será de 37,7 por cento e de 65 por cento entre 1989 e 2005. Paradela surge como a freguesia em que se registou menor redução no efectivo entre 1999 e 2005 mas no período mais alargado dos últimos 16 anos (entre 1989 e 2005) a freguesia que perdeu menos burros foi Constantim (34,1 por cento), seguida por Paradela (42,7 por cento²⁸⁴). As maiores quedas nos efectivos de asininos terão sido nas freguesias de Picote (onde se regista uma quebra brutal: de 104 para 7 asininos, ou seja uma redução de 93,3 por cento) e Sendim (de 163 para 21 animais, o que corresponde a uma diminuição de 87,1 por cento).

²⁸³ Há que assinalar algumas imprecisões detectadas relativamente às estimativas fornecidas por responsáveis das dezassete juntas de freguesia do concelho de Miranda do Douro: Verifica-se uma disparidade nos efectivos de asininos nas freguesias de S. Pedro da Silva (Silva) e em Malhadas face ao número de animais constante no Registo Zootécnico da Raça Asinina de Miranda que supera os efectivos de asininos estimado pelas respectivas Juntas de Freguesia e, em Atenor, não foram contabilizados os burros pertencentes à AEPGA.

²⁸⁴ Segundo um dos negociantes que sempre venderam burros em Paradela, esta era uma das aldeias em que havia mais burros na região e agora estarão reduzidos a metade. «*Não havia quase porta nenhuma que não houvesse burro e agora, muitos já morreram. Ou são velhos e já não têm. Acabaram com eles. E nas outras aldeias será o mesmo mas ali era dos povos em que fazia mais negócio, em Paradela.*» Apesar disso, este negociante é da opinião que será mesmo assim uma das aldeias com mais burros se não mesmo a que tem mais asininos no concelho.

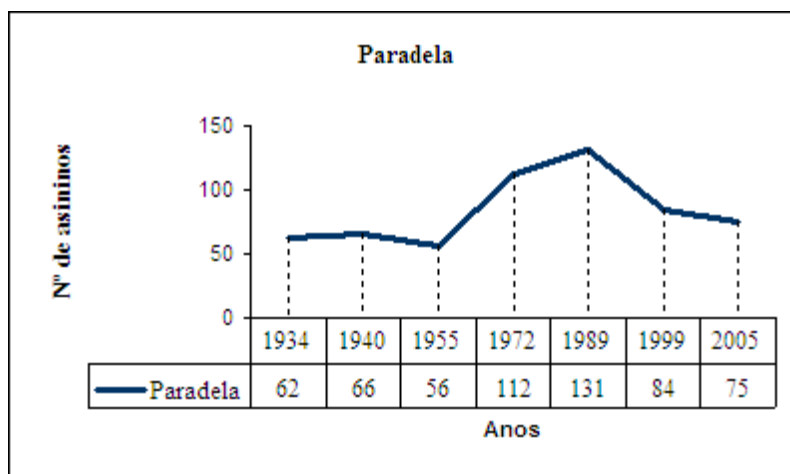
Nº de asininos nas freguesias do concelho de Miranda do Douro

Concelho e Freguesias	Anos						
	1934	1940	1955	1972	1989	1999	2005
Concelho de Miranda de Douro	2297	2422	2464	2213	2023	1136	708
Águas Vivas ²⁸⁵							40
Atenor	116	102	115	72	44	25	9
Cicouro	*	51	90	66	45	37	23
Constantim	143	106	99	107	91	70	60
Duas Igrejas	238	298	237	230	240	123	64
Genísio	131	124	109	122	87	46	35
Ifanes	141	146	162	141	135	75	53
Malhadas	114	105	90	117	121	85	48
Miranda do Douro	197	161	204	135	129	69	49
Palaçoulo ²⁸⁶	200	216	210	179	163	83	15
Paradela	62	66	56	112	131	84	75
Picote	149	114	79	144	104	29	7
Póvoa	94	116	130	114	141	98	75
São Martinho de Angueira	194	180	223	145	169	79	37
Sendim	210	272	198	178	163	79	21
Silva	95	131	228	150	108	62	29
Vila Chã da Braciosa	213	234	234	201	152	92	68



²⁸⁵ A freguesia de Águas Vivas só foi criada em Abril de 2001 pertencendo antes à freguesia de Palaçoulo.

²⁸⁶ A freguesia de Palaçoulo abrangia, até Abril de 2001, a localidade de Águas Vivas. Razão pela qual a redução real de asininos em Palaçoulo nos últimos anos terá sido inferior à que o quadro evidencia.



Fontes: Direcção Geral dos Serviços Pecuários – Arrolamentos gerais de gados e animais de capoeira (1934 e 1940); Recenseamentos Gerais da Agricultura – INE (1955,1972,1989,1999) e estimativas das Juntas de Freguesia do concelho de Miranda do Douro (2005).

De acordo com as estimativas obtidas através de inquéritos às dezassete juntas de freguesia de Miranda do Douro em 2005, Paradela e Póvoa, surgem com o maior número de burros do concelho: Setenta e cinco asininos. O número de proprietários de burros indicado pelos responsáveis das Juntas de Freguesia é de trinta e cinco no caso de Paradela e de quarenta no que respeita à Póvoa. Esta última freguesia tem, no entanto, mais setenta e nove residentes do que Paradela. A Póvoa tem um total de 244 residentes e 97 famílias (conforme dados do INE de 2001). Ou seja, proporcionalmente haverá mais burros por família e por habitante em Paradela do que na freguesia da Póvoa. Estes não são no entanto dados oficiais.²⁸⁷ De acordo com os últimos dados do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA), de 1999, Paradela apesar de não ser a freguesia do concelho de Miranda do Douro com maior efectivo de burros – lugar ocupado pela freguesia de Duas Igrejas, com 123 asininos – é a segunda a registar maior número de animais por exploração, com uma média de dois animais por exploração, logo depois de Cicouro.²⁸⁸

²⁸⁷ Existem algumas discrepâncias entre algumas destas estimativas e o número de asininos da raça de Miranda inscritos no Registo Zootécnico: É o caso de Atenor em que o presidente da Junta não contabilizou os burros da AEPGA; Malhadas, onde residem dois negociantes de gado asinino e Granja.

²⁸⁸ Por outro lado, e se cruzarmos os dados relativos ao efectivo de gado asinino incluídos no RGA de 1999 e os que constam do XIV Recenseamento Geral da População de 2001, conclui-se que a freguesia de Paradela será a que tem maior número de animais por família (com um índice de 1,35 asininos por família) e é a segunda freguesia do concelho de Miranda do Douro com maior proporção de asininos por população (H/M). O primeiro lugar é ocupado por Constantim com 0,6 e Paradela situa-se no 0,51.

Em Paradela, como noutras aldeias da região²⁸⁹, a pequena propriedade, as dificuldades para o acesso de máquinas e, ainda, o facto de muitos agricultores, sobretudo os idosos – que são maioritários – não possuírem tractor ou não saberem, ou poderem, usá-lo faz com que parte destas tarefas seja realizada com animais – em geral com burros, porque as vacas actualmente só muito raramente são agora usadas para trabalhar. Lavras de vinhas ou de parcelas de batatas, são quase sempre feitas com uma junta de burros.²⁹⁰ Os asininos garantem também frequentemente o transporte – nas *alforjas* (alforges) de produtos hortícolas e de alimentação para a *cria* – vacas, porcos, etc. – das hortas para casa ou para as *lojas*, para além do transporte da lenha. São também eles que levam os agricultores para as parcelas mais distantes da casa e da aldeia como as vinhas, cerejais, lameiros, algumas hortas: O burro não é albardado, é-lhe colocada geralmente uma manta ou uma simples *alforja* de serapilheira (natural ou sintética) – muitas vezes feita em casa a partir de um saco de adubo – e o agricultor monta-se em cima desta.

7. Os burros na aldeia de Paradela: Antigos e novos significados para os asininos de sempre

Em Paradela, de um total de 62 grupos domésticos mais de metade (trinta e cinco) possui burros²⁹¹. E a grande maioria destas famílias tem dois ou, até, três asininos²⁹². A média de idades dos proprietários/criadores entrevistados – um total de vinte e oito – ronda os 65 anos²⁹³ (situando-se na faixa etária da maioria dos produtores agrícolas de

Se, em vez dos dados demográficos de 2001, tivermos por referência o Recenseamento Geral da População de 1991 e os indicadores do RGA de 1989, Paradela surge na frente de todas as freguesias do concelho na proporção de asininos face à população – com 0,85 -e também na média de animais por família de 2,11.

²⁸⁹ Paradela, Póvoa e Ifanes tinham-me sido indicadas como sendo algumas das aldeias com maior número de burros da região.

²⁹⁰ Um negociante de gado asinino de longa data adianta que era no mês de Abril, ou no mês anterior, que havia mais procura de burros: “*Sabe porquê, porque era quando queriam lavar os aldeanos. Quem tinha as terras, as cortinhas e não tinha animais ou tinha algum velho... E diziam-me «Oh (...) arranja-me um burro!».*”

²⁹¹ Ou, mais correctamente, burras (fêmeas) já que os machos são muito raros.

²⁹² De acordo com as informações recolhidas na aldeia, entre todos os possuidores de burros, existe apenas um criador com um só burro.

Paradela ou seja, entre os 55 e os 65 ou mais anos) e, na sua maioria, são membros de famílias de ex-emigrantes – em que um ou os dois elementos do casal estiveram emigrados²⁹⁴ por períodos que vão de um a vinte e sete anos – ou/e de ex-guardas fiscais – em que um ou os dois elementos do casal esteve/estiveram deslocados dentro do território nacional durante alguns anos. Metade dos grupos domésticos – dos inquiridos – é constituída pelo casal, os restantes variam entre o casal e um ou mais filhos (quase sempre adultos); casal e filho casado; e viúvos. Nos casos em que os filhos ainda se mantêm em casa dos pais – quando os primeiros são jovens ou adultos – trabalham habitualmente fora da aldeia, nomeadamente na construção civil ou restauração, ajudando nas tarefas agrícolas sempre que podem, sobretudo aos fins de semana ou nas férias. Grande parte das famílias dos criadores vive das pensões de reforma a que somam, por vezes, alguns rendimentos agrícolas. Isto, quando ainda se trabalha para produzir excedentes, o que se verifica cada vez menos na aldeia, tanto pela idade avançada dos pequenos agricultores de Paradela como pelo fraco retorno dos investimentos: *«É mais (...) para o gasto de casa. Se tivermos saúde para trabalhar, vamos tendo (...). Antigamente fazíamos pelo pão, vendíamos quase à volta dos 80 alqueires mas agora, já vai por uns quantos anos, isto mudou de tal maneira que não dá nada.»*

Os entrevistados são maioritariamente mulheres ou casais. E as conversas – que se prolongaram, prazenteiras, às vezes por vários dias – decorreram frequentemente durante e depois do almoço, ao fim do dia de trabalho nos campos, ou nos pastos enquanto os animais – burros, ovelhas, vacas – comiam, sob o olhar vigilante das respectivas donas.

O tema *burros*, ao contrário do que esperava, não suscita hoje a mesma perplexidade, hilariedade ou cepticismo de há alguns anos, quando se começou a falar de uma raça autóctone de asininos. A estranheza perante o interesse dos forasteiros parece ter dado lugar – pelo menos entre os entrevistados – a um certo orgulho de poder exhibir um novo sinal da peculiaridade da Terra de Miranda. Uma nova forma de chamar a si a atenção exterior.

²⁹³ Refira-se que a faixa etária dos proprietários de asininos da aldeia que me tinha sido indicada pelo Vice-Presidente da Junta de Freguesia era de 60-65 anos.

²⁹⁴ França, Espanha e Alemanha são os países mais referidos.

Das conversas mantidas em Paradela resultaram algumas conclusões que a seguir se desenvolvem.

7.1 Lugar de destaque entre os animais domésticos

Na enumeração dos animais da casa, os burros surgem geralmente em primeiro lugar embora isso tendencialmente não se verifique quando os entrevistados têm vacas ou, nalguns casos, quando possuem ovelhas. Se se trata de um dono de um rebanho, como por exemplo um dos criadores que possui uma centena de ovelhas, estas surgem primeiro, depois os burros e, só em terceiro lugar, as vacas.

Numa economia predominantemente agro-pastoril e em que a produção bovina teve, como já se referiu uma importância central, é natural que elas sejam indicadas em primeiro lugar ou que, na falta delas, e quando a quantidade o justifica, seja indicado o rebanho, enquanto principal fonte de rendimentos do grupo doméstico e que mobiliza praticamente toda a força de trabalho e tempo dos seus proprietários.

Quase todos afirmam, aliás, já ter tido vacas²⁹⁵ – tal como os seus pais já as possuíam – e terem sido obrigados a vendê-las por razões de saúde – resultantes da idade ou de algum acidente (como uma queda de cima de um burro), muitas vezes por insistência dos filhos; outros venderam-nas antes de emigrarem e, depois, já não voltaram a comprar. E, como mais adiante se explica, para a maioria, as vacas eram sem dúvida os animais *mais importantes* porque, para além de animais de trabalho, criavam vitelos, constituindo uma importante fonte de rendimentos familiar.

7.2 O Burro Mirandês

Resulta da maioria dos testemunhos que, até há cerca de três anos – altura em que a AEPGA começou a marcar presença mais constante na aldeia – não existia aparentemente a consciência da existência de uma *raça mirandesa* enquanto tal (recorde-se que a raça só foi homologada em 2002) mas a descrição de um animal *de raça boa* («são de raça boa, raça preta») coincide genericamente com aquilo que é agora oficialmente classificado como tal.

A definição da *raça mirandesa* de burros é apercebida quase sempre – pelo menos nos discursos – como uma invenção exterior, muito embora os criadores já distinguissem, à

²⁹⁵ Vacas mirandesas, charolesas ou, mais raramente, turinas.

partida, um determinado tipo de burros com características morfológicas semelhantes às da referida raça: Os burros *pretos* (o mesmo que castanhos escuros) sempre foram, na opinião da maioria, os preferidos na região – considerados geralmente mais *bonitos* – ainda que se reconheça nalguns casos o seu carácter vagaroso por contraste com o carácter mais vivo dos burros ruços (ou brancos) de raiz africana. O facto de a designação de *burros pretos* e não de *burros lanuscos*, por exemplo, surgir como primeiro critério de distinção poderia levar-nos a concluir que se refeririam aos *burros pretos* – tal como são tipificados por L.Samões – que, tendo a mesma origem europeia do burro mirandês, não correspondem à mesma raça. No entanto, a dúvida depressa se dissipa.

Características associadas ao burro de raça ou burro de raça mirandesa

Na maior parte dos casos quando se pergunta como se distingue o burro mirandês os inquiridos dizem que é fácil ou muito fácil. De forma geral distinguem-no sempre, e em primeiro lugar, pela cor (que deve ser o preto ou castanho escuro)²⁹⁶, pelo pêlo (que deve ser comprido)²⁹⁷, ausência de riscas, e pela envergadura/tamanho, corpulência²⁹⁸, e, por vezes, aprumo do animal.²⁹⁹

²⁹⁶ “(...) em toda a parte sempre gostam do animal com a pelagem preta do que ruça.

-Em toda a parte, aonde?

Tanto aqui em Paradela como em Ifanes, Constantim, como Cicouro, nas aldeias, nas aldeias! Agora, eu também digo, há mais quem gosta de um animal com a pelagem preta do que a pelagem assim ruça.

-E porquê?

Porque o animal sendo claro já não tem a cor tão bonita como ser preta. É verdade! Sim.” (Excerto de uma entrevista realizada em Paradela).

²⁹⁷ “(...) Os que têm a risca não são. Tem que ser os que são pretinhos e que têm aquela lãzinha...Não vês que a minha Preta tem uma lã?! Esses é que são os verdadeiros. Não vês que os outros estão tão rapadinhos? Estes lesses! não são!” (Excerto de uma entrevista realizada em Paradela).

²⁹⁸ “(...) outros são uns burricos assim estreiticos, não são cheios, nem largos...pequerruchos, são delgadicós. Não dão para (...) um se assubir em cima (...). E assim um burro que já é bastante forte a gente montou para cima do burro segue o passo tum, tum, tum, forte sempre.” (Excerto entrev. realizada em Paradela).

Ou: “(...) Eu posso ter uma burra boa, pode parir e pode não ser bom o animal que se criar. Pode ficar pequenino, pode ficar estreitinho e estreitinho quase ninguém os quer. Gostam deles das ancas largas. Porque, esses burrinhos, quando se anda em cima, anda-se muito bem em cima e, por bem pouco que comam, parece que estão sempre comidos e os outros por bem que comam, parece que estão sempre estreitinhos. E a gente diz assim: «Olha aquele dono não lhe dá de comer ao burro que está estreitinho!» (...) O pêlo comprido também; se vires uma burra com o pelo rapadinho já dizem: « Não compro aquele burro porque tem o pelo rapadinho! Vamos a comprar daquela raça que tem o pelo comprido» (...).” (Excerto de outra entrevista)

²⁹⁹ Características morfológicas preferidas coincidentes com as da raça mirandesa de burros.

Do mesmo modo que quem tem um animal de estimação – e, portanto, familiar –, dificilmente o vê apenas como elemento de um grupo com um aparente conjunto mais ou menos uniforme de características mas tende, pelo contrário, a individualizá-lo, também o burro considerado de raça mirandesa não é apontado espontaneamente nesses termos pelos seus donos. Os burros são descritos como sendo *pretos* ou *castanhos*, *lanuscos*, *bons*, *pimpões*, *bonitos*, etc. Raramente são referidos numa primeira abordagem como sendo desta ou daquela raça. São notórias por vezes as dúvidas quanto ao padrão da raça. O animal que pode parecer reunir as características para ser *aprovado* (ou seja, registado) pode não cumprir os requisitos oficialmente definidos: “ (...) *eu quando o Miguel me disse , eu não percebia nada. Porque um dizia...dizia assim o tio M.: «Ai, tem uma burrica muito bonita! Há que lhe dizer ao Miguel que venha cá!» Um dia apareceu (...) lel diz: «Oh que pena! A burrica é tão bonita mas tem esta raia...» Tem uma raia castanha, assim, nas (...) mãos e no lombo, e por isso é que não pode ser aprovada (...).*”

Apesar de existir à partida a noção de uma *raça boa* as características que lhe estão associadas – e que são apresentadas pelos inquiridos – são, em geral, parcialmente correspondentes às da raça mirandesa nos termos em que ela está, agora, definida. No entanto, parecem ser os mais novos ou/e aqueles que viveram mais tempo longe da terra que demonstram mais dúvidas – e até desconfiança e cepticismo – quanto à caracterização do burro mirandês o que poderá comprovar a antiguidade da noção de uma raça mirandesa. Mas verifica-se, por outro lado, um claro processo de reaprendizagem ou, noutros casos, de aprendizagem, do que é o burro mirandês: « (...) *de raça dizem que é aquela raça mais ao castanho e lanada, não é? E os outros...o burro ruço diz que já não...e o que tem aquela risca na espádua também não, já não vale...»*

Todos são unânimes em afirmar que até há pouco tempo mais do que a cor do animal (que podia ser preto ou ruço/cinzento) – agora «*o Miguel quere-los pretos*» – importava que o animal trabalhasse bem, tivesse força, fosse manso e bom para montar³⁰⁰.

³⁰⁰ Um negociante de gado diz que ultimamente já só compra burros que sejam novos e, sobretudo, que trabalhem bem e para ter a certeza disso testa-os antes de os comprar: “*Experimento aqui com um arado rachado e com a carroça, e boto-os. Se trabalharem bem, compro-os. Se não deixo-os. Porque depois não os posso vender ou, então, fico mal visto.*”

Um negociante de gado asinino de Malhadas confirma que com a perspectiva de atribuição dos subsídios as preferências da clientela mudaram: “*Por causa disso é que escolhem. Aqui em volta querem burros que se possa fazer subsídios deles. Só dessa raça ... ou que sejam pretos ou castanhos*³⁰¹. *Porque se forem brancos já não os querem. Por aqui ao redor...*”

Actualmente ainda se valoriza e se procura um burro que seja *calmo* (por oposição a *espantado*, *nervoso*, *desinquieto*), *humilde* (no sentido de obediente), *manso* e, sobretudo, – embora se relacione com as características já referidas – que *não faça cair* os seus donos. Quanto aos aspectos morfológicos, aponta-se a preferência – desde sempre – por animais *redondinhos*, de espáduas largas e um lombo *ancho*, de maneira a que a sua montada se sinta tão confortável como se estivesse sobre uma albarda³⁰² (que aqui se usa apenas em momentos excepcionais). Outras características mais apreciadas pelos criadores nos asininos são a *esperteza* (a capacidade de aprender e entender as ordens dos donos), *andar bem*, *lavar bem* e ter *força para trabalhar* e transportar pessoas e cargas³⁰³.

Os burros mirandeses são considerados iguais aos zamoranos-leoneses, tanto mais porque há trocas de asininos constantes entre os dois lados da fronteira. Aos burros zamoranos (ou *espanhóis*) é associado o maior tamanho³⁰⁴ que pode resultar de um melhor tratamento dado aos animais: « (...) *na Espanha tratam melhor os animais do que tratam aqui. Eu já vi os animais na Espanha e aqui. E, então, os animais na Espanha estão sempre muito mais altos, mais fortes e mais cheios porque o tratamento é outro.*»

³⁰¹ O mesmo negociante de gado diz que os burros de raça se distinguem pelo pêlo comprido (assim com a *lã* é que as querem) e se tiverem risca no meio, nos ombros, já não os querem.

³⁰² *Idem.*

Veja-se a explicação de uma das criadoras de Paradela: «*É ser grande e largo, assim ancho. Assim largo, redondinho que pare bem. (...) O que seja assim estreitinho já quase ninguém o quer porque corta muito o rabo de andar em cima e o que seja largo é como andar em cima de uma albarda. Como estamos sentadas aqui, ou melhor. É como os distinguimos.*»

³⁰³ Estes últimos requisitos foram indicados com menor frequência – embora de forma geral se valorize um animal que lavre bem - talvez porque para as pessoas que trabalham cada vez menos com os burros na agricultura – e que correspondem, afinal, à maioria dos inquiridos - o importante seja sobretudo o seu uso como animal de transporte de pessoas ou não fossem eles considerados muitas vezes como «as pernas dos velhos».

³⁰⁴ «*Os burros de Zamora são iguais aos nossos! (...) A minha burra grande até me parece que era espanhola. (...) e os burros espanhóis são maiores que os portugueses.*

-São diferentes...?

Não! São todos iguais. Até porque aqui vão a comprar a Espanha e de Espanha vêm a comprar aqui.»

-Será porque comem melhor ou porque trabalham menos...?

A comida pode ser a mesma mas quer dizer, as pessoas, os donos, têm estima neles e dão-lhe a comer mais e engordam mais e crescem mais (...).»

Segundo alguns dos entrevistados, há apenas três anos (em 2002) em Paradela, não só havia menos burros do que há actualmente como não existia critério de raça na aquisição dos animais e só com o início do trabalho da AEPGA e o anúncio de subsídios para a raça – e, concretamente, com a chegada do Miguel Nóvoa à aldeia, onde viveu algum tempo – é que a situação se alterou. Daí que os critérios *do Dr. Miguel* pareçam por vezes obliterar todos os outros na escolha dos burros. Exemplo paradigmático é dado por uma senhora de 80 anos que, apesar de distinguir claramente os burros mirandeses dos restantes, a certa altura afirma o seguinte: «*Sim, a raça mirandesa do Dr. Miguel.*» A raça mirandesa do Dr. Miguel ou de Miranda do Douro? – pergunto. E responde: «*De Miranda do Douro. (risos) Mas são os que põe o Miguel porque se o Miguel não fosse, não iam os burros à televisão, não lhe parece? Quem os botava?*»

Serão os *burros do Dr. Miguel* os mesmos *burros mirandeses* dos mirandeses de Paradela? Aparentemente sim, mas o facto de terem ganho um novo estatuto transfigura-os até para quem sempre os preferiu aos outros.

A maioria das pessoas considera que, no trabalho, os burros são todos iguais. Embora haja quem aponte diferenças na velocidade de andamento de uns e de outros³⁰⁵: O burro mirandês é tido, por vezes, por mais vagaroso, «*mais deixado*», não possuindo «*aqueles ânimos verdadeiros como o outro*»; «*Aquele burro ruço é mais activo que o castanho e mais esforçado para o trabalho. O burro lanudo é mais manso (?) mas para o trabalho tanto se lhe dá: vai devagarzinho, devagarzinho.*» Outros são ainda mais peremptórios: «*(...) toda a vida o burro ruço teve mais nomeada para trabalhar que o burro preto. Só agora que veio o Miguel é que encarou para os burros pretos.*»

Mas de forma geral, os inquiridos não notam diferenças de comportamento em função da raça (que se traduz habitualmente na cor do pêlo) mas sim resultantes da idade – quanto mais jovens forem, «*mais trastes*»: mais travessos e difíceis de controlar –, do sexo – os machos sejam inteiros ou castrados não inspiram confiança – da

³⁰⁵ Um dos argumentos usados na defesa da raça é o de que a população envelhecida da região prefere os burros mirandeses, «*em detrimento de outros e até de processos mecânicos*», nomeadamente pela sua «*robustez, rusticidade e docilidade*». (Nóvoa, M. 2003:8)

aprendizagem, e do temperamento próprio de cada animal (uns são naturalmente mais mansos que outros, mais ou menos «*espantados*» ou nervosos que outros).

Foram vários os entrevistados que afirmaram não poderem sequer responder à questão por falta de um termo de comparação: É que nunca tinham tido outro tipo de burros senão «*os pretos*», nem na sua casa nem na dos pais.

Na aldeia de Paradela, existem setenta e cinco burros (de acordo com a estimativa da Junta de Freguesia) e, até meados de Setembro de 2005, tinham sido inscritos no *Registo Zootécnico (RZ) - Registo de Reprodutores da Raça Asinina de Miranda* cinquenta e nove asininos dos quais cinquenta e quatro eram fêmeas e os restantes, cinco, machos capados³⁰⁶. Apesar disso, foram várias as pessoas entrevistadas que não sabiam exactamente se tinham procedido ao registo. Foi necessário recordar alguns dos procedimentos habituais, como a recolha das medidas do animal, para confirmarem a realização do registo.

Todos afirmaram ter sabido dos registos por intermédio de Miguel Nóvoa que terá andado de casa em casa *a inscrevê-los e a tirar-lhes as medidas*. Quase todos sabem que para terem acesso aos subsídios os animais têm que ser *aprovados* (ou seja: *registados* ou *inscritos*), embora isso só por si não garanta o direito aos referidos apoios.³⁰⁷ Relativamente ao valor dos subsídios, são poucos os que dão indicações sobre o montante provável e, quando isso acontece, os valores variam entre os trinta, quarenta e, até, setenta, contos. Um dos inquiridos afirma a certa altura: «*fala-se em trinta e quatro contos...? Até nem é muito. Tenho a impressão que é pouco porque, se la umal uma vaca estão a dar cento e setenta contos, se for da raça mirandesa...*». Outro - talvez com dificuldades na conversão em euros -, adianta: “*Não sei nada. Disseram*

³⁰⁶ É de salientar que algum destes animais poderá ter sido, entretanto, vendido ou morrido e o mesmo se aplicará a outros asininos constantes do R.Z.. Se exceptuarmos o caso de um burro registado em nome do actual secretário técnico da raça e que residiu temporariamente na aldeia, os animais inscritos em Paradela pertencem a trinta e sete proprietários com uma média de idades de 61 anos. Relativamente aos animais, a idade média é de quinze anos. Cinco teriam, em 2005, menos de 5 anos; onze, idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos; trinta e dois, estariam entre os 11 e os 20 anos de idade; seis, entre os 21 e os 30 anos e um ultrapassaria já os 30 anos (este último, um macho capado, foi vendido). Há ainda quatro animais registados dos quais se desconhece a idade.

³⁰⁷ Recorde-se que só são elegíveis os animais considerados reprodutores (ou em idade reprodutiva), não se incluindo, portanto, nem os burricos, nem os machos castrados; Para além de ser necessária a inscrição na AEPGA –como associação de criadores gestora do RZ/LG - é também necessário garantir o encabeçamento: « (...) *olhe eu não recebo nenhum porque já tínhamos muita cria e não havia (en)cabeçamento para o burro.(...) Não se pode porque tem que se ter uns tantos hectares de terra para os poder sustentar. Olhe, eu tenho uns lameiros aqui arrendados ao meu irmão mas só que ele também tem o subsídio dele e já não os pode por em meu nome. Só posso por o que é meu.*»

que vão ser uns setenta contos por burro?!? Acho que são cento e quarenta ou cento e cinquenta euros, não sei... Foi o que Sr. Dr. Miguel me disse quando veio aí. (...) as que eram para o subsidio...Ai, como se diz...que ficaram aprovadas. Mas não sei quanto é ao certo. Só depois quando venha.

O que vier é bem-vindo, sempre é uma ajudinha. A gente pagou a inscrição e essas coisas. Acho que foi quinze euros³⁰⁸. Depois o Dr. Miguel passou um papelzinho e quando foi fazer os subsídios foi apresentado e já vieram cá os do subsídio ver se tinha os burros ou não.»

7.2.1 A progressiva rejeição dos outros burros

Antes de se falar na raça mirandesa de burros e nos previstos subsídios existiam ainda muitas burras *brancas* ou *cinzentas* (o mm que *ruças*) na aldeia mas, agora, restará apenas uma ou duas³⁰⁹. Muitos animais têm sido trocados por burros que correspondam ao padrão da raça e que possam assim beneficiar dos apoios previstos pelas medidas agro-ambientais. As trocas são, por vezes, muito dolorosas e há mesmo quem já se tenha arrependido de o ter feito sobretudo por razões afectivas³¹⁰. Mas, são também, vários os que admitem – por insistência do secretário técnico da raça – vir a trocar um dos seus burros, se o animal a adquirir não for demasiado caro; Ou comprar outro, se isso não prejudicar as tarefas agrícolas: *«A Branca não a posso tirar porque trabalha. É a que me lavra as vinhas, não a posso tirar. Mas se calhar compro outra, uma burra que seja boa. Vamos ver, porque a burra Branca os burros pais são todos pretos! Se ela me fizer uma burranca boa, fico com ela. Ela já teve esta pequena e um burro macho que vendi. Era tão lindo! Pretinho como uma amora! Lanusco, igual que o pai. Se agora tiver sorte, ela agora toca-lhe de trazer uma burra – a primeira foi burra, depois foi burro, agora toca de trazer uma burra. Se me trouxer uma burra boa... (...) Se for pretinha fico com ela porque, olha, pagar 200 contos... é muito dinheiro!»*

³⁰⁸ Valor da quota anual dos sócios da AEPGA em 2005.

³⁰⁹ « (...) havia mtas burras das brancas...E das cinzentas, dessas burras cinzentas. Eu parece-me que já só há uma cá no povo.

-Porque as pessoas trocaram ou ...

Trocaram porque não o dão. Porque as burras ganham subsidio não é? Mas as brancas não. E como as brancas não ganham subsidio pois a gente tira as burras brancas e compra das pretas.» (excerto de entrevista)

³¹⁰ « (...) Se eu encontrasse a burra voltava a ficar com a burra. É. Sim. Porque lhe tinha amizade àquela burrica. Gostava dela.»

Apesar da percentagem elevada de animais inscritos no *Registo Zootécnico* na aldeia de Paradela, em meados de 2005, muita gente ainda afirmava duvidar da concretização do pagamento dos subsídios que estavam previstos e que acabaram, de facto, por não ser pagos devido ao cancelamento anunciado pelo Ministério da Agricultura, no início de 2006, dos pagamentos relativos a primeiras candidaturas efectuadas em 2005 (e, ainda, da não aceitação de novas candidaturas em 2006). Uma decisão que levou, aliás, a inúmeros protestos por parte das organizações representativas dos agricultores. A AEPGA também contestou a medida que afirmou constituir uma ameaça à preservação da raça, pondo em causa a credibilidade da associação junto dos criadores cujas expectativas foram frustradas³¹¹.

7.2.2 A súbita valorização económica dos burros mirandeses

Já lá vai o tempo em que os burros *não valiam nada*. Com a criação da raça asinina de Miranda os preços dispararam – segundo negociantes os preços aumentaram sobretudo há um ou dois anos quase para o dobro³¹² -e uma boa burra da raça pode custar mais de duzentos contos³¹³ – há até quem fale em quinhentos contos. O valor do burro é quase sempre inferior, normalmente menos de metade do valor pago pela fêmea e, se este for capado, vale ainda menos³¹⁴. Todos são da opinião de que os burros estão muito caros. Na feira/leilão de burros de San Vitero, na província vizinha de Zamora (Espanha)

³¹¹ Em comunicado, divulgado a 20 de Fevereiro de 2006, a AEPGA referia que no caso do apoio à manutenção e preservação da raça asinina de Miranda a verba respeitante a 2005 rondaria os 139 mil euros acrescentando que, este valor ascenderia a, pelo menos, 696 mil euros se tivermos em conta que os criadores para beneficiarem do apoio têm que manter os seus burros de raça mirandesa por um período de cinco anos. No mesmo comunicado a AEPGA informava que se tinham candidatado aos referidos subsídios 800 criadores de um total de cerca de 1200 criadores. Apesar de já não me encontrar no terreno, conversas posteriores mantidas com elementos da organização, permitiram-me concluir que a falta de pagamento dos subsídios tornou bastante mais difícil o trabalho da associação junto dos criadores que nalguns casos não viam, por exemplo, agora razão para registar os seus animais de raça ou para continuar a pagar quotas à AEPGA.

³¹² “Desde que o Miguel começou por aqui, por Miranda, foi da maneira que os botaram mais caros.” – afirma um vendedor.

³¹³ « (...)Era burra de raça! Era castanha, tinha umas lanicas aqui nas espaldas e nos quartos, uma burra muy pimpona. (...) ensinou-lhe a burra então ao Miguel e ele disse: « Esta burra fica aprovada ». Mas o meu filho disse-lhe a um cigano, o cigano –...(eles) logo dão parte! –, a quem deu parte? A um espanhol de Brandilanes. Quando, um dia, apresentou-se-nos o cigano e o espanhol aqui em casa, a saber da burra. Foi o meu filho e pediu-lhe ...e o espanhol custeou. Foram 210 contos. Olhe como era a burra, era muy pimpona!!! (...) Levou a burra, fiquemos só com a outra».

³¹⁴ Há no entanto excepções. Um negociante de gado informou-me ter vendido um burro capado por 200 contos. Tudo depende também da sua aptidão para o trabalho: «Valem menos mas é conforme o burro for. Se é velho, se é novo, se trabalhar bem!...»

realizada a 19 de Março de 2005³¹⁵, «*vimos mandar por um burro e uma burra por setecentos contos*» (?)³¹⁶. Um burrico da raça de poucos meses que, em 2000/2001, não valeria mais do que trinta ou quarenta contos – e que nos anos 60/70 provavelmente ninguém quererá por ser macho – poderá valer hoje cerca de cem contos ou mesmo mais³¹⁷.

A maior parte dos burros existentes em Paradela, de acordo com os testemunhos recolhidos, terão sido comprados a negociantes de gado ciganos – nomeadamente a dois afamados negociantes de Malhadas e a um outro do Vimioso³¹⁸ -outros foram adquiridos junto de particulares de outras aldeias do concelho – como Ifanes, Malhadas, Vale de Mira ou Águas Vivas – e os restantes ou foram herdados (dos pais ou sogros) ou/e nasceram na casa da família.

Habitualmente quando se pretende comprar ou trocar um burro basta passar a palavra. Num instante a notícia chega aos ciganos que acorrem a fazer a oferta ao potencial comprador³¹⁹.

³¹⁵ Referência à 7ª *exposición monográfica Raza Aznal Zamorano-Leonesa y subasta de buches*. No leilão a base de licitação para os burricos machos (de alto valor genético) foi de 300 euros e para as fêmeas nas mesmas condições era de 600 euros. A Diputación Provincial de Zamora (D.P.Z.) apoiava a aquisição de burricos machos em leilão em 180 euros, independentemente da proveniência dos compradores. Quanto às fêmeas, as regras eram mais apertadas: eram beneficiários de apoios até 180 euros apenas os compradores (no leilão) da província de Zamora, sempre que os animais fossem para criar dentro dos limites desta província e os compradores se comprometessem a não vender os animais antes dos três anos de idade. Para além do leilão, o evento – que se realiza anualmente - contou também com uma exposição e um concurso da raça zamorana-leonesa, para além da exposição de animais da raça Mirandesa de Poitou (França). Paralelamente, decorreu também a venda livre de exemplares inscritos no Livro Genealógico da raça zamorana-leonesa, beneficiando os compradores de apoios de cem euros à compra de burros machos (apoios concedidos pela D.P.Z.).

³¹⁶ O preço máximo que me tinha sido referido por elementos da AEPGA relativamente a uma só burra era de 1750 euros ou seja de 350 contos.

Durante a feira de burros do Naso, um negociante de Figueira de Castelo Rodrigo indica que o preço médio de uma fêmea boa e nova – com 4 anos, por exemplo – ronda os 350 contos e 50 contos se for velha.

³¹⁷ Um dos vendedores de burros de Malhadas – actualmente com negócios apenas no concelho de Miranda do Douro -, e cujos pais já eram também negociantes de gado asinino e muar, confirma que, com o aparecimento da raça asinina mirandesa ou, melhor, com a perspectiva de subsídios, «há muita diferença porque, quem tiver subsídio, já dão mais dinheiro por ela [pela burra]». E conta-me a este propósito que vai ser intermediário da venda de uma burranca da raça («essa tem o subsídio») e cujo dono pede 170 contos por ela. «Se fosse directo entre os dois», explica, «seria 130 contos. Assim será mais 40 contos» (que é a parte que o intermediário ganha no negócio).

³¹⁸ Todos eles vendem também muitos animais a clientes espanhóis.

³¹⁹ « (...)Aqui anda muito cigano. Se a gente se queixar que tem falta de um burro, eles vão e, onde for que ele estiver, já o encontram! Cá aparecem logo!»

Um desses negociantes afirma que sabe sempre quem quer comprar ou vender um burro porque que vai circulando pelas aldeias da região. Muitas vezes, os potenciais compradores – portugueses e, também, espanhóis – vão a casa dele para saber se existe algum para venda na região, outras vezes telefonam.

A compra (e venda) de burros nas feiras ³²⁰ e aos ciganos que andavam, com os seus animais, pelas aldeias da região ³²¹, deu lugar ao contacto telefónico com o negociante da confiança da família e que é quase sempre o mesmo por vezes ao longo de várias gerações ³²². O negociante pode servir de intermediário na compra entre aldeões de diferentes aldeias ou ter, ele próprio, animais para venda.

A AEPGA tem também mediado, ultimamente, algumas compras de burros e a própria associação e/ou alguns dos seus elementos que os possuem, também têm vendido burros dentro e fora da região.

Em Paradela, e no que respeita aos inquiridos, os preços pagos pelas fêmeas – sempre mais caras e valorizadas – vão desde os sessenta contos (não sendo neste caso de raça mirandesa) aos duzentos contos ³²³. É de salientar que na década de oitenta, ainda se podiam comprar duas burras fêmeas por um total de cerca de 55 contos. ³²⁴ Alguns animais – os mais jovens – foram comprados depois de 2002 mas há uma percentagem significativa de burros com vinte, e mais, anos – ou seja, considerados já de idade avançada. Assim, por exemplo, num grupo de vinte e dois animais, encontramos dois burricos com poucos meses de vida, dez burros jovens/adultos com idades entre os 3 e os 9 anos. Cinco com 10 a 19 anos e sete com 20 a 30 anos de idade. ³²⁵

³²⁰ Designadamente nas feiras mensais de Malhadas e do Naso, feira dos Gorazes de Mogadouro e feira anual de burros de Sendim – e onde ainda alguns se deslocam anualmente.

³²¹ Edmundo A. Garcia na sua tese de 1959 escrevia: “*O comércio de (...) equinos, muares e asininos (...) é feito (...), na sua maior parte, pelos ciganos que vagabundeiam de aldeia em aldeia, transportando juntamente com uma grande miséria e muitos filhos, maiores ou menores réguas onde estas espécies se misturam; compram, trocam e vendem de todos estes animais, ludibriando, tantas vezes, os incautos lavradores mirandeses.*” (1959: 329).

³²² Casos do Sr. *Choco* e do Sr. Armando, da aldeia de Malhadas, a quem a maioria das pessoas da aldeia costumam comprar os animais. O Sr. José *Choco* faz negócios em Paradela há cerca de quarenta anos e lembra que nesse tempo lhe encomendavam burros quase todas as semanas. Muitos dos clientes que fez nessa altura ainda hoje se mantêm embora agora haja muito menos procura.

³²³ Um dos negociantes de gado explicou-me que recentemente tinha vendido duas burras a esse preço. Uma delas não era da raça mirandesa («*não tinha subsídio*»). «*A primeira era ruça. |Eul sabia do negócio e fui comprá-la por 100 e vendia por 200 |contos.*» E a isso ainda juntou trinta contos que o comprador pagou por o ajudar na compra e transportar o animal. No segundo caso, serviu mesmo de intermediário, ganhando trinta contos por parte do vendedor e outros vinte da parte do comprador da burra (que era «*preta*»): «*Foram 50 contos entre os dois*».

³²⁴ Quanto aos machos, como são quase inexistentes, há apenas referência ao preço pago por um macho capado nos finais da década de 90 e que andaria entre os 65 e os 75 contos.

³²⁵ A propósito do envelhecimento da população asinina, um dos vendedores de burros com quem falei afirmava: «*O negócio está ruim porque só há burras velhas e, as velhas, não as quero eu porque, depois, para as dar dadas a espanhol!...É que me dão só dois ou três contos por ela...E eu não ando com esse trabalho*».

É de salientar que, a maioria das transacções não se faz apenas em dinheiro mas também por troca de um asinino velho por um mais novo e, por vezes, também, em géneros (fardos de palha, produtos da horta, etc.) embora estas formas de pagamento misto (com uma fogaça ou produtos da terra) fossem mais frequentes no passado.

7.3 O burro como marcador de etapas da vida pessoal e familiar

Para além de parceiro para muitos ainda indispensável nas lides quotidianas o burro marca, pela sua aquisição/nascimento, trabalhos realizados, reprodução, doenças e/ou morte, etapas do próprio percurso pessoal, familiar e económico dos indivíduos que o possuem.

Para os mais velhos, entre os sessenta e os oitenta ou mais anos de idade, o burro surge quase sempre associado à infância³²⁶ e, geralmente, a sua aquisição marca o início da vida da família ou, melhor dizendo, do casal – que começa a reunir os meios necessários para viver fora da casa dos pais ou sogros³²⁷ – e a que se seguirá, bastante mais tarde, a compra das vacas. A sua compra ou venda implica negociações por vezes difíceis, sofrimentos, enganos e alegrias.

Os relatos pormenorizados das doenças ou pequenas maleitas de que padeceram os burros confundem-se frequentemente com os padecimentos dos seus donos, seja em matéria de falta de saúde, de problemas de envelhecimento, ou de comportamento individual³²⁸ de cada um dos seus asininos. As negociações para a venda ou troca de um

³²⁶ Eram as crianças que *deitavam* as vacas ou as ovelhas. Eram elas que *se subiam* em cima dos burros e levavam a boiada ou o rebanho para os lameiros. Quando se juntavam vários garotos muitas vezes deixavam o gado ir mais longe para pastar e aproveitavam para fazer corridas com os burricos picando-os para que eles corressem mais depressa (às vezes com um prego, outras vezes com um pau com um espigão na ponta).

³²⁷ «(...) Então veio aí um cigano, um cigano já velho e comprámos-lhe a burrica e ela já estava cheia. Compramos a burrica, eu fiquei com a burrica em casa. Lá tínhamos aqueles três quarticos naquela casa que o guarda nos arrendou. Um quartico pusemo-lo para a burra, e os outros dois: um para fazer de comer e outro para a gente dormir. E pagávamos ao guarda a renda. (parece-me que era uns 20 escudos... mas quem os tinha?) ..Depois, eu fiquei com a burrica em casa, era uma burrica preta, pequenina, muy bonita, estava cheia! E depois o meu marido andava a trabalhar, foi quando começou a barragem aqui em Miranda» – na segunda metade da década de 50 – «O meu marido meteu-se na barragem a trabalhar e eu fiquei em casa com a burrica. Eu iba com a burrica para as arribas (...) a escavar com uma enxada. Ia com a burrica e cada dia escavava su bocado.»

³²⁸ «(...)a mãe é um bocadico mais viva, (...). Não espera quase que a gente suba, tem que ser a gente muito rápido e depois (...) arrollha-se muito à gente...arrollha-se muito em cima dela. Tem um passo – que ela também é um bocadico sujeita do quadril – e de maneira que a outra é mais jeitosa. Espera mais a subir. O que é, é mais vagarosa para andar. (...) vê assim qualquer coisa e detém-se assim um bocadico...a outra é mais activa. ...Tão activa que uma vez, já fez agora três anos, (...) estavam as

burro, desde a tomada de decisão à sua concretização, o sentimento de ter sido ludibriado ou o arrependimento por ter feito um mau negócio e ter perdido para sempre um bom animal, são também bastante frequentes entre os entrevistados³²⁹. A perda de uma burra que acabou de parir ou de um burrico recém-nascido que não sobreviveu às brincadeiras das crianças na loja e que teve de ser entregue aos ciganos para ser abatido, são episódios revividos com emoção pelos seus protagonistas. Daí que não se possa falar de uma simples relação utilitária (funcional) com os burros por oposição, por exemplo, à mantida com as vacas.

(Isto significa que ao se falar da compra, das doenças, dos trabalhos dos burros, se fala também – e necessariamente - da vida, das doenças e dos trabalhos dos respectivos donos e da comunidade em que se inscrevem.)

Assim, a primeira aquisição de um burro marca geralmente o início da vida familiar (ou do casal)³³⁰, a vaca representa o período de maior abundância e também de maior pujança/vigor/saúde dos criadores e é abandonada apenas quando a idade/saúde dos donos já não permite mantê-la – normalmente por insistência dos filhos dos agricultores – e o burro mantém-se de forma geral até ao fim da vida. O envelhecimento da população explica, assim, a preferência da maioria das pessoas por burros mais velhos e, portanto, mais mansos que não ponham em risco a integridade física dos donos. Não faltando os casos de quedas de burros que obrigaram a uma ida às urgências hospitalares ou mesmo ao internamento, com sequelas por vezes muito complicadas.

Nos casos em que os agricultores se viram forçados a emigrar para sobreviver – e que são maioritários entre os entrevistados – normalmente as vacas são os primeiros animais a ser vendidos (seja porque o homem emigra e a mulher só com os filhos não consegue

outras duas presas uma à outra e (...) agarraram-se a correr, e ela (...) deitou-se a correr. Tem um correr de cavalo, a filha da mãe (...) Foi às oito e meia da tarde ...Pois cada diabo escapou para o seu lado e eu (...) caí com a cabeça para baixo.»

³²⁹ Veja-se um pequeno excerto de um longo e exaustivo relato da troca aziaga de uma burra branca (mais um fardo de palha) por uma preta: « (...) trocámos os burros e o fardo de palha e eu fiquei com a sua. Meti-a na loja (...), pela manhã levanto-me e (...), quando vou aos burros, encontro a burra caída na loja. Nem levantar-se, nem coisava, nada! Com o cachaço, com o pescoço assim caído para baixo (...) e eu digo: Ai Jesus que a burra está morta! Ai Jesus que o cigano me mentiu. Esta é que esteve boa! Dar a minha burra nova e boa, e meter-me esta porra! Peguei a chorar. (...) Ai, valha-me Deus que asneiras (se) fazem! Tiraram a minha burra que confiava nela, sabia que burra era, só por dizer que era branca e não a dominava (...).»

³³⁰ «Primeiro tivemos dois burros e depois lá conseguimos uma vitelica (...). Depois (...), fomos criando a vitela juntamente com os burros. Lá fomos andando, andando, até que já a vitela criou (...) veio com um vitelo e depois vendemos o vitelo (...).»

manter as vacas ou porque ambos emigram); Os burros, esses, ficam à guarda de familiares e, só nos casos em que se torna impossível prolongar a situação por mais tempo, – ou se, por exemplo, são maltratados –, é que são vendidos. O mesmo acontece quando doenças ou outros motivos de força maior obrigam ao abandono temporário do lar e da aldeia³³¹.

7.3.1 O burro na hierarquia dos afectos e do estatuto económico

É de salientar que, para a maioria dos entrevistados, a vaca é alvo de uma maior estima que os burros. A vaca, tanto pela sua força de trabalho como pelo facto de dar vitelos, carne e leite³³² e, portanto, rendimento (para já não falar de eventuais subsídios) como, ainda, pelas suas características de comportamento – mais «humilde» (calma), mais meiga, mansa, previsível (?) – merece um afecto muito especial. Se, por razões de força maior – falta de saúde, saída da aldeia, etc –, se torna necessário vender as vacas, o processo revela-se muito penoso: A tristeza, o arrependimento e a saudade são sentimentos quase sempre presentes nos relatos feitos pelos aldeões de Paradela³³³. São

³³¹ “ (...) tínhamos três vacas... já as tínhamos dado ao meu filho. E o meu filho não podia aturá-las e o pai disse-lhe: « Filho tu não podes aturar as vacas pega nas vacas e vende-as nós não queremos nada das vacas, elas são para ti. Pega nelas e vende-as.» Ele estava na guarda e não podia. Depois vendeu as vacas e só fiquemos com duas burricas (...), depois o meu compadre (...) também tinha outras duas burricas e depois quando eu andei com o meu marido por esses mundos a fora ele foi quem nos ficou com as burras e nos guardou as burras – juntamente com as dele - até que o meu marido faleceu. De que o meu marido faleceu, depois eu estive em Bragança ainda quase um ano que eles não me queriam deixar vir para cá e o meu compadre tinha aqui as duas burricas e umas ovelhicas. O meu filho numa altura veio cá e vendeu-me as ovelhas. Ficaram as duas burrinhas. Depois ao fim de um ano que eu estive ali com eles (...), eu disse: «Ah filho que estou aqui a fazer?» Já tinha tirado as galinhas, já tinha tirado tudo! Só tinha as burricas que as tinha o meu compadre. (...) Disse-lhe: «Eu quero ir para Paradela, quero ir para Paradela...vou para Paradela e vou a tomar conta das burrinhas.» Depois é me trouxeram para Paradela, (...) cada oito dias vinha ele ou a minha nora, cá ver como é que eu estava...E eu estava aqui com as duas burricas e eles quando era tempo de fazer algum trabalho- amanhã uma horta ou assim -, vinham, lavravam a horta ou coisavam. Lavravam algo ...com as burrinhas. Fui pegando nas burras, fui pegando aqui na casa ...depois que ele se reformou, desde que veio para cá, logo compraram um tractor, mas já nunca mais tornámos a comprar vacas. Logo comprou um tractor e, as burrinhas, ficou sempre com elas, até agora.”

³³² Embora não houvesse (nem haja) o hábito de consumir o leite que ia todo para os vitelos. (Apenas aqueles que, mais recentemente, tinham vacas leiteiras - e que eram uma minoria - o consumiam.) O mesmo sucedia em Bermillo de Sayago, como o testemunhou J. M. Arguedas : ”No se ordeña a las vacas de labor. (...) Toda la leche es para los becerros. Algunos labradores ricos tienen vacas «suizas» que no trabajan y qué producen únicamente leche. Hay muy pocas en el pueblo. La leche no forma parte de la dieta del labrador. La toman los señoritos.” (J.M. Arguedas, 1992(1968):82)

³³³ « (...) as vaquinhas para mim eram o meu amor. Iam para o lameiro, não se mexiam, ungia-as quando queria, punha-as ao carro...Eu sozinha, eu sozinha, levava o carro para o lameiro, ainda cheguei a ir para a ribeirica (...) e o garoto - o meu filho – coitadico, que me ajudava, que era pequeno – estava a estudar mas já me ajudava (...). Ovelhas, a gente não queria. Gado, o gado não. Agora as vaquitas em casa, sim. Trazemo-las muito tempo e tinha prazer com as vacas. Ainda hoje gosto das

as vacas que suscitam também as palavras mais doces: *Amor, amizade, simpatia, carinho*. Há, por exemplo, quem diga que elas *dão carinho* e que *são mimosas* ao contrário dos burros, que são *mais velhacos*.

No entanto, a vaca implica mais trabalho³³⁴ – como a limpeza diária do estrume e a saída quotidiana para os pastos –, mais força³³⁵ e mais despesa do que um ou dois burros, daí que a maioria as tenha vendido (e muitos fizeram-no apenas nos últimos anos) e não pretenda voltar a adquiri-las. Praticamente todos os entrevistados possuíam vacas – entre duas a cinco por grupo doméstico – alguns venderam-nas antes de emigrarem – nos anos 60 e 70 – e já não voltaram a comprar, outros venderam os animais por razões de saúde e/ou idade já entre a década de 90 e os primeiros anos do século XXI. Em vez das vacas a maioria tem agora tractores e burros: « (...) *há mais agora do que antes. Antes toda a gente tinha vaca e hoje não. Hoje toda a gente tem tractor mas precisa dos burros. Toda a gente tem burro. (...) para plantar umas batatas e uma coisa assim...E para se for preciso compor um bocadito de terra que o tractor não compõe...toda a gente tem uma parelha de burro. Tudo. E mesmo quem tem vacas! Quem tem vacas tem dois burros e antigamente não. Antigamente tinha-se um burro para andar em cima, mais nada.*»

vacas. Mais do que burros, nem ovelhas...Ainda hoje tenho coisa com as vacas! Sim. A vaca é um animal muito humilde e muito coisada. Estava ensinada a lavar (...), fazia-se o serviço como a gente queria. (...)

-Custou muito a desfazer-se delas?

Custou muito, é verdade, custei muito.

(...) vou-lhe contar como foi: Até chorei! Chorei!...

Andei um bocadinho doente. Não sei, apanhei uma crise, uma carga de nervos, nervos aqueles que apanhei uma doença bem má. E mandemos as vacas. Ele (...) mandou as vacas aqui - as vacas eram boas e aqui os vizinhos gostavam das vacas sabiam que eram boas e apanharam-nas logo. Ele vendeu-me as vacas. E, ao outro dia - depois de vender as vacas-, eu estava lá em cima, na cama (ou a levantar-me da cama) (...); E ele levantou-se, e deitou os burros...Não quer acreditar mas, por uma janela ali, vejo-o ir (...) em cima das burras e eu peguei a chorar, com sentimento. (...) peguei a chorar de ver os burros e a ele, e não ver as minhas vaquitas!»

³³⁴ «(...)os burricos não são tão trabalhosos para tirar o estrume, as vacas todas as manhãs há que lhes tirar o estrume, há que as trazer limpas, as vacas é mais trabalho sim, mas também dão mais lucro(...).

-Ainda dão?

Agora dizem que não (...) Mas nós era o que nos valíamos...Era o que esperávamos um vitelico quando o tínhamos para vender, só estávamos esperando vender para receber o que nos dessem por ele. »

³³⁵ « Já tínhamos um bocado de cria mas para andar com as vacas a lavar com as vacas e os burros já não nos dava tudo isso porque não havia forças. De maneira que lá deixávamos as vacas e andamos com os burros, depois, a lavar.

-É mais fácil ?

É mais fácil com os burros. A vaca tira mais e o que era preciso que elas tivessem certas. (...) Quando precisamos, às vezes, de lavar uma terra com o tractor chamávamos o tractor e lá lavamos. Andamos sempre assim, agora com pouca coisa. (...) para o navego de casa.»

Um dos entrevistados refere que enquanto vacas, ovelhas e outros animais são *temporários*, os burros são *permanentes*. Quando as forças escasseiam são uma ajuda preciosa sobretudo se forem mais velhos – porque têm menos força do que os animais jovens e já estão *ensinados* – e mansos – e por isso só se abdica deles quando a saúde não permite fazer praticamente nada. Eles são muitas vezes as pernas dos velhos ainda que nem todos se atrevam ainda a montá-los, sobretudo se são animais mais jovens. Por isso a grande parte dos inquiridos afirma que esse é o animal que querem manter até ao fim das suas vidas.³³⁶

No passado – até anos oitenta (?)³³⁷ do século XX – os “*mais ricos*” tinham vacas e toda a gente possuía pelo menos um burro³³⁸. Geralmente bastava um para transportar o dono quando levava as vacas para os lameiros (o que ainda acontece). Os burros serviam e ainda servem também para ir às hortas buscar comida para as vacas e alimentos para a casa (carregado habitual/ nas *alforjas* -alforges). As pessoas que não podiam ter uma junta de vacas, tinham a sua parelha de burros, para executar as mesmas tarefas. Ou seja na falta de vacas para lavrar as terras para o cereal – trigo ou centeio – usavam-se os burros. António R. Mourinho (2005) sublinha a mesma ideia quando se refere aos usos dados aos burros em Terra de Miranda: “(...) *o burro foi sempre meio de transporte (...) de curta e longa distância e objecto de trabalho para semear o pão, lavrar a horta e a vinha, para puxar a nora, para substituir a junta de vacas que nem todas as famílias podiam sustentar e era o meio de trabalho dos cabaneiros que tinham a sua junta de burros para ganhar o salário, trabalhando propriedades alheias.*”

A posse dos burros marca assim também uma distinção no que se refere a riqueza³³⁹. Quem possui exclusivamente burros para a lavoura é quem não tem posses suficientes

³³⁶ Ex: «(Com) *uma burrinha - nem que só seja para andar à carroça -gostaria de ficar até ao fim da minha vida.*»

³³⁷ Cristina F. de Carvalho (na sua tese de 1985/1986: 29) refere que “*com excepção da população mais idosa todas as casas possuem em média duas cabeças de gado.*”

³³⁸ Há quem diga que toda a gente tinha duas ou mais vacas: «*Por famílias uns tinham duas, outros tinham três, outros cinco ou seis, outros tinham vinte. (...) Nós tínhamos treze ou catorze, o meu tio trazia também outras tantas, um senhor que era o mais rico de cá aquele trazia 20 e tal...Mas havia muita vaca, toda a gente tinha.*»

³³⁹ É de salientar que a riqueza se media, pelo menos até há trinta/quarenta anos, pela quantidade de terras que se possuía – terras para manter as vacas (?) - e a que não correspondia necessariamente melhor qualidade de vida: «(...) *nesta aldeia (...) é mais ou menos tudo igual, há um ou outro que tem mais um bocadinho mas normalmente é quase tudo igual. Agora, por exemplo em Ifanes, na altura em que nós nos criámos (...) já havia pessoas muito ricas mesmo. Ricas...Coitados...*

Mas não se alimentavam melhor do que a gente - lembra a cunhada.

-Mas riqueza...em quê?(pergunta)

para comprar e alimentar as vacas. E a compra das vacas é sempre mais tardia que a dos burros³⁴⁰.

Cavalos são animais considerados *fidalgos*, muito raros na região, e que surgem quase sempre associados aos médicos e aos padres³⁴¹. A mula (como híbrido resultante do cruzamento entre cavalo e burro) também é mais referida, nestes casos, do que o burro.

Quando se fala de cavalos rapidamente é apontada a aldeia vizinha de Ifanes como sendo *terra de ricos* e onde há (por isso) maior número destes equídeos e também de mulas:

«*Aonde havia mais disso*» -afirma uma senhora, referindo-se às mulas ou machos – «*era em Ifanes. Em Ifanes, como há um prado grande (...), chegava a Primavera e deitavam aqueles potros. Aqueles...os ricos todos tinham, para ir à feira, sabe? Era o transporte que tinham. Nós íbamos nos burros e eles iam naquelas potras. Catapum, catapum, catrapum...*

-Eram mulas ou cavalos?

Não eram mulas. Eram potras. E ibam assim. Eram muito importantes.»

Se no passado *toda a gente* tinha vacas e normalmente apenas um burro³⁴² que servia sobretudo como transporte hoje, pelo contrário, já são muito poucos os que têm vacas e

De terra, só. (...) o que (...) considera aqui rico lélquem tem terra. Quem não tem terras pode ter dinheiro mas, não tendo terras, é pobre. »

A acumulação de terras – sobretudo se forem parcelas maiores para cereais – implicava o uso de mais animais – numa época em que praticamente não existiam tractores- e as vacas eram preferidas aos burros para lavrar as parcelas maiores o que só por si deveria constituir um estímulo à aquisição de mais gado vacum.

³⁴⁰ Uma senhora, que casou na segunda metade da década de 40, explica que o casal – a viver pela primeira vez fora da casa dos pais – começou por comprar uma burrica preta (com a qual se fazia quase tudo) e a que se seguiu a compra de um porco e duas galinhas. Muito depois, adquiriu um par de mulas, voltando mais tarde a comprar um burro e a que juntou uma vaca (herdada) – e que trabalhavam em parilha. Só depois de, aproximadamente, vinte anos de casamento é que o casal teve uma parilha de vacas (e outra de burros). E cada elemento do casal trabalhava com a sua: Ela com a parilha de burros e ele com a junta de vacas.

³⁴¹ Uma vizinha recorda os tempos de infância e juventude (entre meados da década de 40 e a de 50): «*Ainda me lembro (...) de só estar um lmedicol que se chamava Dr. Barros, tinha um cavalo – e era doutor – (um cavalico ou burrico) e que vinha de Miranda aqui às pessoas quando estavam muito doentes e quando tinham bebés. (...) já me lembra a mim dos padres virem todos de cavalos. Um padre que chamavam o padre Ratão tinha um cavalo que chegava assim à igreja, puxava pelo badalo e o cavalo já sabia: Primeiro para diante e, depois, para trás.»*

³⁴² « (...)Cada pessoa tinha só um.

-Para?

Para andar em cima e assim.

-Para andar em cima só?

quanto aos burros haverá uma média de dois ou três por casa – um aumento aparentemente acentuado nos últimos anos (desde o início da actividade do secretário técnico da raça há cerca de três anos)³⁴³.

Há quem defenda que o número de burros aumentou porque «*antigamente (...) só tinha duas burras, quem não tinha vaca. Agora quem tivesse vacas, só tinha uma. Uma só.*»

Hoje são sobretudo os mais velhos que têm burros e em maior número. Os filhos, quando precisam, usam os dos pais ou dos sogros, para trabalhar.

O processo de valorização externa do burro – ainda que possa ter suscitado desconfianças e cepticismo inicial – é, geralmente, bem visto. O animal agora mostrado e avaliado em concursos/desfiles de burros, gincanas, passeios ou feiras de gado, filmado e fotografado, é investido de um novo estatuto de prestígio – representando publicamente o respectivo dono(s) como antes acontecia com as vacas - e como tal passa a ser objecto de uma atenção que dantes lhe era negada³⁴⁴. Há actualmente um maior investimento nos asininos (e em especial nos da raça mirandesa) nomeadamente na sua aparência, alimentação e cuidados.³⁴⁵

Só. Para mais nada. Naquela altura (...) era tudo com as vacas. Lavrava-se tudo com as vacas, para trigo, e as vinhas, e tudo. E ainda há cá duas pessoas que ainda lavram as vinhas com as vacas.»

³⁴³ «(...) Uns, dois .E outros, três. Sim, têm muitos. (...) aumentou de que o Miguel veio para aqui.

(...) Desde aí é que começou a gente a agarrar-se mais aos burros e anda a gente com esta ilusão dos burros.»

³⁴⁴ José Maria Arguedas (1992 (1968): 82-83), numa nota sobre o burro e a vaca de Bermillo de Sayago em que salienta os maus tratos de que são alvo os asininos por oposição ao amor dedicado às vacas, escreve: “(...) ocurre que el labrador que no tiene sino uno o dos burros para arar y halar los carros es quien peor trata a estos animales. Constituye una vergüenza arar con burros. La vaca da prestigio, el burro aparentemente, cuando no constituye sólo un auxiliar del labrador sino su único medio de trabajo causa desprestigio. Y tales hombres son los que más inhumanamente castigan a estas pobres bestias tan útiles y tan dóciles.” Para estes agricultores, “la máxima aspiración “ é “alcanzar a comprar una pareja de vacas.”

Na opinião de J.M. Arguedas o amor pelas vacas, consideradas «*el padre y la madre del labrador*», resulta do sentido prático do lavrador aliado a questões de prestígio social, “*está determinado por ese sentido práctico sin que esté ausente la razón del prestigio.*” (1992 (1968): 83).

³⁴⁵ “(...) Desde que o Miguel veio para aqui parece que a gente que lhe dá mais importância até parece que os trazem mais...mais...com aqueles cabelos todos que têm ...há muita gente que desquilha-os (tosquia-os), sabe o que é?...cortam aqueles cabelos que têm feios e deixam-nos bem preparadinhos e depois põem as alforjas essas que há (...) de burel (?), essas que se faziam antes no tear e tudo, os tapetes...

A gente agora os burros ...antes não se coisava nada disso...agora.... E quando vão aos passeios elas levam-nos ali mais enfeitadinhos que eu sei lá...ai...

-Dantes não se ligava porque...?

Não! Os burros dantes não tinham valor. Agora têm mto valor os burros! Dizem assim as pessoas: «Agora é que uma pessoa pode criar burros, os burros têm mais valor que têm as vacas!» E é verdade.”

Se o burro tende agora a ser mais valorizado isso é visto, sobretudo pelos mais velhos, quase como uma questão de justiça para com os animais: *“Os burros sempre tiveram muita importância e muito valor! Eles trabalham, aram (...), andam ao carro, tira-se estrume...Fico admirada de que lhe dão importância aos burros mas os burros (...) sempre tiveram importância porque eles sempre trabalharam muito! Eram o transporte que tínhamos dantes (...) sempre tiveram muito valor. (E não lo davam – diz o marido) E não lo davam – repete. E chegou o Dr. Miguel que lhes deu o valor, e é mesmo que o têm! É certo, é certo que dêem valor aos burros e que lo tenham que dar! (...) eu vou-lhe dizer a verdade, casei-me e o que me valeu foi o burrico que fazia tudo (...).”*

São muitos os que dizem que deveriam ser todos os burros, independentemente da raça, -já que em matéria de trabalho não há distinção de aptidão – a merecer apoios (subsídios). Mas, é óbvio que, mais do que uma questão de justiça, estamos também perante razões económicas. É *justo* que ele seja valorizado economicamente tanto mais porque isso constitui mais uma fonte de receitas para uma agricultura pouco ou nada rentável, em que os custos tendem a ser cada vez maiores e as contrapartidas económicas escassas.

O facto de o burro (mais concretamente o de Miranda) considerado, tradicionalmente, uma espécie de parente pobre do cavalo, passar a ser visto como animal protegido, confere-lhe um novo estatuto face aos seus ‘parentes ricos’, cavalos e mulas. No que poderá ser, juntamente com os novos usos que lhe são associados (e, também, com a sua valorização económica), o princípio do fim de uma certa ideia do burro como companheiro dos mais pobres. No entanto, é de salientar, que em Terra de Miranda, a posse de um burro consoante o seu aspecto, envergadura e/ou tratamento, pode fazer toda a diferença como marcador de estatuto social. A.R Mourinho (2005) afirma a este propósito: *“O lavrador abastado possuía geralmente animais de raça asinina de grande porte e sempre gordos, bem tratados, bem trajados. Queremos dizer que os burros ou burras de gente rica se apresentavam bem albardados com os seus tapetes ou colchins de lã (...), veludo ou ramo aberto confeccionados com todo o esmero no tear para adornar as albardas.”* E o orgulho de exhibir um bom burro, bem albardado que continua a estar patente nos desfiles ou concursos de asininos que têm sido organizados pela AEPGA pode agora ser alargado àqueles que, eventualmente, se envergonhavam de os ter.

O prazer com que a generalidade das pessoas posam para fotografias (ou filmagens) com os seus burros mirandeses ou revêem, guardam ou, até, mandam emoldurar essas fotografias, lembra o orgulho com que antes alguns exibiriam as suas vacas mirandesas num concurso de bovinos do planalto. Ou a vaidade dos lavradores de Bermillo de Sayago ao exibirem os seus animais: “*Mi amigo E.F. llevaba en la cartera la ampliación de una fotografía de la primera vaca que tuvo. (...) Cuando me vieron con la cámara fotográfica me rogaron casi todos los campesinos que retratara a sus vacas. Se colocaban junto a ellas y, cuando les obsequiaba la fotografía, contemplaban detenidamente la imagen, y nunca observé expresión más feliz entre los labradores.*”³⁴⁶

7.4 Os nomes dos burros

Castanha, Preta, Ruça (ou *Branca*), *Burranca, Simona*³⁴⁷, *Cigana*, são alguns dos nomes mais comuns atribuídos às burras. A designação está geralmente associada ao aspecto do animal, especialmente à cor do pêlo, ou ao anterior dono ou pessoa a quem foi comprado o animal (podendo ter por base a alcunha do seu anterior proprietário)³⁴⁸. Alguns nomes foram, no entanto, resultado de uma escolha de ultima hora realizada no momento do registo zootécnico do animal, alguns deles sugeridos mesmo pelos elementos da AEPGA. *Pinóquio* terá sido o nome dado a um burrico da aldeia de Paradela pelo fotógrafo italiano Oliviero Toscani – quando este realizou uma série de fotografias de burros mirandeses na aldeia da Póvoa para uma exposição realizada em 2005 – e que os donos resolveram adoptar como seu. *Peruana* é o nome dado a uma burra, recentemente adquirida, em jeito de homenagem a um jovem veterinário peruano que trabalhou em colaboração com a AEPGA na aldeia de Paradela.

Segundo os entrevistados, habitualmente são dados nomes às vacas, burros e ovelhas. E, mesmo neste ultimo caso, em que é maior o número de animais, os donos insistem em que as ovelhas sabem bem quando se chama por elas. Os animais muito jovens – sejam

³⁴⁶ J. M. Arguedas 1992 (1968): 82.

³⁴⁷ Num dos casos *Simona* foi indicado como sendo o nome de um sítio onde o casal de criadores tem um lameiro (no caminho de Miranda).

³⁴⁸ À luz da análise feita por Yves Delaporte (“*Les chats du Père-Lachaise: Contribution à l’ethnozoologie urbaine*”, (1988) Terrain 10, Paris: 37-50.) que distingue claramente dois grupos de nomes por referência àquilo a que chama o seu carácter motivado ou não motivado (ou seja, nomes que não têm por si mesmos significação própria); estamos perante nomes que pertencem à primeira categoria e em que o critério de escolha maioritário é a cor, eventuais particularidades morfológicas e origem (anteriores donos). Só muito raramente são utilizados nomes próprios (marcadamente distintivos). Os adjectivos com *Pimpona, Bonita*, etc, parecem de modo geral reservados às vacas.

eles burricos, cordeiros ou vitelos – normalmente não têm nome. Ou porque ainda não houve tempo para os *baptizar* (e, nestes casos, são *mouros*), ou porque são para vender ou matar em breve. Aos porcos que permanecem fechados nas pocilgas em engorda durante um ano ou dois não se costuma dar qualquer nome. Num rebanho de ovelhas, o carneiro não tem habitualmente nome e nem seria preciso porque se distingue por si. O mesmo não se aplica, no entanto, aos burros machos apesar da sua raridade.

Podemos assim concluir que os nomes servem habitualmente para facilitar a distinção de cada animal num grupo – ainda que este seja pequeno – e como forma de o chamar, incentivar e/ou admoestar especialmente em momentos de trabalho ou de saída para os pastos.

Num pequeno percurso entre a aldeia e um lameiro próximo, na saída para Ifanes, uma mulher que conduz as vacas e os burros ao pasto, montada num dos asnos, passa quase todo o caminho chamando por elas, umas vezes tocando as vacas com a vara que traz na mão outras vezes falando-lhes docemente, entre a ameaça e as palavras de encorajamento:

«Tchabo! ...tchaca burro!!!!... Aqueles metem-se só a fazer mal!...tchaca booo!... Olha que tu vais a levar !...

(...) Dá cá toma , toma...Dá cá linda ...Toma Amarela!

(É que nos vai para ali para as bordas...)

Anda cá Amarela...Toma Amarela! Toma Amarela! Tu é muito boazinha...

(...) Anda Amarela! Anda, anda! Que putas de vacas...

(Quer se livrar das pedras mas) Anda Pimpona! Toma, toma!

Anda cá Pimpona...(tenho que ir a botá-la para cá que se não depois...) Tchabô!...Vais a levar uma que até...Estacabô..Aanda !...Hoje não andam nada ...»

Quando um animal – por razões de pertença a uma espécie, sexo, etc –, se distingue por si mesmo do grupo, não se usa qualquer nome especial (é o caso do burro que, no exemplo acima referido – na transcrição - não foi chamado pelo seu nome). E quando serve sobretudo para comer, ou para vender (que, na prática, são sentidos como sinónimos), não se nomeia individualmente o animal no qual não se deve investir afectivamente.

No que se refere particularmente aos burros talvez se possa afirmar que: “ (...) *attribuer un nom à un animal est moins (...) la cristallisation d'un rapport affectif et un moyen*

d'appel – caractéristiques de la dénomination des animaux de compagnie – qu'un procédé de classification et d'identification.”³⁴⁹

Além disso, e ainda retomando o exemplo de Y. Delaporte, o critério da cor costuma ser usado apenas relativamente aos animais menos familiares: “*Parmi les chats trop peu familiers pour que l'on ait l'occasion d'acquérir une bonne connaissance de leur comportement, la couleur de la robe est presque le seul critère retenu pour la création d'un nom.*”³⁵⁰

Assim, talvez possamos situar o burro algures num ponto intermédio entre o animal de companhia (que talvez possa vir a ser no futuro) e o animal de trabalho. E em que a relação entre humanos e animais se baseia mais em princípios de funcionalidade do que de afectos. Ainda que estes possam ser sentidos são tendencialmente negados ou, até, contrariados por motivos de racionalidade de tipo *económico*: Ao contrário do animal de estimação que habitualmente se mantém, alimenta e cuida, sem a expectativa de qualquer contrapartida (económica, social ou outra); um burro velho ou doente, por muito amor que se tenha por ele, não deixará de ser vendido, dado ou, nalguns casos, abandonado, e substituído por um mais jovem que esteja capaz para o trabalho.

7.5 O predomínio das fêmeas

A preferência de todos vai para as burras³⁵¹, consideradas mais dóceis e menos imprevisíveis do que os burros sejam eles capados ou não.

Luísa Samões (2000:27) constatou a mesma preferência em toda a sua área de estudo dentro do PNDI – onde o número de fêmeas superava geralmente o dos machos –, sublinhando no entanto que era nas povoações – sobretudo do sul do parque e, já, na Terra Quente – onde os cultivos se situam “*em zonas declivosas, como nas arribas*” que o número de machos superava ou igualava o das fêmeas. Em povoações que “*não se dedicam à reprodução asinina (obtendo os seus animais em feiras ou com comerciantes de gado que os vão buscar sobretudo ao concelho de Miranda do Douro) e que geralmente têm um grande efectivo mular.*”

³⁴⁹ Delaporte, Yves (1988). Terrain 10, Paris: 37-50, p.46

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ Apesar de quase toda a gente ter exclusivamente burras (fêmeas) é sempre no masculino que elas são - mesmo individualmente – referidas: « (...) eu gosto de todos os três! Mas da que gosto mais é da Preta (...)» - afirma, a certa altura, a proprietária de três burras.

Os burros são considerados mais *marotos*, mais *chatos*, *desinquietos*, *maus*³⁵², *velhacos* ou até *perigosos*... Um burro inteiro tem muita força, o que é uma grande vantagem para o trabalho, mas implica mais energia e cautela para o controlar. O que se torna por vezes muito difícil porque está em «cio» permanente³⁵³. Além disso, é considerado por todos os entrevistados como sendo potencialmente perigoso porque, ao ser contrariado, pode morder o dono³⁵⁴ ou, inesperadamente, atirá-lo ao chão, deixando-o por vezes gravemente ferido ou mesmo levando-o à morte³⁵⁵. Um burro capado não só se considera que não é de toda a confiança³⁵⁶ como, também, que não tem o mesmo valor que uma burra porque, dizem, perde força e saúde³⁵⁷. As burras são mais fáceis de dominar.

O facto de poderem criar³⁵⁸ não é aparentemente, pelo menos, um estímulo³⁵⁹ porque a burra tem 12 ou até 13 meses (ou, por vezes, mais tempo ainda) de gestação e, entre o final da gravidez e o período inicial de aleitamento do burrico, não está em plenas

³⁵² “São muito maus, muito maus, os burros inteiros são muito maus! Se vêm uma burra querem logo ir para ela, que esteja desonesta que não esteja, custa a baralhá-los.”

³⁵³ O que diga-se dá azo a muitas histórias entre o trágico e o cómico e mais ou menos apimentadas. Como a de uma senhora que não deixou o seu burro cobrir uma burra e sofreu as consequências: O burro acabou por tentar montar a própria dona.

³⁵⁴ Testemunho: «Ah ...uma senhora aí do Palancar tinha um burro inteiro e viu uma burra desonesta e porque não o quis deixar cravou-lhe aqui (aponta para o braço) e cortou-lhe um braço , (...) está sem o bracinho daqui para trás.
-Deu-lhe uma dentada...

Deu-lhe uma dentada, cortou-lho, porque não o deixou fazer o que ele queria. São muito maus os burros!»

³⁵⁵ Idem: «Ainda há dois anos tb uma senhora de S. Martinho diz que um burro que tinha inteiro viu uma burra , ela vinha em cima, tirou com ela ao chão e ela vinha com a corda deixou enfiar a corda num braço diz que a trouxe muito tempo de rastos (...) e ela ficou feita uma desgraça e morreu.»

³⁵⁶ «Porque eles mesmo castrados se vêm uma burra já fogem ...»

³⁵⁷ « (...) o burro capado ...bem, é como uma burra. Depois diz que se acaba mais depressa. Diz que passando uns tantos anos que fica sem ver, e tudo.

-Morre mais cedo e fica doente mais cedo é isso?

Pois.»

³⁵⁸ Segundo as informações recolhidas por L. Samões (2000:29) “as fêmeas encontram-se aptas para a reprodução à idade de ano e meio (primeiro cio) e os machos aos dois anos de vida” mas estas não são as idades recomendáveis para a reprodução que deve ser feita mais tardiamente: as fêmeas “não devem ser cobertas antes dos três anos” e quanto aos machos “aconselha-se que o primeiro salto se faça a partir dos 3-4 anos.” (Idem:30)

³⁵⁹ Luísa Samões na sua investigação na área do PNDI explicava a preferência dada às fêmeas (cujo número superava o dos machos na maior parte das localidades) com base, entre outros motivos, no facto de as burras poderem fazer criação. Outras motivações prendiam-se com o facto de “terem mais valor comercial; não implicarem encargos com o capador; atingirem menor estatura, sendo mais fáceis de montar e carregar (...); comerem melhor que os burros castrados, ou seja, serem menos selectivas; serem melhores para lavrar sozinhas (arado rachado), conduzindo-se mais facilmente” e, também, “serem «mais fracas à frente e mais fortes atrás», embora possuam menor força de tracção, aguentam melhor o peso, podendo ser mais carregadas.” À excepção do temperamento – acima referido -nenhum dos outros motivos foi, no entanto, no decurso do presente trabalho, salientado pelos entrevistados em Paradela.

condições para trabalhar. Por essa razão é que são sobretudo aqueles que têm três burros (e não dois) ou os que não necessitam deles para trabalhar, que apostam na criação.

Actualmente há mais cuidado para não dar demasiado trabalho às burras prenhas sobretudo na fase final da gestação até *porque elas se cansam mais*. Mas *no passado* – e *o mesmo acontecia com as pessoas – as burras lavravam até parir*. «*Agora como não fazem tanta falta, já descansam mais. E, se for preciso, também se pode pedir emprestado a um vizinho.*» Para além dos cuidados na última fase da gravidez, é reforçada a alimentação da burra quando esta está a amamentar (*a criar*). Os burricos podem ser desmamados a partir dos quatro meses³⁶⁰ – embora haja quem fale num ano – altura a partir da qual começam a comer alguma *ração*. L. Samões (2000:22) que situa a idade do desmame entre os cinco meses (considerado desmame precoce) e um ano sublinha que a altura escolhida depende do destino que se pretende dar à cria, ou seja se ela “*fica na exploração ou é para venda*”, da intenção (ou não) “*de voltar a cobrir a fêmea*” e/ou da “*quantidade de trabalho exigido à progenitora (...)*.” Normalmente é a mãe que “*desmama a cria, hostilizando-a mas por vezes é necessário recorrer a picadeiras*”³⁶¹ – explica.

Levar uma burra à cobrição³⁶² é uma iniciativa recente porque num passado não muito remoto – na década de 60 (e 70?) do séc. XX -havia *muitos* burros inteiros na aldeia³⁶³ e o problema era, pelo contrário, impedir que eles cobrissem as burras tornando-as incapazes para o trabalho³⁶⁴. Dado o escasso valor conferido ao burro era frequente,

³⁶⁰ O ideal, na opinião de um negociante de gado asinino, será a partir dos seis meses.

³⁶¹ Uma tenebrosa “*espécie de cabeçada com pregos na região do chanfro*” (“*semelhante à usada para desmamar vitelos*”) (Samões, 2000: *Glossário*) que se coloca no burrico para que ele, ao tentar mamar, pique a mãe fazendo com que esta o rejeite.

³⁶² O período considerado melhor para a cobrição na região, de acordo com Luísa Samões (2000:30), é entre Maio e Junho.

As cobrições são feitas normalmente em dois dias com um dia de intervalo (ou *dois quentes*).

³⁶³ O macho inteiro «*é mais para as burras. E, são mais alegres. Cantam! Dão umas cantigas!*»
-Cantam?!?

Cantam! Cantam, cantam!

(...) -Cantam às burras?

Sim!!! (risos)

(...) *Fazem assim Ooh! OHH! YoooH!...*»

³⁶⁴Um dos criadores de Paradela explica que em casa da sua família nunca se criaram burricos porque «*precisavam deles para trabalhar*» e como «*trabalhavam de manhã à noite, pouco descansavam. E se elas estivessem prenhas depois era complicado, já não podiam.*» Outra vizinha recorda que o casal trabalhava com uma parelha de vacas e outra de burras – o marido lavrava com as vacas e ela com os burros – e das burras não podia prescindir: “*(...)as burricas, como as trazíamos no trabalho, não as deitávamos, poucas deitávamos. Porque eram muito trabalhadas, andavam a trabalhar muito. Ibamos muitas vezes de manhã a lavrar com as vacas e com os burros e depois, vínhamos para casa, que*

segundo alguns testemunhos, ele ser morto à nascença, atirado do alto das arribas do Douro.

Apesar de actualmente existir alguma preocupação e interesse em criar burricos para ficar com eles ou para os vender, a idade avançada de muitas fêmeas e respectivos donos, contraria essa tendência. E estes dois factores estão intimamente relacionados: Os pequenos agricultores idosos que ainda trabalham com burras preferem animais mais velhos³⁶⁵ e, portanto, com menor capacidade reprodutiva. A isso acrescenta-se o facto de não poderem, por vezes, suprir a falta de uma das burras³⁶⁶ – isto, se forem apenas duas a trabalhar – e de já não quererem ter o trabalho de criar e, até, ensinar burros jovens – que implicam também mais vigor por parte dos donos.

7.5.1 Reprodução

As burras consideradas por todos como mais *mansas* – mais *gentiles*, mais *honestas* -e mais previsíveis que os burros – especialmente quando já não são muito novas – têm períodos de cio mais ou menos regulares até ao fim da vida (mesmo que já não sejam férteis ou que *já não se agarrem*). É nessas alturas que se diz que elas andam *desonestas*³⁶⁷ (*ou andam aos burros*).

almoçávamos... eu ia com as vacas para o lameiro a pastá-las e o meu falecido ficava com as burricas, dava-lhes uma coisica de grão...”

Uma outra lembra as circunstâncias em que ganhou a sua primeira burrica. Fruto indesejado – que a burra não era dela - de um momento de distração: «*Teria ano e meio de casada (...) quando fui com as vacas para a cortinha*» – uma pequena propriedade murada – «*estavam (...) muitos vizinhos também, por ali, com as vacas e tinham um burro inteiro. A burra andava desonesta... (E) Quem pegou deles?!? Deixei-a apanhar. Olha, e foi a minha sorte que foi apanhando sempre, teve criar, teve trabalho e uma burra boa!*»

³⁶⁵ « (...) um burro novo sempre tem umas certas manias de mais desconfiança. Agora um velho, já está mais activo a lidar com uma pessoa e já sempre se deixa ir mais para agarrar, para se unhir...» – refere um dos criadores. E, adianta outro:

“(...) *Eu tinha uma que era nova ainda (...) mas a mulher não gostava dela, era muito, muito brincalhona, já ...não estava capaz de a aturar (...).*

- (...) e já não criam?

*Não,(mas) anda ao burro’, ainda. (...)*A gente é que não quer. Para quê?»

³⁶⁶ « (...) *Com três, podia estar uma de descanso mas...não nos tem calhado. (...) mas já são muito da idade.(...) E, depois, é perigoso porque trabalham muito. Temos de trabalhar muito com elas (...) Tem que andar ao carro, tem que andar a lavar...E, uma cria assim, tem que se dar mais em estimação (...), para criar melhor, senão... tem que se dar mais alimento...*

(...) - Não se vão meter nisso?

Não, não! Porque é muito enredo! É muito enredo para criar.»

³⁶⁷ Saliente-se aqui aquilo que parecem ser estereótipos de género e que parecem estar patentes nos termos usados habitualmente para referir o comportamento de machos e fêmeas em cio: Os burros são

Entre os sinais mais evidentes está o mascar – “o movimento que faz com a boca, lembrando o acto da mastigação (...), acompanhado de abundante salivação, intercalado com a abertura da boca e movimento de beiços, e vocalizações características”³⁶⁸ – o urinar com mais frequência do que é habitual e, também, a posição em que colocam o rabo: « (...) elas começam a cheirar os cagalhões das outras e a pôr-se assim mais levantadas, a passar mais alegres.»

Nesses períodos também as burras podem ser mais imprevisíveis do que é habitual e mais difíceis de controlar – podem mostrar-se mais inquietas, partir de repente a galope ou tentar montar outras burras – embora o comportamento varie consoante o animal³⁶⁹.

A cobrição actualmente (desde há cerca de dois ou três anos) é feita na aldeia por um burro da AEPGA que se encontra a cargo temporário de uma família – a quem compete alimentá-lo e cuidá-lo e atender aos pedidos para cobrição – que é paga (15 euros)³⁷⁰; mas no passado – ainda nos anos 60/70 – os donos que o quisessem (e seriam poucos) só tinham que escolher entre os muitos burros inteiros da aldeia.³⁷¹ No que se refere a formas de pagamento as informações variam: Há quem diga que não se pagava nada e há também quem indique ser dado em troca da cobrição um alqueire de centeio ao dono do burro macho. No caso das vacas era um alqueire de trigo (cereal mais valioso). Há também referência a dois burros de cobrição que existiram em tempos em Malhadas (um *cinzento* e outro *preto*³⁷²) na posse de negociantes ciganos³⁷³ e ainda a um cavalo que servia para a produção mulateira³⁷⁴.

marotos e as burras *desonestas* (mais, ou menos, *nojentas*). Embora as fêmeas sejam vistas como sendo mais *honestas* e *gentiles* do que os machos, considerados menos fáceis de dominar.

³⁶⁸ (L. Samões, 2000:29).

³⁶⁹ «*Umas são muito nojentas assim quando andam desonestas agora há outras que não, são sossegadinhas.*»

³⁷⁰ Segundo informações recolhidas junto do casal de agricultores a quem o animal foi confiado, o burro de cobrição da AEPGA (o *Sargento*) esteve em 2005 aos seus cuidados durante cerca de 3 meses e meio/4 meses e terão sido cobertas 9 burras das quais 8 ficaram prenhas. Depois de uma temporada no centro dos burros da AEPGA, em Atenor, o mesmo burro foi levado de volta a Paradelas onde se encontra à guarda da mesma família desde meados de Janeiro de 2006. Desde essa data e até 16 de Fevereiro de 2006 tinham sido cobertas mais cinco ou seis burras da aldeia. Ao casal cabe tomar conta do animal arrecadando para si o dinheiro cobrado pelas cobrições e a que se soma uma pequena ajuda da associação para a alimentação do burro inteiro.

Antes de ter sido entregue a esta família, o mesmo burro já tinha estado (em ano anterior) outra temporada na aldeia, a cargo de outro casal, e nessa altura terão ocorrido a Paradelas pessoas da aldeia vizinha de Ifanes para cobrir as suas burras: « (...) vinha muita gente de Ifanes a chegar as burras ao burro (...) Vinham em cima dos burros e iam embora em cima. »

³⁷¹ Edmundo A. Garcia (1959:329) refere que se “no que respeita aos equinos a preocupação de melhoria da espécie é pequena, relativamente aos asininos é muito menor, (...).

Regra geral – acrescenta – *apenas se recorre aos postos ou paradas quando se pretende que a cria seja uma mula.*”

³⁷² Este último (*preto* ou *castanho*) seria o preferido.

Segundo vários testemunhos nos anos oitenta ainda existiam pelo menos dois burros inteiros na aldeia e que eram propriedade de uma família que os usava para lavar. Antes de ter surgido a AEPGA e de esta levar um burro de cobrição para a aldeia por períodos de alguns meses – na década de 90 – algumas pessoas levavam as burras (*chegavam-nas* ou *deitavam-nas* ao burro) ao macho inteiro de um criador da Póvoa (que tinha também touros de cobrição)³⁷⁵.

Na falta de outros meios de diagnóstico, só é possível saber se a burra está prenha quando os seus ciclos são regulares: «*Se ao cabo de um mês |depois da cobrição| ela não sair, está prenha.*». E, se a burra nunca emprenhar é considerada *machorra*³⁷⁶.

O leite da burra não se bebe mas é usado com sucesso na alimentação de outros animais como vitelos: «*Uma vez morreu-nos a nós uma vaca e depois, tínhamos a burra parida*³⁷⁷, e eu ordenhava a burra e com biberão criei o vitelo. Já naquela altura deram-me cento e trinta contos pelo vitelo. Fez-se um vitelo tão valente!»

Verifica-se (frequentemente) a tendência para manter em casa burros que descendem uns dos outros pela linha materna³⁷⁸ (mães e respectivos filhos – preferencialmente fêmeas - e seus descendentes).³⁷⁹ Os animais mais velhos vão sendo vendidos e dando lugar aos mais jovens³⁸⁰ que, por sua vez, criam outros burricos³⁸¹. Garantindo-se assim

³⁷³ Na opinião de Miguel Nóvoa «*quem faz a raça são os ciganos*» porque têm sido eles os detentores dos burros inteiros. Eram eles, e ainda são em muitos casos que, a pedido do criador – ou seja, conforme o gosto pessoal do cliente - cruzavam a burra com este ou aquele *tipo* de burro.

³⁷⁴ Estes postos de cobrição terão desaparecido na década de 1990 (?). No entanto, em Malhadas ainda há quem tenha burro de cobrição que não é da raça (« *é pequenino*») e que cobra 25 euros. Luísa Samões (2000:26) indica, no entanto, a existência de três burros reprodutores em Malhadas ainda no final da década de 90.

³⁷⁵ E que hoje mantém o burro de cobrição da AEPGA. O Sr Francisco António Fernandes, mais conhecido por Sr.Ceteiro ou Ceteiro dos Bois «*que era como toda a gente me conhecia daqui até ao fim do mundo*», explica. “*Porque eu antigamente andava sempre a lutar com os touros por essas feiras. Eu ia a Mogadouro, eu ia às feiras de Santarém, a Braga, a Vila Real...corri isso tudo com os touros.(...) Tive sempre três de três qualidades: Turino, charolês e mirandês.*» (excerto de uma entrevista realizada a 3 de Abril de 2005)

³⁷⁶ “ (...) *adj., estéril (fêmea); fêmea que não procria.*” (Pires, M.:2004)

³⁷⁷ Com um burrico.

³⁷⁸ «*São três. Todas três fêmeas. Uma é filha da outra.*», sublinha um dos entrevistados. E outra vizinha apresenta assim as suas burras: «*A mais velha – a Mona – já foi criada aqui em casa – os meus pais tinham comprado uma burra e depois teve essa burrinha que foi criada em casa. A mãe morreu e ficaram com ela.*»

³⁷⁹ Segundo Miguel Nóvoa é frequente ouvir na região frases como a seguinte: “*Esta é a filha da burra da minha mãe.*” Os burros marcam, assim, também a sucessão das gerações «*já que vivem em média cerca de 25 anos*».

³⁸⁰ «*Se for uma fêmea até vendemos o outro e ficamos com ela, depois, quando seja maior. (...) temos que guardar o outro até (...) estar em condições de lavar.* »

uma constante renovação dos burros da casa com menor recurso a negociantes de gado ou a outros vendedores.

7.5.2 Produção mulateira

As referências à criação de mulas na aldeia (ou cobrição «*do contrário*») são relativamente escassas. Apenas um dos entrevistados, hoje com 63 anos, aludiu à produção mulateira cujo ponto alto poderemos talvez situar entre a segunda metade da década de 40 e a década de 50 do século XX. Referindo-se à feira dos Gorazes de Mogadouro, recorda: «*Ali é que se iam a vender as mulas. Sabes, naquela altura em que nos criámos, deitávamos as burras ao macho, aos cavalos, e depois criávamos aqueles machinhos muito lindos. E pagavam-nos muito os ciganos. Eu não sei para onde eles os levavam. Íamos à feira dos Gorazes e vendíamos-los ali. E em Sendim também (...) também faziam uma feira muito valente, muito valente (grande) e também vêm até do Ribatejo, cavalinhos e tudo, a vender.*»

Um dos negociantes de gado asinino da região confirma que já lá vai o tempo em que ia à Feira dos Gorazes (Mogadouro) e à feira de S. Mateus (Bragança) «*e havia muito macho!*»: «*Dantes comprava-os aqui e agarrava na carrinha e íamos lá levá-los. Agora já não há machos*», acrescenta, «*já não há cavalos por aqui*»³⁸² (os poucos cavalos que aparecem nas feiras vêm do sul). Foi, aliás, por esse motivo que se começou a dedicar «*mais às burras e aos burros*», concentrando os seus negócios na área do concelho de Miranda do Douro.³⁸³

Um outro vizinho de Paradela, de oitenta anos de idade, lembra o tempo em que as mulas faziam as vezes dos tractores (antes dos anos 60/70): «*(...) havia muita mula, machos e isso ...e hoje nem isso! Desapareceram. (...) Acabou. E foi para o tractor...A máquina é que é mais rápida. Nós chegámos a ir ao Vimioso, à famosa feira do Vimioso, que agora até era só de mulas, não havia mais nada. E hoje não há nada.*»

³⁸¹ «*(...) Criei a burranquita, tive dois anitos a mãe e há um ano que a tirei, pouco mais ou menos. (...) Fiquei com a filha. E agora é a que tenho, essa e a outra. Mas tudo vem da geração daquele animal!*»

³⁸² Os «*machos-burreinhos*» ou burreinhos (filhos de um cavalo e de uma burra) eram, segundo alguns informantes, os mais apreciados. Segundo Luísa Samões, as opiniões neste aspecto dividem-se mas, como também refere a autora, «*o muar burreinho embora mais pequeno assemelha-se, morfológicamente, mais à espécie equina que à asinina, o inverso se passa com o muar eguariço*» o que pode explicar a preferência acima indicada. No entanto, e segundo António R. Mourinho (2005), «*macho-burreinho*» «*era uma das piores ofensas que se podiam fazer a uma pessoa, principalmente as mulheres*».

³⁸³ No seu caso particular haverá mais vinte anos (meados ou final da década de oitenta) que já não vai à feira de S. Mateus em Bragança nem à dos Gorazes de Mogadouro para vender machos.

Os machos ou mulas que eram, ao que tudo indica, bastante usados por exemplo em Sendim – zona de produção vitivinícola a sul da cidade de Miranda do Douro³⁸⁴ – sempre foram raros³⁸⁵ e pouco apreciados na aldeia de Paradela. Entre os entrevistados, apenas uma das criadoras tinha tido mulas – durante oito ou nove anos – mas acabou por vendê-las por falta de confiança nos animais, tidos por demasiado imprevisíveis (*velhacas*)³⁸⁶, voltando depois a comprar burros. De uma maneira geral todos partilham da ideia de que as mulas/machos apesar de terem mais força para trabalhar são mais «traíçoeras» e, portanto, mais perigosas para montar, etc. Na aldeia, de acordo com as informações recolhidas, existe apenas uma mula.

Recorde-se que a Terra Fria transmontana era considerada uma região de produção de gado muar e, também, cavalar, que se vendia para o exterior (Ribeiro, O.:1995).

Edmundo A. Garcia (1959: 327-328) sublinha: “*O extraordinário aumento de muares – quase duplicaram de 1940 a 1954 – é justificável em face da expansão da cultura do trigo, adquiridos pelos mais pobres, que não têm possibilidades de manter gado bovino e se lançam, por intermédio do arrendamento, na produção de alguns alqueires de trigo.*” Segundo o mesmo engenheiro agrónomo, os muares concentram-se sobretudo nas aldeias mais populosas do concelho, “*onde a propriedade está mais concentrada e onde o contingente dos rendeiros e assalariados começa a sobressair.*”

Em Paradela que não corresponde à tipologia acima referida, entre as pessoas ouvidas, apenas recordo um caso de aquisição de mulas para trabalhos de lavoura em terras de pão que haviam sido arrendadas.

³⁸⁴ “*Ao contrário do mirandês das restantes aldeias,*” – escreve V. Taborda (*op. cit.:* 86) – “*antes de mais criador de gado e produtor de centeio, o sendinês é sobretudo vinhateiro.*”

³⁸⁵ «*Não. Havia pouca coisa. Quase que nada. Aonde havia mais disso era em Ifanes.*», garantem dois dos entrevistados..

³⁸⁶ “*Uma empeçou-se-nos a fazer velhaca. (...) um dia íbamos para una horta, o meu marido quis subir-se, e ela deixava-se subir? Não deixava. Escoicinhava, escoicinhava e fugia. E eu a pedir-lhe tanto: «Não te subas! Não te subas!» Teimou (...) e empeçou a teimar, até que se subiu em cima. De que se subiu em cima, eu só vi o pó nas terras e não via ninguém. Eu apegava –me a Nossa .Sr.^a (a quem podia, a quem podia), e só via o pó e já nem via nem a mula, nem a ele. Aí, à entrada do povo, lá apareceram umas pessoas e lo viram vir e puseram-se delante da mula e pegaram nela. Mas ele como estava com aquela coisa, com aqueles nervos: «Pois não há-de fazer o que ela quiser!» Pegaram nela mas não se abaixou. Não se quis abaixar. Vinha em cima dela e aí nessa eira (...) tinha aqui uns caniços de madeira e ele pensou para ele: «Quando chegue aos caniços, dá um golpaço nos caniços e é quando me mata (...). Pois lá se coisou. Lá se tirou para um lado da mula e caiu para o chão e não teve novidade nenhuma e (...), a mula fugiu para a porta. Daquele dia por diante eu disse-lhe: «Eu não quero mais mulas. Pegas e vendes as mulas! Tornamos outra vez a comprar burricos e vendes as mulas, não quero mais mulas.»*»

7.6 Trabalhos de burros

Há quem diga que o burro trabalha hoje mais do que no passado³⁸⁷ e quem afirme precisamente o oposto³⁸⁸: Afinal, talvez aqueles que antes trabalhavam apenas, ou sobretudo, com as vacas defendam, com razão, que o burro actualmente trabalha mais; e que os que tinham parelhas de burros para as mesmas funções tenham também bons motivos para afirmar o contrário. O certo é que a mecanização dos principais trabalhos agrícolas (com introdução, por exemplo, das máquinas debulhadoras e do tractor³⁸⁹) a partir dos anos 60 (?), o impacto da emigração e o envelhecimento da população local, se conjugam levando ao desaparecimento progressivo do gado vacum ou, pelo menos, à flagrante diminuição do seu uso como força de trabalho. As vacas são substituídas pelos tractores e os burros sobrevivem porque os tractores para além de não serem acessíveis a todos (em especial aos mais idosos), não cobrem todas as necessidades de uma pequena agricultura como a praticada nesta região e, ainda, porque asseguram uma função suplementar que é a de transporte.

³⁸⁷ «Os burricos trabalham muito!»; «Com as burras apanho a lenha (...), tiro o estrume, aro as vinhas, semeio as batatas, faço tudo com os burros. Arranco as batatas. Faço tudo! Os meus burricos valem muito dinheiro!

-E sempre fez isso tudo com os burros?

Sempre!

-E não era com as vacas?

Não, as vacas não sabem...

-Mas não trabalhava com as vacas?

Agora, as que temos, não. Dantes sim, lavrávamos com elas e andavam ao carro....agora de que temos as burricas, fazemos tudo com as burricas...»

³⁸⁸ « (...) já são eles senhores, os burros, porque já pouco se faz com eles!» Ou, como afirma uma vizinha: «(...) os burros eram escravos da vida! Uns escravos da vida e do trabalho! Era lavrar vinhas, era lavrar terras, era lavrar hortas, era (a)carrear (andar ao carro) pão, era (a)carrear lenha, (...) tudo. Tudo, tudo. Eram uns escravos da vida. Agora não! Agora toda a gente tem um tractoreco (...) e já não é tanto, mas ainda se utiliza muito (...)Em trabalhos mais leves. Porque já o tractor faz os mais pesados e os burros fazem os mais leves.»

³⁸⁹ Tia A. indica que a sua família – aparentemente uma das mais ricas da terra- terá sido das primeiras a usar um tractor (alugado) no início da década de 50 do séc.XX: «(...) Nós é que fomos os primeiros a lavrar aqui com os tractores.

-Em que ano lembra-se?

Eu devia ter dez anos naquela altura.

-Mas era muito raro?

Porque não havia ...

(...) Depois comprou aqui um senhor um, depois outro, depois este meu irmão (...) comprou um também, e o compadre dele já tinha outro, ...e depois a gente começou a comprar, a comprar e, agora, é das aldeias que têm mais tractores, aqui a Paradela. E bons tractores! Desses bons.

-E aí deixou de se usar as vacas e os burros?

E aí nós nunca mais voltamos a lavrar com as vacas.»

As lavras das maiores parcelas de cereais (as terras do pão) hoje feitas maioritariamente com tractores eram asseguradas por vacas e burros – ou apenas pelas primeiras – e também as trilhas. Hoje apenas aqueles que não podem recorrer ao tractor (geralmente, porque não o possuem e não querem, ou não podem, alugar todos os anos) é que ainda usam animais – quase sempre burros – para lavar as *terras*.



Actualmente em Paradela os burros asseguram maioritariamente as seguintes tarefas: Lavras³⁹⁰ de parcelas para batatas (tanto para a sementeira como para a apanha), de vinhas (quando o espaço entre as videiras não permite a entrada de tractores), de hortas e, menos

frequentemente, de algumas parcelas de terras para cereais. O burro é também usado para carregar lenha, estrume (retirado das lojas/estábulo), alimentação para vacas e outros animais, e produtos hortícolas. Isto para além de carregar os seus próprios donos, nos casos em que estes ainda arriscam montá-lo³⁹¹; sendo o meio de transporte dos agricultores para as parcelas mais distantes da aldeia (o que constitui grande ajuda dada a dispersão das suas pequenas – às vezes minúsculas – propriedades) e para os pastos, para onde é conduzida a boiada ou o rebanho de ovelhas.

Antes da entrada em força dos tractores (que talvez se possa situar na segunda metade da década de setenta³⁹²), era frequente o uso de parelhas de vacas e de burros (ou de parelhas mistas, para as quais se usa o *jugo do burro e de uma vaca*³⁹³) para lavar. Os

³⁹⁰ Com o *arado rachado* (feito pelos próprios agricultores com madeira de freixo).

³⁹¹ Isto porque, a partir de certa idade, os riscos de uma queda podem ser tremendos e não faltam casos em que os acidentados, já idosos, tiveram de ser assistidos e mesmo internados no hospital de Bragança (hospital que, apesar de distante, serve o concelho de Miranda do Douro).

³⁹² O mesmo período da década de setenta é referido por J.P. de Brito (1996: 40) relativamente a Rio de Onor.

³⁹³ « (...) *Tadico, o burro com as vacas tem mais força e as vacas levantam mais. O burro, coitadico, sempre andava assim coisado...*

-Mais pesado...?

Pesado, pois. A vaca levantava mais e o peso iba todo para o burro que não levantava tanto.

-Isso para lavar, para carregar...?

burros revelavam-se (e ainda se revelam) muito úteis especialmente nas áreas com maior declive e nos sítios de mais difícil acesso, onde as vacas não chegavam (e onde hoje não chegam grande parte dos tractores). Era o que sucedia no tempo em que as escarpadas arribas eram integralmente cultivadas: «(...) *ia mesmo até às pedras do rio. Fosse centeio, fosse trigo, estava tudo semeado até à beira do rio mesmo!*

(...) Aquilo são penedos! Eu nem sei como é que os animais... Aquilo era tudo lavrado com os animais, era com burricos, era com vacas. (...) Os burros também... porque havia sítios que as vacas não podiam entrar e os burros como eram uma coisa mais leve (...) entrava por um lado quaisquer e, pronto, fabricavam sempre. E a vaca... a vaca tinha mais peso já era mais perigoso... Onde era muita encosta lavravam com os burros. E, onde era já meio, menos encosta, já lavravam com as vacas (...) mas era tudo lavrado com animais.»

Os trilhos eram feitos com recurso aos dois animais³⁹⁴. Para além das tarefas que ainda hoje executam os burros cumpriam um importante papel como meio de transporte e animal de carga (normalmente a dorso) e de transporte:

Eram o principal meio de transporte para as idas às feiras – nomeadamente às feiras mensais de gado de Malhadas e do Naso (na freguesia da Póvoa) – onde os pequenos agricultores se deslocavam, por exemplo, para vender um ou dois vitelos que seguiam na dianteira do dono que vai montado no burro. Era nessas ocasiões especiais (e festivas) que homens e mulheres envergavam as melhores roupas e aos burros punham a albarda – se a havia – e os alforjes mais elaborados³⁹⁵. Chegados à feira, os agricultores tiravam os alforjes do lombo do animal e colocavam-nos ao ombro, a tiracolo, e era nas duas bolsas laterais que transportavam as suas compras que podiam ir do (tão desejado)

Para lavar...para carregar ... Ainda os púnhamos à carroça, o burro e a vaca. Púnhamos, púnhamos. Para levar estrume para as hortas e para tudo... até que não tivemos coisa para comprar outra vaquita. Depois compramos outra vaquita, depois o meu filho já era grande – já iba com elas – compramos também outra burrica. Outra burrica preta também muito bonita, muito bonita. Compramos outra burrica, e arranjos uma juntica de burros e uma juntica de vacas.»

³⁹⁴ « (...) Era tudo esmagado com vacas e burros. Tudo esmagadinho. (...) Mas levavam mto tempo! Levava um monte de trigo com os animais... levava um mês a esmagar aquilo. Porque, claro, os animais não é como uma máquina. (...) Enquanto não passou o 25 de Abril isto era tudo era à força de braços e de animais e tudo.»

³⁹⁵ A lã era tratada e fiada em casa, -um *saber fazer* que ainda não se perdeu completamente -, depois mandava-se tecer a uma tecedeira da aldeia ou de alguma povoação próxima – nestes dois casos já desaparecidas – e com o tecido era manufacturado em casa o alforje. O procedimento mantém-se mas hoje é raro mandar-se tecer para *uma alforja*, não só porque dá bastante trabalho e é caro mas, sobretudo, porque já não lhes é dado uso que o justifique. As alforjas de trabalho são normalmente feitas com aproveitamento de sacas de adubo ou outras e as mais bonitas ficam fechadas nas arcas, vulneráveis à traça.

par de sapatos aos leitões para engorda, cada um na sua bolsa – um de cada lado do burro.



Habitualmente as viagens – de cerca de três horas até ao Naso – faziam-se à garupa do animal ou a pé, dependendo das cargas³⁹⁶. Raramente se punham os burros ao carro mas havia excepções: “ (...) *Eu ainda levei muitas vezes os meus filhos ao Naso, à festa do dia 8 de Setembro, e íamos em cima do burro (...) era o*

transporte que tínhamos. Carros não havia, tractores não havia, não havia nada! Tínhamos os nossos burricos. Eu, ainda uma vez, ainda levei o carrico que tenho para os burros (...) para ir à festa e (...) à feira (...). Levava assim coisas...por exemplo (...) cordeiros (...) levava-os em cima dos burros e no carro (cordeiros para vender).

Os burros eram também usados para transportar o cereal em grão e, depois, a farinha, de/e para os moinhos³⁹⁷, um deles situava-se nas margem do Douro pelo que era necessário percorrer caminhos escarpados e difíceis para homens e animais. No tempo em que quase toda a aldeia fabricava carvão (*fazer a brasa*,³⁹⁸ *andar à brasa*) nas arribas, os burros serviam de transporte entre os locais de fabrico e a casa e desta para a

³⁹⁶ «(...)Eu levei muita carginha de lenha para Miranda do Douro em cima do burro e alforjas de batatas, a roupica dos filhos, a roupica do marido. Ia daqui para Miranda, eu de pé e o burro carregado. Depois, para cá já vinha no burro mas para lá ia a pé. A pé que era o transporte que tinha...Carro não se encontrava carro nenhum. Ninguém ia de carro. Umás vezes juntávamos um magote deles pela manhã, saíamos assim cedinho para não nos dar medo do sol, levantávamo-nos cedinho e Ala! Todos com os burros albardados – que eu ainda tenho a albarda do burro!..»

³⁹⁷ Há referências a um moinho de água junto ao rio Douro (desactivado há muito), a outro moinho em S. Martinho de Angueira e a uma moagem (?) em Malhadas. Por vezes os vizinhos pediam burros emprestados uns aos outros para essas deslocações.

³⁹⁸ «Nós cortávamos lenha e fazíamos assim um monte de lenha...era muito trabalhoso! Era um monte de lenha grande e depois (...) íbamos a buscar água ao rio, e tínhamos já ali uns baldes de água quando lhe deitávamos fogo à lenha e depois, com uns varos grandes, (...) a aconchegar a lenha, a aconchegar (...) todo em volta, todo em volta. E a lenha a arder, a arder...toca a aconchegar...e quando aquela lenha iba queimada, com um balde em volta da lenha a deitar-lhe água e com os paus a coisar, (...), até que fazíamos ali uma carvoneira grande (...). E até que a apagávamos com a água. Tínhamos que apanhar muita água para o apagar! De que o apagávamos, metíamo-lo nas sacas, atávamos as sacas e (...) quase sempre fazíamos dez, onze sacas.»

cidade de Miranda do Douro – a três horas de viagem –, onde o carvão era vendido de porta em porta.³⁹⁹

De cada um dos lados do tronco (?) do animal, eram colocadas duas sacas e em cima do dorso/lombo outras duas, deitadas, amarradas e bem apertadas com uma corda atada à volta do corpo do burro. E era assim que era transportada a carga do local de fabrico da *brasa* até casa. No dia seguinte, de manhã bem cedo, o burro era outra vez carregado com duas sacas de trinta quilos, uma de cada lado da albarda, e fazia-se a viagem para Miranda do Douro. Até ao final da década de cinquenta, os burros podiam entrar na cidade e a venda de carvão era feita com o animal:

«Primeiramente, (...) quando não havia movimento nenhum em Miranda, andávamos com os burros pelas portas (...) mas, depois que começou a barragem, que começou aquilo tudo, (...), tínhamos que descarregar ali num cantinho qualquer e tínhamos que ir com as sacas às costas a vendê-las às portas.

Agora, quando os burros podiam passar, eu tinha uma burrica que lhe chamava Cardona. Ei! Muy jeitosa era aquela burrica! Também era muy bonita e muy pimpona!» – segreda – *«Levava a burra de rédea e passava por qualquer lado! Por qualquer coisa. Nunca se espantava, nem tinha coisa nenhuma, aquilo entrava como um foguete por todos os sítios! Aquela burrica era muy jeitosa, muy jeitosa!»*

Eram também os burros que asseguravam, tal como hoje, o transporte de cargas de lenha para o longo e frio Inverno, de comida para outros animais.⁴⁰⁰

Como não havia estradas (nem ruas calcetadas), no Inverno, quando pessoas e animais se atolavam constantemente na lama dos caminhos, se era necessário chamar um

³⁹⁹ Em Rio de Onor (J. Pais de Brito, 1996: 118-120), entre as décadas de 20 e 40 do século XX, o fabrico de carvão com cepas de urze arrancadas do *monte* era uma prática de tal forma intensa e generalizada – muito embora os maiores produtores fossem os vizinhos com um “*património mais escasso em bens de propriedade particular*” – que “*chegou a esgotar o monte e a levar os habitantes a procurar fora do termo da aldeia (em terrenos de aldeias vizinhas) esta fonte de rendimentos, o que originou conflitos, por exemplo, em relação a Rihonor de Castilla, pois os carabineiros proibiam aí essa actividade, ou em relação a habitantes de Varge que buscavam no termo de Rio de Onor o que já tinham dificuldade em encontrar no termo da sua aldeia.*” O fabrico de carvão não era, no entanto, “*uma especificidade de Rio de Onor, estendendo-se às aldeias da região, sendo este conduzido em carros de bois até à cidade de (Bragança), onde é vendido.*”

⁴⁰⁰ Edmundo A. Garcia na sua descrição da região mirandesa de 1959 (226-227) escreve: “*É com o «burrico» que se vai à horta buscar nabos, couves, ferrã (...) que (...) nuns alforques, dia a dia, vão vindo para a manjedoura das vacas. É com o «burrico» que os mais pobres trazem a carga da lenha, (...) se leva à moagem ou ao moinho uma carga de dois sacos de grão (...). (...) se fazem os mais variados serviços, desde transportar roupa para o lavadeiro, até lavrar, trilhar e, por vezes, puxar no carro.*”

médico à aldeia, era de burro ou mula – quando a havia – que o iam buscar à povoação vizinha de Ifanes.

Os dados recolhidos fazem supor que, quando o grupo doméstico detinha vacas de trabalho e burros, eram geralmente os homens que trabalhavam com as vacas – porque implica mais força para as conduzir – e as mulheres com os burros. Entre os casais em que o homem estava (ou está ausente), por ser emigrante, guarda-fiscal ou, simplesmente, trabalhar fora da aldeia, são as mulheres e os animais que constituem a principal força de trabalho. E são elas, definitivamente, quem mais lida com a *cria*. «*Sozinha com vacas e com os burros, ia lavrar, vinha de lavrar, ia fazer o comertzico tinha de deitar as vacas um bocado pelos lameiros e toda uma vida assim dura. Muitas vezes com os filhos no chin-chin ia lavrar, |e| lá os sentava um bocadinho, outras vezes lavrava com eles ao chin-chin*⁴⁰¹.

(...) *Ia com os burros, levava uma machada, levava uma corda, trazia carga de lenha nos burros (...). O meu marido*⁴⁰² *estava em Miranda, passou também muito tempo noutras povoações longe. Aqui não podia estar. Não podia estar na terra dele. E, claro, para quem é o trabalho? (...) com os burros e com as vacas lavrei eu muito! Levantava-me pela manhã, ungia as vacas, dava de comer aos porcos (...). Lá ia eu para o pé do Castro, para o pé da Espanha, lavrar para ali uma terra, por ali ia com as vacas. Depois vinha ao meio dia, ou duas, ou três da tarde, tinha que as soltar, tinha que agarrar a minha merendinha e ir com ela para o lameiro. Olhe, era uma vida muito cansada... Eu já digo que nem sei como eu me aguentei com a vida que trazia. Não sei como eu me aguentei. Depois não, depois já ele se reformou. Desde que ele se reformou já se arrimou a casa, já lavrávamos com as vacas, já lavrávamos com os burricos, pronto já íamos andando, a gente já ia vivendo mais descansada.»*

Os burros são normalmente ensinados entre os dois e os três anos de idade -altura em que, segundo L. Samões⁴⁰³ “são usados apenas para o transporte e carga leve (em alforjes).” Aos três, quatro anos já trabalham e, alguns consideram que é aos seis que têm mais força para lavrar. O tempo de aprendizagem é muito curto – *três ou quatro dias a lavrar* – mas para que estejam em condições de lavrar sozinhos – sem o dono

⁴⁰¹ Com as crianças às costas presas pelo xaile traçado à frente (e atado atrás).

⁴⁰² Antigo guarda-fiscal.

⁴⁰³ (Samões, 2000: 37)

para os conduzir na frente – pode demorar *quase que uma ceifa*. Tudo depende também do temperamento do animal e do facto de este emparelhar, ou não, com outro burro que já saiba lavrar. Segundo a opinião geral, os burros dão menos trabalho a ensinar do que as vacas, sobretudo porque estas exigem mais força – o que tendo em conta a idade média dos criadores é muito importante – e, ainda, porque serão mais lentas a aprender. Normalmente, como explica Luísa Samões, no seu adestramento para o trabalho, os burricos “*são presos a um animal mais velho e experiente, acompanhando-o enquanto lavra ou puxa uma carroça ou então são atrelados a um arado rachado. Neste segundo método de treino, (...) são necessárias duas pessoas, uma que se coloca à frente do animal, puxando-o e orientando-o, enquanto que a outra segura o arado e dá as ordens de comando.*”⁴⁰⁴

7.7 Brincadeiras, casamentos e feiras

O burro é visto quase exclusivamente como animal de trabalho. De acordo com os testemunhos recolhidos, não há tradição de passeios, gincanas, brincadeiras ou festividades que a ele estejam associadas a não ser o Carnaval. As crianças abrem a excepção à regra.

Nos pastos, para quebrar o tédio, enquanto guardavam o gado, às vezes, os miúdos faziam corridas de burro. Picando os animais com silvas, um pau afiado ou com um prego na ponta para o obrigar a correr mais depressa⁴⁰⁵. Há também relatos das tropelias nocturnas dos mais novos quando estes, à socapa, agarravam um burro qualquer, lhe prendiam latas no rabo e nas patas e o faziam percorrer a aldeia toda com grande alarido: «... *Trrrantantão! Trrrantantão! ...*».⁴⁰⁶ As brincadeiras são lembradas com

⁴⁰⁴ (Samões,L., 2000:37)

⁴⁰⁵ « (...) *de pequena, quando íamos com as vacas (...)e íamos assim para uns lameiros, juntávamo-nos a três, quatro, cinco e seis boieiros e, depois, deixávamos ir as vacas um bocado longe, (...) e (...) íamos ao desafio. Espetávamos cada picaça aos burros e os burros catapim, catapim, catapim...a correr ...a ver o que ganhávamos...e toda a vida tenho sido muito amante dos burros.*»

⁴⁰⁶ “(...) *Iam às lojas, sacavam os burros, caladinhos, de noite, às tantas da noite –estava tudo sossegado, tudo a dormir, ninguém sentia nada (...).Punham uns latos no rabo, punham nas patas e, depois de os pôr, os burros, coitadicos, encontravam-se estranhos com aquilo e era correr por estas eiras! Pela povoação! Até para aquele lado, a passar pelo meio da povoação, pareciam um bando de pitos (?), coitadicos, sem saber por onde andavam! (...) O dono quando se levantava pela manhã (...): «...E o burro?!? Onde está o burro?» Depois cá vinham para a loja, depois de cansados, cá vinham. Depois era preciso com uma faca cortar os barços, que os tinham bem atados, os latos e as coisas todas. (...) Era a mocidade, tinha vontade de divertir-se e com que é que nos vamos a divertir? Vamos a tirar um burro para fora, prender os latos no rabo e vamos acordar a gente toda pela povoação! Truntuntum! Truntuntum Truntuntum! (...).*”

prazer pelos mais velhos – hoje com mais de sessenta anos - enquanto aos mais novos, como Maria – nome fictício -, nascida em 1959, já não restam senão as narrativas desses momentos.

No Carnaval, alguns jovens mascarados montavam-se no burro para se exibirem pela aldeia, como recordam as mães de dois deles. Ninguém deveria saber quem eram mas o burro acabou por desmascará-los: *“Vestiam as calças das mulheres (...) aquela vez vestiram umas meias calças de seda; agarram o S. José, um em cima do burro e com o S. José aqui posto nos braços e o outro vestiu-se de guarda, com a espingarda, a multar galinhas – fazendo que era guarda-republicano. E o T. (...) ia em cima do burro, com o S. José posto, albardado, muito bem escarranchado, para onde levava o burro ele não se molestava nada. O mal foi que o burro era macho e quando viu uma burra meteu-se a cantar ...Ninguém sabia quem era mas depois o ladrão do burro estragou tudo. Logo disseram: Oh é o burro do A...! É o burro do A...! E depois aquele ia com o S. José então em cima da albarda...e o meu filho vestiu uma farda – que estava ainda aqui (...) – e agarrou uma espingarda e multava as galinhas e os perros e o que encontrava na rua, para fazer o Carnaval ! “ (risos)*

Para além das feiras – nomeadamente durante a festa da Nossa Senhora do Naso –, era nos casamentos que os burros saíam *enfeitados*: *bem albardados* com belos *tapetes (de lã)* – que se mandava tecer no tear – e as mais bonitas *alforjas* (com três borlas grandes, ou *bolrretas*, em cada um dos lados) *«todo bonito, para levar os noivos daqui para Miranda e de Miranda para aqui»*.

7.8 Doenças, velhice e morte dos burros

Para sabermos (e memorizarmos) qual o tempo médio de vida de um burro há que fazer contas: *«Três anos dura uma sebe (...), e três sebes dura um perro (diziam os velhos), e três perros dura um cavalo e três cavalos dura o Homem. Ora deite –lhe a conta: Vinte sete anos! ...Cavalo e burro é a mesma coisa!»* - explica um dos criadores.

A idade de um burro é calculada através dos dentes embora nem toda a gente o saiba fazer com exactidão, como explica um dos negociantes de gado asinino: *“Se são novas, no meio dos dentes, por dentro, há uns buraquinhos pretos. Se são velhas já não os têm, gasta-se aquele buraco e pronto, fica liso.”*

Considera-se que um burro é *burranco* até aos cinco anos e, a partir daí entra na idade adulta. Embora a burra possa criar a partir dos três anos.

Se os donos não trabalharem muito com eles e as burras não tiverem muitas crias – esclarecem duas entrevistadas – *vão bem aos trinta anos*.⁴⁰⁷

A velhice do burro significa a altura em que este começa a deixar de ter a vitalidade necessária para o trabalho. O que acontece geralmente entre os vinte e cinco e os trinta anos⁴⁰⁸ – embora um burro com vinte anos já seja, geralmente, considerado velho⁴⁰⁹ – que é vista como a idade *para os tirar* (ou seja, para os vender).

O burro demasiado velho, ou irremediavelmente doente, habitualmente só tem dois destinos possíveis: Ser entregue aos ciganos, normalmente num negócio de compra de um animal mais novo e em que o seu valor é praticamente nulo; Ou, então, ser abandonado à própria sorte (abandonado em qualquer lugar até que morra). Quanto ao destino final do animal doente ou velho diz-se que ele servirá de alimento para animais em cativeiro – jardins zoológicos, circos – em Portugal ou em Espanha⁴¹⁰. Uma das informantes indica que no princípio da década de noventa circulava pelas aldeias um camião que transportava burricos machos e burros velhos que seriam para abater: *«Diziam que era para matar porque andavam a apanhar estes burricos machos quando nasciam e os burricos velhos. Às vezes passavam aqui com um camião com sete ou oito e que os levavam para matar para os bichos. Outros diziam que era para o matadouro, eu sei lá...para comer a carne!»* Há quem aponte para a utilização da carne de burros na elaboração de chouriços, por exemplo, na vizinha Espanha. Uma ideia confirmada por

⁴⁰⁷ L. Samões (2000:37) sublinha que os burros “*podem atingir os 35 anos*”.

⁴⁰⁸ Luísa Samões, referindo-se à área do PNDI, em que realizou a investigação, indica que naquela região “*o burro é considerado adulto a partir dos três anos de idade*” e velho “*ao ultrapassar os 20-25 anos, altura em que é geralmente trocado por outro mais novo (participando muitas vezes no seu processo de aprendizagem (...))*.” (2000:37-38)

⁴⁰⁹ « (...) *perto dos 20 (anos), já não se encontra com tanta força, já às vezes fazem uma manqueira, ou pouco mais ou menos, sempre custa mais a...mas já se vai lidando com eles.*

-Como é que se vê a idade dos burros?

Pelos dentes. (...) Eu não me incomodo a mirar-le os dentes. É aquela conta: já não mirem os meus que já estão lixados!... »

⁴¹⁰ *«Já era velha a burra mas ainda me deram treze contos por ela. Aquilo só serve para os bichos (...). Os burros levam-nos para os matar para depois para os bichos, para Lisboa, para onde há esses bichos...que comem carne!*

...Para o jardim zoológico...?

É, é. É para isso.»

um negociante de gado asinino: «*Era para os bichos, era para carne, faziam chouriços e tudo! Sim. Era! Era! Muitos eram para o circo para Lisboa. Muitos!*»⁴¹¹

No passado os animais considerados imprestáveis -doentes, velhos ou recém nascidos (sobretudo se fossem machos) ou os cadáveres dos animais, eram muitas vezes atirados das arribas para servir de pasto aos abutres e outras aves necrófagas⁴¹², mais concretamente da *Penha las Torres*, onde agora se situa um miradouro sobre a barragem espanhola do Castro, perto da aldeia. É ainda indicado um outro lugar, designado como *Ponte Palo (Xeixo de l'Aldar?)*, entre Ifanes, Constantim e Paradela, onde existiam umas minas – minas de *Trás-da-Serra* (ou Minas do Tramagal, Vale da Nossa Senhora) - já desactivadas. Muitos dos animais mortos – como vacas e burros – eram atirados (por agricultores e por ciganos negociantes de gado) para os buracos das minas e também aqueles que eram considerados irrecuperáveis - demasiado doentes ou velhos.⁴¹³ Uma prática que foi entretanto proibida.⁴¹⁴ A morte dos animais deve ser agora comunicada às autoridades competentes (veterinários municipais) e os animais que morrem – burros e vacas – são enterrados.

Na década de sessenta quando os animais estavam doentes – vacas, burros, etc – e os tratamentos caseiros não resultavam, não havia outro remédio senão deixá-los morrer. Veterinários quase não existiam ou os seus serviços eram demasiado caros. Actualmente já se recorre mais ao veterinário mesmo quando se trata de um burro doente, isto se a

⁴¹¹ Chegou ainda o ano passado a vender o ano passado uma burra velha por dez contos para dar de comer aos animais.

⁴¹² De acordo com dois dos principais informantes em Paradela chamava-se *aila burreira* à águia (?) que aparecia *aos magotes* para comer os cadáveres dos cordeiros ou carneiros, por exemplo.

⁴¹³ “(...) *Lá para baixo para a Penha das Torres, à mão esquerda conforme vamos, tiravam com elas por aquela ribanceira e a bicharada -a raposa, o gabilão, as ailas, as cegonhas (essa bicharada), lebres. Uma vez um senhor diz que viu catorze lebres a comer um burro. Atirou-lhes um tiro e matou dez (...) Sim, comem essa carne e as ovelhas e tudo, essa carne toda morta. Comem-na toda. (...) num sitio que dizem ‘Ponte Palo’ (...) havia ali umas minas antigamente (...) e iam atirar por ali muito com os animais – que se morria muita vaca e burros, e isso – e ele havia uns carreiros para passar e diz que foi quando viu aquela bicharada toda em volta de um animal. Matou dez lebres e levou-as para casa – onde vivia também a filha e os netos – e disse: «Toma, prepara e dá meia dúzia à filha que prepare e encha a barriga aos netos!» E diz ele: «que eu não os como, na minha boca já não volta a entrar uma lebre!» E assim fez. Eu de que me disse aquilo também já não comi.»*

⁴¹⁴ Para além dos locais indicados alguns informantes recordam ainda os tempos em que as vacas mortas eram enterradas na *cortinha das almas* – uma parcela pertencente à igreja que funcionaria como cemitério das vacas. Aparentemente essa localização devia-se ao facto de ali se poder escavar *sem encontrar rocha*. Quando morria uma vaca, os sinos tocavam e os vizinhos juntavam-se para, juntos, abrirem a grande cova onde era depositado o cadáver. Não foi possível no entanto datar essa prática – que pode não ser muito remota já que os informantes rondam os cinquenta anos de idade. O sistema seria exclusivamente aplicado às vacas e não a outros animais mortos.

situação o exigir⁴¹⁵ porque, quando as maleitas são ligeiras, continua a recorrer-se à medicina tradicional: *“Esta burrica mais nova no Verão coçava-se muito com os moscos, coçou-se sobre um pau e, no rabo, aleijou-se e criou bichos e não era capaz de a curar. E com essa erva-loba⁴¹⁶ e folhas de noqueira curei-a num instante. Fiz cozimento e, depois com um farrapo, lavava-lhe o rabo todos os dias. Para lhe tirar os bichos foi com azeite. Com azeite desaparecem logo (...).”*

Alguns dos entrevistados admitem que a entrada em cena do veterinário Miguel Nóvoa (da AEPGA), há cerca de três anos, mudou em muito a qualidade de vida dos asininos que, na maioria dos casos, nunca tinham sido submetidos, antes, a qualquer exame médico: *«Os nossos animais nunca tinham sido vistos nem nada. Só agora o Dr. Miguel é que está a vê-los.»*

No entanto, ainda muito recentemente, e depois de esgotados os conhecimentos para tratar o animal em casa, recorria-se preferencialmente a especialistas como os ciganos negociantes de gado⁴¹⁷ e só por último, aos veterinários. Finalmente, se, de todo em todo, se considerasse que não havia recuperação possível então o dono do burro chamava um cigano para que fosse buscar o animal e o levasse⁴¹⁸. A decisão é justificada com a necessidade de *não o ver sofrer* ou *de não ver morrer* em casa⁴¹⁹. Os

⁴¹⁵ Em casos de cólicas – que podem ser fatais –, por exemplo, quando estas não passam com as terapêuticas tradicionais. Um negociante de gado diz que as cólicas «são más de curar», podem resultar de prisão de ventre ou de problemas urinários ou da comida. Para as fazer urinar *«arranja-se uma pedrica das de sal, maior, arranja-se um pauzico, bota-se na ponta do pau mete-se para a natura luretra?! e faz-se mijar num instante porque aquilo arde e ela é obrigada a aviar!»*.

⁴¹⁶ A *erva-loba* também é usada, por exemplo, no tratamento de feridas das ovelhas atacadas por lobos.

⁴¹⁷ Um deles, o Sr. Choco de Malhadas, diz que era muitas vezes chamado a Paradela e a outras aldeias para tratar das burras. Nalguns casos fazia sangrias para que comessem melhor *«e elas ficavam melhor porque eu lavava-as com sal e vinagre ldeitava-lhes pela boca (?) e o sal e o vinagre fá-las comer. E se estivesse manca, eu levanto-lhe la mão e empeço a tirar um boadito de casco e deita porcaria e depois eu é que la componho e cura. Boto-lhe aguarrás. (...) Para aparar cascos também fui a muito lado, à Póvoa, Aldeia Nova...Ainda ontem cortei uma aí que tinha cascos grandes (...). Se o burro trabalhar, já não cresce. Agora assim, têm-nas ali, e botam-nas só para o lameiro e, depois, cresce-lhes o casco.»*

⁴¹⁸ Um testemunho: *«(...) tinha uma lburralque até era Ruçinha, com uma burrica pequenina (...)e deu-lhe tipo uma trombose - dizem aqui um ar. Era tão bonita a burranquinha e estava a criá-la. Teria por aí 15 dias e foi no curral, lquando estava a comer, deu-lhe por um lado là mãe e caiu para outro. Mas não morreu, ficou parálitica das pernas e ainda andei 8 dias (...), puseram uns paus com umas cordas, para que estivesse de pé para dar de mamar à burrica porque tinha uma filha pequenita e depois os ciganos dizem: “Não endireita!” “Então façam o favor de me levar a mãe e a filha que não quero ver mais a burrica aqui a sofrer.” Eu até lhe fiz uma cabana de escovas para que não lhe desse o sol, nem nada, pus-lhe lá uma manjedoura e dava-lhe a comer a ver se ela recuperava e cada vez pior...»*

⁴¹⁹ *«Olhe essa minha já tem 22 anos e ainda está fina (...). Os burros (aos) vinte e cinco, trinta anos é a idade que há que as tirar.*

-E não vos dá pena quando tem que as tirar?»

entrevistados interrogados sobre qual terá sido o destino do seu burro respondem evasivamente (terá ido servir de carne para as feras do jardim zoológico, terá ido para um matadouro em Espanha⁴²⁰ ou, quem sabe, vendido a outro, etc). Desconhecem e preferem desconhecer o destino que lhe foi dado. A partir do momento em que o entregam, *morreu* para eles.

Miguel Nóvoa, referindo-se genericamente aos casos que conhece na região diz que as pessoas, especialmente as mais velhas, sofrem muito ao vê-los definhar e morrer. «*São muitas as histórias de senhoras que choram a perda da burra*». Alguns chamam o veterinário para que tente salvar ou abata o animal outros «*deixam a burra morrer sozinha. Fechada na loja, cinco dias seguidos, sem sequer a ir ver... Gente que não pede a ajuda do veterinário e que se limita a dizer que já não há nada a fazer a não ser esperar.*»

Às vezes, a AEPGA, fica com esses animais em fim de vida «*para que tenham uma morte menos dolorosa e triste*»⁴²¹.

Entre as doenças mais frequentes dos asininos, segundo L. Samões -com base nas informações de um ferrador de Meirinhos – são a “*bronquite, constipação e pneumonia ou «resfriado»; aguamento dos cascos ou «formigo»; cólicas, dores de barriga e «encruamentos»; congestão pulmonar e mormo.*”⁴²²

7.9 Novas dietas e novos e velhos cuidados com os asininos

Todos partilham da ideia de que os burros não dão, geralmente⁴²³, muito trabalho – até porque, em caso de necessidade, podem ser alimentados em casa (na loja) –, nem despesa. Há no entanto quem afirme que, na prática, hoje se trabalha sobretudo para dar de comer aos animais – o burro incluído – mas não é ele quem mais beneficia com isso. Se em casa há vacas ou ovelhas é (ainda) para elas que vai o melhor quinhão. Em matéria de alimentação a opinião maioritária é de que os burros comem hoje melhor do

Oh valha-me Deus pois já estão velhas, já não prestam para nada, que a levem! Eu não quero é que se morram em casa. Eu o que não quero é ver morrer.»

⁴²⁰ «(...)diz que os levavam para matar para Espanha. E lá veio o espanhol que era aí de Moveros (...) e o cigano, e deram 3 mil escudos (...) e levaram o burrico.» (O episódio remonta a 1993 ou 1994).

⁴²¹ M. Nóvoa em entrevista em Abril de 2005.

⁴²² (Samões, L., 2000:36)

⁴²³ A menos que estejam doentes o que *raramente* acontece.

que no passado: « (...) *antigamente eles só comiam palha, não se fazia por aveia ou por essas coisas*⁴²⁴. *Agora já se faz por muito disso que eles comem muito melhor. (...)*

-Mas ainda há gente que só dá palha..?!?

Não...já deve ser muito pouca gente! (...) Bem, quem tem muita cria, muitas vacas, é capaz de o melhor ser para as vacas, não é? Agora, como eu não tenho, é sempre para eles o bom.

-As vacas estão sempre primeiro?

As vacas estão sempre primeiro...

-...e as ovelhas também..?

Também. Quem tem dessas coisas, isso é verdade. As vacas e as ovelhas porque criam. As ovelhas criam os cordeirinhos tem que ser o miminho para elas. As vacas também e os burros coitadinhos...É sempre burro!» (risos)⁴²⁵

A palha, a aveia, o feno, o trigo em grão e, por vezes, a ração de centeio, cevada, abóboras, ramas de nabos e erva das batatas são, para além da erva dos pastos, a base da alimentação dos asininos da aldeia. Isto especialmente durante o Inverno, quando os animais saem pouco ou quase nada das lojas. Durante o período de amamentação pode ser, excepcionalmente, reforçada a alimentação das fêmeas com ração (de tipo industrial)⁴²⁶ e também quando os animais desenvolvem grandes esforços nos trabalhos agrícolas (o que actualmente poucas vezes ocorre).

Picar os burros ou bater-lhes com um pau para os fazer andar mais depressa ou para que obedecam não parecem ser hoje práticas socialmente bem vistas. De todas as conversas que mantive sobre o assunto na maior parte dos casos era-me dito que não adianta bater e que um burro se deve levar de bons modos. Admito porém que alguns se tenham

⁴²⁴ Um outro criador acrescenta: « *a aveia só a davam às vacas. O meu sogro só dava palha aos burros, palha de trigo!* ».

⁴²⁵ Edmundo A. Garcia (1959:329) sublinhava que na região mirandesa eram raras as casas que não tinham pelo menos um burro “*encarando-o todavia como um incomodativo acessório, (...) uma espécie de mal necessário, e eles tudo sofrem*” – escrevia –“(…) *os maus tratos, as péssimas instalações e a mísera alimentação.*” Também, do outro lado da raia, em Bermillo de Sayago, e apesar de, como escreve José Maria Arguedas (1992 (1968): 81), ser “*el animal qué más trabaja; ara; tira; del carro, carga de todo; montan en él los amos, frecuentemente, casi toda una familia (...). (...) ningún dueño da de comer a este animal sino lo peor del pienso y del forraje y una cantidad tradicionalmente bien medida para que apenas conserve las fuerzas.*” Numa feira em Bermillo aprendeu que quanto mais ligeiro era o animal menos se interessavam os compradores por ele e concluiu: “*El burro há de ser manso, triste, bueno para los palos y la carga. Burro engreído, burro bien comido, no es burro. Nadie lo quiere.*” (Idem).

⁴²⁶ Dada normalmente às vacas, cordeiros, etc.

abstido de o fazer na minha presença para não causar a má impressão sentida, por exemplo, por José Maria Arguedas (1992 (1968): 81-82) em Bermillo de Sayago, nos finais da década de 50 do século XX: “*Jamás fui testigo de mayor crueldad de parte de un ser humano contra un animal tan útil. Se le castiga, casi siempre sin motivo, brutalmente, como si no se tratara de un ser vivo. A puntapiés o a palos, niños, adultos y viejos, castigan salvajemente a los asnos (...).*” Arguedas defende que numa comunidade onde se registam poucos conflitos ou zaragatas o burro serve, aparentemente, como “*el objeto o el ser sobre el que descarga toda su amargura el campesino. «El que tiene duelo del burro más burro es el»* lfrase também usada em Paradelal, *me repetían cuando, commovido por la flacura, la expresión de absoluto rendimiento físico y la tristeza de estos animales, me acercaba a ellos para acariciarlos. Les parecía una actitud inexplicable y risible.*”

Não tendo testemunhado este tipo de crueldades – que, acrescente-se, em Sayago terão diminuído nas últimas décadas com a redução, também, da utilização do burro (Sánchez Gómez, 1991: 241) admito pelas descrições que me foram feitas do passado (anos 60/70 e até 80) que elas seriam poderiam ser relativamente «normais» tanto mais porque, como também sublinha Arguedas, todo o amor e boa comida ia para as vacas, ainda hoje consideradas em Paradela mais susceptíveis de despertar os carinhos dos seus donos. Os burros porque desde sempre associados à pobreza não são, ainda hoje – e apesar dos esforços para os «promover» – alvo de carinhos, festas ou palavras de ternura, pelo menos em público⁴²⁷.

Os burros passam as noites sempre na loja quase sempre separados dos outros animais ovelhas ou vacas – que ficam instalados em lojas distintas («*Os burros estão nesta porta aqui em baixo, as ovelhas estão aí por cima nessa porta verde e nós estamos no meio*») ou, no mesmo espaço mas em áreas separadas. Nuns casos, a justificação é de que burros e ovelhas não podem ficar juntos porque os ovinos, se forem muitos, lhes podem roubar toda a comida (?). No caso das vacas a justificação prende-se com a envergadura e peso dos bovinos e, ainda, com outras questões, de higiene(?), menos

⁴²⁷ Porque, como também afirma J. M. Arguedas (1992(1968):83) “*Quien sólo tiene burros para el trabajo, en lugar de sentirse aliviado, sufre, por cuanto no tiene como auxiliares sino una bestia a la que tradicionalmente se debe tratar con crueldad. La crueldad para con el burro no solo es permitida sino considerada como una actitud que da prestigio.*”

evidentes para uma leiga: «*Não sei, dizem que é por a pele, que (é) por os cabelos, que isso não é bem que as vacas estejam juntamente com os burros*». ⁴²⁸

Na Primavera/Verão os burros saem (*deitam-se*) habitualmente duas vezes por dia para pastar, uma de manhã cedo, por algumas horas, e outra à tarde, até ao principio da noite. Quem tem ovelhas sai mais cedo, entre as 5h e as 7h30, para regressar a casa algumas horas mais tarde só com as burras ou com as ovelhas também⁴²⁹ e volta a *deitá-las* à tarde. O criador de ovinos demora-se às vezes até altas horas da noite – e as ovelhas, se forem muitas, podem passar as noites de Verão num cercado em vez de recolherem à curralada. Mas, o mais comum é que o regresso a casa (e às lojas) se faça ao anoitecer. Às vezes o agricultor deixa as vacas a pastar num lameiro e regressa a casa no intervalo montado num burro, voltando mais tarde para recolher o gado. Outras vezes os animais – vacas e/ou burros – ficam a pastar (*pastear*) – normalmente em cortinhas ou lameiros vedados – durante grande parte do dia sendo recolhidos apenas à noitinha.

No Inverno, se o tempo está muito chuvoso e/ou se já não há pastos em condições ou não *se deitam* os burros ou estes saem apenas uma vez ao dia e por muito pouco tempo (e que pode ser apenas 1h ou 2h, às vezes só para beber água no tanque da aldeia). Relativamente à altura do dia mais favorável para sair com os animais, há quem diga que deve ser de manhã e, outros, à tarde – até às *quatro, quatro e meia da tarde: Como os dias são pequenos durante o Inverno, «às horas que se deitam (ao pasto) no Verão, vão-se a buscar no Inverno.*»

As camas de palha dos burros são mudadas semanalmente enquanto as das vacas é diariamente ⁴³⁰.

⁴²⁸ Quando os burros ficam juntamente com outros animais como bovinos ficam frequentemente presos à manjedoura o que, como sublinha L. Samões (2000:23), pode ser fatal porque podem morrer por enforcamento sendo esta, aliás, “*uma das causas de morte mais frequente*”.

⁴²⁹ Muitos dizem que dantes deixavam os animais (designadamente as ovelhas) sozinhos a pastar mas que agora não o fazem por temerem ataques de lobos que ultimamente serão mais frequentes do que era habitual.

⁴³⁰ Segundo Luísa Samões (2000:24) “*para a cama destes animais é usada a palha de pior qualidade, normalmente sobras da manjedoura ou «palha trilhada»*” e a periodicidade da muda das camas é quinzenal, “*acrescentando-se cama nova cada 2 dias e removendo-se o estrume dos pés do animal todos os dias para não lhe «cozer as patas»*”. No Verão, é retirado com mais frequência porque aquece muito a loja e causa cheiros mais intensos, incomodando os vizinhos; ao contrário do Inverno em que, em muitos casos, a estrumeira é feita dentro da loja. Durante o parto, a cama é mantida mais limpa. No entanto, a maioria dos proprietários não tomam cuidados especiais com as fêmeas prestes a parir.”

Os burros começam a mudar o pêlo na Primavera e, diz-se na aldeia que, se até ao final do Verão não tiverem *o cabelo limpo*, então só fazem a muda no ano seguinte, isto *se o animal for bem tratadinho*. Apesar de esta ser a região em que mais se gosta de burros lanudos (Samões: 50), os pêlos compridos dos burros mirandeses nem sempre são muito apreciados porque se sujam com mais facilidade. Por razões de higiene (ou estéticas) ou simplesmente para aliviar um pouco os animais do calor, são muitos os que tosquiavam os seus asininos – especialmente se estes são muito lanudos –, cortando pelo menos os pêlos mais compridos: “ (...) *O meu marido, como essa mais pequena cria umas lãs muito grandes debaixo da barriga, corta-lhas com as tesouras que é para não criar bicharada e para que não apanhe ela tanta palha, tantas ervas e tudo. (...) Esta minha burranca tinha uns pêlos assim de compridos e tosquiemo-la toda. Só lhe deixemos o rabo e umas lâzinhas em cima do rabo. E, depois, o tal cigano que ma veio a trazer e a viu tosquiada, disse: «Ai não devia ter tosquiado a burrinha que era tão linda!» (...).*” Normalmente as tosquiadas fazem-se em Março e há quem diga que os «*os burros ficam agradecidos*» que neste caso significa ficarem mais gordinhos.

Os burros, ao contrário do que acontecia com as vacas de trabalho, nunca eram, nem são, ferrados e o tratamento dos cascos (*compor os cascos*) – aparar, limpar – é feito habitualmente em casa⁴³¹ (ou, quando vêm pessoas de fora a fazê-lo, num dos dois *trancos* da aldeia - e que eram, sobretudo, para as vacas). Mas essa não é uma tarefa para qualquer um. Um aprendiz da arte pode acabar por deixar o animal pior do que antes de ser tratado: « (...) *não sei se cousaram de mais ...o animal até pegou febre e tudo! Aleijava-se, puxava, não podia andar. Só quer estar deitada coitadinha da burrinha. Agora já está bem mas esteve muito mal. Por isso é preciso ser gente que saiba fazer as coisas. O J. sabe bem tratar disso*» – conclui, referindo-se a um dos veterinários que colaboram com a AEPGA. Ferradores já quase não existem: o mais próximo, e o único que é referido, era na vizinha aldeia de Ifanes⁴³² mas «*agora já não há nada disso. E (...) dava jeito*» – diz um dos criadores – *derivado ao tempo que se está. O terreno, está calor, (...) arde, e as patas dos animais é a mesma coisa que as*

⁴³¹ « (...) *tenho este (...) que cria das suas patas, para fora, um casco assim! E outro dia tirei-lhe assim um bocado com as tesouras, (...). Prendo-o aí no muro e depois ponho um ferro atrás, preso na terra, enrosco-lhe um farrapo e amarro-lhe depois a pata toda ao redor; E é que eu me ponho depois ao jeito a cortar, a cortar... Até que lhe limpo a pata toda.*»

⁴³² Havia também um ferrador na aldeia de Duas Igrejas mas que actualmente já não trabalha.

nossas. Aquece as patas e depois andam em pena, depois agarram, gastam-se...Depois aqui as ruas com este chinaredo que tem, (...) muitas vezes metem-se-lhes as chinas com o peso que é muito, e vai fazendo poça, poça, no casco, até que se lhe come o casco que abranda. E depois é o caralho...É um castigo!». Quando há infecções recorre-se aos remédios caseiros e, se não resultam, há que os comprar na farmácia: « Às vezes deitome - disse-me um de Constantim - (...)azeite com cravos enferrujados, (...). Todo aquele ferrugem que saia dos cravos há que deitar lá ...Come-lhe a carne branda e põe-se-lhe a pata dura, e faz jeito. Outras vezes, pedra-lume (...). Havia antigamente que lhe davam água-forte num vidro e então deitava-se aquilo. Agarrava-se (e), segundo se deitava, frigia como azeite ...»

Quando é necessário capar os machos, manda-se vir à aldeia o capador. Geralmente de Ifanes – um capador que era, até recentemente, também padeiro – e que é chamado pelo telefone.

Uma criadora recorda como faziam os capadores (que eram os mesmos que capavam os porcos): “ Diziam: Vamos a capar o burro, a tirar-lhe os colhões! (...) Arretavam-no das quatro patas e tombavam-no no chão e o capador cortava-os. Cortava então os rins e atirava com eles. Depois os donos tinham que andar muitos dias a lavar aquilo para curar, com cozimentos de ervas (...). Agora não, agora já os capam, já lhes dão uma injeção, já há uns sprays para os curar. (...) Ai e morriam muitos burros ainda quando os capavam! (...) Ainda há dois anos caparam aí um.».

Em Paradela, como penso que em todo o concelho, é muito rara a utilização de albardas⁴³³. Os animais são geralmente montados apenas com um tapete ou uma simples manta de trapos dobrada com ou sem as alforjas⁴³⁴ por cima. As albardas que costumavam ser compradas nas feiras ou encomendadas a algum artesão (existia um na aldeia da Granja) eram apenas usadas em ocasiões especiais, como as feiras e a ida à cidade de Miranda e, actualmente já não têm praticamente qualquer uso: «Agora já não. (...) Agora a gente já não liga. Agora as feiras: Tiraram-nas; E, para Miranda, vamos

⁴³³ A albarda é habitualmente feita de palha de centeio, linho ou estopa, e cabedal – pele de bezerro - e é presa à traseira do burro com o atafal ou retranca. No centro, o arrebite da frente que serve de apoio ao burriqueiro, é designado como rabicho. Segundo um dos raros artesãos da região, uma albarda simples corresponde a um dia de trabalho.

⁴³⁴ «É só (...) um tapete, para a gente não ir mesmo em cima do pêlo dos burros. Agora, albarda era antigamente, para ir às feiras. Aí é que se punha albarda, com um tapete bonito para irem bem jeitosinhas agora, no dia a dia, não.»

na carreira ou no carro de praça, ou no carro que tenha uma pessoa.» Havia quem nem gostasse de as usar porque, apesar de tornarem as viagens mais cómodas – e eram três horas para Miranda do Douro e ainda mais para o Naso – são pesadas e fazem transpirar muito os animais. Aliás quando os burros transportavam cargas de farinha, grão ou carvão, normalmente não era posta albarda para não sobrecarregar ainda mais os animais. No final da década de 50, início dos anos 60, ainda se usava a albarda para ir à feira mas hoje, dizem-me, *já ninguém quer*. O preço de uma albarda varia entre os cerca de 60 euros e os 150 euros, consoante o tipo de materiais usados e, ao preço da albarda, pode juntar-se, ainda, o da retranca – que se coloca por debaixo do rabo do animal para evitar que a albarda escorregue para a frente –, ou atafal e a cilha. As albardas continuam a poder ser compradas na feira, a um dos dois artesãos da região que ainda as fazem, ambos residentes no concelho de Mogadouro⁴³⁵. Os preços das cabeçadas rondam os 20, 25 euros dependendo do material e do tempo de trabalho. Os alforjes ou *alforjas*⁴³⁶ são, como já se referiu antes, manufacturados em casa com a lã das ovelhas que, depois de tratada e fiada, é entregue à tecedeira. Com o tecido já pronto fazem-se as *alforjas* ou os tapetes. Ultimamente são poucos os que as mandam fazer. Em primeiro lugar porque já possuem alforjes suficientes e, por outro lado, porque são *caros*. Os que ainda se guardam nas arcas – os melhores e, que raramente foram e são usados – foram mandados tecer a uma senhora de Paradela entretanto já falecida ou a uma outra da Póvoa que se pensa já tenha morrido também. Em Sendim ainda se fazem alforjes que são vendidos numa loja de artesanato em Miranda calcula-

⁴³⁵ Um destes artesãos, conhecido como o Manuel da Albardas - e que deu continuidade ao negócio familiar - afirma que hoje se vende pouco e há escassez de materiais como o couro e o linho. No passado comprava o couro a alguns armazenistas do Porto e de Lamego e os panos (estopa ou linho) vinham da Região Centro. O artesão afirma que *«há 25 anos ou trinta»* quando iam às feiras anuais de Almeida, Trancoso, Marialva, Guarda, Pinhel, Meda, com 50 ou 60 albardas *«vendia-se tudo. Agora não.»* Manuel das Albardas refere que na região de Miranda sempre se usou pouco a albarda ao contrário do que acontecia, por exemplo, na área do concelho de Mogadouro (onde vive), nomeadamente para ir buscar água.

⁴³⁶ As *alforjas* eram o *saco das compras* que agora poucos usam: *« (...) Com estas bolsas transportávamos o comprado, o que íamos a comprar à feira. Comprávamos um bocado de pano para uma saia e lá o púnhamos cá dentro, era o que nós tínhamos. (...) Naquela altura eram as alforjas deitadas, assim, como me tirou a fotografia assim (ao ombro). (...) comprávamos e metíamos tudo dentro. Depois andávamos de volta na feira, (...). A comprar aqui e a comprar ali. Até que íamos para os burros e lá púnhamos as alforjas nos burros e vínhamos para casa. Agora, riam-se de nós se fizéssemos um serviço desses.»*

se que por uns vinte contos a unidade⁴³⁷. Consoante as circunstâncias (trabalho, passeios, idas a feiras) assim, se utilizam *alforjas* e tapetes de materiais mais ou menos nobres e mais ou menos elaborados e coloridos.

7.10 A AEPGA personalizada no «Dr. Miguel»

Em Paradela – como estou segura em muitos outros sítios na região – a AEPGA é uma sigla praticamente desconhecida. O mesmo se passa em relação à designação exacta da própria associação. O mesmo desconhecimento estende-se às muitas actividades da AEPGA, ao local da sede, ao lar dos burros de Duas Igrejas ou ao Centro de Burros de Atenor que raras pessoas conhecem.

Em vez de AEPGA ou de Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino, é do Dr. Miguel de quem todos falam: *O veterinário dos burros* ou o *Dr. Miguel dos burros mirandeses*. É na pessoa de Miguel que se concentra toda a atenção. É dele que se fala quando se referem os registos dos animais de raça – ainda que não seja sempre ele a fazê-lo ou que, quando o faça, seja com outras pessoas – as inscrições de sócios ou a análises aos animais.

A AEPGA na realidade confunde-se com uma pessoa que é o secretário técnico da raça daí que seja natural a «confusão» e que obrigou a reformular todas as questões relativas ao trabalho da associação sob pena de as perguntas se tornarem totalmente incompreensíveis para quem as escutava.

Das actividades da associação – para além do trabalho levado a cabo de registo zootécnico dos animais e da emissão de declarações para subsidio – a maioria dos entrevistados apenas conhece os passeios organizados anualmente – mais propriamente *L Burro i l Gaitero* realizado conjuntamente com o grupo *Galandum Galundaina* – e as gincanas de burros durante a festa anual da Nossa Sr^a do Naso. Sobre estas iniciativas os comentários vão do lacónico «*Encontro bem*» a apreciações mais entusiásticas em que se salienta o convívio, a animação e a atracção de turistas como sendo muito bem vindas à(s) aldeia(s) e à região.

No passeio do Burro e do Gaitero são habitualmente convidados a participar proprietários/ criadores de burros das aldeias – geralmente das povoações por onde

⁴³⁷ No entanto a AEPGA adquiriu alforjes – feitos noutros materiais – para oferecer aos participantes na festa de 2004 no Naso, por dez euros a unidade.

passa o percurso do passeio – para que levem os seus burros que depois alugam para o passeio propriamente dito. A AEPGA paga aos donos dos burros uma quantia que foi na última edição (2005) de 40 euros por animal. A esse valor os donos dos burros tiveram, nesta última edição, de descontar o preço das refeições (5 euros cada refeição) – o que, aliás, motivou alguns protestos porque na primeira edição do passeio a comida foi oferecida aos *burriqueiros* (aqui significando agricultores que alugam os burros para o passeio) que participavam na iniciativa. Para além dos convites à participação de criadores de burros – que podiam levar ou não burros para alugar – algumas pessoas da aldeia de Paradela foram também convidadas a envolver-se mais directamente na concretização da iniciativa. Como a primeira etapa do passeio terminava em Paradela, onde se realizava o almoço, aproveitou-se a paragem no largo da aldeia para encenar algumas tarefas de tratamento do linho e da lã, com recurso a antigos instrumentos de trabalho agora já praticamente em desuso⁴³⁸. Um grupo de senhoras da aldeia, algumas envergando peças de vestuário tradicional, e um homem, foram os actores principais. As tarefas – simuladas – eram acompanhadas por velhas canções mirandesas interpretadas pelas mulheres. A representação serviu de pano de fundo para uma outra encenação levada a cabo por um grupo de teatro que actuou em diversos momentos do passeio de três dias.

A preparação para a representação no largo da aldeia e que funcionou como uma espécie de festa de recepção aos visitantes (turistas) mobilizou durante vários dias as senhoras que nela participaram e que se reuniram por várias vezes para ensaiar as cantigas. Os preparativos foram feitos com alguma discrição aparentemente para não suscitar ciúmes/invejas por parte de outras vizinhas que não foram convidadas a tomar parte do evento e talvez, também, para manter algum efeito de surpresa (uma componente importante do espectáculo).⁴³⁹

Para além do grupo de oito mulheres – cinco das quais cantaram durante a representação – participaram também, neste primeiro dia do passeio, dois homens: Um deles, ex-contrabandista (e, também, ex-guarda fiscal) – como aliás o são muitos outros

⁴³⁸ Torno, cardas, rocas para fiar, espadeiras para o linho, malhadeira (massa de madeira para malhar o linho), etc.

⁴³⁹ Os vizinhos tinham sido antecipadamente desafiados a desempenhar vários papéis fosse na reconstituição de tarefas em desuso ou, simplesmente, realizando aquelas que são as suas tarefas quotidianas normais de que é exemplo o aparecimento – previamente combinado – no caminho dos burriqueiros, de uma pastora acompanhada pelo seu rebanho.

residentes em Paradela –, assinalou a entrada em Portugal – vindo de Brandilanes (Espanha) pela rota dos contrabandistas – recordando os tempos duros e arriscados do contrabando⁴⁴⁰. Um outro, apesar do imenso calor que se fazia sentir, envergou uma velha capa de honras num determinado ponto do percurso entre Paradela e a Aldeia Nova para narrar aos presentes as origens da capelinha de S. Martinho mandada edificar, ao que se diz, por um seu tio depois de uma aparição.

Ao raiar do dia já uma dezena de paradelenses se juntava com os seus burros no centro da aldeia partindo, de seguida, para a aldeia espanhola de Brandilanes. Era do lado espanhol que estava marcada a concentração dos passeantes – oriundos de vários pontos do país e do estrangeiro e que vinham de camioneta de Miranda do Douro – partindo dali, de burro e a pé, pela rota do contrabando até à aldeia portuguesa de Paradela.



(Concentração dos burriqueiros de Paradela antes da partida para Brandilanes.)

Entre portugueses e espanhóis foram muitas dezenas, as pessoas e os burros, que se juntaram no largo do povoado espanhol, aguardando a partida ao som das gaitas de foles

⁴⁴⁰Maria de Fátima C. Amante (Peralta E. e M. Anico (orgs.) 2006: 88) referindo-se a este tipo de actuação nas zonas raianas, escreve: “*Aquilo que à primeira vista parece ser só uma questão de nostalgia (...) seja (...) ou nas caminhadas através das antigas rotas do contrabando, (...) são antes estratégias de afirmação da identidade local.*”

A representação do passado, neste caso em particular, por parte de alguns dos reformados da Guarda Fiscal ou da GNR ajuda-os – e em especial aos que “viveram muitos anos fora” –, “*a reverem-se como elementos pertencentes à comunidade (...).*” (Idem:89).

de músicos mirandeses. No caminho para Paradela assinala-se a paragem simbólica sobre a linha invisível que separa os dois países e a entrada quase triunfal na aldeia. O cortejo de mais de uma centena de burriqueiros e caminheiros⁴⁴¹ ofegantes e semi-despidos devido ao muito calor entra na aldeia – como se faz sempre neste tipo de passeios – ao compasso de tambores e gaitas⁴⁴². Os passeantes ainda terão tempo para se refrescar num dos tanques da aldeia, assistir a uma representação teatral e à referida reencenação de alguns saberes em desuso, às canções e ao pequeno bailarico, antes do almoço – que reuniu muitos aldeões que não tinham podido ir ao passeio – no salão da casa do povo. Depois da refeição foi exibido um filme, acolhido com enorme interesse na aldeia⁴⁴³: Uma cópia em muito más condições do documentário de Michel Giacometti, realizado por Alfredo Tropa⁴⁴⁴ sobre o *Tio (tiu) Lérias*⁴⁴⁵, personagem muito querida na aldeia. No filme, projectado sobre uma parede branca, mais do que as histórias e saberes do Tio Lérias são as imagens da aldeia que mais prendem a atenção. E no meio do filme não faltam as observações sobre os familiares, vizinhos e amigos – vivos ou já desaparecidos – que o documentário mostra como um velho álbum de fotografias que se folheia delicadamente e onde a aldeia se revê, com alguma nostalgia. Nos dias seguintes muitas pessoas em Paradela, mesmo as mais cépticas, dirão que jamais esperariam ver festa tão participada na aldeia, nem tanta gente num passeio de burro como este.

Aos sinais de empenhamento no evento por parte de um pequeno grupo de paradelenses não será alheio o facto de todos eles manterem boas relações com Miguel e com outros elementos da AEPGA e ainda as ligações familiares que os unem entre si.

A AEPGA na relação com os criadores de Paradela

A primeira abordagem feita a muitos dos entrevistados por Miguel Nóvoa passou pela fotografia, depois vieram os registos de animais «aprovados» como sendo de raça

⁴⁴¹ No ano anterior a participação terá sido de apenas metade (cerca de 60 pessoas).

⁴⁴² A intenção, como me explicou Paulo Meirinhos dos *Galandum Galundaina*, é recordar também os tempos em que os bailes se faziam ao som das gaitas de foles e em que os gaiteiros andavam de terra em terra com os seus burros anunciando com os seus toques a alvorada dos dias de festa na aldeia. Pelo menos em Paradela, no entanto, nenhuma das pessoas mais velhas que interroguei sobre o assunto me confirmou que os gaiteiros andassem de burro de terra em terra.

⁴⁴³ E que, apesar de bastante antigo, terá sido ali exibido apenas pela segunda vez.

⁴⁴⁴ Incluído na série de programas intitulada *O Povo que Canta*, exibida pela RTP.

⁴⁴⁵ Francisco dos Reis Domingues.

mirandesa, mais recentemente uma equipa deslocou-se à aldeia para efectuar desparasitações de asininos e para recolha de amostras para análise de sangue, fezes.

Miguel e outros veterinários deslocam-se de vez em quando à aldeia também para tratar de animais doentes.

Estas iniciativas são geralmente bem acolhidas e vistas como um sinal da seriedade do trabalho da associação ou seja do *Dr. Miguel*.

Olhado inicialmente com desconfiança quando começou a aparecer na aldeia há cerca de três anos – com os seus cabelos compridos «*parecia um cigano*», dizem-me – acabou por conquistar credibilidade junto da população. O facto de ter vivido durante algum tempo na aldeia também contribuiu para garantir essa confiança.

Apesar da relação (pessoal) estabelecida entre Miguel e os donos de burros de Paradela parecer ser genericamente boa – e nalguns casos calorosa – e das comunicações serem tendencialmente feitas pessoalmente ou de boca em boca, muito embora o presidente da Junta de Freguesia também dar um ajuda através das comunicações feitas à saída da missa do dominical a pedido de Miguel, é notória a falta de informação sobre os procedimentos relativos à raça mirandesa de burros e à atribuição de subsídios.

Alguns dos entrevistados não sabem sequer dizer se os burros que possuem estão registados ou não ou seja, se foi feito o registo zootécnico dos animais. Por outro lado, há também muitos que desconhecem de que tipo de exames os animais foram alvo, para que servem as desparasitações ou porque se procedeu à recolha de sangue e de fezes de asininos. Se há uma convocatória para reunir os burros no largo da aldeia – e isso pode ser feito através do presidente da junta de freguesia, de um edital ou anunciado de porta em porta – as pessoas não faltam, mesmo que não saibam exactamente o motivo. A falta de esclarecimentos é tida como normal embora existam excepções⁴⁴⁶, dependendo do grau de proximidade existente entre os criadores e Miguel ou outros elementos da

⁴⁴⁶ «*Eles agora querem fazer uma raça como a mirandesa dos burros. Querem coisar a raça pura daqui de Trás-os-Montes. É o que eles andam a fazer.*

-É como a raça das vacas (mirandesas)?

Sim, sim, é igual. E já têm muitos sócios. Vamos ver se vai dar resultado ...era bom que desse. Porque a gente já andava com mais gosto a tratar das coisas. O Miguel bem tem trabalhado e o Brandão e tudo. Agora vamos ver coitados.

-Acha então que isto vai mudar alguma coisa?

Eu acho que sim que vai mudar. Mudar, já mudou, porque ele já estiveram a fazer análises aos burros, coisa que nunca se fazia. (...) às fezes, de sangue. Coisa que os burros nunca tinham sido vacinados, desparasitados e tudo (...).

-E nesse aspecto já ...

Já é bom, já é bom.»

AEPGA. Sendo difícil para o investigador determinar em que medida é que essa aparente passividade pode, eventualmente, resultar da confiança depositada na associação – com fraca disponibilidade, até de tempo, para esclarecer todas as dúvidas – ou do carácter imperativo de uma convocatória sobretudo se ela é feita pelo presidente do conselho (que é em simultâneo presidente da Junta de Freguesia).

8. Valores em mudança

O burro mirandês ou zamorano-leonês, consoante os pontos de vista – que aqui não estão em causa –, é o produto de uma selecção feita durante muitas gerações de criadores dos dois lados de uma fronteira política que a continuidade da paisagem e de culturas desmente. O planalto mirandês, como sublinha – entre muitos outros –, o engenheiro agrónomo Edmundo A. Garcia (1959:15), “*pode considerar-se um prolongamento do planalto superior castelhano. Juntamente com o antigo partido de Sayago forma uma só e verdadeira unidade geográfica, uma região natural, que a política separou em duas por uma fronteira internacional e colocou em nações diferentes*”. A sua situação geográfica de relativo isolamento (sobretudo em relação ao restante território português) – “*rodeado a norte e nascente pela raia e pelo profundo rio Douro, a oeste por terreno bastante acidentado, onde os caminhos se tornam (...) difíceis e tendo como única e fácil saída uma faixa planáltica (...) para sul*” – permitiu-lhe preservar por mais tempo não só uma língua mas, também, várias raças de animais como a raça asinina de Miranda cuja função inicial se foi perdendo. A valorização estética do burro de pelagem *castanha escura* ou *preta* do tipo mirandês, manso e forte, é o que resta de um tempo em que as suas características de robustez, resistência aos rigores do clima e a uma dieta pobre, e as suas potencialidades na produção de gado muar, se revestiam de grande importância para os seus criadores. O processo de miscigenação – evidenciado pela grande heterogeneidade da população asinina na área do PNDI constatada por Luísa Samões – e que agora se pretende contrariar, é o resultado das alterações entretanto verificadas nas práticas agrícolas e modos de vida

das gentes do Planalto⁴⁴⁷. A classificação como raça autóctone particularmente ameaçada, conferindo aos burros mirandeses novas funções permitirá, eventualmente, suspender um processo que poderia conduzir ao seu desaparecimento e parece estar a mudar profundamente a percepção dos asininos e, em especial, dos de Terra de Miranda.

A patrimonialização do burro mirandês resulta da convergência da acção de vários agentes ou grupos de interesses: Em primeiro lugar do Parque⁴⁴⁸ (PNDI), cujos responsáveis investem activamente numa estratégia de preservação do ambiente a par ou, melhor, através da aposta simultânea no desenvolvimento local; de uma associação local que, tendo nascido, da iniciativa do próprio parque, se tornou o pólo dinamizador de todo o processo de promoção do burro mirandês e que assume a defesa da raça enquanto património genético e cultural – na medida em que a raça (qualquer que ela seja) é produto das práticas e saber-fazer de uma comunidade e do respectivo sistema agrícola e pecuário (naturalmente condicionado pelo ambiente e pela sociedade em que se inscreve)⁴⁴⁹; e, finalmente, da própria população local que, ao se rever no *objecto* do acto de patrimonialização, confirma ou legitima a existência de um património local.

A necessidade sentida de salvaguardar uma raça cuja razão de ser (função) enquanto animal de trabalho, de transporte e, ainda, como reprodutor, tende a desaparecer; justifica a sua patrimonialização⁴⁵⁰, implicando a consequente alteração do seu estatuto. No entanto, nesta região, e na aldeia de Paradela em particular, o velho e o novo estatutos ainda convivem lado a lado. A inexistência desse vazio entre velhas e novas

⁴⁴⁷ Para já não falarmos no facto de que os conceitos de «beleza» do burro são diversos consoante as regiões do parque e de que as características associadas ao burro mirandês são, como o nome indica, mais apreciadas sobretudo na Terra de Miranda propriamente dita.

⁴⁴⁸ Refira-se que parte dos entrevistados tende a não distinguir «o Parque» – entidade de forma geral considerada distante e algumas vezes alheia ou quase hostil aos interesses locais – e o Dr. Miguel ou a AEPGA e as iniciativas – de preservação/melhoramento da raça asinina de Miranda – ou espaços da AEPGA são frequentemente vistos como *coisas do parque* o que pode ajudar a explicar por vezes alguma desconfiança.

⁴⁴⁹ J.P. Digard reflectindo sobre a importância da relação entre seres humanos e animais domésticos e do seu estudo, sublinha: “*De même que Dieu créa, dit-on, l’homme à son image, l’homme se projette dans les animaux, modelant, par croisement, sélection ou dressage, leur matière vivante en fonction, non seulement de ses besoins matériels, mais aussi des représentations qu’il se forme de lui-même, des autres et du monde qui l’entoure – représentations qui sont parfois moins nettement formulées mais rarement moins essentielles que les besoins matériels. Ainsi, ils n’est pas exagéré de dire que les animaux font partie des éléments constitutifs de l’identité de l’homme.*” (1990: 13)

⁴⁵⁰ Como sublinham Laurence Bérard e Philippe Marchenay (2004), recorrendo a uma citação de Daniel Fabre, “*L’acte de patrimonialiser, «c’est mettre à part, opérer un classement, constater une mutation de fonction et d’usage, souligner la conscience d’une valeur qui n’est plus vécue dans la reproduction de la société mais qui est décrétée dans la protection de traces, témoins et des monuments.*” (p.111)

representações e utilizações dos animais, apesar de tornar mais difícil a acção patrimonializadora – avaliada como iniciativa exterior à comunidade e, inicialmente, olhada com desconfiança e incredulidade – tem a grande virtude de conseguir conciliar passado, presente e assim, talvez, futuro.

O burro mirandês, melhor adaptado aos trabalhos agrícolas e aos solos (pouco profundos) do planalto⁴⁵¹; o animal que as exigências do trabalho nos campos e o seu escasso valor económico condenavam – e ainda condenam – à «esterilidade», é agora, pelo menos potencialmente, um criador de riqueza (porque pode criar burricos da raça de Miranda) constituindo um bem patrimonial crescentemente associado a um estatuto social mais prestigiante.

Paulo Peixoto (1998:2/13) numa comunicação intitulada “Os meios rurais e a descoberta do património” considera que o grande interesse atribuído pelos meios rurais às questões do património se pode explicar através de três processos: “*o processo de transformação recente do mundo rural*” em que se inclui, entre outros factores, “*o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento da população (...), a insolvência dos modos agrícolas tradicionais, (...) falta de emprego, (...) inexistência de circuitos comerciais (...)*” e a que se acrescentam ainda outros “*de cariz cultural, ou até mesmo moral*”; “*o processo de histeria patrimonial*”, em cuja produção e difusão “*os meios rurais desempenham um papel particular e fundamental (...)*”; e, ainda, “*o processo de procura de um espírito de lugar*”, no sentido “*de «enraizamento» contido na noção de «génio» que significa ao mesmo tempo singularidade e continuidade (...)*”.

Algumas das transformações verificadas no mundo rural, aliadas àquilo que o autor designa como histeria patrimonial estão presentes no processo de invenção ou reactivação de mais esta singularidade regional aqui em análise. Um processo, através do qual, se abre a possibilidade de “*uma segunda vida*” para os asininos de Miranda, conferindo-lhes novos significados e novos usos.

⁴⁵¹ E melhor adaptado - tal como os restantes asininos - à desertificação como defendeu Luisa Samões em declarações ao jornal Público de 1 de Abril de 2000 : “*Luísa Samões*” – escreve o jornal – “*também julgava que o burro fosse um animal «obsoleto, sem qualquer utilidade e que o seu único interesse para o salvar era o seu património genético». Mas, ao fim de um ano de trabalho, teve de rever a sua opinião. «O burro é indispensável no mundo rural e tem um papel muito importante na manutenção da biodiversidade», reconhece agora.*” Luísa Samões afirma, ainda, ao Público que “*foram os asininos, pela sua polivalência, sobriedade e docilidade, os que melhor se adaptaram às mudanças sofridas por esta população, vendo o seu número mantido e por vezes aumentado*».

Na opinião do mesmo autor (1998:8) “*a consciência patrimonial*” manifesta-se “*a partir de um traumatismo de ruptura. Ela é uma reacção contra o desaparecimento que tem por objectivo promover a regeneração. O luto, no sentido metafórico, e transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais sobre uma memória colectiva: a dos antepassados comuns.*” Para Paulo Peixoto, mais do que a identidade que “*serve de consciência subjacente à acção*”, neste processo, o factor mais interessante é “*a assimilação colectiva da mudança.*” E. Peralta e M. Anico (2006:2) sublinham que património e identidade são ficções, “*dependendo da forma como nos imaginamos a nós próprios, e somos imaginados por outros, num determinado contexto social.*” A identidade será, assim, “*a ficção do «sujeito colectivo»*” e o património “*um instrumento simbólico ao serviço dessa ficção.*” No processo de construção identitária, sempre definida numa relação (de oposição) com o *outro*, a questão está na selecção dos símbolos e representações de pertença: “*Ao seleccionarmos (...) imaginamo-nos colectivamente.*” E um dos “*artifícios utilizados na construção de narrativas sobre a identidade é, precisamente, a activação de reportórios patrimoniais.*” O património visto aqui como “*representação metonímica*” de uma cultura, “*fragmento seleccionado de um corpus de referentes culturais mais vasto, adquirindo, neste processo de selecção, novos significados que já não se relacionam com a origem do objecto, do lugar ou manifestação (...).*”⁴⁵²

Este *fragmento* chamado *burro de Miranda*, que tem vindo a ser transformado num novo emblema de promoção turística e cultural da região, poderá eventualmente converter-se num também, novo, embora frágil, recurso de desenvolvimento local mas isso dificilmente trará o seu recuo demográfico acompanhando a perda de população (humana) das aldeias do nordeste transmontano e o desaparecimento dos seus modos de vida tradicionais.

Quando acima se refere a convergência de interesses – sempre subjacente a estes processos – incluem-se aqui, naturalmente, os interesses económicos e políticos.

Para além de, na origem de todo o processo, estar a convicção de que a protecção da biodiversidade – através da defesa, neste caso, do capital genético do burro mirandês –

⁴⁵² Peralta, E. e M. Anico, (orgs.) 2006: 2-3.

implica a defesa da salvaguarda da diversidade cultural ou «*biodiversidade cultural*»⁴⁵³ (na medida em que estas são interdependentes), há obviamente também uma estratégia de envolvimento das populações⁴⁵⁴ que muitas vezes vivem de costas voltadas para os parques, dentro de cuja área residem, ou mesmo em conflito com eles.

No que se refere à associação, não será de mais salientar que os seus elementos mais activos são jovens em início de vida profissional dependendo, em certa medida, os seus rendimentos (mesmo que escassos) e a sua fixação na região, do sucesso de todo o processo de patrimonialização⁴⁵⁵. A associação é vivida, no entanto, pela maioria dos seus responsáveis como, mais do que um emprego, uma causa pela qual vale a pena trabalhar mesmo na falta de contrapartidas económicas e, também, como potencial incubadora de um projecto de vida. Projectos pessoais ou/e familiares que podem passar, por exemplo, pela criação de micro empresas de turismo ambiental e rural com recurso ao burro mirandês.

Relativamente aos criadores, desde que considerem não ter nada a perder⁴⁵⁶ esperam que o processo de patrimonialização lhes traga algum rendimento económico

⁴⁵³ “*La biodiversité, «ensemble des êtres vivants, de leur patrimoine génétique et des complexes écologiques où ils évoluent», ne saurait exister sans les pratiques et les savoirs développés par les sociétés qui la créent, l’entretiennent ou la réduisant. Cette constante interaction entraîne l’usage croissant de l’expression «biodiversité culturelle».*” (Bérard, L. e Marchenay, P.(2004): p.34)

⁴⁵⁴ Fernandes, J.J., referindo-se ao Plano Nacional da Política do Ambiente, apresentado em 1995 (onde se indica o *Estabelecimento de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas* como área de acção prioritária), escreve: “*Neste documento, (...), assume-se como outra área de actuação o estabelecimento «de incentivos adequados a determinadas formas de desenvolvimento socio-económico nas áreas protegidas». Aqui referem-se ainda questões como a discriminação positiva das populações que residem nas áreas protegidas, através de indemnizações e de sistemas compensatórios, de forma a motivá-las e envolvê-las nos objectivos da conservação. Neste documento citam-se de modo explícito os necessários apoios a actividades produtivas, o desenvolvimento de produtos tradicionais certificados de origem territorial, isto é, indexados a estas áreas protegidas, a introdução de novas actividades compatíveis com a conservação da natureza, a aposta na recuperação de áreas rurais e os apoios à fixação de populações.*” (2004: 241)

⁴⁵⁵ Muito embora não corresponda exactamente ao caso em questão, Paulo Peixoto (1998:11-12) afirma, a propósito da existência de “*um activo e numeroso grupo de «profissionais»*” (do património (?)), que “*a consolidação de um corpo de profissionais e a sua institucionalização origina, consequentemente, lógicas de reprodução grupais (...) que acabam por fomentar a aceleração dos processos de patrimonialização e a histeria patrimonial que os caracteriza.*”

⁴⁵⁶ A este propósito é de referir as dificuldades que a associação tem tido, por exemplo, em aumentar as quotas anuais. A grande maioria dos sócios criadores locais de burros mirandeses apenas se inscreveram na associação para receberem a declaração que comprova a posse de animais de raça candidatáveis ao subsídio previsto para a raça asinina de Miranda. O facto de o pagamento dos subsídios não se ter concretizado deixou, como já se referiu, a associação – como outras – numa situação complicada em termos de credibilidade junto dos respectivos associados ou, pelo menos, de parte deles.

suplementar⁴⁵⁷ e que a região ganhe, através do burro, mais visibilidade externa. Étienne de Banville considera, a propósito dos chamados *produtos da terra*: “(...), *il s’agit bien de l’affirmation, de la consolidation et du développement de liens identitaires entre un produit, des hommes et un territoire*”.⁴⁵⁸ A raça mirandesa de burros é, também, o produto dessa aliança. À semelhança do que se verifica com as produções alimentares locais a que o mesmo autor se refere, “*s’assortit d’une antériorité et des pratiques collectives. (...) Leur dimension collective les insère dans la culture locale et permet de départager la provenance - venir d’un lieu (...) être de ce lieu*”,⁴⁵⁹ também a raça asinina se inscreve num lugar (Terra de Miranda).

No caso presente, não parece haver, no entanto, da parte dos defensores dos burros mirandeses a perspectiva de que estes devam permanecer confinados ao seu solar. Algumas dezenas de burros que pertenciam a elementos da AEPGA ou a criadores associados (ou/e amigos) têm vindo a ser vendidos a pessoas que vivem longe da terra de Miranda – Alentejo, Algarve, região de Setúbal, arquipélago da Madeira, etc. Para os responsáveis da associação, a salvaguarda da raça não pode ficar apenas nas mãos dos criadores da Terra de Miranda porque isso não seria realista. A experiência da ASZAL relativamente ao burro zamorano-leonês mostra que são os compradores de fora da província (e até do estrangeiro) os maiores «clientes» da feira de San Vitero e para obstar a que os melhores exemplares saiam do respectivo solar a associação teve que tomar medidas, passando a adquirir os animais mais pontuados antes que outros (vindos do exterior) o façam. Essa será tendencialmente a estratégia da AEPGA que, contudo, não possui os mesmos recursos que a sua congénere.

O insistente aconselhamento⁴⁶⁰ aos criadores para que vendam ou troquem os seus animais que não se adequam ao padrão da raça – como os burros *brancos* ou *ruços*, ou de tronco africano – servindo objectivamente o propósito (ou a função) de um secretário técnico de uma raça e o eventual interesse económico dos criadores que assim poderão beneficiar de subsídios, implica uma mudança implacável nas relações dos donos com

⁴⁵⁷ Como defendia um dos elementos da AEPGA residente na região «*é preciso criar incentivos para que as pessoas (e, sobretudo, os filhos dos actuais criadores) mantenham os burros. E os incentivos são sempre económicos.*»

⁴⁵⁸ Banville, E., 2006: p.43.

⁴⁵⁹ Bérard, L. e Marchenay, P., 2004: p.41.

⁴⁶⁰ Prestado especialmente pelo secretário técnico da raça na sua qualidade simultânea de membro da AEPGA e de veterinário.

os seus burros⁴⁶¹. O animal, até recentemente valorizado, antes de mais, pela sua aptidão para o trabalho (força, obediência, etc) e pelo comportamento (docilidade, previsibilidade) – ainda que, também, pelas suas «belezas» (como a cor e envergadura) –, passa a ser crescentemente avaliado pelas suas características morfológicas. O que, a par da redução de tarefas por ele executadas nos campos, o pode vir a transformar futuramente em animal de exposição – ainda que, e apesar da sua raridade, dificilmente possa ter o mesmo estatuto de um animal *selvagem*⁴⁶². A valorização de uma determinada raça e as decorrentes mudanças operadas na avaliação e selecção dos asininos podem, por outro lado, contribuir para remeter os *outros* burros a um progressivo abandono ou esquecimento a que, aliás, em Portugal, a espécie em geral tem sido votada.

Esta é uma perspectiva que motiva a preocupação de várias pessoas ouvidas no decurso deste trabalho, entre elas Luísa Samões, cujo estudo pioneiro esteve na base da homologação da raça asinina de Miranda e que deixava um aviso: “(...) *a definição de uma raça não deveria ser a única preocupação a ter em mente. Tão importante como*

⁴⁶¹ «-Se você tivesse um ruço e gostasse muito dele, desfazia-se dele para arranjar o preto?

Ai eu sim! Sim, desfazia-me para arranjar o preto. Eu tenho aí uma sobrinha que tinha uma burra preta e outra ruça – e a ruça é das melhores burras que há na aldeia – e já comprou agora uma – porque meteu a duas burras pretas no subsidio -, acho que deu agora 200 contos por uma – há questão de pouco mais de mês e meio – e quer tirar a ruça que é das melhores burras que há na aldeia. Mas como já é ruça, diz que não tem subsídios, já quer tirar.

-E não faz pena?

Ah pois faz pena porque é uma burra boa para andar em cima...e faz pena tirá-la. O que é, claro, eles quase não andam com elas.»

⁴⁶² Patricia Pellegrini (em Lizet, B. et G. Ravis-Giordani, (orgs.) 1995) ao procurar pistas para a redefinição dos conceitos de *selvagem* e *domesticado*, constatou na visita ao jardim zoológico de Vincennes (Paris) uma hierarquia clara na exposição dos animais ao público em que, por exemplo, as cabras anãs estavam remetidas para longe dos olhares dos visitantes, nos fundos do jardim. Na opinião de um dos veterinários ouvidos pela investigadora, não fazia sequer sentido apresentar estes animais ao público salvo se eles estivessem ameaçados de extinção. Às cabras anãs cabia-lhes uma função específica, a do contacto com as crianças: “*Não será mau para os cidadãos verem realmente um animal doméstico*”, sublinha um informante de Pellegrini (Idem: 232). Para o tratador, a diferença entre *selvagem* e *doméstico* coloca-se sobretudo em termos de perigosidade do animal (em relação ao próprio tratador); para o veterinário, a distinção é sobretudo patológica, já que o *selvagem* é considerado mais resistente que o animal *doméstico* enquanto o etólogo defende que se trata de uma questão de espécie: Só se pode falar de espécies *selvagens* – enquanto livres de qualquer intervenção humana – e não de *animais selvagens*.

No caso do burro mirandês não podemos enquadrá-lo na categoria de *selvagem*, mas a sua raridade – como raça muito ameaçada - talvez possa ‘justificar’ a sua futura exibição num zoo de forma a permitir um *contacto real com um animal doméstico* relegado do seu espaço tradicional entretanto (porventura) desaparecido; sendo que é, precisamente, nos parques e reservas naturais - onde o animal dito *selvagem* não se vê com facilidade -, que se pode situar a nova paisagem do burro, como eventual forma atrair visitantes – através de passeios de burro, etc- assegurando, simultaneamente, a sua preservação.

apoiar a raça autóctone, seria apoiar os criadores de outro tipo de asininos. Estes são escolhidos pelas populações com base nas suas necessidades específicas (...) ou com base no conceito que cada região tem de «beleza» do asinino (que varia consideravelmente de Norte para Sul do PNDI). A criação de uma raça de asininos acompanhada pelo desprezo dos restantes indivíduos, não preveniria a diminuição do número destes animais, podendo mesmo agravá-la.” (Samões:64).

Na opinião de outro investigador, a estratégia seguida pela AEPGA conduzirá a que, as pessoas que utilizam normalmente os burros para trabalhar acabem por passar a recorrer mais aos *outros* burros enquanto que, os de raça mirandesa, se tornarão sobretudo animais de companhia ou para actividades turísticas.

Por outro lado, e são alguns dos responsáveis pelo melhoramento da raça a admiti-lo, o presente padrão da raça não se adequa nem às necessidades, actuais, dos seus criadores tradicionais – ou seja, de animais de manejo fácil na agricultura – nem, genericamente, às novas funções que os burros desta raça poderão vir a ter.

Um asinino de raça mirandesa considerado *puro* (com todas ou quase todas as características definidas pelo padrão) não é visto pelos técnicos como um animal muito adequado para o trabalho – seja na agricultura ou em passeios de tipo turístico – por ser demasiado calmo e pachorrento (lento) ao contrário, por exemplo, do burro de tronco africano mais pequeno e mais ágil, embora mais difícil de domar. A explicação, no que se refere aos trabalhos agrícolas, pode residir no facto de os asininos mirandeses – especialmente adaptados às condicionantes ambientais da região – terem sido mais usados, no passado, como animais de transporte e carga⁴⁶³, e como reprodutores (na produção mulateira) do que como animais de trabalho na lavoura, em que dominavam as vacas.

O exemplo do Baudet de Poitou – ainda que esta seja uma raça especificamente «fabricada» (*melhorada*) para a produção mulateira – que ganhou em envergadura e pêlo o que perdeu em mobilidade e funcionalidade (extra reprodutora), é uma tendência que o actual secretário técnico da raça asinina de Miranda quer evitar defendendo, por isso, uma certa flexibilidade no processo⁴⁶⁴. Ou seja, mais vale ter animais menos

⁴⁶³ Como se verificava com os restantes asininos.

⁴⁶⁴ Bernardette Lizet (1989:305) sublinha: “*L’histoire profonde des races chevalines (...) montre (...) le travail de deux forces contraires. La première, pragmatique, matérielle, marchande, tend à modeler la forme animale en fonction de l’offre et de la demande, qui peut modifier ses critères en quelques décennies (...). La seconde «résiste», en investissant l’animal anachronique de fortes valeurs affectives et*

pontuados que ainda estejam aptos a trabalhar do que, pelo contrário, seguir uma estratégia cega de melhoramento da raça a todo o custo. No entanto, essa tendência dificilmente poderá ser evitada a menos que o padrão da raça sofra as alterações e as adaptações necessárias de modo a servir os interesses dos seus actuais criadores.

Entre as consequências imediatas da homologação da raça asinina de Miranda, está a subida dos preços dos animais nela enquadráveis que se, outrora, eram – como todos os restantes asininos – os companheiros inseparáveis de trabalho dos mais pobres, ocupando frequentemente o lugar das vacas para quem não as podia ter, podem vir a tornar-se a médio ou longo prazo apenas acessíveis aos que detém maior poder económico, adquirindo assim o, até aqui, impensável estatuto de animais de luxo.

Com a sua classificação como património e o desaparecimento progressivo do gado bovino, o burro mirandês parece começar, muito lentamente, a conquistar terreno em direcção ao lugar anteriormente ocupado pelas vacas na hierarquia dos animais domésticos. Podendo comparar-se, ainda que timidamente, o orgulho da exibição de um *bom burro* ao de um bom exemplar bovino. Para trás vão ficando os «velhos» burros que se associavam à pobreza, ao desprestígio social, à dureza dos trabalhos agrícolas e dos modos de vida. Com o «novo» burro mirandês – de que a vida nas aldeias já não depende, tal como não depende inteiramente das terras que o asinino ajudou a cultivar – reinventa-se um passado olhado agora, a uma distância segura, com nostalgia e afecto. E a entrada em cena de *novos protagonistas* (Digard, J.P., 1990: 241) - gente jovem, oriunda na sua maioria de meios urbanos – contribui para as mudanças verificadas no lugar ocupado pelo burro, talvez – e retomando as palavras de J. P. Digard a propósito do cavalo - “*vers des positions intermédiaires entre la sphère des animaux de rente et celle des animaux familiers.*” Um processo em que os meios de comunicação social têm também um papel muito significativo ainda que a sua influência se faça sentir indirectamente. São raras as pessoas em Paradela que leram ou assistiram a reportagens ou programas televisivos em que se abordou a questão dos burros mirandeses mas quase todas ouviram falar (geralmente foi-lhes dito por alguém que está fora da aldeia, como os filhos ou os netos).

symboliques. Le standard de race (...), donné au départ comme une stratégie économique, un moyen d'emprise sur un marché encombré, fonctionne vite comme une piège, (...). La race devient une fin en soi, au lieu d'être la résultante du système d'élevage et d'échange.”

Muito embora não pareça existir da parte da maioria das pessoas ouvidas no decurso do trabalho, a consciência de uma distinção clara entre burros de Miranda e outros,⁴⁶⁵ – há mesmo quem diga que “*eles são como nós, uns altos, outros baixos, uns mais fortes do que outros...*” ou “*os burros são todos iguais em toda a parte, só que uns são brancos, outros pretos, etc.*” – as características mais apreciadas num asinino coincidem genericamente, e sobretudo no que se refere à cor, com as que são associadas ao burro de Miranda. Ainda que haja, por vezes, adaptações em função das novas necessidades resultantes do próprio envelhecimento dos criadores que podem preferir um burro mais baixo *para se poder subir nele*, ou com o pêlo menos comprido para que não dê tanto trabalho e se mantenha limpo.

Apesar das preferências de sucessivas gerações coincidirem, de uma maneira geral, com o perfil do burro de Miranda, a noção da existência de uma raça autóctone de burros ainda surge como algo estranho, exterior ou coisa *dos doutores*. Revelando-se, no entanto, útil no sentido em que fornece um pretexto para a reafirmação da comunidade que, em torno do animal – e através dele – se reconfigura como um colectivo com memórias e antepassados comuns. E, se acaso, o burro mirandês pode ser actualmente mais anacrónico no que respeita à sua utilização nos trabalhos agrícolas, serve agora para recontar antigas histórias da aldeia – de como os vizinhos se organizavam nas trilhas, como fabricavam o carvão, faziam contrabando –; para lembrar momentos de alegria e festas e, também, de luto. Narrativas em que o burro surge, muitas vezes, como a ponta do fio de uma longa meada. Por outro lado, parecem ser, maioritariamente, aqueles que viveram afastados da aldeia – porque estiveram emigrados ou pertencem (pertenceram) a famílias de guardas-fiscais – os que participam mais activamente neste processo. Ou seja, aqueles que, à partida, sentirão mais necessidade de reafirmar ou de reactualizar os seus sentimentos de pertença e que encontram nas encenações do passado feitas durante uma burricada ou numa gincana de burros, uma oportunidade para o fazer.

As festas organizadas pela AEPGA – sob o mote da preservação do burro mirandês – fornecem, assim, aos donos dos burros que nelas se envolvem – e em Paradela há um pequeno núcleo de fieis participantes – e à população local, em geral, não só um pretexto para tirarem das arcas os tapetes e alforges mais bonitos – que irão exhibir com

⁴⁶⁵ A distinção torna-se mais nítida quando feita por pessoas de fora da Terra de Miranda propriamente dita.

orgulho -mas também recordações que são de toda a aldeia. A feira do Naso ou a festa de recepção aos burriqueiros-turistas em Paradela (durante um dos passeios) constituem a oportunidade de colocar em realce antigas e actuais práticas comunitárias, relações de vizinhança, antigos caminhos (como o do contrabando para Espanha, ou o antigo percurso para Miranda do Douro). Tudo isto é estimulado pela AEPGA, cujo principal impulsor, Miguel Nóvoa, está bem consciente da importância de aliar à defesa do património genético, a afirmação de um património cultural de que o burro mirandês é parte. Não é por acaso que os passeios anuais de burros – como o *L burro i l gueiteiro* – são acompanhados pelo som constante das gaitas de foles, pontuados por concertos nocturnos e exhibições de danças mirandesas como a dos paulitos.

À “vinculação identitária”⁴⁶⁶ com o património recém reactivado (ou reinventado) não é alheio o facto de esta ser uma região marcada pelo êxodo populacional e em que “os projectos patrimoniais cumprem, voluntária ou involuntariamente, propósitos” de “reafirmação da população autóctone no que se refere aos seus próprios referentes identitários (...)”⁴⁶⁷

Para os defensores do burro de Miranda, uma coisa parece certa: A mecanização dos trabalhos agrícolas, aliada ao envelhecimento da população e dos próprios animais torna praticamente inevitável o progressivo desaparecimento dos burros. Um processo que o reconhecimento oficial da raça autóctone pretende contrariar, pelo menos parcialmente. Para os criadores «tradicionais» do burro de Miranda, o animal torna-se progressivamente *exterior* a elas, ao converter-se em *património* comum. Tendendo, progressivamente, a ser *apropriado* e manipulado como mais um protagonista de uma narrativa sobre uma forma de vida passada. A sua preservação é simultaneamente a garantia de que parte substancial da memória colectiva, em torno da qual se constrói a identidade, não vai perder-se com o tempo. É uma âncora no presente com que se tenta segurar o futuro⁴⁶⁸.

A construção da raça asinina de Miranda desenvolve-se num contexto mais vasto de clara reactivação ou reinvenção de várias manifestações culturais como a música tradicional mirandesa, designadamente através do grupo *Galandum Galundaina* – e dos

⁴⁶⁶ Prats, L., E. Peralta e M. Anico, (orgs) 2006: 194.

⁴⁶⁷ Idem: 195.

⁴⁶⁸ “A construção de patrimónios permite, (...) a coesão, a integração (...), favorece referências, cria estabilidade, sugere, afinal, a imagem (simplificada) de um futuro desejado e possível, e de uma mudança «controlada».” (Peralta, E. e M. Anico (orgs) 2006: Xiii)

seus elementos – do Centro Cultural de Sendim, do Centro de Música Tradicional Sons da Terra (Sendim) e da editora com o mesmo nome⁴⁶⁹, da *Mirai Qu'Alforjes* – Associação de Juventude de Sendim⁴⁷⁰, da Casa da Música (em Miranda do Douro)⁴⁷¹, entre muitas outras entidades⁴⁷² e pessoas. Ao burro de Miranda é constantemente associada a música tradicional mirandesa – com destaque para os gaiteiros – a dança, designadamente a dança dos paulitos⁴⁷³ – danças ensinadas aos participantes do principal passeio anual da AEPGA – e a língua mirandesa (nomeadamente através de pequenos seminários realizados no decurso de algumas iniciativas da associação).

A raça asinina de Miranda surge assim, à semelhança do que se verifica com outras raças autóctones, como mais um elemento neste processo mais geral de reafirmação identitária, resultante de estratégias sociais e económicas específicas.

O processo de fixação de uma raça, como a asinina de Miranda, cuja preservação e reprodução já não pode ser assegurada normalmente pela comunidade que a moldou revela-se, também neste caso, como uma ficção que vai sendo reescrita e negociada pelos seus múltiplos autores/actores. Num processo dinâmico tendente à cristalização (implícita no conceito de raça), que se configura como um estimulante objecto de estudo antropológico.

⁴⁶⁹ O Centro de Música Tradicional Sons da Terra, criado em 2002, (e dirigido por Mário Correia) e que organiza todos os anos o Festival Intercéltico, tem por principal missão a recolha e tratamento de elementos da cultura tradicional transmontana. A editora *Sons da Terra* define-se como um projecto de recolhas musicais de tradição oral.

⁴⁷⁰ Associação que, entre outras actividades, edita obras literárias em mirandês e organiza passeios e o Festival Intercéltico de Sendim.

⁴⁷¹ De que Paulo Meirinhos, do *Galandum Galundaina*, é o principal responsável.

⁴⁷² Na região do Planalto Mirandês existem, de acordo com Xerardo Pereiro (2002), cerca de quatro dezenas e meia de associações culturais e recreativas.

⁴⁷³ Recentemente surgiu o primeiro grupo feminino a executar esta dança – as Pauliteiras de Valcerto-, e que se exibiu durante a 3ª edição do passeio do *Burro e o Gaiteiro*, em 2005.

9. Bibliografia

AEPGA (2002). *Plano de Melhoramento da Raça Asinina de Miranda de 2003 a 2006 -Memória Descritiva*, AEPGA: Sendim (Miranda do Douro). (Texto policopiado).

Afonso, Ana Isabel (1997). *Terra, Casa e Família – Valores em mudança numa aldeia de Terras de Miranda (Sendim, 1944-1994)*, dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, especialidade Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa.

Aires, António Augusto (1920). *O Melhoramento do Bovino Mirandês* (Tese de Doutoramento), Escola Superior de Medicina Veterinária, Oficinas da secção de publicidade do Museu Comercial - Instituto Superior de Comércio de Lisboa: Lisboa.

Almeida, Eduardo Sousa de (1916). *O Gado Asinino*, Dissertação Inaugural, França & Arménio Editores: Coimbra.

Alves (Abade de Baçal), Francisco Manuel (1909/1948). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, XI vols., Porto/Coimbra/Bragança.

1977: “Feiras e mercados; privilégio de feiras francas”, Tomo I. Separata «Amigos de Bragança», 1977: 216-227.

Anderson, Benedict (2005) 1983,1991. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Col. Perspectivas do Homem, Edições 70: Lisboa.

Andrade, R. (1939). “O Burro”. Em Ministério da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços de Pecuária (ed.): *Boletim Pecuário nº1*.

Aszal - Asociación Nacional de Criadores de la Raza Asnal Zamorano-Leonesa (s./d.). *El Asno Zamorano-Leonés*, Aszal, co-financ. Diputación de Zamora, Junta de Castilla y León, (brochura).

Azevedo, João (Ed.) (1998). *Entre Duas Margens - Douro Internacional*, Mirandela.

Azevedo, João (Ed.) e **Lopes**, R.T. (Coord.), (1999). *Centro Rural do Planalto Mirandês*, Corane- Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste: Viseu.

Babelon, Jean Pierre et **Chastel**, André 1994 (1980). *La Notion de Patrimoine*, Éd. Liana Levi: Paris.

Baganha, D.R. Annes (1878). *Tratado Elementar de Hygiene Pecuaria e Zootechnica Moderna*, Cruz Coutinho Ed.: Porto, 174-182.

Banville, Étienne de (2006). *Les fourmes de Montbrison et d'Ambert: des jasseries aux familles et aux groupes*, Publications de l'Université de Saint-Étienne: Saint-Étienne.

Barbosa, José Carlos (s/d.). *O gado asinino em Trás-os-Montes. Contribuição para o conhecimento da sua importância socio-económica*. Escola Superior Agrária de Bragança. (Texto policopiado).

Barros, Vítor Fernando (2002). *Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes*, Campo de Letras: Porto.

Benjumeda, R. (2004), “Un pacto ‘tozudo’ con la Historia”, *Trofeo Caballo*, Año VI (2ª época), nº 60, Agosto 2004.

Bérard, Laurence et Philippe Marchenay (2004). *Les Produits de Terroir: entre cultures et règlements*, CNRS Éditions: Paris.

Berger, John (1972). *Modos de Ver*, Col. Arte e Comunicação, Edições 70: Lisboa

Bernardo, Hermínio Augusto (1999). “Práticas de Contrabando no Nordeste Transmontano” – Conferência proferida durante as IV Jornadas Luso-Galaicas de Ciências e Desenvolvimento - Miranda do Douro, Outubro de 1999, dossier especial do *Nordeste Digital*.

Brito, Joaquim Pais de (1996). *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Col. Portugal de Perto, Publicações D. Quixote: Lisboa.

Brito, Joaquim Pais de, e outros (coords.) (1996). *O Voo do Arado*, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura: Lisboa, 19-395.

Cadoret, A. (org.), (1985). *Protection de La Nature - Histoire et Idéologie*, Éditions L'Harmattan: Paris.

Carette, Janine (2000). *L'ABCdaire de l'Âne*, Flammarion: Paris.

Carvalho, Cristina Fernandes de (1985/1986). *Vizinhos na mesma aldeia: Permanência, Ausência e Regresso a Terras de Paradela*, dissertação com objectivo de obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia. Lisboa, Ano Lectivo de 1985/1986.

Cepeda, Francisco José Terroso (1988). *Emigrações, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro : Vila Real.

Chappez, Gérard (2000). *L'Âne: Histoire, mythe et réalité*, Editions Cabédita: France.

Chiva, I. (1958). *Les communautés rurales. Problèmes, méthodes et exemples de recherches*, UNESCO, Rapports et Documents de Sciences Sociales, nº10.

Connerton, Paul 1999 (1989). *Como as Sociedades Recordam*; (2ª edição), Celta Editora: Oeiras.

Dias, Jorge (1984), (3ªed.). *Rio de Onor - Comunitarismo Agro-Pastoril*, Presença: Lisboa.

(1990). *Estudos de Antropologia I*, Col. Temas Portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda: Lisboa, 159 -206.

(1993). *Estudos de Antropologia II*, Col. Temas Portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda: Lisboa.

Digard, Jean-Pierre (1990). *L'Homme et les animaux domestiques – Anthropologie d'une passion*, Édit. Fayard: France.

Domingues Polanah, Luis Antonio (1996). *Campesinos de Sayago- Estructura social y representaciones simbólicas de una comunidad rural*, Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo», Diputación de Zamora, Caja España: Zamora.

FAO (1995), “*Production Yearbook*”, Volume 48, Food and Agriculture Organization: Roma.

Fernandes, João Luís Jesus (2004). *Território, Desenvolvimento e Áreas Protegidas: A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, dissertação de doutoramento na área de Geografia, especialidade de Geografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fernandes, José Francisco 1999 (1998). *Miranda Yê La Mie Tiêrra*, Escola Tipográfica: Bragança.

Ferreira, Manuela Barros (2001). “A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal”. Estudos sobre a Língua Mirandesa, Estudo 2, comunicação publicada na *Revista de Filologia Românica*, Vol. 18 (2001), pp. 117-136). Extraído de <http://Mirandes.no.sapo.pt> no dia 2/12/05.

(**Ferreira, Manuela Barros** em <http://Mirandês.no.sapo.pt>, consultado em Abril de 2005.)

Fontes, António Lourenço (1977). *Etnografia transmontana*, Montalegre.

Fortuna, Carlos (1999). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Celta Editora: Oeiras.

Garcia Dory, M.A., S. Martinez Vicente e outros (?). *Guia de Campo de las Razas Autoctones de España*, Alianza Editorial: 179-181.

Garcia, Edmundo Afonso (1959). *A Região Mirandesa (subsídio para o seu estudo monográfico)*, relatório final do curso de engenheiro agrónomo. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia: Lisboa.

Gaudioso Lacasa, V.R. y otros (1999). *Razas Autóctonas de Castilla y León*, Ed. Consejería de Agricultura y Ganadería/ Junta de Castilla y León.

Graburn, Nelson H. H. (2001). “Secular Ritual: A General Theory of Tourism”, em Smith, Valene L. and Maryann Brent (co-edit), (2001): *Hosts and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*, Cognizant Communication Corporation: EUA.

Guia de Portugal, Vol. V, *Trás-os-Montes e Alto Douro: II. Lamego, Bragança e Miranda*, Fundação Calouste Gulbenkian.

Halbwachs, Maurice 1968 (1950). *La mémoire collective*, Presses Universitaires de France: Paris.

Hirsch, Eric, and Michael O’Hanlon (co-ed.), (1995). *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*, Clarendon Press: Oxford.

Honey, Martha (1999). *Ecotourism and Sustainable Development –Who Owns Paradise?*, Island Press: Washington D.C..

Jesús de Gabriel. “El Asno Zamorano” (s/d), *Alternativas Ganaderas* (s/d): 59-64.

Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente (Ed.), (2000) *Arribes del Duero: el hogar del águila perdicera y de la cigüeña negra*, Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente: Zamora.

Lima, Carlos “A agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro - Diagnóstico Prospectivo”, em site da Internet do *Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas e Estudos Regionais*, consultado a 7 Outubro de 2005.

Lizet, Bernardette (1989). *La Bête Noire: A la recherche du cheval parfait*, Ministère de la Culture et de la Communication, Collection Ethnologie de la France, Éditions de la Maison des sciences de l’homme: Paris.

Lizet, Bernardette et **Ravis-Giordani**, Georges (orgs.) (1995). *Des Bêtes et des Hommes*, Éditions du C.T.H.S.: Paris.

Mandianes Castro, Manuel (2002). *El Burro*, Ir Indo Edicions, SA: Vigo.

Martins, Armando A., (1923). *Os Asininos no Distrito de Bragança*, tese de doutoramento, tip. Artística: Bragança.

Martins, Duarte Manuel Mendes (2004). *Bozes de l Praino – Recolha de textos an lhiteratura oural mirandesa*, Ed. Instituto de Desenvolvimento Social: Lisboa.

Martins, Emílio Pires (2000). *Memórias de pardo e linho*, Associação Mirai qu'Alforjas: Sendim.

Mattoso, José (1995) 1985. *Identificação de um país - Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, 2 volumes, Estampa: Lisboa.

Meirinhos, José Francisco (coord.) (2000). *Estudos Mirandeses*, Granito Editores e Livreiros: Porto.

Metz, René (1995). *Todo sobre asnos y mulas*, Editorial De Vecchi, SA: Barcelona.

Moisés Pires, S.D.B. (2004). *Pequeno Vocabulário Mirandês-Português*, Ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Mourinho, António Maria (1991). *Terra de Miranda – Coisas e factos da nossa vida e da nossa alma popular*, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

1997 (1984). “Nossa Senhora do Naso: Rainha dos Mirandeses”, (brochura) Escola Tipográfica: Bragança.

Mourinho (Júnior), António Rodrigues (1988). “A Feira dos «Gorazes» de Mogadouro”, Bragança.

(1988) “A Caudelaria da Comarca de Miranda do Douro”, em *Mensageiro de Bragança*, nº 2204 de 22/07/1988.

(2005) “O burro, companheiro do homem mirandês” (texto policopiado p/ exposição no Museu Terra de Miranda)

Mullin, Molly H. (1999), “Mirrors and Windows: Sociocultural Studies of Human-Animal Relationships”, *Annual Review of Anthropology*, vol.28: 201-224.

(extraído de <http://links.jstor.org>)

Nóvoa, Miguel Fernandes (2003). “*Relatório de Estágio Parque Natural do Douro Internacional, 2002: Raça Asinina de Miranda*”.

O’Neill, Brian J. (1984). *Proprietários, lavradores e jornaleiros. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Publicações D. Quixote: Lisboa.

Parkhurst, Shawn (1996). “A região na aldeia: Uma etnografia sobre a produção local de regionalidade, no Alto Douro”, *Douro-Estudos & Documentos*, vol.1, 1996 (1º), 119-175.

Peixoto, Paulo (1998). “Os meios rurais e a descoberta do património”, comunicação apresentada na actividade “Conversas à volta das estrelas”. *Campo europeu do património*. Souto Bom, Tondela. (Texto elaborado no âmbito do projecto de investigação “Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana” (Praxis/P/SOC/13151/1998), financiado pela FCT).

Peralta, Elsa e **Anico**, Marta (orgs) (2006). *Patrimónios e Identidades – Ficções Contemporâneas*, Celta Editora: Oeiras.

Pereira, Carlos Henriques (presidente do Institut du Cheval et de la Equitation Portugaise) (2005). “Une race asine portugaise, L’âne Mirandais “ em *Les Cahiers de L’Âne*, nº 7-Mai-Juin 2005: pp.30-33.

Pereira, Inocência (1986). *Emigração a partir de Trás-os-Montes*, Série «Estudos», Edição Instituto Politécnico de Bragança: Bragança.

Pereira, José Manuel Martins (1908). *As terras de Entre Sabor e Douro*, Setúbal.

Pereiro, X., Pedro Silva, Celina Pinto e Cristina Martins (2002). *Relatório de Investigação do Projecto Filandouro nos concelhos do Planalto Mirandês*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD): Extensão de Miranda do Douro.

Pereiro, Xerardo (s/d). “Informe de Investigação sobre o perfil do «turista cultural» no Nordeste Transmontano”. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD): Extensão de Miranda do Douro. (Texto não publicado).

Pérez, Nieves Herrero (2003). “Resemantizaciones del Património, reconstrucciones de la identidad: Dos casos para la reflexión”, em *Etnográfica*, Vol.VII (2), 2003, pp.351-368, Celta: Oeiras.

Pires, Duarte Rodrigues (1998). *Desenvolvimento Agrário na Terra Fria – condicionantes e perspectivas*, Instituto Politécnico de Bragança: Bragança.

Portela, José (1986). *Trabalho Cooperativo em duas aldeias de Trás-os-Montes*, Biblioteca das Ciências do Homem, Eds. Afrontamento.

Portela, José e João Castro **Caldas**, (orgs.) (2003). *Portugal Chão*, Celta: Oeiras.

Portela, José Francisco Gandra (1979). *Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Rural em Trás-os-Montes*, Ed. Instituto Politécnico de Vila Real.

Rau, Virgínia (1982) (2ª edição). *As Feiras Medievais Portuguesas (Subsídios para o seu estudo)* Ed Presença: Lisboa.

Regulamento do Livro Genealógico da Raça Bovina Mirandesa – portaria nº 17132, de 22 de Abril de 1959 e posteriores alterações.

Ribeiro, Orlando (1998) 2ªed.:1962. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Col. «Nova Universidade», Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa.

(1985) 1962. *Mediterrâneo: Ambiente e Tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

(1995). *Opúsculos Geográficos*, vol. VI, Estudos Regionais, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

Rossini, Gérard (2003). *Mémoires des ânes et des mulets*, L’Imagier, Éditions Équinoxe.

Rousseaux, Eric (2000). *Le baudet du Poitou et le cheval de trait poitevin – Les auteurs d’une industrie mulassière autrefois réputée dans le monde entier*, Geste éditions: France.

Samões, Luísa Maria Ruço (2000). *Estudo do gado asinino no Parque Natural do Douro Internacional*. Instituto da Conservação da Natureza - Parque Natural do Douro Internacional: Mogadouro. (Texto policopiado).

Sánchez Gómez, Luis Angel (1991). *Sayago-Ganadería y Comunalismo Agropastoril*, Caja España: Zamora.

Sánchez Honorato, Mercedes – ASZAL (2003). “Datos preliminares sobre la caracterización de la población tradicional de asno zamorano-leonés”, em **FEAGAS** (Federación Española de Asociaciones de Ganado Selecto), Información asociaciones, nº 24, Año XI, Julio/Diciembre 2003: 136-138.

Santos, Armindo dos (2004). “As Etno-paisagens. A observação etnogeográfica das formas sociais de modelagem do espaço”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.44, fasc.1-2,29-48, SPAE: Porto.

(2005). “Património? Que Património? O Património Etnológico”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XLV, fascs.1-2, 37-48, SPAE: Porto.

Schama, Simon (1996). *Paisagem e Memória*; Companhia das Letras: S. Paulo.

Svendsen M.B.E. , Elisabeth D. (org.) (1997). *The Professional Handbook of the Donkey*, compiled for *The Donkey Sanctuary*, Whittet Books: Suffolk.

Taborda, Vergílio (1932). *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Imprensa da Universidade: Coimbra.

Thomas, Keith (1988) 1933. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, Companhia das Letras: S. Paulo.

Tierno, João F. (1904?). *O Gado Bovino Mirandês*, (Dissertação Inaugural). Instituto de Agronomia e Veterinária. Imprensa Nacional: Lisboa.

Urry, John 2002 (1990). *The Tourist Gaze*, Sage Publications: London, Thousand Oaks (Califórnia), New Delhi.

(v.a.) (1988). *Des Hommes et des bêtes, Terrain 10 – Carnets du Patrimoine Ethnologique*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction du Patrimoine, Mission du Patrimoine ethnologique: Paris.

(v.a.) (2000). *Les animaux pensent-ils? , Terrain 34*, Ministère de la Culture et de la Communication, Mission du Patrimoine ethnologique, éditions du patrimoine: Paris.

(v.a) (2001). “1º Congresso de Estudos Rurais” (comunicações), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real. Consultado em Março de 2006 em <http://home.utad.pt>.

Vasconcelos, J. Leite de 1929 (1886). «*Línguas raianas de Trás-os-Montes*», *Opúsculos*, vol. IV, Imprensa da Universidade: Coimbra.

(1980). *Tentame de Sistematização*, em *Etnografia Portuguesa*, Imprensa Nacional: Vol.III, 78-191.

Vergara, António F. (1996). *Guia Prático de Feiras, Festas, Romarias e Mercados Ambulantes de Portugal*, Espagráfic: Alicante.

Wall, Karin (1998). *Famílias no Campo: Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Col. Portugal de Perto, Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Williams, Raymond 1990 (1921). *O Campo e a Cidade – Na História e na Literatura*, (1921), 1990, Companhia das Letras: S. Paulo.

Yanes García, José Emilio (1999). *El asno Zamorano-Leonés, una gran raza autóctona*. Diputación de Zamora: Zamora.

(1999) *Catalogo de Razas Autóctonas de Castilla y León (España) – Region Norte de Portugal (I. Espécies bovina e equina)*, Fundación Rei Afonso Henriques.

Outros documentos consultados e/ou extraídos da web :

Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino, (s.d.): “Quem somos”. Consultado a 02 de Fevereiro de 2004 em www.aepga.pt.

Avante, « Pela dignidade em tempo de negócios - EPAC em Luta», *Avante* : nº 1276.

Champeau, Nádège (s/d). «Asinothérapie». Consultado a 16 de Março de 2004 em <http://www.bourricot.com>.

Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Ministério da Agricultura (1934): *Arrolamento geral de gados e animais de capoeira de 1934*.

Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Ministério da Economia (1940): *Arrolamento geral de gados e animais de capoeira de 1940*, Boletim Pecuário, nº 1, ano XIII, 1945, Sociedade Astória, Lda..

Fernandes, Jorge dos Santos R.; Susana C. Marques, e Carla S. A. Santos (2001). “Plantas Aromáticas e Mediciniais – Utilizações Locais no Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)”, *1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 16/18 de Setembro de 2001.

Fulgêncio, C., “As qualidades e os perigos dos cogumelos em congresso”, artigo consultado no site da *Naturlink*: www.naturlink.pt a 15/06/06.

Guillén, Armando Francisco Cuesta. “*Los papeles actuales y potenciales de asnos en la Provincia de Granma, Cuba*”, Facultad de Medicina Veterinária, Universidad de Granma, Bayamo, Cuba.

INE (Portugal):

(1955) *Recenseamento Geral da Agricultura de 1955* (de 15 de Dezembro): *Efectivos pecuários por espécies, e manifestantes ...*(p.54).

(1972) *Recenseamento Geral da Agricultura de 1972* (8 de Dezembro) - *Efectivos pecuários: Arrolamento geral de gado*: 191.

(1999) *Recenseamentos Gerais da Agricultura: Dados comparativos 1989-1999*.

INE (Espanha)

(1999) “*Censo Ganadero. 19.25. Ganado Equino: Serie histórica del censo.*”

“19.26. *Ganado Equino: Análisis provincial del censo de animales 1999*”

“19.27. *Ganado Equino: Efectivos en diferentes países*”

Palombar, Folheto de apresentação da Associação e textos consultados em www.palombar.org, a 17 de Junho de 2006.

The Donkey Sanctuary. (s/d). “Asinotherapy”. Consultado a 22 de Março de 2004 em <http://thedonkeysanctuary.org.uk>.

Documentos áudio e vídeo:

Pérez, J. Gabriel y otros. “El Asno Zamorano-Leonés” (vídeo e cd)
Ed. ASZAL.

Pequeno Glossário

- **Agarrar:** “ (...); alcançar; pôr-se a par; (...); deitar raízes (planta); ficar prenhe.”
- **Burraço:** “ (...) burro grande, forte e corpulento; (...).”
- **Burranco:** “ (...) burro novo.”
- **Burranquito:** “ (...) dim. de «burranco».”
- **Burreco:** “ (...) burro muito novo, o m.q. «burrico».”
- **Burreinho:** “ (...) burro pequeno; macho ou mula, provenientes do cruzamento de burra com o cavalo.”
- **Burricada:** “ (...) burrada; ajuntamento de burros; passeio com burros.”
- **Burriqueiro:** “ (...) guardador ou condutor de burros.”
- **Burrona:** “ (...) burra grande.”
- **China:** “ (...) pedra muito pequena; grão de areia; (...); pedacinho de caco ou pedrinha sobre que se doba para fazer um novelo.”
- **Chinar:** “ (...) colocar «*chinas*»; demarcar, sinalizar (terrenos).”
- **Chin-chin (andar ao...):** “ (...), a fim de terem as mãos livres para trabalhar, é usual as mães porem os filhinhos às costas, aconchegando-os e segurando-os com o chaile; é o que se chama «*poner l nino al chin-chin*».”
- **Deitar:** Para além do acto de deitar (na cama) designa, por exemplo, a acção de levar o gado a pastar ou de levar uma fêmea ao macho de cobrição (*deitar... a ou lançar a ...*).
- **Desonesta:** (*andar...*) Refere-se à fêmea em período de cio.
- **Escovas:** (*cabana de...*) Giestas.
- **Espantado:** («*é muito espantado*»). “*Diz-se do animal que se amedronta facilmente com situações, sons e objectos a que não esteja habituado, resultando muitas vezes na queda de quem o monta (...).*”⁴⁷⁴
- **Fabricar:** “ (...), lavrar; preparar a terra para a sementeira; manufacturar; construir.”
- **Fabrico:** “ (...), acção de fabricar; amanho ou cultivo (da terra).”
- **Lhimpar:** “ (...); separar o grão da palha mediante a acção do vento (...).”

⁴⁷⁴ Excepção feita para esta citação de Luísa Samões (2000: *Glossário*)

- **Parba ou parva:** “ (...), eirada de cereal estendido no chão, em círculo, na altura em que está a ser trilhado; cereal já trilhado, amontoado em forma oblonga, pronto para ser «*lhimpado*».”
- **Tirar:** “ (...) subtrair; extrair; puxar; retirar; arrancar; pedir; servir; (...), arremessar; orientar-se; (...) desviar-se; retirar-se.”

Anexos

ANEXO 1: Cronologia⁴⁷⁵ do processo de criação da raça asinina de Miranda

1971	Primeiros passos da Rede Nacional de Áreas Protegidas ⁴⁷⁶ (RNAP) em Portugal com a criação do Parque Nacional da Peneda Gerês.
1975	Criação da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António.
1976	Criação do Parque Natural da Serra da Estrela, do P.N. da Arrábida e da Reserva Natural do Estuário do Tejo.
1979	Criação dos parques naturais de Montesinho, Serras de Aire e Candeeiros e Reserva Natural da Dunas de S. Jacinto.
Ainda década de 70	Começa a pensar-se na possibilidade da criação do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) tendo sido estabelecidos contactos entre administrações portuguesas e espanholas e com autarquias locais.

⁴⁷⁵ Cronologia em que se procura contextualizar o aparecimento da raça asinina de Miranda no âmbito da criação das áreas protegidas portuguesas e que foi elaborada, no que a este aspecto diz respeito, com base em informações constantes da tese de doutoramento de J. L. J. Fernandes (2004: 534)

⁴⁷⁶ Segundo J. L. J. Fernandes, as Áreas Protegidas começam por ser enquadradas pela Lei nº9/70, de 19 de Junho (*Lei dos Parques Nacionais e Outro Tipo de Reservas*) em que se estabelecem os seguintes compromissos: “ (...) «promover a defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo Homem» e «o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras».” (2004:258) Um outro passo legislativo destacado pelo mesmo autor verifica-se dezassete anos mais tarde, em 1993, com o Decreto - Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro que no nº 1 do artigo 1º refere que “(...) «a conservação da Natureza, a protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação constituem objectivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas». É neste Decreto-Lei” – refere o mesmo autor – “que se definem os diferentes estatutos de protecção.” E, prossegue, “De acordo com o ponto 2 do Artigo 1 (...), devem «ser classificadas como áreas protegidas

Anos 80	<p>A polémica intenção do governo espanhol de instalar uma central de resíduos radioactivos em Aldeiadavila gera (ou intensifica) a vontade sentida dos dois lados da fronteira de criar dois espaços protegidos no vale do rio Douro;</p> <p>A Quercus e a NPEPVS, associações de conservação da natureza portuguesa e espanhola, desenvolvem estudos sobre fauna da região que servirão de base à futura criação do PNDI;</p> <p>Em Portugal o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) – antecessor do ICN - dá início a levantamentos sobre fauna e flora da região que passa a incluir-se na lista do <i>Programa CORINE – biótopos</i>, e passa a ser considerada como uma <i>Important Bird Área (IBA)</i> a nível europeu.</p>
1980	Criação da Reserva Natural do Boquilobo e da R.N. do Estuário do Sado.
1981	Criação do Parque Natural de Sintra-Cascais, da Reserva Natural da Serra da Malcata e da R.N. das Berlengas.
1982	Criação da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor.
1983	Criação do Parque Natural do Alvão.
1984	Criação da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico com importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar» . Independentemente dos diferentes estatutos de classificação (...) este decreto propõe a classificação em 4 tipos de áreas protegidas, três deles de âmbito nacional (parque nacional, parque natural e reserva natural) e outro de interesse regional ou local (área de paisagem protegida).” (2004: 242/243)

1987	Criação do Parque Natural da Ria Formosa e da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.
1988	Criação da Reserva Natural do Paul de Arzila e do P.N. do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina.
1989	Criação do Parque Natural da Serra de S. Mamede.
1993	O Instituto de Conservação da Natureza (ICN) elabora a proposta de classificação da área que há-de vir a corresponder ao PNDI.
1995	Classificação do Parque Natural do Vale do Guadiana.
1996	Através da resolução do Conselho de Ministros nº53/96 de 5 de Junho é criada a comissão instaladora do Parque Natural do Douro Internacional que abre a discussão pública da proposta de limites e regulamento do PNDI.
Agosto, 1997	Depois de aprovada a proposta nos 4 municípios envolvidos (Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro), a Comissão instaladora elabora um relatório de todo o processo.
Janeiro, 1998	O relatório é aprovado pelo Conselho de Ministros 11 de Maio de 1998: Publicação em Diário da República do decreto regulamentar 8/98 que institui a criação do Parque Natural do Douro Internacional.

31 Julho de 1998	Inauguração do PNDI pelo então Primeiro-Ministro António Guterres.
Final de 1998	PNDI abre candidaturas para um estágio profissional para “<i>o estudo morfológico do burro</i>”.
Ano de 1999:	Ano da realização do estudo sobre os asininos na área do PNDI da autoria de Luísa Samões.
Ano de 2000	Apresentação do relatório final de estágio de Luísa Samões intitulado: <i>O Estudo do Gado Asinino no Parque Natural do Douro Internacional</i>.
2000	Criação do Parque Natural do Tejo Internacional e da Reserva Natural das Lagoas de Sto.André e Sancha.
9 de Maio de 2001	É fundada a Associação para a Protecção e Estudo do Gado Asinino (AEPGA), com sede em Sendim no concelho de Miranda do Douro.
Junho de 2001	Uma delegação do Serviço Nacional Coudélico (SNC) – que já havia sido alertada em 2000 por Ant.Monteiro - deslocou-se à região. Para além da médica veterinária Maria Portas, fazia parte da delegação do SNC o próprio director, João Ambrósio da Costa Ferreira e, também, a professora da Faculdade de Ciências, Maria do Mar. A visita de três dias termina com uma reunião na sede da AEPGA na qual, de acordo com a representante do SNC, para

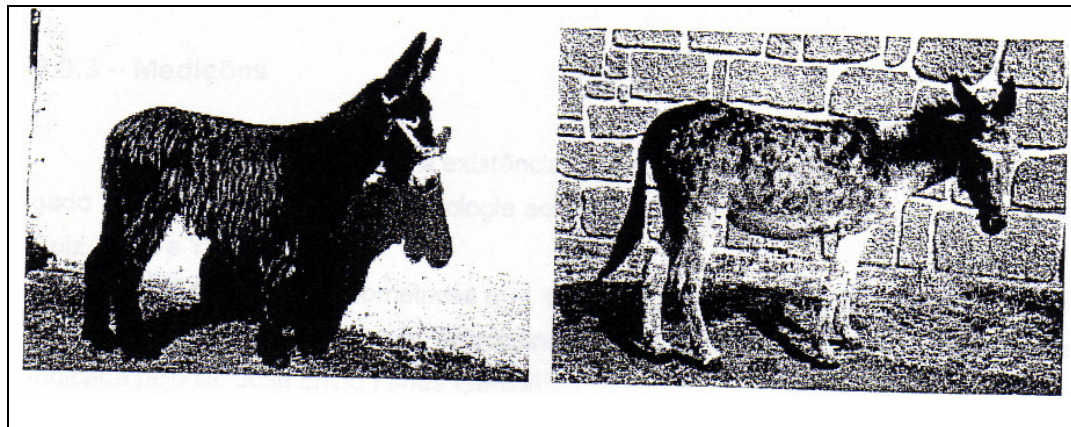
	além de António Monteiro, participaram também alguns criadores, a então presidente da associação, Cândida Viana, para além de Luísa Samões - que tinha sido convidada pela AEPGA a expor as conclusões a que tinha chegado durante o trabalho de estágio.
Abril de 2002	O SNC dá parecer favorável à inclusão da raça asinina de Miranda no Livro das Raças Autóctones.
20 de Junho de 2002	O regulamento do Registo Zootécnico da Raça Asinina de Miranda - que deverá dar lugar no futuro ao Livro Genealógico da Raça Asinina de Miranda- é homologado pelo Director Geral de Veterinária.
24 de Junho 2002	A engenheira zootécnica Luísa Samões assume temporariamente o cargo de secretária técnica da raça asinina de Miranda;
31Out. 2002	Luísa Samões abandona o cargo e é substituída pelo médico veterinário Miguel Nóvoa; De acordo com Maria Portas, na mesma altura em que o novo secretário técnico dá início aos registos dos animais, uma recém licenciada em Biologia na Faculdade de Ciências de Lisboa, Maria Inês F.M. Varela Morte, faz aquela que é a primeira investigação de genética de asininos num trabalho de estágio sobre os burros de Miranda ⁴⁷⁷ procedendo a recolhas de amostras de sangue enviadas depois para o Laboratório de Genética Molecular da <i>Coudelaria de Alter</i> (do SNC) em Alter do Chão.

⁴⁷⁷ Trabalho de estágio intitulado “Caracterização morfológica e genética do burro mirandês”

<p>Ainda em 2002</p>	<p>Miguel Novoa inicia um estágio que tinha por objectivo a realização de um levantamento mais exaustivo dos burros de raça mirandesa dentro da área do PNDI especialmente nas aldeias dos concelhos de Miranda do Douro e de Mogadouro, mas o propósito não terá sido cumprido dentro do tempo previsto.</p>
<p>2005</p>	<p>União Europeia inclui raça asinina de Miranda na lista das raças autóctones <i>particularmente ameaçadas</i> podendo beneficiar de ajudas comunitárias à sua manutenção previstas nas Medidas Agro Ambientais.</p> <p>Cerca de 800 criadores (segundo a AEPGA) candidataram-se ao subsídio comprometendo-se para isso a manter os seus burros durante cinco anos.</p>
<p>2006</p>	<p>No início do ano o governo frustra as expectativas da AEPGA e de muitos criadores de raça asinina mirandesa com o cancelamento, inesperado, do pagamento das medidas agro-ambientais para as candidaturas efectuadas pela primeira vez em 2005.</p>

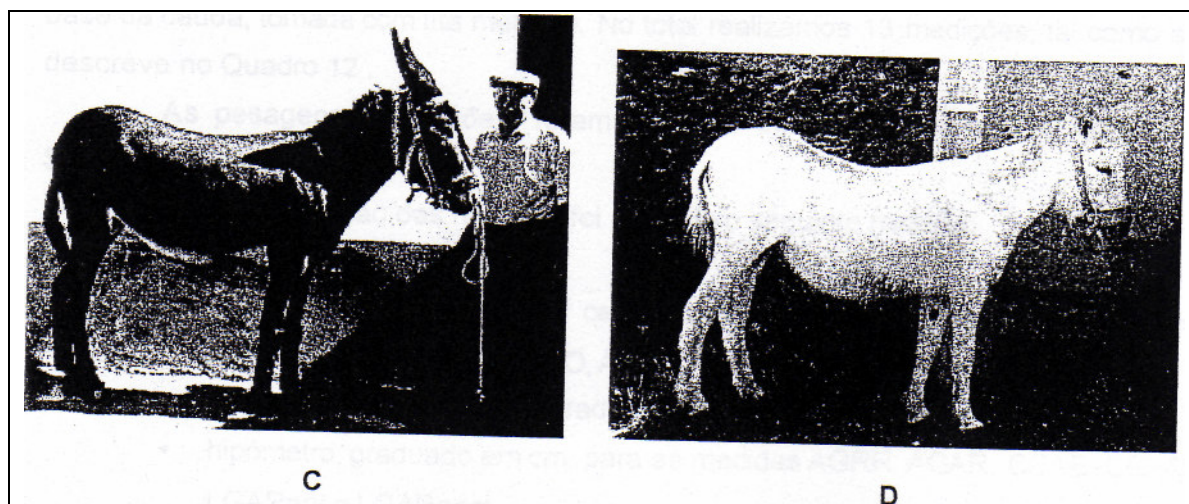
ANEXO 2: A RAÇA ASININA DE MIRANDA

Principais tipos de asininos encontrados na área do PNDI



A

B



C

D

“(...) Principais tipos de asininos encontrados na área do PNDI: A - burro de Miranda; B burro ruço, neste caso um exemplar rodado; C - burro preto; D - burro branco.”

Fotos e legenda: **Samões**, Luísa Maria Ruço (2000:57). *Estudo do Gado Asinino no Parque Natural do Douro Internacional*, Instituto de Conservação da Natureza: Mogadouro.

“Elementos característicos da raça”⁴⁷⁸

“1) Breve descrição da raça (standard)

Animal bem conformado, com manifesta acromegalia, corpulento e rústico.

Altura média, medida com hipómetro ao garrote, nos animais adultos: $\geq 1,20$ m. (a altura recomendável é 1,35 m.).

Pelagem castanha escura, com gradações mais claras nos costados e face inferior do tronco; branca no focinho e contorno dos olhos; hirsutismo acentuado com pêlo abundante, comprido e grosso, aumentando em extensão e abundância nos costados, face, entre-ganachas, bordos das orelhas e extremidades dos membros; crinas abundantes; ausência de sinais.

Temperamento dócil.

Cabeça volumosa e ganachuda de perfil recto; fronte larga e levemente côncava na linha mediana, coberta de abundante pêlo (chegando a formar-se sobre a fronte uma espécie de “franja”); arcadas orbitárias muito salientes; face curta de chanfro largo; canal entre-ganachas largo; lábios grossos e fortes; orelhas grandes e largas na base, revestidas no seu bordo interior de abundante pilosidade, arredondadas na ponta (formando uma espécie de borla) e dirigidas para a frente; olhos pequenos, dando ao animal uma fisionomia sombria.

Pescoço curto e grosso. Garrote baixo e pouco destacado. Dorso tendendo para a horizontalidade, curto e bem musculado. Peitoral amplo com quilha saliente. Tórax profundo. Costado encurvado. Garupa em ogiva mais elevada que o garrote, pouco destacada. Espáduas curtas e bem desenvolvidas, com ligeira inclinação. Ventre volumoso.

Membros grossos de articulações volumosas, providos de pêlo abundante cobrindo os cascos, machinhos bem desenvolvidos; membros posteriores com tendência a serem estendidos e um pouco canejos; cascos amplos.

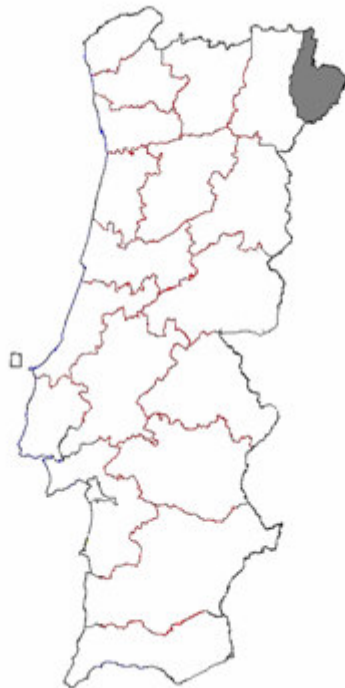
Andamentos de grande amplitude mas lentos, pouco ágeis.

⁴⁷⁸ (Aspas e it. são meus) Características da raça asinina de Miranda. Texto e fotos extraídos de Nóvoa, M. (2003). *Relatório de Estágio Parque Natural do Douro Internacional, 2002: Raça Asinina de Miranda* (pp.9-11).



2) Área geográfica de implantação

Nordeste de Portugal, distritos de Bragança (planalto mirandês, nomeadamente concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro).



3) Principais aptidões zootécnicas

Tracção, sela e carga a dorso (por vezes emparelhados com muires). Produção mulateira.

Especial aptidão para a lavoura tradicional de minifúndio (pastoreio, cultura de cereais).

4) Características genéticas

Às características de excepcional rusticidade, sobriedade, longevidade e polivalência que caracterizam os asininos, a raça asinina de Miranda acrescenta força e docilidade.

Bem adaptada às condições edafo-climáticas de uma região desfavorecida, possui elevada capacidade para valorizar forragens pobres e grande resistência à escassez hídrica.

Apesar da sua precocidade sexual (fêmeas aptas para a reprodução ao ano e meio de idade, machos aos 2 anos de idade), as fêmeas devem apenas iniciar a sua vida reprodutiva a partir dos 3 anos e os machos um ano mais tarde.

O cio tem a duração aproximada de uma semana, variando entre os 5 e os 8 dias, e uma ciclicidade de 15 a 30 dias. O período de cobrições estende-se de Abril a Junho e gestação é de 12 meses (± 15 dias).

5) Breve descrição dos sistemas de manejo utilizados

A raça encontra-se perfeitamente integrada na “Terra Fria de Planalto”, região de agricultura de sequeiro com grande amplitude térmica anual e baixa pluviosidade (cerca de 600 mm).

Os asininos são explorados em regime extensivo (pastagens de cerca 1,5 ha). Considerados adultos a partir dos 3 anos de vida, são iniciados no trabalho por volta dos 2 anos. Quando utilizado para conduzir o gado ao pasto, aí permanece juntamente com os bovinos ou ovinos até à sua recolha.



As explorações têm, no máximo, 2 asininos que vivem à margem dos cuidados e atenções dedicados às restantes espécies pecuárias, com estas partilhando pastos e alojamento. Quando o período de estabulação se prolonga, nas épocas em que se encontram mais sobrecarregados de trabalho e durante a gestação e amamentação, a sua dieta pode incluir grãos de cereal, farelos e concentrados comerciais.

6) Produtos específicos da raça

Além dos serviços prestados às explorações agrícolas de minifúndio, a raça pode ainda ser explorada como potencial turístico no apoio ao desenvolvimento rural, contribuindo para a fixação e melhoria sócio-económica das populações através da dinamização de actividades lúdicas, recreativas e culturais, nomeadamente no âmbito do Turismo Rural.”





- Origem da Espécie
- Padrão da Raça**
- Situação Actual

- Página Principal
- Quem Somos
- A Raça**
- A Terra e a Gente
- Ações e Eventos
- Notícias
- Sócios
- Adopções e Donativos
- Galeria de Fotos
- Links
- Contactos
- Passéis de Burro

PADRÃO DA RAÇA

TIPO - Animal bem conformado, com manifesta acromegalia, corpulento e rústico.

ALTURA MÉDIA - medida com hipómetro ao garrote, nos animais adultos: > 1,20 m. (a altura recomendável é 1,35 m.).

PELAGEM - castanha escura, com gradações mais claras nos costados e face inferior do tronco; branca no focinho e contorno dos olhos; hirsutismo acentuado com pêlo abundante, comprido e grosso, aumentando em extensão e abundância nos costados, face, entre-ganachas, bordos das orelhas e extremidades dos membros; crinas abundantes; ausência de sinais.

TEMPERAMENTO - carácter dócil.

ANDAMENTOS - de grande amplitude mas lentos, pouco ágeis

APTIDÃO - tracção, sela e carga a dorso, com especial aptidão para a lavoura dos terrenos de menores dimensões (culturas hortícolas e cereal) muitas vezes emparelhados com muars.

CABEÇA - volumosa e ganachuda de perfil recto; fronte larga e levemente côncava na linha mediana, coberta de abundante pêlo (chegando a formar-se sobre a fronte uma espécie de "franja"); arcadas orbitárias muito salientes; face curta de chanfro largo; canal entre-ganachas largo; lábios grossos e fortes; orelhas grandes e largas na base, revestidas no seu bordo interior de abundante pilosidade, arredondadas na ponta (formando uma espécie de borla) e dirigidas para a frente; olhos pequenos, dando ao animal uma fisionomia sombria.

PESCOÇO - curto e grosso.

GARROTE - baixo e pouco destacado.

DORSO - tendendo para a horizontalidade, curto e bem musculado.

PEITORAL - amplo com quilha saliente; tórax profundo.

COSTADO - encurvado.

GARUPA - em ogiva mais elevada que o garrote, pouco destacada.

ESPÁDUAS - curtas e bem desenvolvidas, com ligeira inclinação.

VENTRE - volumoso.

MEMBROS - grossos de articulações volumosas, providos de pêlo abundante cobrindo os cascos, machinhos bem desenvolvidos; membros posteriores com tendência a serem estendidos e um pouco canejos; cascos amplos.

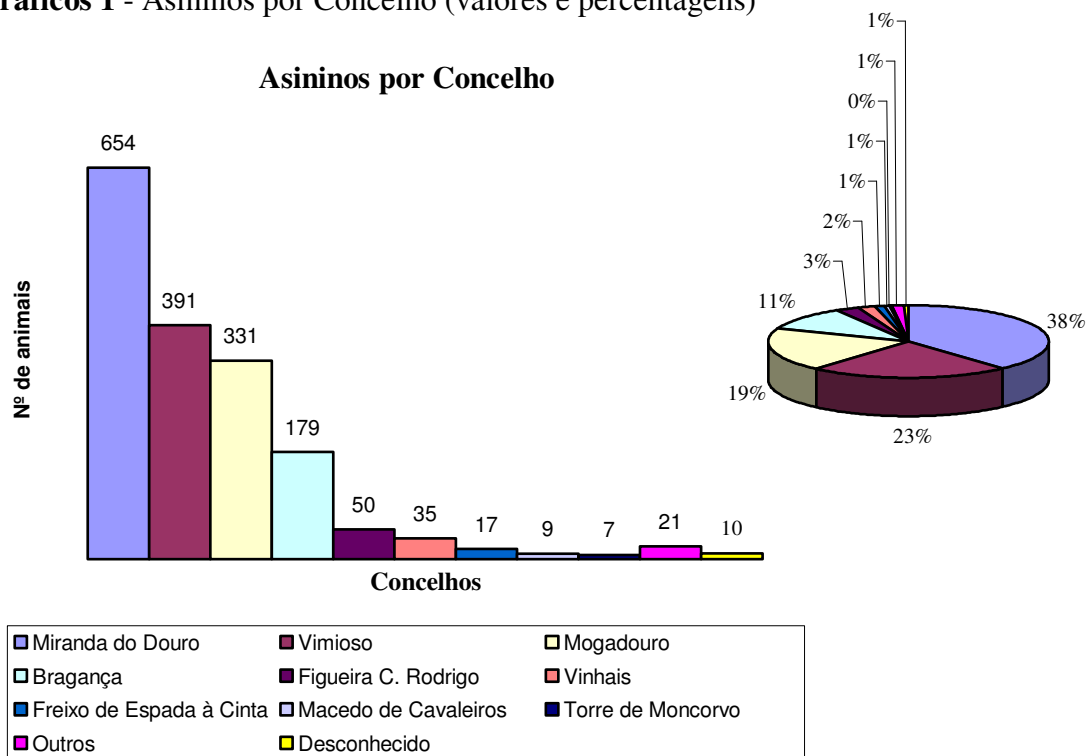
Adaptação de página da AEPGA na Internet.

Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores
 Asininos de raça Mirandesa (Burro Mirandês)
 (Setembro de 2005)

Quadro 1 - Asininos registados por Concelho

Concelho	Nº de Animais
Miranda do Douro	654
Vimioso	391
Mogadouro	331
Bragança	179
Figueira C. Rodrigo	50
Vinhais	35
Freixo de Espada à Cinta	17
Macedo de Cavaleiros	9
Torre de Moncorvo	7
Outros	21
Desconhecido	10
Total	1704

Gráficos 1 - Asininos por Concelho (valores e percentagens)



Nota: De 1279 registos na Base de Dados da AEPGA, 25 foram anulados por insuficiência de dados (18 por falta simultânea de características morfológicas e sexo ; nos restantes 7, apenas constava o número de registo).

Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores

Asininos de raça Mirandesa (Burro Mirandês)

(Setembro de 2005)

Quadro 2 - Concelho de Miranda do Douro (Freguesias e Localidades)

Freguesias	Nº asininos	%	Localidades	Nº asininos
Águas Vivas	13	2,0	Águas Vivas	13
Atenor	12	1,8	Atenor	8
			Teixeira	4
Cicouro	19	2,9	Cicouro	19
Constantim	46	7,0	Constantim	46
Duas Igrejas	66	10,1	Duas Igrejas	28
			Cércio	25
			Quinta do Cordeiro	6
			Vale de Mira	7
Genísio	31	4,7	Genísio	23
			Especiosa	8
Ifanes	47	7,2	Ifanes	47
Malhadas	68	10,4	Malhadas	68
Miranda do Douro	41	6,3	Miranda do Douro	2
			Aldeia Nova	12
			Palancar	11
			Pena Branca	5
			Vale D'Águia	11
Palaçoulo	15	2,3	Palaçoulo	12
			Prado Gatão	3
Paradela	59	9,0	Paradela	59
Picote	12	1,8	Picote	12
			Barrocal do Douro	0
Póvoa	43	6,6	Póvoa	43
S. Martinho	46	7,0	S. Martinho	46
Sendim	46	7,0	Sendim	46
Silva	41	6,3	S. Pedro da Silva	11
			Fonte Ladrão	14
			Granja	16
Vila Chã da Braciosa	49	7,5	Vila Chã da Bracios	24
			Fonte da Aldeia	19
			Freixiosa	6
C. de Miranda do Douro	654	100		654

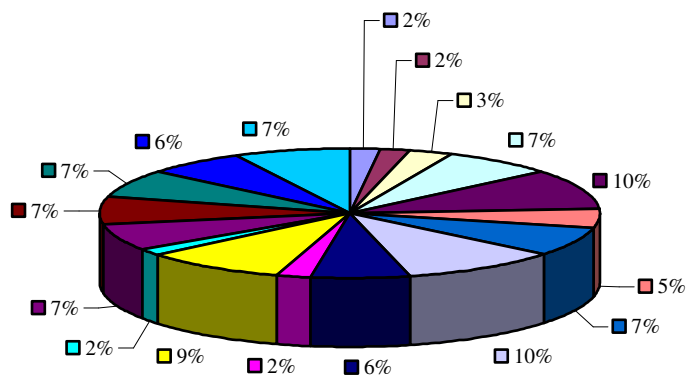
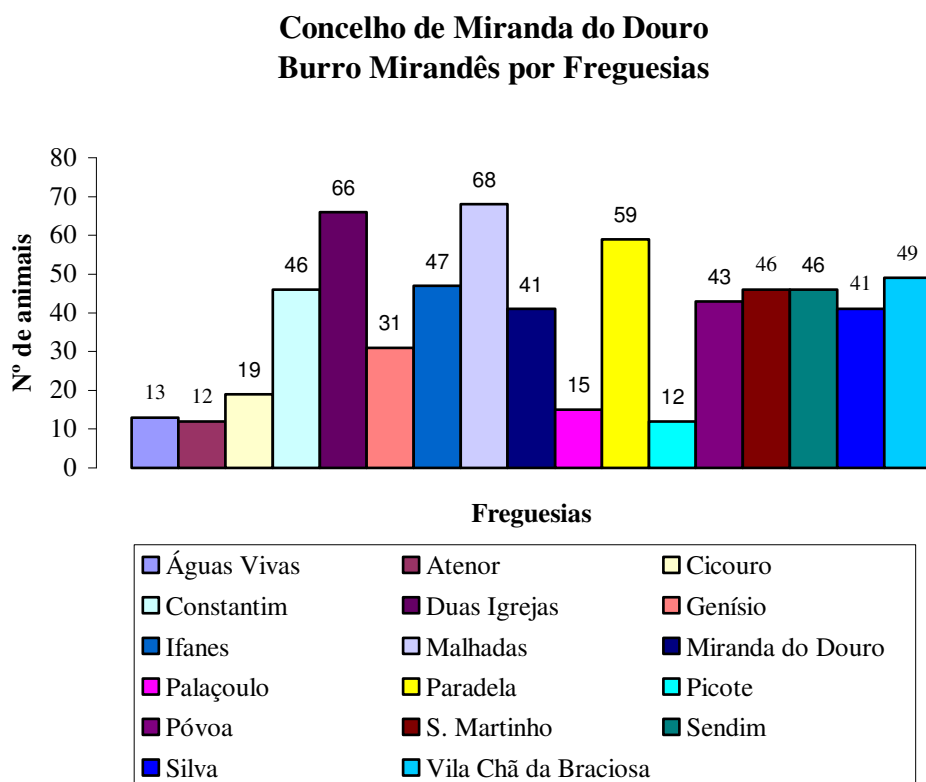
Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores

Asininos de raça Mirandesa (Burro Mirandês)

(Setembro de 2005)

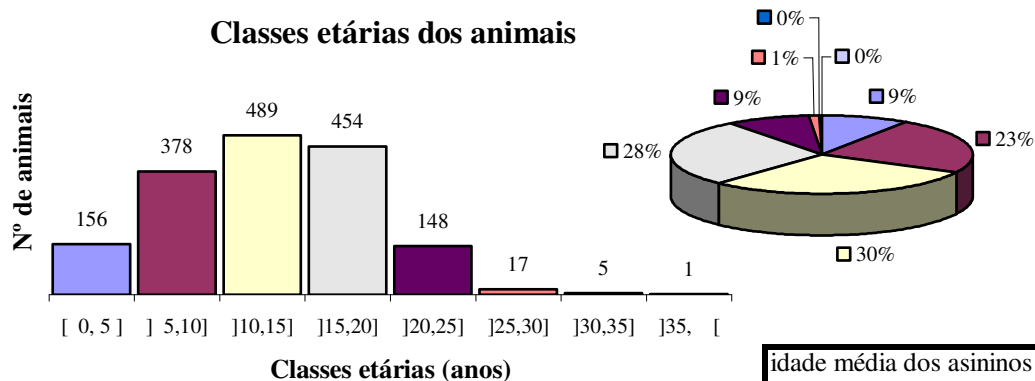
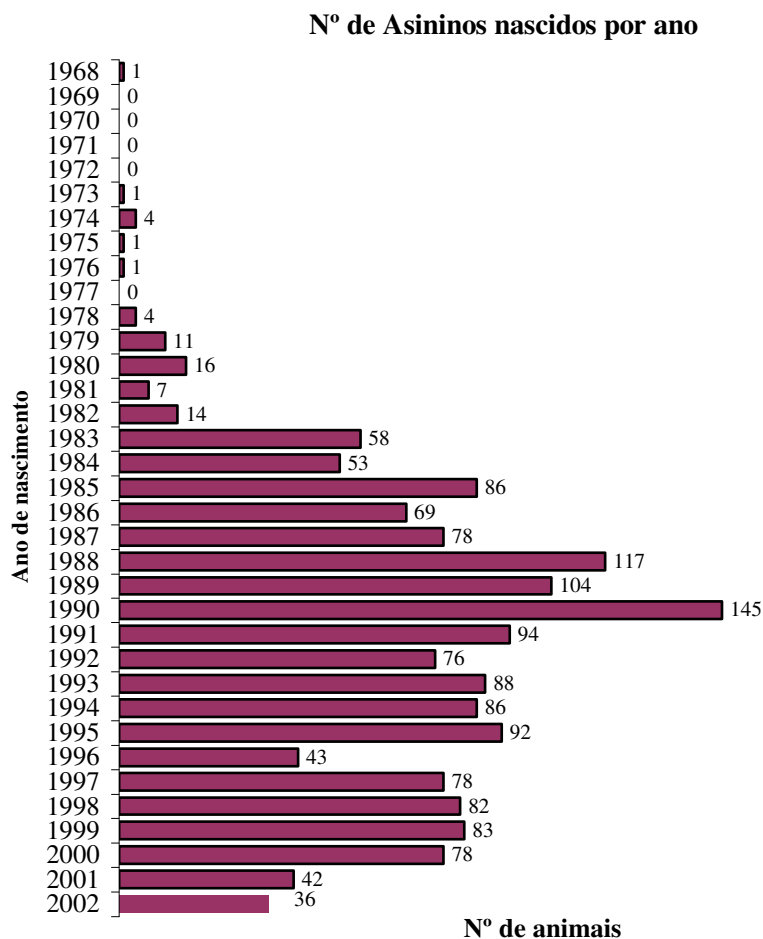
Gráficos 2 - Concelho de Miranda do Douro

Burro Mirandês por Freguesias (valores e percentagens)



Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores
 Asininos de raça Mirandesa (Burro Mirandês)
 (Setembro de 2005)

Gráficos 3 - Número de asininos (registados) nascidos por ano e classes etárias



Nota: Números relativos aos 1648 asininos que têm o ano de nascimento indicado na Base de Dados da AEPGA – Registo Zootécnico – Registo de Reprodutores.



Exmo. Senhor
Director Geral de Veterinária
Lg. Academia Nacional Belas Artes, 2
1200 LISBOA

Assunto: Asininos de raça Mirandesa (Burro Mirandês)

Exmo. Senhor

Ref^a 24 / 2002

4/4/2002

Na sequência de contactos com criadores de asininos do Nordeste Transmontano, representados pela Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), com sede em Sendim (Miranda do Douro), bem como da visita de técnicos deste Serviço àquela região, foi definido o padrão da raça asinina de Miranda (em anexo).

Trata-se de uma pequena população de asininos, com solar geograficamente limitado ao Planalto Mirandês, étnicamente definida e consolidada, constituindo um património genético cuja preservação se impõe.

Assim, após aprovação do Regulamento do Registo Zootécnico (em anexo), nomeação e entrada em funções da respectiva Direcção Técnica, constituída por

Delegada do SNC – Dr^a Maria Portas
Secretário Técnico – Eng^a Luisa Samões
Representante dos Criadores – Dr. António Monteiro

julgamos estarem reunidas as condições para a inclusão desta raça no Livro das Raças Autóctones, em elaboração por essa Direcção Geral.

Com os melhores cumprimentos.

O Director,

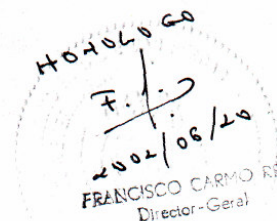
João Costa Ferreira

João Costa Ferreira



COUDELARIA DE ALTER

**REGISTO ZOOTÉCNICO
DA RAÇA ASININA DE MIRANDA**



REGULAMENTO

I - DA CONSTITUIÇÃO E FINS

ARTIGO 1º

Nos termos do estipulado na Norma 37ª do Regulamento aprovado pela Portaria nº 387/77, de 25 de Junho, é criado pelo Serviço Nacional Coudélico, adiante designado SNC, o Registo Zootécnico da raça asinina de Miranda, adiante designado Registo.

ARTIGO 2º

O Registo tem por fim assegurar a pureza étnica da raça asinina de Miranda e, desta forma, concorrer para a sua preservação e desenvolvimento.

II - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 3º

O Registo possuirá uma Direcção Técnica, nomeada pelo Director do SNC, com a seguinte composição:

- a) um representante do SNC, que presidirá.
- b) um Secretário Técnico.
- c) um representante dos criadores, escolhido de entre os que possuem animais inscritos ou inscribíveis no Registo.

ARTIGO 4º

Compete à Direcção Técnica:

- 1 - representar o Registo.
- 2 - proceder à inscrição individual dos animais.
- 3 - cumprir e fazer cumprir este Regulamento, expedindo e pondo em execução as instruções necessárias ao seu funcionamento de acordo com as normas regulamentares.
- 4 - propor ao SNC a realização das despesas necessárias ao funcionamento do Registo.

ARTIGO 5º

Para atingir os fins consignados no artº 2º, a Direcção Técnica promoverá:

§ 1 - A inscrição dos animais que obedeçam às condições expressas no Regulamento, para o que manterá três registos independentes

- 1 - Jovens, a título de nascimento: Registo de Nascimento.
- 2 - Adultos, a título de reprodutores: Registo de Reprodutores.
 - 2.1 - Com ascendência conhecida.
 - 2.2 - Sem ascendência conhecida (Registo Inicial).

e mencionará:

- a) ascendência, descendência, Registo Inicial.
- b) pontuação obtida no momento da inscrição no Livro de Reprodutores.
- c) elementos que possam contribuir para uma mais completa identificação e apreciação dos animais, bem como elementos de ordem funcional e prémios alcançados em provas ou concursos reconhecidos pela Direcção Técnica e aceites pelo SNC.

§ 2 - A publicação anual de elementos relativos aos animais inscritos durante esse período de tempo, bem como o índice dos animais que figurem em volumes anteriores e tenham deixado de ser reprodutores por incapacidade, castração ou morte e dos quais haja conhecimento.

§ 3 - Para cumprir o indicado no § anterior, o Registo será organizado de modo a permitir um registo de ganhões e um registo de burras produtoras, ambos com a sua descendência.

III - DA ADESÃO DOS CRIADORES

ARTIGO 6º

Os criadores de asininos inscriteveis ou pretensamente inscriteveis no Registo e que a ele desejem aderir deverão solicitá-lo à Associação de Criadores.

§ 1 - Entende-se por criador da raça asinina de Miranda a pessoa singular ou colectiva proprietária de um ou mais reprodutores inscritos ou inscriteveis no Registo.

§ 2 - Entende-se por criador de um animal o proprietário da burra-mãe no momento do parto.

ARTIGO 7º

A petição a que alude o artigo anterior deverá ser feita em impresso próprio fornecido pelo serviço de Registo, mencionando o criador todos os animais que possua e pretenda inscrever no Registo.

IV - DA IDENTIFICAÇÃO

ARTIGO 8º

O animal será identificado:

1º - Com um nome proposto pelo criador e aprovado pela Direcção Técnica, de acordo com as normas internacionais em vigor:

a) a primeira letra (abecedário português, exclui K, Y e W) deverá corresponder ao ano de nascimento (letra V em 2002). Em caso de animal adulto considerar-se-à o nome original. A fim de permitir o tratamento informático, o nome completo não poderá conter mais de 19 caracteres (letras, sinais ou espaços em branco).

b) o nome só poderá ser posteriormente alterado em caso de força maior, desde que a Direcção Técnica dê a seu acordo, o SNC homologue e o nome inicial seja mantido entre parêntesis a seguir à nova denominação.

2º - Com um resenho provisório a enviar para os serviços de Registo, juntamente com a Declaração de Nascimento ou com a solicitação de inscrição a título de Registo Inicial.

3º - Por método de identificação a definir pela Direcção Técnica e homologado pelo SNC, nomeadamente electrónico (*micro-chip*), a partir dos 6 meses de idade.

V - DA INSCRIÇÃO

ARTIGO 9º

O Registo de Nascimento é reservado a animais nascidos em Portugal, registados no Ficheiro Nacional de Equídeos, com sede no SNC, e provenientes do emparelhamento de progenitores inscritos no Registo de Reprodutores.

§ 1 — A inscrição neste Registo será solicitada pelos criadores e efectuada pela Direcção Técnica em face das Declarações de Nascimento e confirmação laboratorial da filiação declarada.

§ 2 — Os abortos, nado-mortos ou mortos antes do desmame, bem como os animais que apresentem taras ou defeitos somáticos, não serão inscritos mas anotados no registo de descendência dos pais.

ARTIGO 10º

A inscrição no Registo de Reprodutores será efectuada a pedido dos criadores ou proprietários desde que os animais reúnem as seguintes condições:

- a) tenham identidade com as características expressas no padrão da raça.
- b) tenham idade mínima para inscrição (3 anos).
- c) apresentem boa conformação e desenvolvimento.
- d) não sejam portadores de taras ou defeitos cuja transmissão hereditária seja de recluir.
- e) preencham as normas sanitárias fixadas pela regulamentação em vigor.
- f) sejam aprovados pela Direcção Técnica.

§ 1 — Serão inscritos na secção com ascendência conhecida os animais que, para além do exigido no corpo deste artigo, estejam:

- 1.1) inscritos no Livro de Nascimentos.
- 1.2) identificados de harmonia com o artº 8º.

§ 2 - Serão inscritos na secção de Registo Inicial os animais cuja ascendência não seja conhecida mas que, para além do exigido no corpo deste artigo, sejam:

- 2.1) aprovados pela Direcção Técnica.
- 2.2) identificados conforme o artº 8º, acrescentando o sufixo (RI) à denominação da raça.

§ 3 - Para efeito de observância no disposto na alínea a) deste artigo, os animais serão examinados pela Direcção Técnica e classificados segundo tabela anexa ao padrão da raça. Somente poderão ser inscritos aqueles que atinjam, no total, valorização igual ou superior a 70 pontos e desde que em qualquer dos caracteres apreciados a pontuação atribuída e utilizada como factor não seja inferior a 4.

ARTIGO 11º

Não poderão ser inscritos animais que já tenham sido alguma vez recusados para o efeito.

ARTIGO 12º

Pela inscrição dos animais serão cobradas taxas que constituirão receitas do serviço de Registo.

VI - DO EXAME

ARTIGO 13º

Os animais nascidos em Portugal serão examinados pela Direcção Técnica após o nascimento e antes do momento do desmame, venda, cedência ou qualquer outra forma de alienação para cumprimento do artº 9º.

ARTIGO 14º

O exame dos animais para efeito da sua inscrição no Registo de Reprodutores será realizado pela Direcção Técnica.

ARTIGO 15º

O serviço de Registo enviará oportunamente a cada criador o resultado do exame dos seus animais, bem como o boletim comprovativo da inscrição dos animais que tenham sido admitidos.

VII - DA PASSAGEM DE CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

ARTIGO 16º

Os Documentos de Identificação com a designação de “Raça Asinina de Miranda” serão emitidos pelo SNC mediante pedido dos proprietários que façam prova de inscrição no Registo.

§ 1 — Para efeito de exportação, a Direcção Técnica poderá proceder ao exame dos animais que ainda não tenham completado a idade mínima para a inscrição no Registo de Reprodutores e admiti-los se, além de preencherem as demais exigências regulamentares, o seu desenvolvimento e conformação assim o permitirem.

§ 2 — Pela inscrição de animais nas condições referidas no parágrafo anterior serão devidas ao serviço de Registo taxas que constituirão receitas próprias.

ARTIGO 17º

Quando da exportação ou importação, será emitida pela autoridade coordenadora do registo do país exportador um Certificado de Exportação, o qual será transmitido directamente à autoridade coordenadora do registo no país de destino.

VIII - DAS OBRIGAÇÕES E REGALIAS DOS CRIADORES

ARTIGO 18º

Os criadores que tenham aderido ao Registo obrigam-se a:

- a) aceitar o disposto no Regulamento.
- b) acatar as determinações emanadas da Direcção Técnica que visem o bom funcionamento do Registo, a valorização dos animais e o progresso zootécnico da raça.

- c) apresentar os seus animais nos locais, dias e horas indicados para efeitos de exame ou inspecção.
- d) preencher correctamente os impressos em uso pelo Registo e devolvê-los nos prazos marcados.
- e) identificar os animais segundo o disposto no Regulamento.
- f) fornecer com toda a exactidão e veracidade os elementos solicitados com vista ao normal funcionamento do Registo.
- g) utilizar nos emparelhamentos apenas animais já inscritos no Livro de Reprodutores.
- h) assegurar-se que os reprodutores estão de acordo com a regulamentação sanitária em vigor.
- i) comunicar anualmente à Direcção do Registo as alterações do seu efectivo, nomeadamente mortes, castrações, aquisições, vendas, cedências ou quaisquer outras formas de alienação.

ARTIGO 19º

Os criadores que tenham aderido a este Registo beneficiam de:

- a) subsídios visando o fomento da raça.
- a) benefícios resultantes do disposto no artº 10º do Dec.-Lei nº 37/75, de 31 de Janeiro.

IX - DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

ARTIGO 20º

O valor das taxas será fixado por despacho do Director do SNC.

ARTIGO 21º

As alterações ao presente Regulamento serão propostas pela Direcção Técnica ao SNC.



A.E.P.G.A. Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino
 Apartado 10 - 5225 SENDIM; TEL:914093724

RAÇA ASININA DE MIRANDA

REGISTO ZOOTÉCNICO-REGISTO DE REPRODUTORES N° _____ N° Sg _____

NOME _____ SEXO _____ NASC. _____

PROPRIETÁRIO _____ IDADE _____

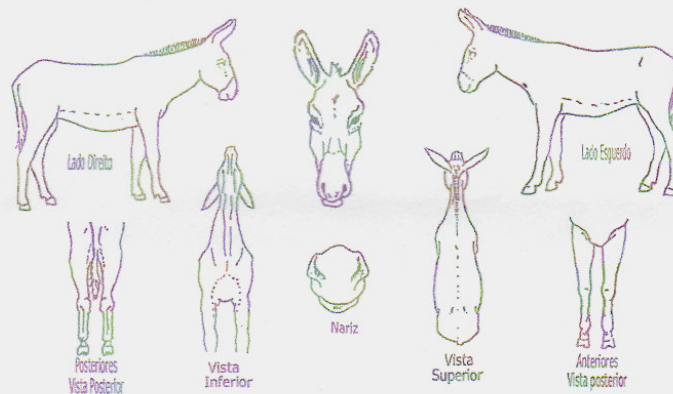
MORADA _____ TEL: _____

RESENHO

Pelagem: _____ Altura ao Garrote: _____

Particularidades: _____

Obs.: _____



PONTUAÇÃO

	Parcial	Total	
Cabeça e pescoço (x1.5)			Joelho _____
Espádua e garrote			PTO _____
Tronco			Orelha _____
Garupa			Cabeça _____
Membros (x1.5)			Arcada zigomática _____
Pelagem (x1.5)			Largura da garupa _____
Andamentos			
Conjunto de formas (x1.5)			
TOTAL (10,0)			



Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino

RAÇA ASININA DE MIRANDA

104

REGISTO ZOTÉCNICO REGISTO DE REPRODUTOR N° 779

PROVA FUNCIONAL

ANDAMENTOS	Mau	Razoável	Bom
Passo			x
Trote corrida			x
Trote lento			x

UTILIZAÇÃO	Sim	Não
Lavra?	x	
É montado?	x	
Leva carga a dorso ?	x	
Puxa carroça?	x	

O Secretário Técnico,

Miguel Nóvoa 011 04 120
Miguel Nóvoa



Burros da Raça Asinina de Miranda pertencentes a António Monteiro, Castelo Rodrigo. (Foto extraída do sítio www.burroslanudos.com)



Grupo de crias da mesma exploração. (Foto extraída do sítio www.burroslanudos.com)



Mãe e filhote. (Foto extraída do sítio www.burroslanudos.com)

ANEXO 3: EFECTIVOS ASININOS

Estimativas das Juntas de Freguesia relativas a asininos

Asininos no Concelho de Miranda do Douro

Quadro 1- Asininos, Habitantes, Famílias, Proprietários (por Freguesias e Localidades)

Freguesias/Localidades	Asininos	Habitantes	Famílias	Proprietários	Id méd Prop
Águas Vivas	40	230	81	39	56
Atenor (freg)	9	172	67	8	66
Atenor	4			4	65
Teixeira	5			4	66
Cicouro	23	105	47	12	64
Constantim	60	117	64	39	67
Duas Igrejas (freg)	64	749	296	54	64
Duas Igrejas	25			21	60
Cércio	23			20	70
Quinta do Cordeiro	7			5	56
Vale de Mira	9			8	65
Genísio (freg)	35	233	97	33	65
Genísio	20			18	65
Especiosa	15			15	65
Ifanes	53	205	93	35	65
Malhadas	48	399	150	26	56
Miranda do Douro (freg)	49	2154	830	36	65
Miranda do Douro	2			2	52
Aldeia Nova	18			12	65
Palancar	12			9	68
Pena Branca	5			3	77
Vale D'Águia	12			10	60
Palaçoulo (freg)	15	399	150	13	61
Palaçoulo	12			10	60
Prado Gatão	3			3	66
Paradela	75	165	62	35	60*
Picote (freg)	7	371	151	6	65
Picote	7			6	65
Barrocal do Douro	0			0	
Póvoa	75	244	97	40	60
S. Martinho	37	359	173	21	70
Sendim	21	1432	545	19	69
Silva (freg)	29	311	118	26	60
S. Pedro da Silva	12			10	60
Fonte Ladrão	8			8	56
Granja	9			8	65
Vila Chã da Braciosa (freg)	68	391	165	61	62
Vila Chã da Braciosa	40			33	62
Fonte da Aldeia	18			18	60
Freixiosa	10			10	65
C. de Miranda do Douro	708	8036	3186	503	63

Fontes:

Habitantes e famílias (INE - XIV Recenseamento Geral da População)

Asininos e proprietários (Juntas de Freguesia 2005)

*Média estabelecida segundo base de dados da AEPGA.Vice-presid.da J.F.indica faixa 60-65.

Efectivos de asininos no Concelho de Miranda do Douro

Evolução 1989-2005

Quadro 2- - Número de asininos nas Freguesias do Concelho de Miranda do Douro
(1989-2005)

Freguesias	Nº de asininos			Redução de asininos (%)		
	1989	1999	2005	89--->99	99--->05	89--->05
Águas Vivas *			40			
Atenor	44	25	9	43,2	64,0	79,5
Cicouro	45	37	23	17,8	37,8	48,9
Constantim	91	70	60	23,1	14,3	34,1
Duas Igrejas	240	123	64	48,8	48,0	73,3
Genísio	87	46	35	47,1	23,9	59,8
Ifanes	135	75	53	44,4	29,3	60,7
Malhadas	121	85	48	29,8	43,5	60,3
Miranda do Douro	129	69	49	46,5	29,0	62,0
Palaçoulo *	163	83	15	49,1	81,9	90,8
Paradela	131	84	75	35,9	10,7	42,7
Picote	104	29	7	72,1	75,9	93,3
Póvoa	141	98	75	30,5	23,5	46,8
S. Martinho	169	79	37	53,3	53,2	78,1
Sendim	163	79	21	51,5	73,4	87,1
Silva	108	62	29	42,6	53,2	73,1
Vila Chã da Braciosa	152	92	68	39,5	26,1	55,3
Total	2023	1136	708	43,8	37,7	65,0

Fontes:

Os dados de 1989 e de 1999 são do **INE – Recenseamentos Gerais da Agricultura**

Os dados de 2005 são estimativas dos responsáveis das **Juntas de Freguesia**

Nos dados de 2005 relativos a **Atenor** não foram considerados os animais da **AEPGA**

Em 1989 existiam 2023 asininos no **Concelho de Miranda do Douro**.

Em 1999 eram 1136 o que corresponde a uma diminuição de 43,8% em 10 anos.

Se as estimativas estiverem correctas, de 1999 para 2005 a redução foi de 37,7% .

Em 16 anos o efectivo de asininos no **Concelho de Miranda do Douro** diminuiu 65%.

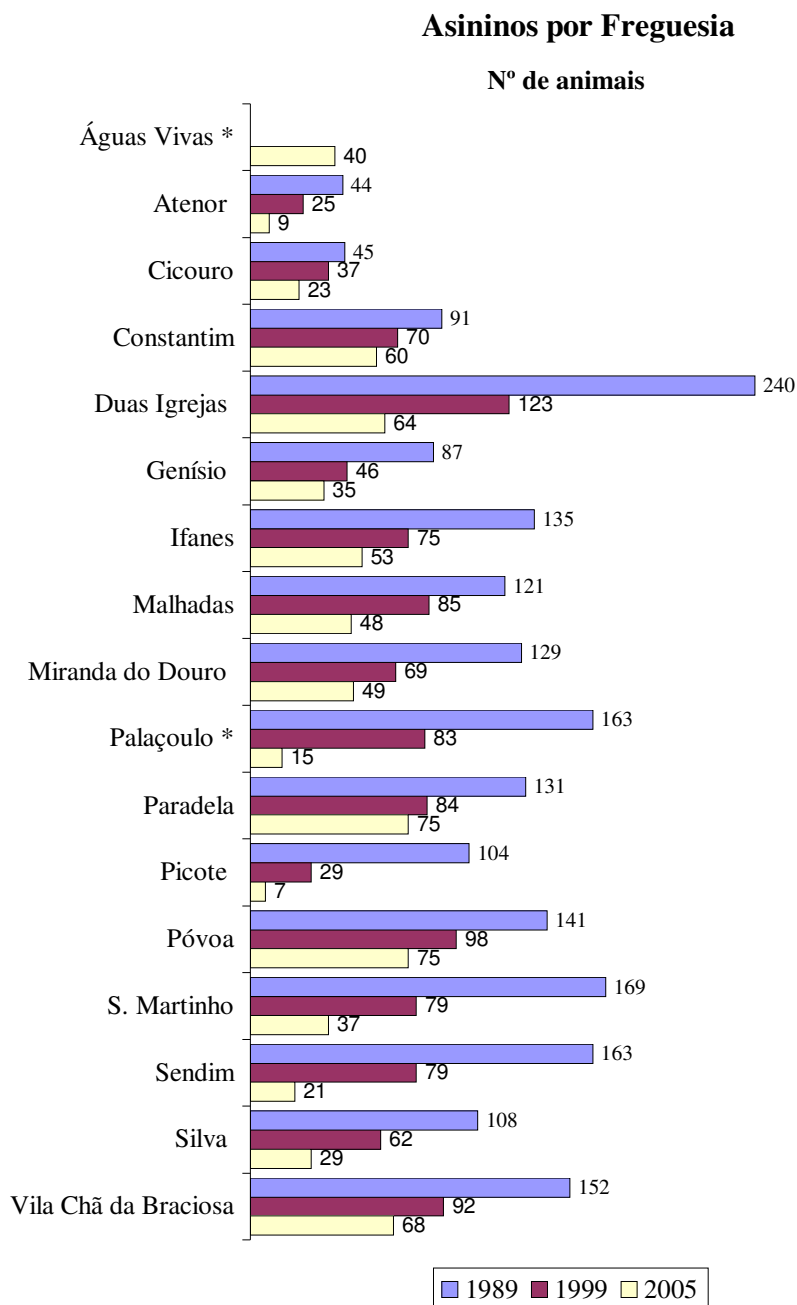
*Os números relativos a 1989 e 1999 da freguesia de **Palaçoulo** incluem também os de **Águas Vivas** . A freguesia de **Águas Vivas** só foi criada em Abril de 2001.

Assim a redução real de asininos em **Palaçoulo** de 1999 para 2005 será de 33,7% e de 1989 para 2005 será de 66,3%.

Efectivos de asininos no Concelho de Miranda do Douro

Evolução 1989-2005

Gráfico 1 - Número de asininos nas Freguesias do Concelho de Miranda do Douro (1989-2005)



Fontes:

Os dados de 1989 e de 1999 são do **INE – Recenseamentos Gerais da Agricultura**

Os dados de 2005 são estimativas dos responsáveis das **Juntas de Freguesia**

Nos dados de 2005 relativos a **Atenor** não foram considerados os animais da **AEPGA**

INQUÉRITO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Ao cuidado dos Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de
Miranda do Douro:

*Questionário sobre situação actual do gado asinino e sua relação com a população do
concelho de Miranda do Douro⁴⁷⁹*

1-Número de asininos (burros e burras) por povoação:

Nomes das povoações da freguesia ⁴⁸⁰ :	Nº de asininos:

Nome da Freguesia:

Nº Total de asininos:

--	--

2- Número de habitantes por povoação:

Povoação:	Nº de habitantes:

⁴⁸⁰ Sede de freguesia e aldeias anexas

3- Número de famílias residentes por povoação:

Povoação:	Nº de famílias:

4- Número de proprietários/criadores de asininos por povoação

Povoação:	Nº de proprietários/criadores de asininos:

5-Média etária dos proprietários/criadores de asininos por povoação:

Povoação:	Média de idades dos proprietários/criadores:

6- Média etária da população de cada uma das povoações da freguesia:

Povoação:	Média etária da população respectiva:

Freguesia:	Média etária da população da freguesia:

Questionário com vista a um trabalho de mestrado em Antropologia, Patrimónios e Identidades, do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) em torno do tema do gado asinino e, em particular, sobre a raça asinina de Miranda. Um trabalho de investigação em curso e para o qual se agradece desde já toda a ajuda que for possível prestar.

Nota: Os dados obtidos referentes a nº de famílias e habitantes indicados foram os números oficiais do INE (2001) e da C.M. de Miranda do Douro.

**ANEXO 4: O GADO ASININO:
EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS**

Evolução do gado asinino no continente

Mapas, quadros e textos extraídos de:

Barbosa, J.C., “*O gado asinino em Trás-os-Montes. Contribuição para o conhecimento da sua importância socio-económica.*”

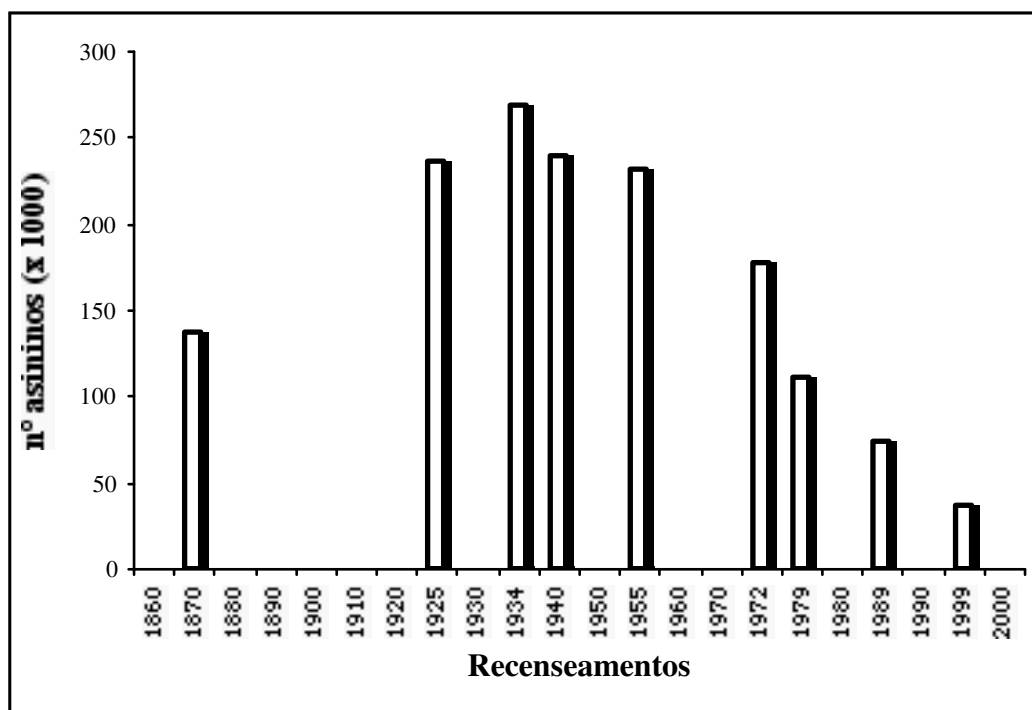


Fig. 1 – Evolução do efectivo asinino em Portugal (Continente).

“De salientar a queda verificada entre os recenseamentos de 1972 e 1979 pois, nestes sete anos de intervalo, o efectivo nacional de burros passou de 177 mil para 111 mil, o que representa uma diminuição de 37%. No decénio seguinte (1979-1989) manteve-se a tendência, com diminuição de 33%, baixando o número de burros para 74 mil. Entre 1989 e 1999 o efectivo asinino reduziu-se para menos de metade (36 mil animais) sendo a redução média anual, neste período, de cerca de 3 812 cabeças por ano.”

(Barbosa, J.C.)

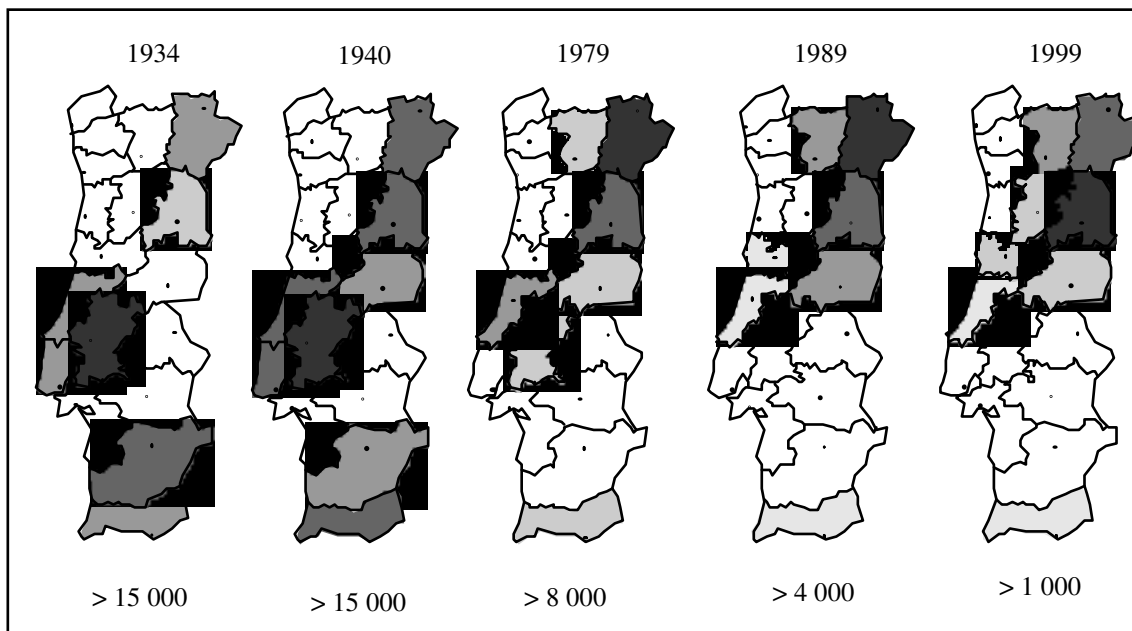


Figura 2 – Distribuição geográfica dos distritos com mais burros em cada recenseamento.

“Verificamos que tanto em 1934 como em 1940, Santarém é o distrito com maior efectivo asinino. Nos anos de 1979 e 1989 é Bragança o distrito do país com maior número de burros. No último recenseamento, Guarda passa para a primeira posição, depois de ter ocupado a segunda posição nos dois anteriores recenseamentos. Estes dados e a visualização da Figura 2 permitem-nos verificar que o gado asinino foi perdendo importância relativa nas regiões do Alentejo, Ribatejo e Estremadura; e foi aumentando o peso relativo das regiões interiores de Trás-os-Montes e Beira. Da mesma forma se alterou a importância relativa dos muares por região, como se pode verificar pela Figura 3.”

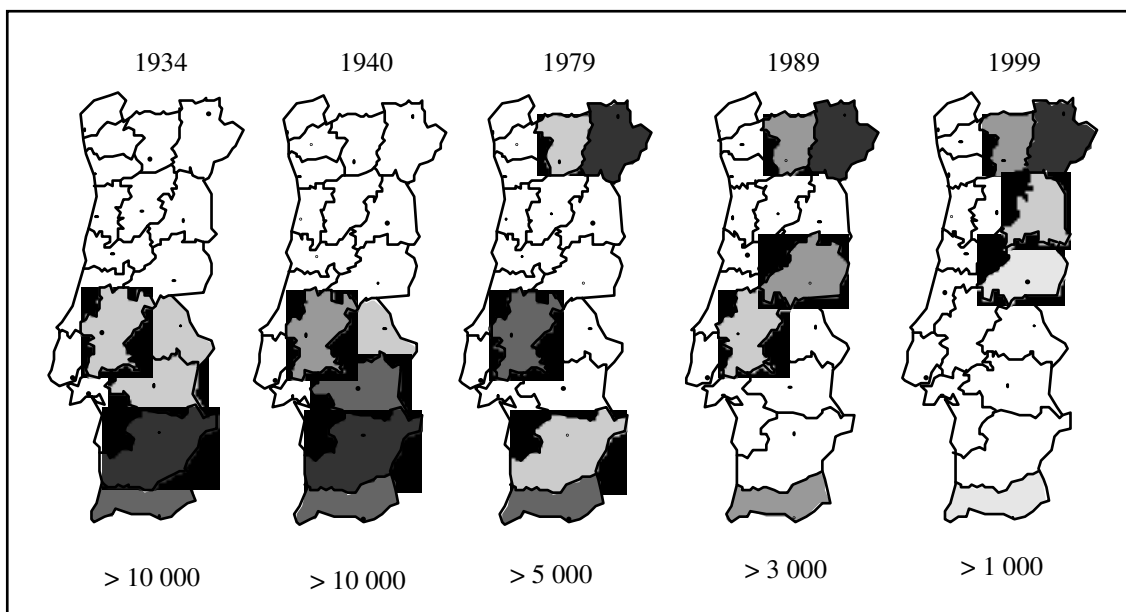


Figura 3 – Distribuição geográfica dos distritos com mais muares em cada recenseamento.

“De forma distinta do que se passou a nível nacional, nos distritos de Bragança e Vila Real não se deu uma diminuição significativa no número de burros entre 1979 e 1989; e, nesse período, no distrito de Vila Real houve um ligeiro aumento.

(...) Verifica-se que durante os anos da década de oitenta o efectivo asinino e muar manteve-se estabilizado, sem grandes alterações nos dois distritos, dando-se um decréscimo acentuado no número de burros, no período de 1989 a 1999, com uma redução de cerca de 48% em Bragança e de cerca de 37% em Vila Real. Neste período, também os muares registam, nestes distritos, reduções superiores a 30%.”
(Id.)

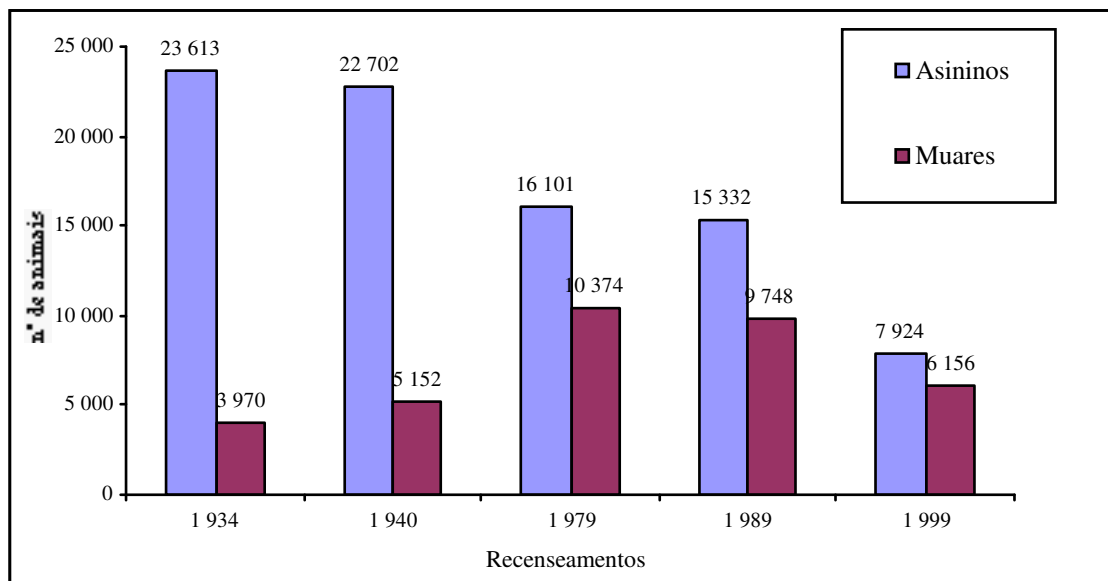


Figura 4 – Evolução dos efectivos asininos e muases no distrito de Bragança.

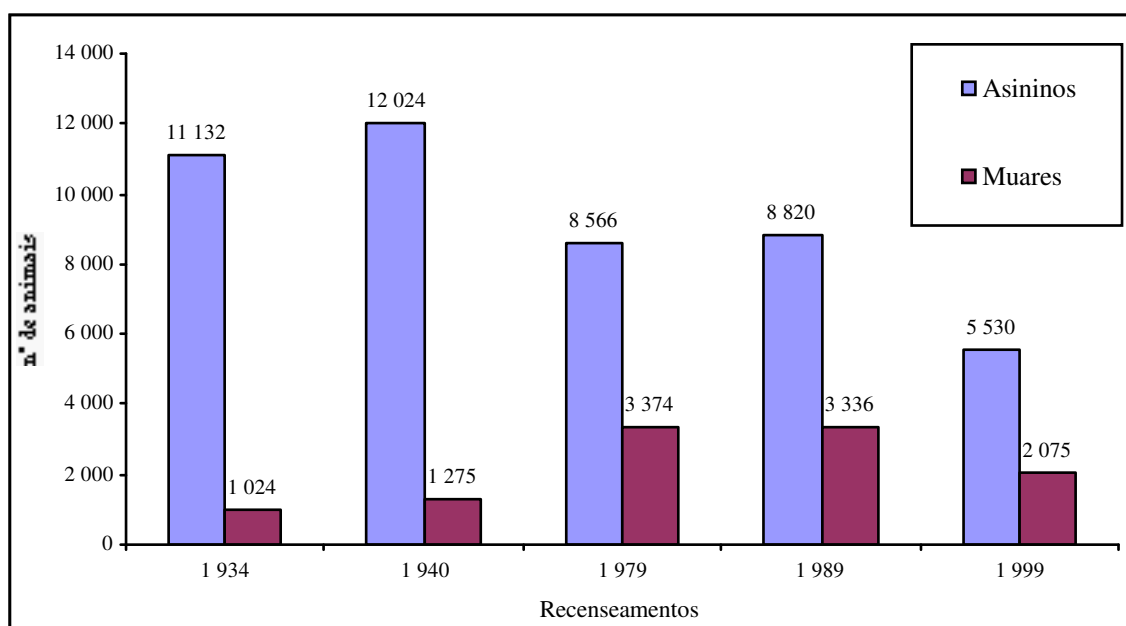


Figura 5 – Evolução dos efectivos asininos e muases no distrito de Vila Real.

“De acordo com o recenseamento de 1999, os concelhos de Trás-os-Montes que possuem mil ou mais burros são, por ordem decrescente: Valpaços, Chaves, Miranda do Douro, Mogadouro, Bragança, Vimioso. A localização geográfica destes concelhos forma duas “manchas” contínuas, uma no distrito de Vila Real; e outra na parte leste

do distrito de Bragança.” (Ibid.)

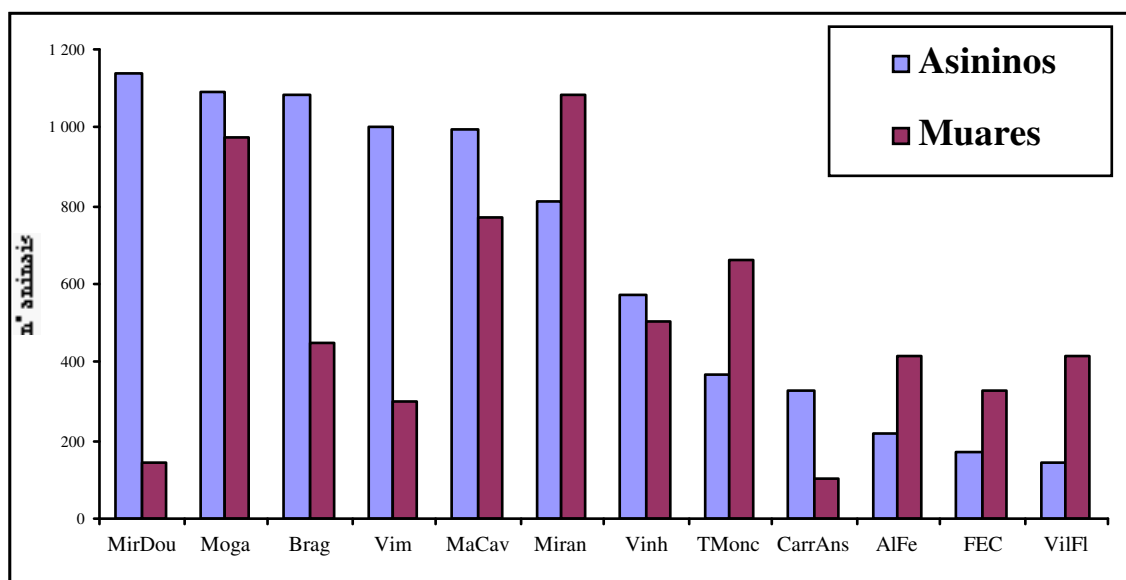


Figura 6 – Efectivos asinino e muar nos concelhos do distrito de Bragança, em 1999.

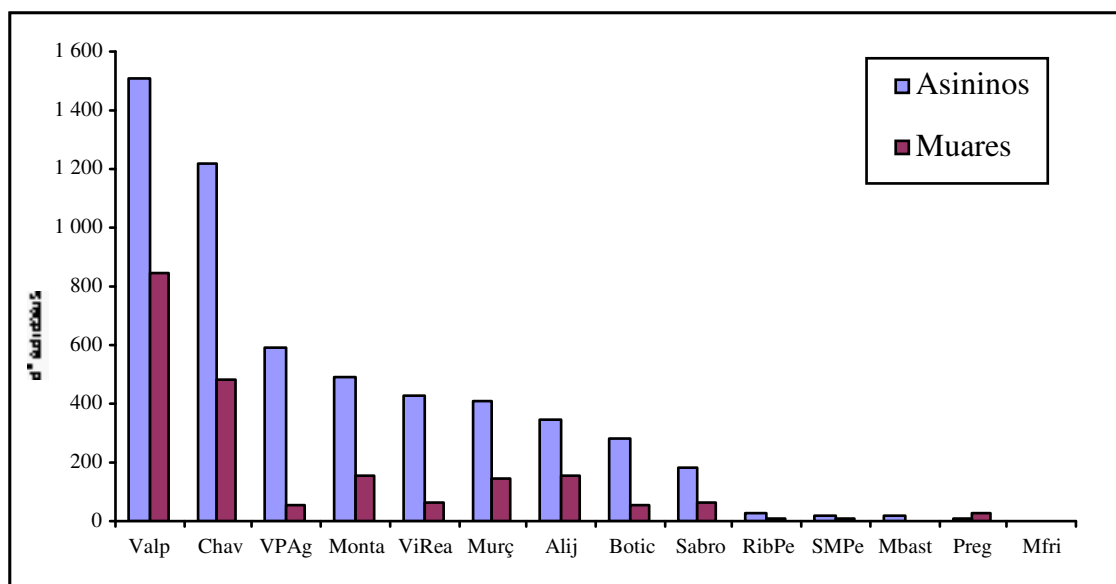


Figura 7 – Efectivos asinino e muar nos concelhos do distrito de Vila Real, em 1999.

Quadro 1 – Freguesias com mais de 100 asininos no recenseamento de 1999

Nº de asininos Freguesia Concelho

171	Jou	Murça
133	Santulhão	Vimioso
131	Friões	Valpaços
123	Duas Igrejas	Miranda do Douro
118	Carção	Vimioso
115	Carviçais	Torre de Moncorvo
114	Telões	Vila Pouca de Aguiar
113	Bouçoães	Valpaços
112	Águas Frias	Chaves
112	S. Martinho do Peso	Mogadouro
110	Ervões	Valpaços
108	Vilar de Perdizes	Montalegre

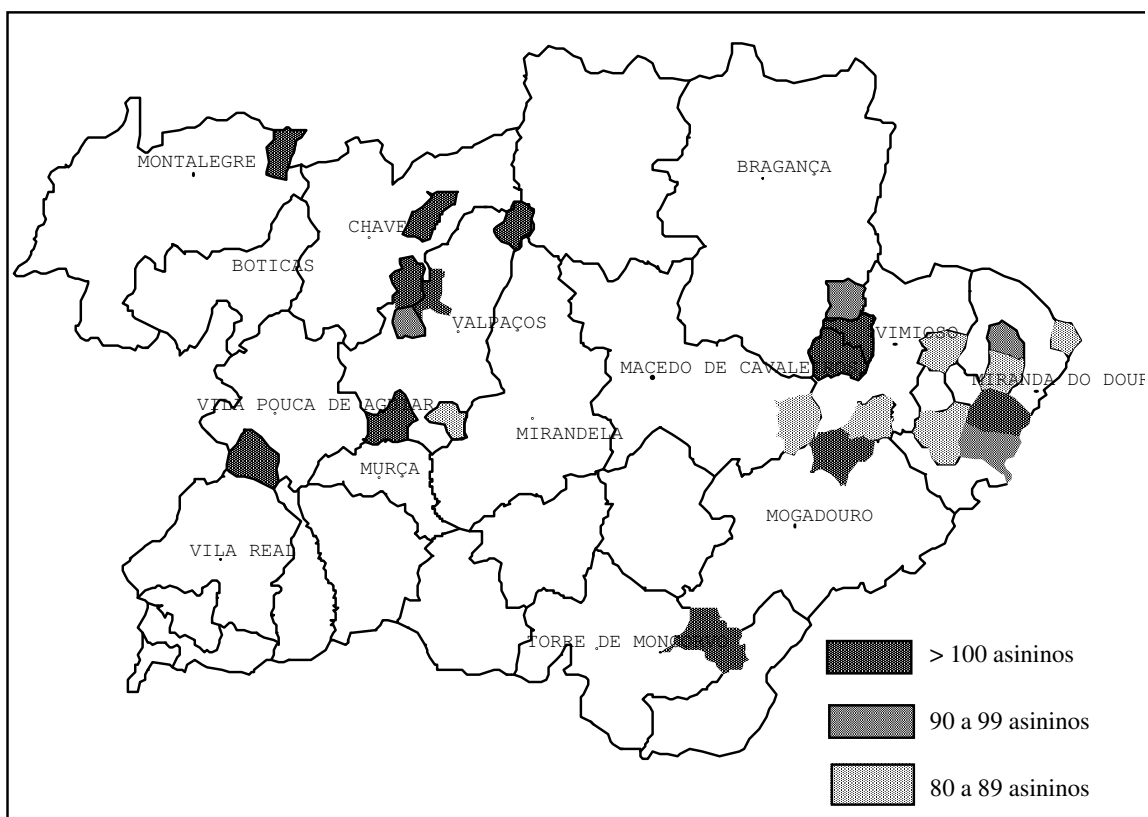


Figura 8 – Freguesias de Trás-os-Montes com mais de 80 asininos no ano de 1999.

**RECENSEAMENTOS GERAIS DA AGRICULTURA,
DADOS COMPARATIVOS 1989/1999 (INE)**

Gado asinino	1989		1999	
	Nº explorações	Nº animais	Nº explorações	Nº animais
Unidade Geográfica				
CC - Arcos de Valdevez	32	91	13	24
CC - Caminha	-	-	-	-
CC - Melgaço	37	39	48	54
CC - Monção	27	62	21	46
CC - Paredes de Coura	5	6	6	8
CC - Ponte da Barca	8	19	6	13
CC - Ponte de Lima	15	19	10	13
CC - Valença	6	7	3	3
CC - Viana do Castelo	5	10	2	...
CC - Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-
CC - Amares	13	18	10	11
CC - Barcelos	9	10	8	9
CC - Braga	1	...	5	5
CC - Esposende	3	3	2	...
CC - Terras de Bouro	9	12	7	9
CC - Vila Verde	30	44	15	26
CC - Fafe	4	4	3	4
CC - Guimarães	25	32	8	8
CC - Póvoa de Lanhoso	7	17	3	9
CC - Vieira do Minho	2	...	8	29
CC - Vila Nova de Famalicão	3	3	2	...
CC - Vizela	1	...	1	...
CC - Santo Tirso	1	...	1	...
CC - Trofa	-	-	-	-
CC - Espinho	-	-	-	-
CC - Gondomar	-	-	-	-
CC - Maia	1	...	-	-
CC - Matosinhos	7	7	2	...
CC - Porto	-	-	-	-
CC - Póvoa de Varzim	12	12	14	14
CC - Valongo	4	4	1	...
CC - Vila do Conde	-	-	-	-
CC - Vila Nova de Gaia	6	8	6	7
CC - Castelo de Paiva	3	6	13	14
CC - Cabeceiras de Basto	6	7	4	8

CC - Celorico de Basto	2	...	6	7
CC - Amarante	8	8	31	36
CC - Baião	17	17	21	22
CC - Felgueiras	1	...	14	18
CC - Lousada	8	8	29	32
CC - Marco de Canaveses	9	9	15	15
CC - Paços de Ferreira	1	...	3	3
CC - Paredes	4	4	9	10
CC - Penafiel	15	15	27	29
CC - Mondim de Basto	5	6	16	17
CC - Ribeira de Pena	49	51	24	24
CC - Cinfães	2	...	7	7
CC - Resende	12	13	15	15
CC - Arouca	1	...	1	...
CC - Santa Maria da Feira	1	...	-	-
CC - Oliveira de Azeméis	2	...	-	-
CC - São João da Madeira	-	-	-	-
CC - Vale de Cambra	1	...	-	-
CC - Carrazeda de Ansiães	403	427	315	328
CC - Freixo de Espada à Cinta	300	318	164	173
CC - Torre de Moncorvo	536	644	330	368
CC - Vila Flor	309	382	127	140
CC - Vila Nova de Foz Côa	238	260	121	126
CC - Alijó	427	439	330	342
CC - Mesão Frio	-	-	-	-
CC - Peso da Régua	41	44	9	9
CC - Sabrosa	275	302	182	186
CC - Santa Marta de Penaguião	40	47	18	19
CC - Vila Real	655	698	406	431
CC - Armamar	234	245	106	109
CC - Lamego	313	329	116	120
CC - Moimenta da Beira	419	445	241	249
CC - Penedono	196	221	190	205
CC - São João da Pesqueira	297	321	127	128
CC - Sernancelhe	499	542	288	307
CC - Tabuaço	406	478	219	248
CC - Tarouca	280	292	182	186
CC - Alfândega da Fé	365	448	200	221
CC - Bragança	1402	2048	838	1085
CC - Macedo de Cavaleiros	1245	2041	755	997
CC - Miranda do Douro	1261	2023	772	1136
CC - Mirandela	1231	1764	678	811

CC - Mogadouro	1461	2166	833	1094
CC - Vimioso	1016	1898	599	999
CC - Vinhais	995	1173	535	572
CC - Boticas	367	401	269	285
CC - Chaves	1447	1810	1033	1219
CC - Montalegre	687	815	443	488
CC - Murça	589	788	345	412
CC - Valpaços	1758	2341	1240	1505
CC - Vila Pouca de Aguiar	900	1078	522	593
CC - Águeda	35	39	25	26
CC - Albergaria-a-Velha	3	3	8	11
CC - Anadia	100	100	45	45
CC - Aveiro	21	23	19	19
CC - Estarreja	11	11	13	15
CC - Ílhavo	-	-	1	...
CC - Mealhada	272	285	113	116
CC - Murtosa	-	-	3	3
CC - Oliveira do Bairro	4	4	3	4
CC - Ovar	-	-	-	-
CC - Sever do Vouga	-	-	-	-
CC - Vagos	3	3	8	11
CC - Cantanhede	267	280	277	281
CC - Coimbra	431	441	132	132
CC - Condeixa-a-Nova	187	192	71	75
CC - Figueira da Foz	677	744	363	383
CC - Mira	3	3	12	14
CC - Montemor-o-Velho	659	733	433	448
CC - Penacova	30	30	17	17
CC - Soure	1121	1204	357	362
CC - Batalha	265	283	89	92
CC - Leiria	327	336	107	109
CC - Marinha Grande	23	24	3	3
CC - Pombal	1229	1309	373	383
CC - Porto de Mós	565	659	160	199
CC - Arganil	177	179	69	70
CC - Góis	29	29	15	16
CC - Lousã	41	42	7	8
CC - Miranda do Corvo	28	28	4	4
CC - Oliveira do Hospital	301	304	139	139
CC - Pampilhosa da Serra	3	3	-	-
CC - Penela	43	43	29	29
CC - Tábua	367	383	120	122
CC - Vila Nova de Poiares	73	74	17	17
CC - Alvaiázere	168	174	42	51
CC - Ansião	121	123	53	53
CC - Castanheira de Pêra	-	-	-	-
CC - Figueiró dos Vinhos	13	13	2	...
CC - Pedrógão Grande	90	90	14	14

CC - Aguiar da Beira	158	166	140	145
CC - Carregal do Sal	302	305	104	104
CC - Castro Daire	113	115	111	116
CC - Mangualde	428	434	191	198
CC - Mortágua	6	6	13	13
CC - Nelas	720	735	287	289
CC - Oliveira de Frades	4	5	3	3
CC - Penalva do Castelo	171	174	121	124
CC - Santa Comba Dão	223	224	46	46
CC - São Pedro do Sul	4	4	2	...
CC - Sátão	133	133	99	104
CC - Tondela	207	208	46	49
CC - Vila Nova de Paiva	199	204	156	159
CC - Viseu	389	392	234	238
CC - Vouzela	1	...	-	-
CC - Oleiros	25	25	25	25
CC - Proença-a-Nova	471	540	181	210
CC - Sertão	146	149	62	65
CC - Vila de Rei	96	96	19	20
CC - Mação	517	562	169	183
CC - Fornos de Algodres	170	174	101	101
CC - Gouveia	210	220	103	104
CC - Seia	366	382	232	241
CC - Almeida	1166	1955	640	945
CC - Celorico da Beira	574	619	313	329
CC - Figueira de Castelo Rodrigo	676	990	330	491
CC - Guarda	1774	2018	1033	1137
CC - Manteigas	8	10	12	15
CC - Meda	788	998	439	532
CC - Pinhel	1789	2445	1237	1513
CC - Sabugal	2336	2788	1304	1482
CC - Trancoso	1396	1575	940	1043
CC - Castelo Branco	1532	1726	703	768
CC - Idanha-a-Nova	598	758	366	420
CC - Penamacor	927	1047	461	476
CC - Vila Velha de Ródão	323	365	121	131
CC - Belmonte	196	220	154	159
CC - Covilhã	342	350	154	160
CC - Fundão	723	761	408	420
CC - Alcobaça	457	494	92	96
CC - Bombarral	71	74	4	4
CC - Caldas da Rainha	273	317	47	49
CC - Nazaré	62	66	13	14
CC - Óbidos	269	292	36	40
CC - Peniche	258	268	49	50
CC - Alenquer	266	307	54	59
CC - Arruda dos Vinhos	43	48	7	8

CC - Cadaval	192	204	26	26
CC - Lourinhã	152	160	10	11
CC - Mafra	478	543	114	129
CC - Sobral de Monte Agraço	135	161	43	48
CC - Torres Vedras	257	281	47	48
CC - Cascais	4	4	-	-
CC - Lisboa	-	-	-	-
CC - Loures	77	103	38	47
CC - Oeiras	-	-	-	-
CC - Sintra	48	53	22	22
CC - Vila Franca de Xira	23	25	9	12
CC - Amadora	-	-	-	-
CC - Odivelas	5	6	-	-
CC - Alcochete	10	10	7	7
CC - Almada	1	...	3	4
CC - Barreiro	3	3	1	...
CC - Moita	6	7	4	5
CC - Montijo	28	28	5	5
CC - Palmela	32	32	12	12
CC - Seixal	5	5	2	...
CC - Sesimbra	25	26	4	4
CC - Setúbal	5	6	2	...
CC - Abrantes	209	218	53	56
CC - Alcanena	80	81	18	19
CC - Constância	2	...	-	-
CC - Entroncamento	-	-	-	-
CC - Ferreira do Zêzere	51	51	10	11
CC - Sardoal	64	64	6	6
CC - Tomar	189	191	27	27
CC - Torres Novas	165	169	47	49
CC - Vila Nova da Barquinha	-	-	1	...
CC - Ourém	676	687	180	181
CC - Azambuja	164	186	57	70
CC - Almeirim	37	37	3	3
CC - Alpiarça	7	7	-	-
CC - Benavente	9	9	2	...
CC - Cartaxo	37	38	14	16
CC - Chamusca	38	39	6	6
CC - Coruche	128	128	34	35
CC - Golegã	2	...	-	-
CC - Rio Maior	163	171	30	31
CC - Salvaterra de Magos	16	16	1	...
CC - Santarém	289	303	84	85
CC - Odemira	481	595	231	272
CC - Alcácer do Sal	15	16	3	3
CC - Grândola	42	44	15	15

CC - Santiago do Cacém	85	93	43	47
CC - Sines	9	9	6	6
CC - Mora	34	34	7	12
CC - Alter do Chão	21	31	4	7
CC - Arronches	13	14	12	13
CC - Avis	7	7	2	...
CC - Campo Maior	8	11	2	...
CC - Castelo de Vide	67	77	3	4
CC - Crato	45	48	23	23
CC - Elvas	19	21	3	10
CC - Fronteira	3	3	5	5
CC - Gavião	237	256	102	105
CC - Marvão	94	107	29	31
CC - Monforte	12	16	2	...
CC - Nisa	404	451	171	202
CC - Ponte de Sor	238	251	111	111
CC - Portalegre	77	79	45	48
CC - Alandroal	95	112	33	37
CC - Arraiolos	14	15	5	6
CC - Borba	17	17	7	7
CC - Estremoz	29	34	10	11
CC - Évora	33	42	20	26
CC - Montemor-o-Novo	54	79	9	13
CC - Mourão	62	65	15	20
CC - Portel	17	18	13	14
CC - Redondo	54	66	17	27
CC - Reguengos de Monsaraz	80	85	33	35
CC - Vendas Novas	11	11	3	5
CC - Viana do Alentejo	28	39	13	20
CC - Vila Viçosa	9	10	3	3
CC - Sousel	6	6	1	...
CC - Aljustrel	7	9	1	...
CC - Almodôvar	222	274	77	80
CC - Alvito	4	4	8	8
CC - Barrancos	93	137	33	40
CC - Beja	13	20	14	21
CC - Castro Verde	10	16	3	3
CC - Cuba	24	27	12	12
CC - Ferreira do Alentejo	9	12	-	-
CC - Mértola	211	252	40	48
CC - Moura	135	163	60	70
CC - Ourique	253	315	71	95
CC - Serpa	131	147	60	66
CC - Vidigueira	30	33	10	10
CC - Albufeira	19	21	5	6
CC - Alcoutim	609	839	342	400
CC - Aljezur	117	134	41	47

CC - Castro Marim	319	426	190	229
CC - Faro	15	17	4	4
CC - Lagoa	2	...	5	24
CC - Lagos	121	157	58	76
CC - Loulé	521	603	172	210
CC - Monchique	281	317	96	98
CC - Olhão	28	32	1	...
CC - Portimão	35	41	9	11
CC - São Brás de Alportel	95	110	35	35
CC - Silves	543	725	182	212
CC - Tavira	755	1073	506	677
CC - Vila do Bispo	59	90	29	34
CC - Vila Real de Santo António	27	42	12	17
Totais:	61525	74584	31477	36435

**ANEXO 5: ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E PROTECÇÃO DO
GADO ASININO (AEPGA)**

Sócios da AEPGA

Distribuição territorial *

Quadros - Geral, Distritos do Continente, Ilhas, Estrangeiro e Distrito de Bragança .

Distribuição Territorial	Nº de Sócios
Continente	1418
Ilhas	6
Estrangeiro	57
Desconhecida	24
Total	1505

Distritos do Continente	Nº de Sócios
Aveiro	13
Beja	2
Braga	25
Bragança	1114
Castelo branco	7
Coimbra	16
Évora	7
Faro	2
Guarda	18
Leiria	4
Lisboa	62
Portalegre	4
Porto	67
Santarém	12
Setúbal	14
Viana do castelo	4
Vila Real	42
Viseu	5
Total	1418

Ilhas	Nº de Sócios
Açores	2
Madeira	4
Total	6

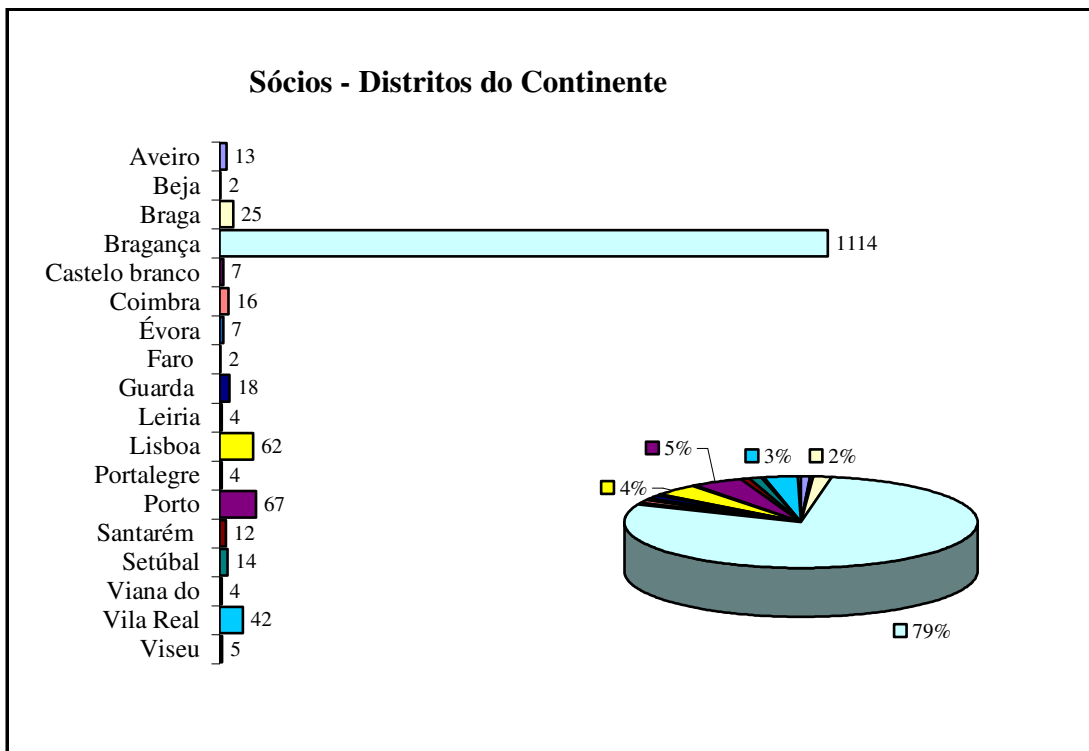
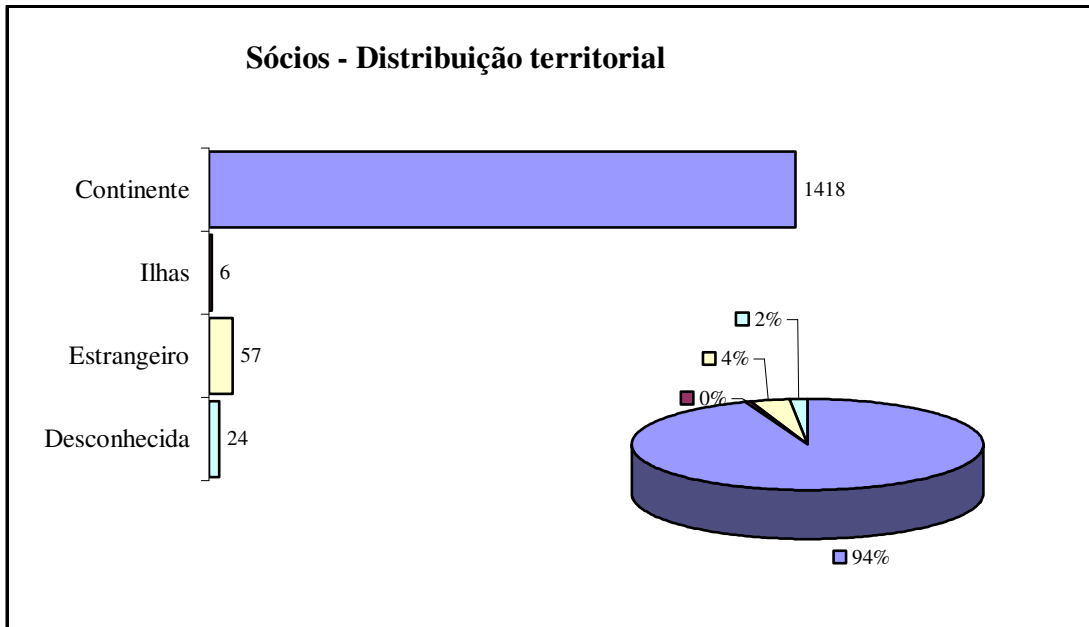
Países	Nº de Sócios
Andorra	1
Espanha	29
Belgica	2
França	23
Inglaterra	1
Suíça	1
Total	57

Distrito de Bragança	Nº de Sócios
Bragança	163
Miranda do Douro	399
Mogadouro	248
Vimioso	273
Outros	31
Total	1114

*Fonte : Base de dados da AEPGA (em 15 de Setembro de 2005)

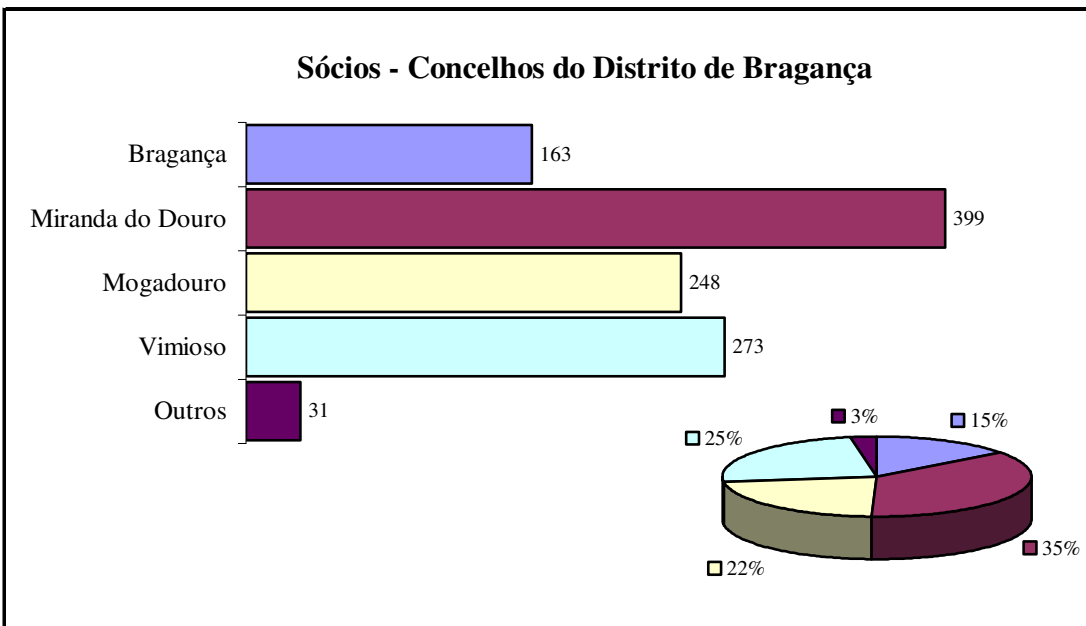
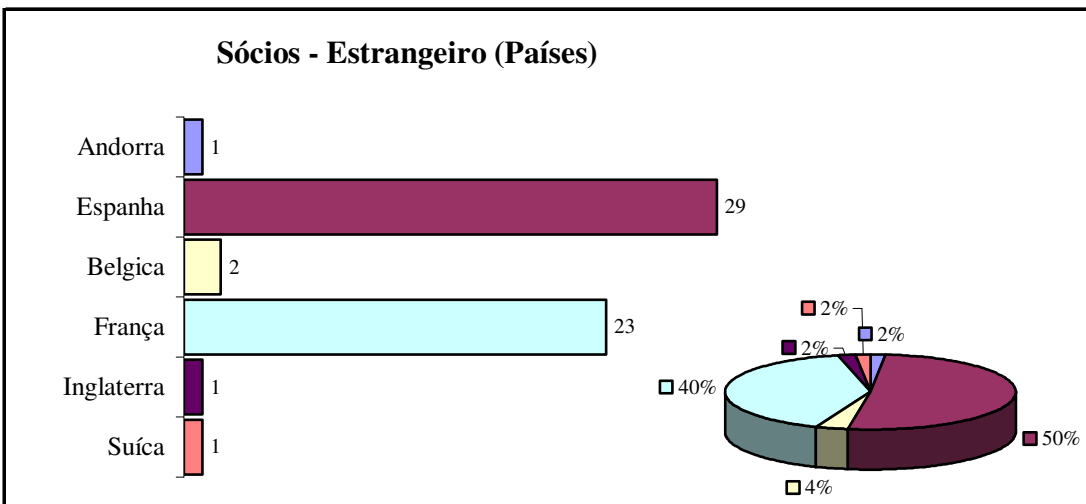
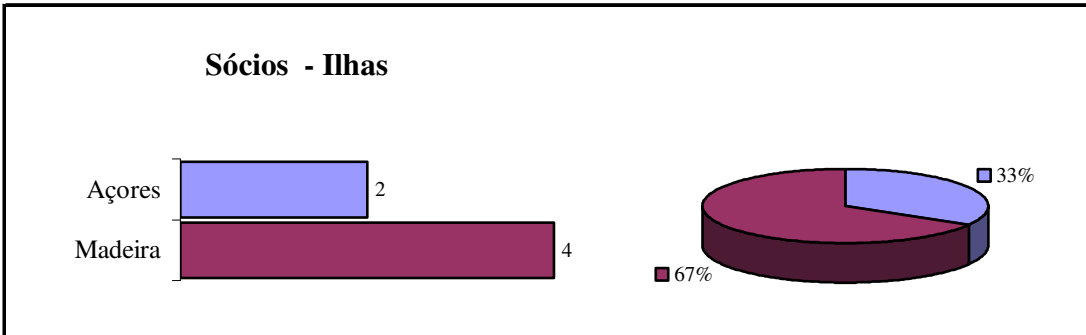
Sócios da AEPGA
Distribuição territorial

Gráficos 1 - Geral e Distritos do Continente



Sócios da AEPGA
Distribuição territorial

Gráficos 2 - Ilhas, Estrangeiro e Distrito de Bragança



III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

Quadros - Dados Gerais (Nacionalidade, Residência, Sexo, Nível de Instrução, Participação anterior, Contacto anterior com burros, Já ouviu falar do Burro Mirandês)

	Nacionalidade	%
Portuguesa	88	79%
Espanhola	20	18%
Italiana	2	2%
Francesa	1	1%

	Residência	%
Int. Norte	30	27%
Estrangeiro	21	19%
G. Lisboa	20	18%
G. Porto	15	14%
Lit. Norte	13	12%
Lit. Centro	12	11%
Sul	0	0%

	Sexo	%
Feminino	60	54%
Masculino	51	46%

	Nível de Instrução	%
Licenciatura	54	49%
Secundário	24	22%
Superior	19	17%
Bacharelato	6	5%
Mestrado	4	4%
Desconhec	3	3%
Primário	1	1%

	Participação anterior	%
Não	89	80%
Sim	21	19%
N/R	1	1%

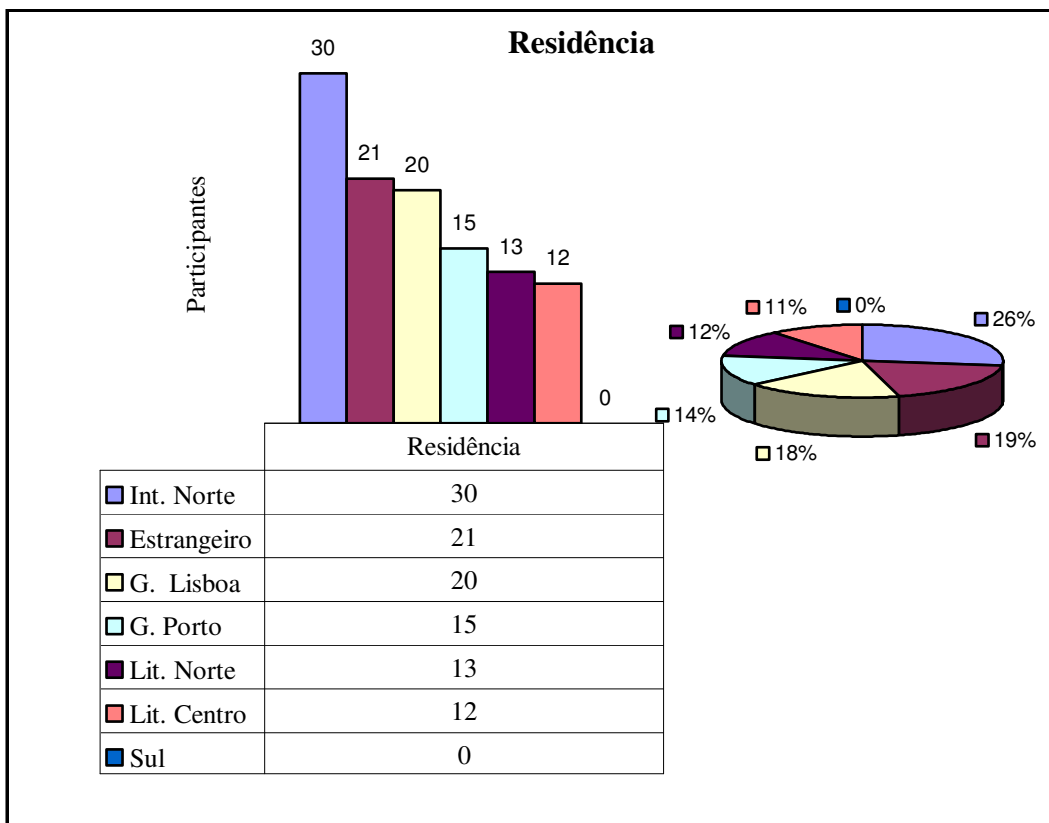
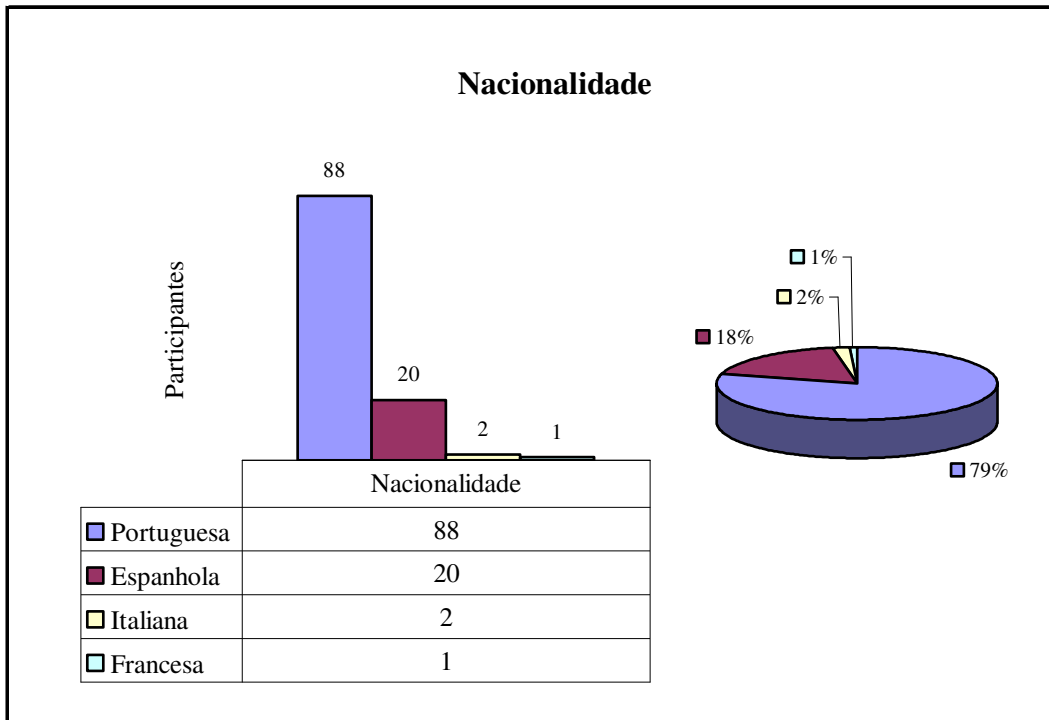
	Contacto ant burros	%
Sim	72	65%
Não	39	35%

	Já Ouviu falar B. M.	%
Sim	82	74%
Não	28	25%
N/R	1	1%

III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

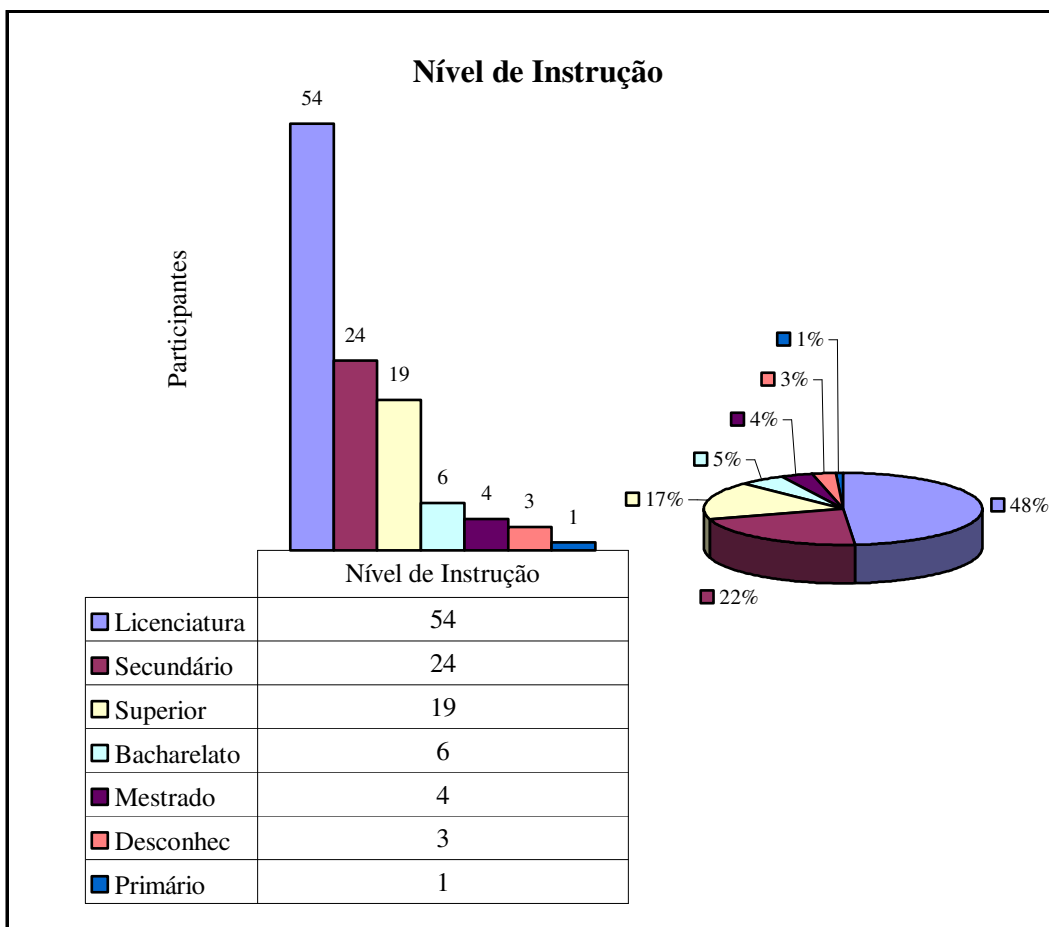
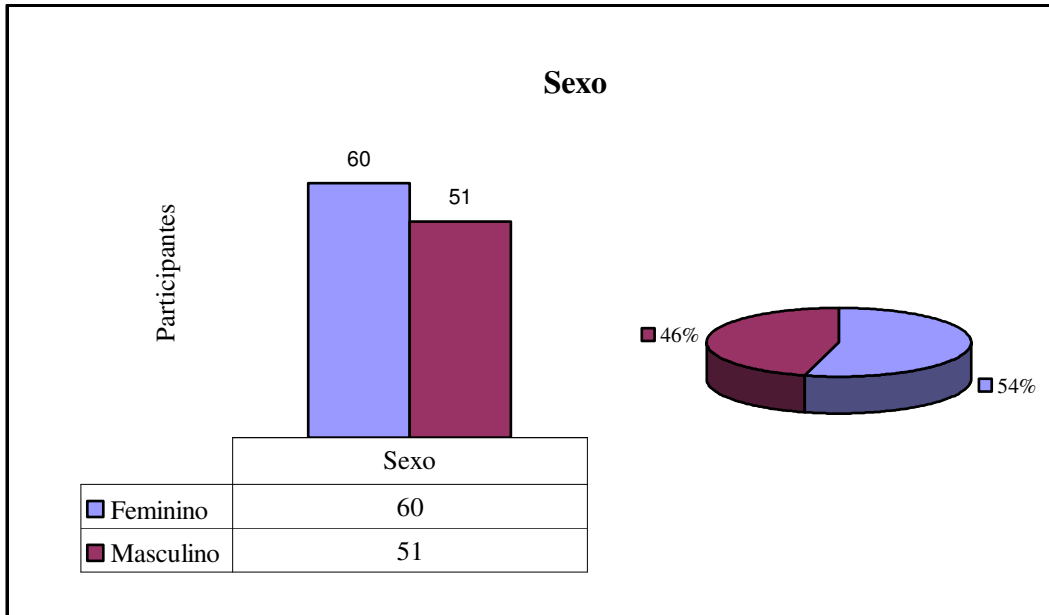
Gráficos 1 - Dados Gerais (Nacionalidade, Residência)



III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

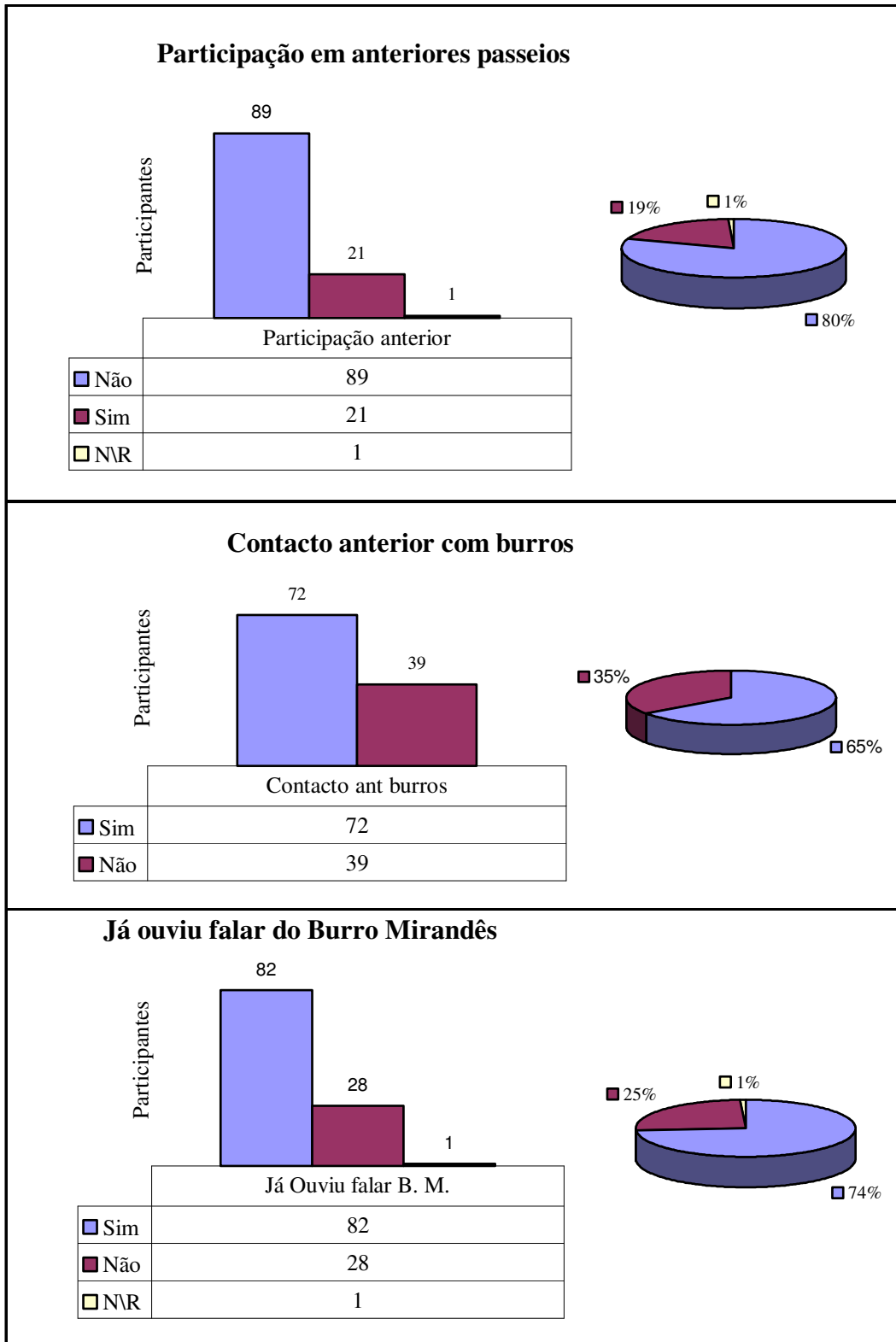
Gráficos 2 - Dados Gerais (Sexo, Nível de Instrução)



III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

Gráficos 3 - Dados Gerais (Participação anterior, contacto anterior com burros Já tinha ouvido falar do burro de Miranda)



III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

Motivos de Participação

Quadro 1 - Sexo, Nível de Instrução, Residência (validação)

	Inq	Inq val
Total	111	100
Homem	51	43
Mulher	60	57
Secundário	24	19
Superior	19	19
Bacharelato	6	5
Licenciatura	54	50
Mestrado	4	4
Desconhecido	3	3
Primário	1	0
Estrangeiro	21	19
Grande Porto	15	13
Litoral Norte	13	11
Interior Norte	30	27
Litoral Centro	12	11
Grande Lisboa	20	19

Quadro 2 - Pontuação de cada motivo
por Sexo, Nível de Instrução, Residência

	Natur	Convívio	Burro	Out Cult	Região	Música	Paisagem	Festa
Pont Total	533	506	497	493	400	377	372	339
Homem	231	238	191	189	175	150	177	149
Mulher	302	268	306	304	225	227	195	190
Secundário	106	100	88	87	73	69	83	51
Superior	114	91	100	86	79	58	80	63
Bacharelato	25	27	19	26	26	20	15	22
Licenciatura	257	263	258	258	196	205	168	176
Mestrado	19	19	19	20	11	14	12	14
Desconhecido	12	6	13	16	15	11	14	13
Estrangeiro	99	96	93	99	83	68	64	74
Grande Porto	69	77	80	62	47	50	53	60
Litoral Norte	56	72	58	62	37	36	41	34
Interior Norte	149	143	119	108	102	11	93	87
Litoral Centro	61	46	48	58	46	33	52	23
Grande Lisboa	99	72	99	104	85	79	69	61

Nota: Foi pedido aos inquiridos que ordenassem os motivos preferidos de participação.

A partir dessa ordem foi estabelecida uma pontuação, em que se atribuiu o valor 8 ao motivo que surgia em 1º lugar e o valor 1 ao último. A pontuação, foi calculada de acordo com o critério referido. Foram invalidados 11 inquéritos devido a preenchimento deficiente. (Para a divisão das regiões seguiu-se o critério da Marktest).

III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro* (1 a 4 de Agosto de 2005)

Resultados do inquérito aos participantes

Palavras associadas a burro

Quadro 1 - Sexo, Nível de Instrução, Residência (validação)

	Inq	I.vál
Total	111	94
Homem	51	42
Mulher	60	52
Secundário	24	20
Superior	19	15
Bacharelato	6	5
Licenciatura	54	47
Mestrado	4	4
Desconhecido	3	3
Primário	1	0
Estrangeiro	21	14
Grande Porto	15	13
Litoral Norte	13	13
Interior Norte	30	25
Litoral Centro	12	12
Grande Lisboa	20	17

Rur - Ruralidade
Trd - Tradição
Trb - Trabalho
Trq - Tranquilidade
Pas - Passeio
Laz - Lazer
Eva - Evasão
Tur - Turismo
Pre - Presente
Sil - Silêncio
Fut - Futuro
Rot - Rotina
Mo - Modernidade
Bul - Bulício
Ruí - Ruído

Quadro 2 - Pontuação de palavra associada a burro por Sexo, Nível de Instrução e Residência

	Rur	Trd	Trb	Trq	Pas	Laz	Eva	Tur	Pre	Sil	Fut	Rot	Mo	Bul	Ruí
Pont Total	1082	1056	881	845	784	586	563	539	538	505	481	270	212	131	113
Homem	442	468	423	333	356	257	276	249	216	212	228	51	107	53	36
Mulher	640	588	458	512	428	329	287	290	322	239	253	219	105	78	77
Secundário	178	210	171	180	178	161	104	109	110	99	113	53	40	33	11
Superior	195	178	134	142	113	100	102	83	77	115	77	41	39	19	28
Bacharelato	54	49	57	45	62	34	19	46	36	17	48	14	18	7	4
Licenciatura	588	531	451	439	359	261	292	249	241	230	197	138	92	65	66
Mestrado	37	51	40	6	36	19	20	37	38	14	13	11	5	0	0
Desconhecido	30	37	28	33	36	11	16	15	36	30	33	13	18	7	4
Estrangeiro	170	141	156	145	154	78	84	80	107	99	95	57	39	27	40
Grande Porto	162	145	100	137	80	60	112	69	52	77	33	27	35	14	24
Litoral Norte	143	138	110	120	101	80	87	73	98	48	80	19	28	15	2
Interior Norte	265	313	240	181	231	190	135	134	142	124	127	78	49	48	24
Litoral Centro	125	122	96	115	83	89	84	68	53	76	65	42	22	13	13
Grande Lisboa	217	197	179	147	135	89	61	115	86	81	81	47	39	14	10

Nota: Foi pedido aos inquiridos que ordenassem as palavras que associavam a burro .

A partir dessa ordem foi estabelecida uma pontuação, em que se atribuiu o valor 15 à palavra que surgia em 1º lugar e o valor 1 à última. A pontuação, foi calculada de acordo com o critério referido. Foram invalidados 17 inquéritos devido a preenchimento deficiente. (Para a divisão das regiões seguiu-se o critério da Marktest).

III Edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro*
(1 a 4 Agosto de 2005)

Inscrição nº _____

Breve questionário⁴⁸¹

Nacionalidade: _____

Natural de: _____

Sexo: Feminino___ Masculino___ (assinalar com uma cruz)

Idade:

Localidade de residência: _____

Profissão: _____

Habilitações escolares/académicas: _____

Já tinha participado noutras iniciativas da Galandum Galundaina Associação Cultural e da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA)? _____

Em que iniciativas e quando?

Como soube desta 3ª edição do passeio *L Burro i l Gueiteiro*?

Como efectuou a inscrição?

Decidiu participar individualmente ou veio em grupo ou em família?

Traz crianças consigo? _____ Com que idade(s)? _____

O que o levou a participar nesta edição do passeio?

O que mais gostou e porquê? _____

Antes deste passeio já alguma vez tinha passeado de burro ou tido contacto com o animal? _____

Se sim, em que circunstâncias?

Antes do passeio tinha ouvido falar do *Burro de Miranda*? Se sim, de que forma?

Antes deste passeio já tinha visitado o concelho de Miranda do Douro? _____
O que visitou? _____

Pensa participar em iniciativas semelhantes em terras de Miranda?

Porquê?

Tem planeado fazer mais alguma visita na região? Onde?

Pretende ficar na região para o Festival Intercéltico?

Sim _____ Não _____ (assinalar com uma cruz a resposta)

Entre as palavras que se seguem a quais associa a palavra burro

Por favor indique a sua primeira escolha como 1^a e depois as seguintes...2^a, 3^a, etc.

Presente__	Rotina ____	Ruralidade__
Passado__	Evasão ____	Tradição ____
Futuro__	Bulício ____	Modernidade__
Trabalho__	Tranquilidade__	Turismo ____
Lazer__	Ruído ____	Outras (indique quais): _____
	Silêncio__	

Os resultados deste questionário vão servir para a AEPGA conhecer melhor os participantes nesta iniciativa e serão ainda utilizados num trabalho de mestrado em Antropologia – Património e Identidades, realizado por Maria Helena Marques, estudante de mestrado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).



ESTATUTOS DA AEPGA

ARTIGO PRIMEIRO

- 1 - É constituída por tempo indeterminado uma Associação que adopta a designação de Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino
- 2 - A Associação usa a sigla " AEPGA"

ARTIGO SEGUNDO

- 1 - A AEPGA tem a sua sede em Sendim (concelho de Miranda do Douro), podendo ser transferida para qualquer outra localidade por deliberação do respectivo Conselho Directivo
- 2 - A AEPGA pode proceder à criação ou encerramento de delegações ou qualquer outra forma de representação social, temporária ou permanente, por deliberação do respectivo Conselho Directivo

ARTIGO TERCEIRO

- 1 - A AEPGA tem por objecto social a realização de estudos, pesquisas, divulgação e promoção do gado asinino, a classificação e gestão da variedade de asininos "Terras de Miranda", a promoção de iniciativas desportivas e turísticas de passeios com burros, a realização de campanhas de educação ambiental e conservação da natureza
- 2 - Para a consecução do seu objecto, compete à Associação, designadamente:
 - a) A investigação, o estudo de todas as questões técnicas, sociais, culturais e económicas respeitantes ao gado asinino
 - b) Promover e apoiar todas as iniciativas que visem a classificação, protecção e melhoramento de uma raça autóctone de asininos na região de terras de Miranda
 - c) Potenciar o aproveitamento socio-económico do gado asinino, através da organização de iniciativas turísticas, recreativas e culturais
 - d) Apoiar em termos zootécnicos e logísticos, os criadores de gado asinino, nomeadamente implementar campanhas de recenseamento, sanitárias e de melhoramento
 - e) Contribuir para a melhoria das condições ambientais e valorização do património natural da região através do maneio pecuário sustentável
 - f) Potenciar a utilização do gado asinino como veículo de educação e sensibilização ambiental junto de grupos de crianças, doentes e deficientes
- 3 - Para efeitos do número anterior a AEPGA poderá mediante deliberação do Conselho Directivo, estabelecer relações de cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como participar em quaisquer associações ou sociedades de responsabilidade limitada, cujo objecto contribua para a prossecução do seu objecto social e fins

ARTIGO QUARTO

- 1 - Haverá sócios fundadores, sócios efectivos e sócios honorários
- 2 - São sócios fundadores as pessoas colectivas, como tal identificadas na acta constituinte da ou na respectiva escritura notarial
- 3 - São sócios efectivos as pessoas colectivas ou singulares que se proponham contribuir para fins da
- 4 - São sócios honorários as pessoas colectivas ou singulares que tenham prestado relevantes serviços à

ARTIGO QUINTO

- 1 - A admissão dos sócios honorários faz-se mediante proposta apresentada pelo Conselho Directivo e aprovada por maioria de dois terços dos presentes na Assembleia Geral
- 2 - A admissão de sócios efectivos faz-se mediante proposta subscrita pelo candidato e por dois sócios efectivos e aprovada pelo Conselho Directivo
- 3 - Os sócios fundadores da são considerados sócios efectivos

ARTIGO SEXTO

1 - São direitos dos associados:

- a) Assistir e participar nas actividades promovidas pela associação;
- b) Apresentar sugestões e propostas ao Conselho Directivo;
- c) Utilizar os serviços da AEPGA

ARTIGO SÉTIMO

1 - É dever de todos os associados defender o bom nome e o prestígio da AEPGA

2 - São deveres específicos dos associados:

- a) Servir nos cargos sociais para que foram eleitos, sem direito a remuneração;
- b) Participar e votar nas assembleias gerais;
- c) Colaborar nas actividades da;
- d) Contribuir para o funcionamento da, mediante o pagamento da jóia e das quotas em vigor;
- e) Propor a admissão de novos sócios

3 - Os sócios honorários poderão participar nas Assembleias Gerais, estando isentos dos deveres identificados no número dois

ARTIGO OITAVO

1 - São órgãos da AEPGA :

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Directivo;
- c) O Conselho Fiscal

ARTIGO NONO

1 - A Assembleia Geral é composta por todos os sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos

2 - Consideram-se no pleno gozo dos seus direitos os sócios não suspensos e com as quotas em dia

ARTIGO DÉCIMO

1 - A Mesa da Assembleia Geral é formada por um Presidente e dois Secretários

2 - Compete ao Presidente convocar a Assembleia, abrir, suspender e encerrar a sessão, dirigir os trabalhos e assinar as actas das reuniões

3 - Compete aos secretários, coadjuvar o Presidente e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos e redigir, lavrar e assinar as actas das reuniões

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

1 - Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger os corpos sociais;
- b) Apreciar e votar o relatório de contas do exercício anterior apresentado pelo Conselho Directivo;
- c) Fixar, sob proposta do Conselho Directivo, a jóia e as quotas;
- d) Deliberar sobre todas as questões que interessam às actividades da Associação, sem prejuízo da competência própria dos outros órgãos;
- e) Deliberar sobre alterações aos Estatutos, sob proposta do Conselho Directivo;
- f) Deliberar sobre a dissolução da Assembleia

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

1 - A Assembleia Geral reúne, em sessão ordinária:

- a) Em Novembro de cada ano para apresentação de Plano de Actividades e Orçamento do ano seguinte;
- b) Até ao fim do primeiro trimestre de cada ano, para efeitos do disposto na alínea b do artigo anterior;
- c) A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que convocada a solicitação do Conselho Directivo, do Conselho Fiscal ou de um terço dos Associados

2 - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da Mesa mediante convocatória, por aviso postal, aos Associados com antecedência mínima de quinze dias

3 - Caso a convocação da Assembleia Geral seja requerida extraordinariamente, deve o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocá-la nos vinte dias subsequentes ao requerimento

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

1 - A Assembleia Geral pode reunir e deliberar validamente, em primeira convocação, desde que estejam, pelo menos, metade dos Associados

2 - Se a Assembleia Geral não puder reunir por falta de quorum, funcionará validamente uma hora depois, com qualquer número de associados

3 - A eleição dos membros dos órgãos sociais é feita por lista completa, considerando-se eleita a lista que tiver

maior número de votos

4 - As deliberações a que se reportam as alíneas e) e f) do artigo décimo quinto, só poderão ser tomadas se estiverem presentes três quartos dos Associados e por uma maioria de quatro quintos

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

1 - O Conselho Directivo é constituído por um Presidente e por dois Vogais eleitos entre os sócios efectivos

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

1 - O Conselho Directivo é o órgão de administração e representação da Associação, competindo-lhe orientar e dirigir a actividade da, tomando e fazendo executar as deliberações que se mostrem adequadas à realização do objecto social

2 - O Conselho Directivo terá os mais amplos poderes para praticar todos os actos tendentes à realização dos fins e objecto social da AEPGA, podendo designadamente, adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens móveis ou imóveis, adquirir ou alienar acções, quotas ou obrigações de quaisquer sociedades e proceder à contratação de serviços de outras entidades

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

1 - As deliberações do Conselho Directivo são tomadas por maioria, salvo se a Lei ou os Estatutos determinarem de outro modo

2 - O Conselho Directivo reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus Membros o solicitem

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

1 - Para obrigar a AEPGA são necessárias as assinaturas do Presidente e outro Membro do Conselho Directivo

2 - O Conselho Directivo pode delegar num dos seus Membros a totalidade ou parte da gestão da Associação e dentro dos limites legais, as restantes matérias definidas em Acta do Conselho

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

1 - O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais, eleitos em Assembleia Geral

ARTIGO DÉCIMO NONO

1 - O Conselho Fiscal reunirá, pelo menos, uma vez por semestre

2 - As deliberações são tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade

ARTIGO VIGÉSIMO

1 - Constituem receitas da AEPGA:

- a) As jóias, quotas e donativos de terceiros;
- b) Os rendimentos de bens ou capitais próprios;
- c) Os rendimentos provenientes de actividades desenvolvidas pela Associação

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

1 - Constituem despesas da AEPGA todas as necessárias à realização dos seus fins estatutários

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

1 - Em caso de dissolução, os bens móveis e imóveis e o património líquido da reverterão, sem ónus ou contrapartidas, para os sócios fundadores

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

1 - Os sócios que concorrem para o desprestígio da ou que, culposamente não cumpram os seus deveres estatutários ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- a) Suspensão de direitos até um ano;
- b) Exclusão da Associação

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

1 - O mandato dos Membros dos Corpos Sociais durará dois anos

2 - O ano associativo coincide com o ano civil .

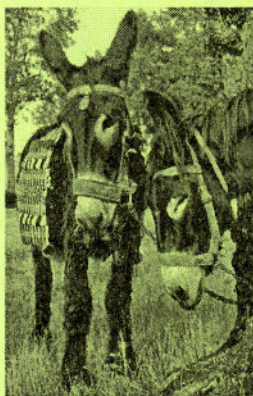


A E P G A

Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino

AEPGA **Associação para o Estudo e** **Protecção do Gado Asinino**

Para mais informação contacte: www.aepga.pt | burranco@gmail.com | 273739307 | 914093724 | 965666828



A **AEPGA** é uma associação sem fins lucrativos constituída em 2001 cujo objecto social é promoção e protecção do gado asinino, em particular a raça autóctone de Asininos de Miranda. Esta associação reúne criadores e admiradores deste gado e contribui para a criação e melhoramento de um conjunto de animais de características semelhantes que ainda sobrevive no Planalto Mirandês e que representa a população actual da primeira raça autóctone de Asininos de Portugal. Além do trabalho que tem vindo a desenvolver junto dos criadores da raça, a associação pretende também promover e divulgar actividades de carácter turístico, terapêutico e educativo.

VISITAS AOS CENTROS

Venha conhecer o Burro de Mirandal!



ASINOTERAPIA

Alternativa terapêutica que pretende proporcionar a estimulação cognitiva, física e afectiva de crianças com necessidades especiais.



PASSEIOS DE BURRO

Venha participar num dos magníficos passeios em companhia destes animais, e conhecer as paisagens e património natural e cultural desta região!

Passeios organizados ao Parque Natural do Douro Internacional, Planalto Mirandês e "Por Terras del Rei" (Algozo).

ADOPÇÃO DE UM BURRICO

Adopte um burrico contribuindo para a sua manutenção! Poderá visitá-lo no nosso centro e acompanhar o seu desenvolvimento através de informação que receberás em casa.



PLANALTO
★ ★ ★
RESIDENCIAL

MIRANDA DO DOURO

Para mais informação contacte: www.hrplanalto.pt | Tel: 273 431 362 | Fax: 273 432 780 | Rua 1º de Maio, 25 - 5210-191 Miranda do Douro



Fotos da exposição *Hardware+Software = Burros*, de Oliviero Toscani, Castelo de S. Jorge-Lisboa





Postal da Exposição no Castelo de S. Jorge-Lisboa



Fotos da exposição *Hardware+Software = Burros*, de Oliviero Toscani, Castelo de S. Jorge-Lisboa.



Foto do I Encontro de Asinoterapia (2004) organizado pela AEPGA, em catálogo do *Imaginarium* - Festival Internacional de Teatro de Rua, Santa Maria da Feira (16-19 Jun. 2005).



A E P G A

Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino
Rua da Escola Preparatória - Apartado 10
5225 - Sendim (Miranda do Douro)
Tel: 273739307 / 914093724
www.aepga.pt / burraco@gmail.com



Sendim, 22 de Agosto de 2005

Caro(a) Sócio(a) e Criador(a):

Aproveitamos esta ocasião para agradecer o seu apoio e colaboração na ajuda e preservação dos burros de Miranda. Todo o trabalho desenvolvido pela Associação nunca teria sido possível sem a disponibilidade, esforço e interesse.

Informamos V. Exa. que após inclusão dos Burros de Miranda na lista de raças autóctones em vias de extinção – medida agro-ambiental (Manutenção de Raças Autóctones) e para os criadores que incluíram o seu burro na campanha de subsídios será brevemente pago pelo Ministério da Agricultura o respectivo subsídio em conjunto com outros subsídios.

Brevemente os técnicos da AEPGA irão proceder à visita dos seus associados para o controle dos respectivos asininos e emissão de respectiva declaração para ser entregue na campanha dos subsídios de 2006. Gostaríamos de lembrar que os burros incluídos nos subsídios caso sejam vendidos ou faleçam devem ser substituídos por um burro da Raça Asinina de Miranda, de preferência já registado pela AEPGA. Deste modo os técnicos da AEPGA disponibilizam-se para o ajudar e informar qual o melhor passo que deve tomar.

A AEPGA tem recebido um número elevado de pedidos de pessoas que nos contactam querendo adquirir burricos(as), pelo que aproveitamos para pedir a V. Exa. que adira à nossa campanha de criação de burricos fazendo a cobrição da sua burra, colaborando activamente com a AEPGA na campanha de luta contra a extinção dos burros de Miranda e acreditarmos que não se perderá este notável património genético, histórico e cultural desta região, lembrando que actualmente o valor monetário dos asininos é já bastante interessante.

Vimos assim por este meio convidar Vossa Excelência a participar na **3ª Mostra de Exemplos da Raça Asinina de Miranda e Exposição de burrinhos (as) da Raça asinina de Miranda. No caso de levar o seu burro consigo será oferecido a V. Exa. o almoço, a ser realizado pela organização. Se não poder levar o seu animal convidamo-lo a comparecer igualmente na festa dos burros podendo adquirir a sua senha de almoço até ao dia 2 de Setembro, via telefónica através do número (273739307; 914093724 ou 966151131).**

Esta actividade realizar-se-á no dia 4 de Setembro de 2005, (Domingo) durante a feira do Naso. Durante o dia 4 de Setembro, o programa é o seguinte:

- 7h: Chegada dos Participantes e seus burros
- 10h: Gincana de Burros (Prémio para as melhores participações)
- 11h: Mostra e Desfile de Burros com ornamentações tradicionais

Prémios para o melhor conjunto (criador com o seu burro)

Prémios para o melhor burro com ornamentação tradicional retratando um uso do burro

no passado

12h30: Eleição dos melhores exemplares da Raça Asinina de Miranda

O júri convidado vai eleger os melhores 12 animais representantes do padrão da raça Asinina de Miranda, sendo entregue um prémio de reconhecimento pelo mesmo.

13h30: Almoço

14h30: Encontro de Gaiteiros e Música Tradicional

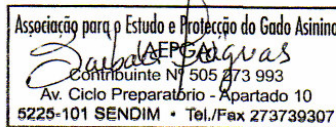
No dia 3 de Setembro, será organizado um passeio em burro desde a aldeia da Póvoa, com almoço na Nossa Senhora do Picão e final na Nossa Senhora do Naso. Pelas 21h será realizado um concerto de Música Tradicional com MAYALDE.

Com o vosso apoio, penso que poderemos evitar a extinção deste eterno e fiel companheiro do homem.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

O Secretário Técnico da
Raça Asinina de Miranda

O Presidente da Direcção
da AEPGA



O Presidente da Câmara
Municipal de Miranda do
Douro

Carta aos sócios em que, para além das informações relativas ao acesso aos subsídios, os criadores inscritos na AEPGA são convidados a participar na III Mostra da Raça Asinina, de 2005, no Naso promovida pela AEPGA com o apoio da Câmara Municipal de Miranda do Douro.



Folheto sobre as Festas do Naso (à esquerda) e convite da Câmara Municipal de Miranda do Douro e da AEPGA (assinado pelo presidente do município) para a III Mostra de Burros de Miranda no primeiro dia das Festas.

**ANEXO 6: ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE A RAÇA ASININA DE
MIRANDA E A AEPGA**

Projecto estuda burros em extinção

Douro Internacional

"A menina é dos apanhados?". Esta costuma ser a primeira reacção dos agricultores do [Parque Natural do Douro Internacional](#), sempre que são abordados por uma jovem engenheira zootécnica, que anda a "estudar os burros". Seleccionada pelo [Instituto da Conservação da Natureza](#), Luísa Samões está a realizar um trabalho inédito e invulgar sobre os burros, raça que se encontra em vias de extinção.

Em Janeiro, partiu para o terreno, tendo-se já habituado a explicar que não traz nenhuma câmara de filmar escondida e que se faz acompanhar apenas de um inquérito e da curiosidade científica, para ouvir a voz experiente de quem lidou toda a vida com a raça asinina.

"Se hoje ainda existem burros em Portugal, não é pelo que se fez cientificamente para a sua preservação, mas sim pelas características da nossa agricultura, especialmente na região transmontana", afirma Luísa Samões. Os recenseamentos de asininos, realizados de dez em dez anos, permitiram concluir que, desde 1940, o número de burros diminuiu de 9000 para 4500.

Para essa realidade, contribuiu o fenómeno da emigração e o conseqüente abandono das terras, que teve como contrapartida a permanência de uma população idosa, que ajudou a manter os exemplares ainda existentes, servindo-se deles para os pequenos trabalhos da agricultura familiar. "Mesmo utilizando máquinas para tratar das terras, as pessoas idosas vão ficando sempre com o burro", realça Luísa Samões.

Para a realização do estudo - que conta com o apoio de um professor da [Escola Superior Agrária de Bragança](#) e de uma técnica da Parque Natural do Douro Internacional - Luísa Samões escolheu uma dezena de aldeias dos concelhos de [Miranda do Douro](#), [Freixo de Espada à Cinta](#), [Mogadouro](#) e [Figueira de Castelo Rodrigo](#).

O propósito deste trabalho é reunir elementos, com vista a encontrar uma raça indígena de asininos que se distingua das outras que se julga ter existido nesta zona do nordeste transmontano. "Na zona de Miranda do Douro, existe um tipo de animal diferente, que é grande e forte, com o pescoço e peito largos, patas grossas e muito pêlo, que se adapta às características das arribas da região", afirma a investigadora.

"Desenvolver esta raça vai ser um trabalho exigente, visto que os animais existentes já não apresentam as características originais, resultado do cruzamento de diversas raças", completa. Até ao final do ano, Luísa Samões pretende seleccionar alguns animais-padrão, para começar a fase do desenvolvimento e aperfeiçoamento da raça, com vista à sua protecção - à semelhança do que acontece com a [bovina mirandesa](#) e outras raças nativas da região.

"Se conseguirmos tornar a raça protegida, os agricultores vão ter algumas contrapartidas financeiras, um contributo para aumentar o número de efectivos e inverter o processo de extinção", explica, acrescentando que "continuar a utilizar os burros na agricultura é, também, um postal turístico bonito".

Integrar os burros nos destinos turísticos do Parque Natural do Douro Internacional é a principal aposta sugerida pela autora do estudo, para quem "os animais podem enriquecer as atracções turísticas e servir de meios de transporte para as zonas de difícil acesso, onde nem os jipes conseguem chegar".

Má sorte ter nascido burro

Os burros estão à beira da extinção, apesar de não haver animal mais útil para as populações rurais. Uma engenheira zootécnica foi descobrir na área do Parque Natural do Douro Internacional um núcleo de asininos homogéneo que poderia servir de base à criação de uma raça. Seria a primeira em Portugal.

Destronado pela modernidade e pelo tractor, maltratado e desprezado pelo homem, o burro está à beira da extinção. Mas a Humanidade ainda há-de lamentar a burrice que fez. Porque esse animal peludo, orelhudo e barrigudo, que testemunhou o nascimento de Jesus Cristo e foi glosado por escritores famosos, não merece a imagem que dele se criou: espécie menor, de fraco préstimo e pouco inteligente.

Quando, no ano passado, se lançou no estudo do gado asinino no [Parque Natural do Douro Internacional](#) (PNDI), Luísa Samões, recém-licenciada em engenharia zootécnica, também julgava que o burro fosse um animal "obsoleto, sem qualquer utilidade e que o único interesse para o salvar era o seu património genético". Mas, ao fim de um ano de trabalho, teve que rever a sua opinião. "O burro é indispensável no mundo rural e tem um papel muito importante na manutenção da biodiversidade", reconhece agora.

O burro serve para tudo: transporta todo o tipo de cargas, lavra, faz girar noras, vai onde o tractor não entra, leva o homem a locais inacessíveis a outro meio de locomoção, presta companhia, cria estrume e ainda serve de atracção turística. No caso da burra, a sua utilidade é ainda maior. O leite que produz é caracterizado pelas populações do Parque Natural do Douro Internacional "como sendo de uma doçura e densidades incomparáveis, havendo quem se tenha referido a ele como o leite mais divinal que existe", diz Luísa Samões.

Durante muito tempo, o leite de burra foi utilizados pelas populações rurais como forma de alimento e também para fins medicinais. Era usado para tratar doenças de pele, otites, cólicas, anemias, estados de fraqueza e a tuberculose. Os médicos receitavam-no às mulheres incapazes de amamentar e ainda hoje os pastores o usam para criar cordeiros.

Os romanos foram os primeiros a descobrir as virtualidades do leite de burra. Popea, a mulher do imperador Nerón, tinha 500 burras só para produzirem leite, que usava depois nos seus banhos para cuidar da pele. Em França, o leite de fêmea asinina é utilizado na indústria de cosmética e na produção de leites dietéticos.

Em Itália e Espanha não exploram o leite, mas sim a carne do burro, em fresco e fumada. Já em Inglaterra, os asininos são usados na reabilitação de crianças e jovens com deficiências motoras. Em Portugal, a sua exploração é quase nula, apesar de o nosso país ser, juntamente com a Grécia, um dos principais santuários do burro na Europa.

A partir de 1979, os recenseamentos agrícolas deixaram de discriminar o efectivo asinino, pelo que não se sabe quantos burros existem em Portugal. Mas, embora tenham vindo a diminuir drasticamente nas últimas décadas, ainda haverá certamente algumas dezenas de milhares.

Por ser um animal perfeitamente adaptado a uma agricultura de montanha, de baixa produtividade e condicionada por uma orografia difícil, não surpreende que o grosso do efectivo

asinino esteja no Norte do país, em particular no Nordeste transmontano. Na área do PNDI, de acordo com o levantamento feito por Luísa Samões, havia no ano passado cerca de 1500 burros.

A debilidade económica da região tem empurrado os mais novos para a emigração e para o litoral. Só os mais velhos continuam a tratar dos campos e estes, por falta de forças, vão-se desfazendo progressivamente de algumas terras e dos bovinos, que exigem maiores cuidados. "Foram os asininos, pela sua polivalência, sobriedade e docilidade, os que melhor se adaptaram às mudanças sofridas por esta população, vendo o seu número mantido e por vezes aumentado", constata Luísa Samões. "A gente começa a não ter idade para tratar das vacas, que dão muito trabalho, e vai ficando só com os burricos, para semear e arrancar umas batatas e lavar uma hortinha e uns bocadinhos de vinha", explica José Meirinhos, de 75 anos, morador em S. Martinho, povoação do concelho de [Miranda do Douro](#).

São os mais idosos, sobretudo as mulheres, que recorrem aos burros. Nas terras de Miranda diz-se até que "o burro é as pernas dos velhos". "São classificados pelos donos como a sua bicicleta ou o seu jipe, pois nenhum outro meio de transporte lhes torna acessíveis certos locais, como é o caso das arribas do Douro, onde muitas povoações têm os seus terrenos de cultivo", sublinha Luísa Samões.

É, aliás, graças aos burros que muitos terrenos agrícolas, em particular os mais marginais e de difícil acesso, continuam a ser "fabricados". "A paisagem rural das arribas do Douro deve-se, em grande parte, a estes animais (a par dos muares), desde os tempos em que a agricultura era praticada onde houvesse "um palmo de terra" e até onde o burro conseguisse "romper", refere a zootécnica.

Apesar da crescente importância social e ecológica dos burros, o [Ministério da Agricultura](#) continua sem criar qualquer programa de melhoramento e selecção da espécie. Em Espanha há quatro raças de asininos, em França cinco e em Itália seis. Em Portugal não há nenhuma.

No seu estudo, Luísa Samões foi encontrar na área do Parque do Douro Internacional uma população asinina muito heterogénea. Mesmo assim, constatou que, na zona do [Planalto Mirandês](#), há um conjunto de burros com alguma homogeneidade. Na região, as populações referem-se a esses animais como os "burros de Miranda". São animais lanudos, corpulentos, mais altos do que os restantes, de cor castanho-escuro, com orelhas grandes e inclinadas para a frente. Têm umas formas mais grosseiras e são mais pachorrentos e dóceis. São os mais procurados para a produção de mulas (híbridos resultantes da cobrição de uma égua por um burro).

Seria precisamente esse núcleo de animais que, na opinião de Luísa Samões, "poderia servir de ponto de partida para a constituição de uma raça asinina autóctone, que seria a primeira a nível nacional". Se nada for feito para acabar com a situação de "desleixo, brutalidade e miséria" a que têm sido votados os burros, a dia da sua extinção estará cada vez mais perto, avisa.

Última actualização: 13 de Abril de 2000

Fotografia: Copyright © de [Público](#)

Autor: Pedro Garcias ([Público](#))

Responsável: [Reis Lima Quarteu](#)

Associação disposta a proteger os burros

Grupo de criadores e proprietários apresentam soluções para evitar extinção destes animais

A protecção de burros está na base da Associação para o Estudo e Protecção de Gado Asinino (AEPGA), agora criada em [Sendim](#), [Miranda do Douro](#). Trata-se de um grupo de simpatizantes, criadores e proprietários destes animais, muito acarinhados num passado recente e agora condenados à extinção se nada for feito.

A AEPGA tem por objectivo a realização de estudos, pesquisas, divulgação e promoção do gado asinino com vista ao apuramento de uma raça autóctone dentro da chamada “Terra de Miranda” em pleno [Parque Natural do Douro Internacional](#) (PNDI).

Os burros foram sempre considerados os parentes pobres dos equídeos e das raças autóctones em Portugal e agora, para associação, é urgente dar mais apoio à preservação de “um animal dócil de fácil trato”, considerado como “um todo o terreno das gentes das arribas do Douro” que, devido as suas características morfológicas, só de burro podem deslocar-se.

O animal é também utilizado como elemento de tracção, numa agricultura praticamente de subsistência naquela região e onde os produtos agrícolas, perante os índices baixos de poluição, são ainda apreciados pela sua qualidade.

Para os elementos da associação, os burros poderão ter, ainda, um papel importante na recuperação de crianças deficientes por se tratarem de animas mais calmos em relação aos cavalos, mais nervosos para esta terapia.

Leite exportado

Quanto às fêmeas, as qualidades organolépticas do seu leite, baixo em gorduras, é um bom alimento. Daí, o litro atingir valores elevados, sendo exportado nomeadamente para França afim de ser utilizado na indústria de cosmética. Nesta região da Europa começa a ser comum ter um burro como animal de estimação ou velos em jardins zoológicos devido ao perigo de desaparecimento da espécie.

A colectividade agora criada tem em mente a criação de percursos turísticos em plena área protegida do PNDI, por considerem os burros bem adaptados às condições.

Outros dos pontos defendidos é a criação de uma reserva de reprodutores que circulem pela região e que permitam o apuramento da raça autóctone, mantendo, dentro do possível, sempre as mesmas características.

De acordo com António Monteiro, biólogo e criador a classificação desta raça, será sempre uma mais valia para os proprietários. Programada está já a descida da região do Douro Internacional utilizando o burro como único meio de transporte. A ideia é chamar

a atenção das populações para criação e dos operadores turísticos para verem as suas potencialidades em termos lúdicos e de locomoção.

Última actualização: 6 de Outubro de 2001

Autor: Francisco Pinto ([Jornal de Notícias](#))

Fotografia: Copyright © de Público

Responsável: [Reis Lima Quarteu](#)

**Para afastar a espécie da extinção
Burro mirandês protegido pela União Europeia**

O burro mirandês tornou-se no primeiro animal da sua espécie em Portugal a fazer parte do grupo de raças asininas protegidas pela União Europeia (UE), uma decisão que vai ajudar os criadores portugueses a afastarem a ameaça de extinção deste animal.

Noutros países da UE já existem várias raças asininas entre as chamadas raças autóctones, reconhecidas e protegidas pelas suas especificidades. Mas o burro só conseguiu entrar para o catálogo português há um ano.

O reconhecimento resultou do trabalho iniciado há quatro anos pela engenheira zootécnica Luísa Samões, que dedicou o seu primeiro trabalho a provar a existência no Planalto Mirandês de um asinino diferente de todos os outros.

O seu trabalho, apoiado pelo Parque Natural do Douro Internacional, fundamentou o processo que culminou com o reconhecimento da raça, em Maio de 2002.

Há dois anos foi criada a Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino para desenvolver o trabalho exigido pelo estatuto de raça autóctone e que passa pela inscrição dos animais no livro genealógico e elaboração do plano de melhoramento da raça.

Este trabalho está a ser desenvolvido por um grupo de jovens, liderado pelo veterinário Miguel Nóvoa, secretário-técnico da associação. O principal objectivo é aumentar o efectivo da raça, que só será quantificado depois de feita a inscrição no livro genealógico.

Os responsáveis por este trabalho sabem, no entanto, que Miranda do Douro é um reduto do gado asinino e que mais de um terço do efectivo nacional de burros, que pouco ultrapassa os quatro mil exemplares, está concentrado nesta parte do Nordeste Transmontano.

A mecanização da agricultura e o automóvel deixaram um papel secundário ao animal outrora indispensável na lavoura, para lavrar ou puxar a carroça.

Além dos subsídios da UE, os criadores podem vir a ter outra fonte de receita, se iniciativas como os passeios de burro tiverem continuidade.

Burro mirandês reconquista lentamente a importância perdida

No Planalto Mirandês vai resistindo a única raça de burros autóctone, reconhecida há um ano. Preservá-la obriga a uma verdadeira luta contra o tempo: são já poucos os efectivos que mantêm as características puras e as fêmeas em idade reprodutora escasseiam. Os proprietários dizem que só com apoios estatais conseguirão inverter o destino deste animal lanudo e corpulento. Utilizá-lo para promover o turismo é também uma hipótese. Esta semana, haverá passeios de burro na região. *Por Celeste Pereira*

Toc, toc, toc... Hi-hó, hi-hó, hi-hó. Destronado pela modernização e mecanização da agricultura, maltratado e desprezado pelo homem, o burro está à beira da extinção, mas nas aldeias do Planalto Mirandês o zurrar deste animal parece começar a querer ouvir-se com maior intensidade. Para isso tem contribuído sobretudo o trabalho desenvolvido, desde 1999, pelo Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e pela Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), colectividade entretanto criada na região.

Foi na sequência de um estudo desenvolvido por Luísa Samões, licenciada em engenharia zootécnica, que o PNDI encontrou nesta área do Nordeste transmontano um grupo de asininos homogéneo. Em Junho de 2002, o parque conseguiu obter do Ministério da Agricultura o reconhecimento da primeira raça de burros portugueses — asininos Terras de Miranda. Só que esta corre o risco de extinção, já que o número de fêmeas em idade reprodutora é inferior a mil unidades.

Nas aldeias do Planalto Mirandês, o burro desempenha ainda um papel importante no arroteamento de pequenas parcelas de terreno e os cidadãos parecem estar cada vez mais sensíveis para a necessidade de preservação da raça autóctone em detrimento das outras raças de burros existentes.

Amadeu Gomes, de 67 anos, de Ilhaves (Miranda do Douro), tem o maior orgulho nos seus três animais. Um deles, uma burra, é um belo exemplar: tem seis anos, é alta, encorpada, pélo grande e joelhos fortes. "Não a vendia por dinheiro nenhum", assegura.

Um vizinho, Domingos Ribeiro, de 71 anos, refere-se à sua burra como "companheira" e diz que a vida sem ela "não tem sentido". "Se eu ficasse sem a jumenta ficava como num deserto, sem nada", afirma.

Ademar Preto, de 69 anos, da vizinha aldeia de Paradela, diz repetidamente que o burro foi o "animal mais útil da humanidade" e confessa "tristeza" ao ver o desprezo a que está votado nos dias de hoje. A mulher, Aurora Augusta, 61 anos, usa uma das burras mirandesas como meio de transporte. "Não preciso de carro", diz com orgulho, de cima da



Os burros da raça Terras de Miranda são pachorrentos e dóceis

Por terras de Miranda, ao som da gaita-de-foles

Descobrir terras de Miranda por aldeias, caminhos e estradas mouriscas, de burro e ao som da gaita-de-foles é a proposta que a Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino e a associação cultural Galandum Galundaina propõem para os próximos dias 30 e 31 e 1 de Agosto. O objectivo é reanimar a memória de um meio de transporte que foi outrora muito usado pelas populações, contribuindo para divulgar o burro mirandês e assim melhorar a sua imagem e importância. As inscrições podem ser feitas e o programa pode ser consultado em www.galandum.co.pt ou www.aepga.pt

Subsídios agro-ambientais

Os responsáveis da AEPGA têm uma certeza: a manutenção da raça de burros autóctone está dependente da atribuição de subsídios agro-ambientais. "Se o Ministério da Agricultura não apoiar os produtores, esta raça desaparece", assegura António Monteiro, o técnico do PNDI a quem se deve o projecto de classificação da raça e que é representante dos produtores na AEPGA (ver caixa). "Há que dar um valor económico à raça. O Estado deve pagar o serviço agro-ambiental que o burro está a fazer e valoriz-

Novas utilizações para o animal

A preservação desta espécie obriga, no entanto, a uma verdadeira luta contra o tempo. Isto porque já são poucos os efectivos que mantêm as características puras da raça e, além disso, as fêmeas existentes têm idade avançada e o aparelho reprodutor atrofiado.

Acresce ainda outro problema: a existência de um reduzidíssimo número de machos adultos que não foram capados — em 2002, quando a AEPGA iniciou o seu trabalho, só havia dois "burros inteiros" no concelho de Miranda do Douro. Para colmatar esta lacuna, AEPGA adquiriu já dois, com as características da raça e colocou-os em casa de dois agricultores, onde foram improvisados postos de cobertura. E, à semelhança do que acontecia antigamente nas aldeias com o boi do povo, os donos das fêmeas levam-nas ao burro comunitário, para cobertura.

Esta experiência parece começar a dar resultados animadores. Segundo Miguel Nóvoa, em 2004 deverão nascer uns 10 novos burrinhos em Paradela e uns seis na Póvoa. A AEPGA adquiriu ainda dez burritos que estão a ser criados nos Serviços Coudélicos do Ministério da Agricultura (Coudelaria de Alter). Daqui a três anos, os

O futuro pode passar por transformar as bestas de carga em animais de companhia. "Um burro pode ser um excelente animal de estimação para uma criança"

que tiverem as características da raça voltarão para a região para cobertura. A AEPGA, que tem sido procurada por pessoas interessadas na aquisição de burros, pretende no futuro ter uma espécie de bolsa de animais para venda.

Outro problema para a manutenção desta raça asinina tem a ver com a idade avançada dos actuais donos dos burros. Como vai ser no dia em que estes agricultores desaparecerem? A AEPGA acredita que a solução pode estar na divulgação de novas utilizações para os asininos, a começar pela sua utilização na promoção do turismo rural e de natureza. Para dar o ponto de partida, a colectividade transmontana lançou já um ser-

viço que em países como a França está muito na moda: passeios de burro pelo mundo rural (ver caixa).

Ainda com vista a mudar a imagem social do burro, sobretudo junto dos mais jovens, que ainda o olham com desprezo, a AEPGA tem dinamizado um conjunto de actividades como corridas, feiras e desfiles. Esta associação sonha transformar as bestas de carga em animais de companhia. "Um burro pode ser um excelente animal de estimação e de companhia para uma criança", sublinha Miguel Nóvoa. ■

zar a raça economicamente", sustenta.

Com vista ao reconhecimento definitivo dos burros mirandeses pela União Europeia, começou já a inscrever os efectivos que se enquadram no padrão da raça no livro genealógico e iniciou o Plano de Melhoramento Animal da Raça.

Quando sal para o terreno, Miguel Nóvoa, director técnico da AEPGA, informa os agricultores de que os apoios financeiros para a manutenção da raça autóctone poderão surgir em 2004 e esta expectativa parece estar a provocar algum entusiasmo

no relançamento da reprodução dos asininos.

Francisco Fernandes, de 75 anos, da aldeia da Póvoa, tem duas das melhores burras de Miranda do Douro e está apostado em dobrar o efectivo. "Eu nunca quis outro tipo de burros. Sempre fui amigo de dar de comer a coisa boa", sublinha. Mário Rodrigues, de 53 anos, e sua esposa, Iria de Fátima, exibem com orgulho as suas duas burras de melena ao pescoço, mania e alforjas nos costados, uma cria com quatro meses ao lado, e sonham com o dia em que poderão fazer produção de burros. ■

BURROS regressam ao Azinhoso

Feira secular foi reactivada e deverá manter-se por “mais 700 anos”

A freguesia do Azinhoso, concelho de Mogadouro, retomou uma tradição com mais de 700 anos, ao recriar a feira anual de burros.

O certame, nos seus tempos áureos, prolongava-se por três dias de verdadeira animação e caracterizava-se, essencialmente, pela mostra e comércio de gado asinino e cavalari.

Os principais compradores eram comerciantes de etnia cigana. Dada a sua natureza nómada mais facilmente conseguiram, em terras mais distantes, os ditos animais, que constituíam a sua principal fonte de rendimento.

Passaram mais de trinta anos após a última feira realizada naquela freguesia, mas a tradição foi retomada ante-

ontem, com as conversas e a memória colectiva a relebrarem como tudo decorria, com episódios mais ou menos marcados no imaginário das mais diversas gerações de pessoas da localidade. Segundo o pároco local, Virgílio Marques, a feira do Azinhoso foi morrendo, pelo que o sacerdote sentiu necessidade de mobilizar a população para retomar o certame. “No início havia uma certa descrença mas o número de pessoas que visitou a feira este ano dá-nos vontade de não a deixar morrer novamente, já que é uma certame com várias centenas de anos de tradição”, observou o pároco.

Sendo assim, o sacerdote acredita que a feira “vai continuar por mais 700 anos” já que há condições reunidas para o feito. “Este ano apareceram cerca de uma centena de burros e machos vindos das freguesias vizinhas o que constitui um bom indicador”, assevera o Virgílio Marques.

Francisco Pinto



Depois do Naso, o gado asinino marca mais um certame



O contacto repetitivo com os burros melhora o equilíbrio dos miúdos

Miranda do Douro acolhe encontro sobre terapia com burros

Público, 16/9/04

INICIATIVA INÉDITA

Especialistas vão discutir a importância destes animais no auxílio a crianças com deficiência

A cidade de Miranda do Douro acolhe nos próximos dias um encontro inédito em Portugal, em que o burro, reduzido às lides rurais durante séculos, pode assumir um novo papel social no auxílio a crianças com deficiência. Trata-se do primeiro encontro de asinoterapia para crianças com necessidades especiais em Trás-os-Montes, que junta, entre hoje e domingo, cerca de 70 técnicos e representantes de associações ligadas à deficiência.

A iniciativa é da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), criada há três anos e empenhada sobretudo em defender e preservar o burro mirandês, a única raça asinina portuguesa reconhecida e protegida pela União Europeia.

Além do seu papel tradicional na lavoura e na promoção turística, a associação está agora empenhada em conferir ao burro mirandês um novo papel social, introduzindo a nível nacional a asinoterapia. Esta alternativa terapêutica está a ser desenvolvida há algumas décadas em países como os EUA, a Inglaterra ou a França. Em Portugal, existe uma alternativa parecida, a hipoterapia, com cavalos, que se confina essencialmente ao litoral do país.

A AEPGA convidou técnicos ingleses e franceses para falarem a colegas e instituições portuguesas das suas experiências du-

rante o primeiro encontro de asinoterapia. Segundo Miguel Nóvoa, da associação mirandesa, estão confirmadas as presenças de representantes de associações de Viana do Castelo, Sabrosa (Vila Real), técnicos a título individual, do agrupamento de escolas de Miranda do Douro e do projecto "Ser Criança", de Vimioso, no distrito de Bragança, e um grupo de quatro crianças com necessidades especiais. O encontro contará também com estudantes e professores do pólo de Miranda do Douro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

"O nosso objectivo é sensibilizar para o uso do burro como recurso terapêutico em Portugal", disse Miguel Nóvoa, afirmando que, além das participações neste encontro, têm chegado à AEPGA outros contactos, mostrando interesse em saber mais acerca desta técnica alternativa. Além de conferências e "workshops", o primeiro encontro de asinoterapia tem

ainda programadas sessões práticas no centro de recria de burros, em Atenor, onde a associação já realizou algumas experiências com crianças.

De acordo com Miguel Nóvoa, estudos levados a cabo em vários países têm evidenciado os benefícios da asinoterapia no cuidado e tratamento de pessoas com problemas físicos e mentais. "Concretamente mostram que o contacto repetitivo com os burros melhora o equilíbrio, contribui para o desenvolvimento dos músculos fracos e, graças à interacção com o animal, o vocabulário é estimulado e reforça-se a auto-estima e confiança das crianças", disse.

A associação do burro mirandês está disposta a receber crianças para a terapia alternativa no seu centro de recria, onde conta com 30 animais, ou a disponibilizar animais às organizações que assim entenderem. Segundo Miguel Nóvoa, este projecto contempla também a formação de técnicos para orientarem a terapia.

A defesa do burro mirandês foi impulsionada por uma engenheira zootécnica, Luísa Samões, que num trabalho de estágio chamou a atenção para a existência de uma raça específica asinina no concelho de Miranda do Douro. Animais corpulentos e com pelagem farta são algumas características desta raça, que foi reconhecida em 2002 pela União Europeia e que a partir de 2005 deverá começar a receber incentivos financeiros para a sua protecção. A associação já contabilizou 1200 exemplares no registo zootécnico da raça e tem promovido diversas iniciativas para a sua promoção, nomeadamente passeios de burro pelo Parque Natural do Douro Internacional. ■

A iniciativa é da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), criada há três anos e empenhada sobretudo em defender e preservar o burro mirandês, a única raça asinina portuguesa reconhecida e protegida pela União Europeia

CULTURA

Etcetera
pág. 43

Michael Jackson deixa hospital e aguarda sentença do julgamento por pedofilia

Festival Imaginarius

Oliviero Toscani promove 70 burros lusos a top models

III ★ Exposição de fotografias de grande formato abre quinta edição do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira III ★ Programação associa-se à evocação dos 500 anos da Festa das Fogaceiras

■ Ana Vitória

“O meu instinto é a única coisa que sigo e ele guiou-me até aos burros”, diz o fotógrafo italiano Oliviero Toscani cuja exposição de fotografias gigantes de burros marca a quinta edição do Imaginários - Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira.

Aquele que é já considerado o maior festival de teatro de rua português tornou-se, em cinco anos, uma das imagens de marca da cidade. E assim voltará a acontecer, de 16 a 19 de Junho, data em que as ruas e os espaços públicos serão palco privilegiado de manifestações de artes de rua.

Este ano, a par da emblemática companhia catalã Fura dels Baus, que promete agitar os corpos e as mentes dos espectadores, da homenagem no âmbito dos 500 anos da Festa das Fogaceiras, e das companhias oriundas de vários pontos do globo, o Imaginarius é marcado pela inesperada exposição de Oliviero Toscani “Hardware + Software”.

O ex-director de arte da Benetton, conhecido pelas ideias arrojadas de campanhas publicitárias, confessou que, neste momento da sua carreira, precisa de burros. Para colmatar esta “necessidade”, Oliviero Toscani foi apresentado a uma associação sediada em Miranda

do Douro, que protege uma raça autóctone em vias de extinção. “Chamo-lhe o “Silicom Valley” português”, ironizou. E explicou as razões da sua opção por estas tão mal compreendidas criaturas de quatro patas. “Num mundo cada vez mais tecnológico, a única cabeça que ainda funciona é a dos burros. Reparei no olhar inteligente destes animais. Penso que todos deveríamos voltar a sentir estas sensações” confessou o artista na sua visita a Portugal.

“Hoje, todos pensam resolver os problemas do mundo através do software e do hardware. Eu acho os burros mais inteligentes que tudo isso; eles são uma combinação perfeita de água, software e pêlo macio”. Num aparente regresso à génese da sua criação, Toscani lançou uma ideia provocatória: “Quando fotografei os burros vi que tinham mais educação que muitas das pessoas que estão nesta sala, algumas das quais mascando pastilha elástica”.

O criador e a insegurança
Os burros de raça mirandesa foram tratados “como top models” –por isso, Toscani fotografou-os como tal, num fundo branco.

“A criatividade não tem nada a ver com tecnologia. É um pecado pensar-se isso. A criatividade é um estado de completa insegurança. O momento de maior insegurança é o momento de maior criatividade. Por isso, é preciso

voltar a olhar para os burros já que eles nos podem dar sinais de inteligência”.

Os 70 burros, fotografados em Abril, foram, tal como candidatos a top model, objecto de um casting e tiveram direito ao seu livro curricular.

“Quando vejo o olhar destes animais captado nas minhas fotografias não deixo de me emocionar. Parecem querer dizer-me ‘eu sei o que estás a fazer’”.

Criar um centro de teatro

As formas de dramaturgia popular (Caretos de Podence, Correfoc valenciano, tradição mediterrânea dos gigantes, etc) que raramente são privilegiadas nos festivais internacionais, estarão representadas no Imaginarius. Por outro lado, como sublinhou em conferência de imprensa o vereador do pelouro da Cultura, Amadeu Albergaria, também a vertente da formação está garantida no certame, através, nomeadamente, da produção especial do grupo La Fura dels Baus. O intercâmbio artístico irá, por outro lado, proporcionar à companhia local Persona, a participação numa residência artística com os franceses Van Magnet.

O autarca sublinhou, ainda, a importância da parceria estabelecida com o Sete Sós Sete Luas, a quem cabe a direcção artística do Imaginarius, no sentido de criar em Santa Maria da Feira aquele que será o primeiro centro de teatro de rua em Portugal.



Associações de protecção de raças autóctones em risco

ATRASOS NO PROGRAMA AGRIS

Burros de Miranda, porcos de raça bísara e ovelhas de raça churra estão entre os principais atingidos pela falta de verbas

CELESTE PEREIRA

Diversas associações ligadas ao estudo, protecção e conservação de raças autóctones correm o risco de suspender a sua actividade, devido ao grande atraso do Ministério da Agricultura em desbloquear verbas referentes a projectos aprovados no âmbito do programa Agris. Em causa está o financiamento para projectos de preservação e melhoramento genético das raças autóctones para o ano de 2005.

“Estamos numa situação muito grave. Temos compromissos para com a Segurança Social, o Ministério das Finanças, o *leasing* da viatura da associação e ordenados por pagar e arriscámo-nos a não poder continuar o nosso trabalho”, sustenta Miguel Nóvoa, responsável da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA), com sede em Miranda do Douro.

Esta colectividade, que

trabalha no âmbito da protecção da única raça de burros reconhecida em Portugal, os burros de Miranda, tem apenas três anos de existência e aguarda a entrega de cerca de 18 mil euros para projectos Agris. “É muito dinheiro para uma associação pequena. Outras associações recorreram a contas de crédito caucionadas, mas a AEPGA não tem condições para o fazer”, assevera o mesmo técnico.

O programa Agris, que se insere numa estratégia de desenvolvimento agrícola e florestal no quadro dos programas operacionais regionais, tem representado uma verdadeira dor de cabeça sobretudo para as associações mais pequenas, como são os casos das que trabalham na protecção da raça cachena, com sede em Arcos de Valdevez, dos ovinos da raça churra da Terra Quente (Mirandela) e dos suínos da raça bísara (Vinhais), entre muitos outros exemplos.

Alberto Henrique, presidente da Associação Nacional de Protecção da Raça Cachena, aponta Outubro como a data limite para receber as verbas Agris aprovadas. Se até lá nada acontecer, adianta, “encerraremos portas”. “O nosso caso é gravíssimo, porque o número de animais e agricultores é muito pequeno e não temos dimensão para aguentar uma crise

destas”, sustenta.

Para a Associação de Criadores de Ovinos de Raça Churra da Terra Quente (Ancoteg), o cenário é o mesmo: “Estamos a recorrer aos bancos, mas quando estes nos fecharem as portas, nós fechamos também”, adianta Dinis Cordeiro, presidente desta associação com sede em Mirandela.

Em Junho, a AEPGA manifestou a sua preocupação junto do Ministério da Agricultura que, em resposta, explicou que “só” em 16 desse mês foi possível à Unidade de Gestão da medida aprovar os projectos para 2005, por “dificuldades inerentes” ao próprio Agris. No mesmo ofício, com data de 11 de Julho, o novo director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Carlos Guerra, explica que o projecto da AEPGA se encontra para homologação do ministro da Agricultura.

Só que, até agora, o titular da pasta da Agricultura, Jaime Silva, ainda não homologou os projectos e, ainda ontem, em novo contacto para o ministério, Miguel Nóvoa foi informado que o governante se encontra de férias. “Antes de Setembro o projecto não é homologado e isso para nós é insustentável”, adianta Miguel Nóvoa. O PÚBLICO tentou também falar com o director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, mas tal não foi possível porque este se encontra de férias. ■

Burro mirandês desfilou entre o castelo e o Chiado

bruno castanheira

"Isto é uma manifestação contra o Governo?", perguntava uma mulher surpreendida pelo desfile de burros mirandeses e Gaiteiros e Pauliteiros de Miranda do Douro, ontem, pelas ruas da Baixa lisboeta. Depois de elucidada, seguiu caminho, sem prestar muita atenção à arruada que, durante a tarde, percorreu o trajecto entre o Castelo de S. Jorge e o Chiado.



Desfile de burros mirandeses alertou para risco de extinção

A iniciativa foi organizada pela EGEAC (empresa municipal responsável pela animação cultural da cidade) e a associação Sete Sóis Sete Luas e realizou-se no âmbito da exposição "Hardware+Software=Burros", patente no Castelo de S. Jorge até terça-feira.

Foram poucos os transeuntes que ficaram indiferentes ao desfile de burros mirandeses, deviamente trajados, e às actuações dos 22 pauliteiros e gaiteiros. Alguns foram propositadamente a Lisboa para assistir à arruada, como foi o caso do pequeno Francisco Pereira da Silva, de oito anos. Embora alérgico ao pêlo, fez questão de fotografar os animais.

Segundo Bárbara Fráguas, da associação de protecção do burro mirandês, existem 800 fêmeas desta espécie, "algumas das quais com problemas reprodutivos", o que é "manifestamente pouco" para garantir o seu futuro.

Fátima Mariano

Notícia publicada no JN de 29 de Janeiro de 2006.

Suspensão de subsídio agro-ambiental compromete burros de Miranda

Direcção Regional de Agricultura admite que é "importante" procurar solução para o problema

CELESTE PEREIRA

A recente decisão do Ministério da Agricultura de não aceitar as candidaturas ao pacote das medidas agró-ambientais (boas práticas agrícolas) realizadas pela primeira vez em 2005 pode pôr em causa a protecção e salvaguarda da única raça de burros reconhecida em Portugal. A Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA) assegura que a ameaça de extinção volta a pairar sobre os burros de Miranda.

Se a resolução for adoptada, "duvidamos que seja possível conservar a raça asinina de Miranda", sustenta Miguel Nóvoa, presidente daquela associação, que está esta semana a desenvolver um conjunto de iniciativas para lutar contra a concretização da medida governamental. Na sua opinião, a situação criará uma "grande desmotivação"

dos criadores de burros de Miranda e "comprometerá seriamente e irremediavelmente todo o trabalho desenvolvido pela AEPGA nos últimos quatro anos".

"As acções futuras da AEPGA junto dos criadores da raça, cruciais para a salvaguarda da raça asinina de Miranda, deixarão de ter aceitação por grande parte dessas pessoas", sustenta Miguel Nóvoa. Segundo este responsável, ficam comprometidas acções como a continuação do registo de animais no *Livro Genealógico da Raça*, a marcação individualizada dos animais através da inserção de circuitos electrónicos integrados, o fomento dos postos de cobrição, bem como o início do programa de reprodução por inseminação artificial.

Medidas implicam "esforço" de 70 milhões por ano
Confrontado pelo PÚBLICO, Carlos Guerra, director regional de Agricultura de Trás-os-Montes, lembrou que o Governo já reiterou a sua decisão de não aceitar mais candidaturas ao pacote das medidas agro-ambientais para este ano, preferindo pagar as ajudas já compro-

metidas para 2005 aos 100 mil agricultores envolvidos. Em comunicado, o executivo liderado por Jaime Silva explicou que tinha decidido enveredar por este caminho porque as novas candidaturas representam apenas quatro por cento dos agricultores, mas absorveriam "cerca de 70 por cento da verba do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para as medidas agro-ambientais".

Pelas contas do ministério, se estas propostas fossem aceites, "as novas medidas agro-ambientais representariam um esforço de 70 milhões de euros/ano", sendo um terço desta verba destinada a "cerca de mil agricultores" que, em média, "receberiam perto de 20 mil euros/ano". Esta situação não se aplica, no entanto, aos agricultores associados da AEPGA. No caso do apoio à manutenção e preservação da raça asinina de Miranda, o valor total em causa ascende a menos de 140 mil euros por ano (em média, o produtor recebe 174 euros por cada animal).

"Ao todo, este valor ascenderia a 700 mil euros, se se considerar os cinco anos para os quais os criadores se

comprometeram a manter os animais da raça que candidatarão ao subsídio", sublinha Miguel Nóvoa.

Durante a campanha de subsídios de 2005, a AEPGA motivou cerca de 800 pessoas (de entre um universo de 1200 criadores existentes) a aceitar e assinar com o Estado um compromisso que visa a preservação e conservação da raça, pelo período de cinco anos (2005-2010).

"Este compromisso vê-se agora completamente arrasado por uma decisão do Governo. Os criadores acreditaram, assinaram contratos e, um ano depois, o Governo quebrou inadmissivelmente o acordo assinado", lamenta Nóvoa.

"O apoio às raças autóctones é muito importante para nós", reage o director regional de Agricultura. Carlos Guerra admite que a situação em causa "não tem muito peso financeiro, mas tem um grande peso social". E, assegurando que a AEPGA ainda não havia colocado o problema à Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, adiantou que tentará, junto da tutela, estudar uma solução para o problema. ■

FALSOS POLÍCIAS ASSALTAM CARRO NA A2

O condutor de um Renault Mégane foi na madrugada de ontem surpreendido por quatro indivíduos encaçados quando saía da A2 em direcção a Vila do Conde. No momento da abordagem os assaltantes colocaram um pirilampo semelhante aos policiais numa das viaturas em que seguiam, levando o condutor do carro, que depois veio a ser roubado, a encostar de imediato.

"Os homens estavam dos encapuzados e um de armado. Obrigaram-nos a sair do carro e puseram-se em fuga", relatou fonte do comarca da GNR do Porto.

O homem, que ficou sercarro, contou depois que assaltantes, "quatro ou seis vinham em mais duas viaturas: uma que não conseguiu identificar e outra de marca Subaru. O assalto ocorreu pouco depois das 24h de terça-feira.

Nos últimos tempos, têm ocorrido abordagens semelhantes na A28, através de recurso a "pirilampas", causando a impressão de que trata de uma viatura policial. A PJ está agora a investigar este último caso. ■

Notícia publicada no jornal *Público* de 22 de Fevereiro de 2006.

ANEXO 7: MAPAS DA REGIÃO



Mapa do Concelho de Miranda do Douro, adaptado dum folheto do Município.

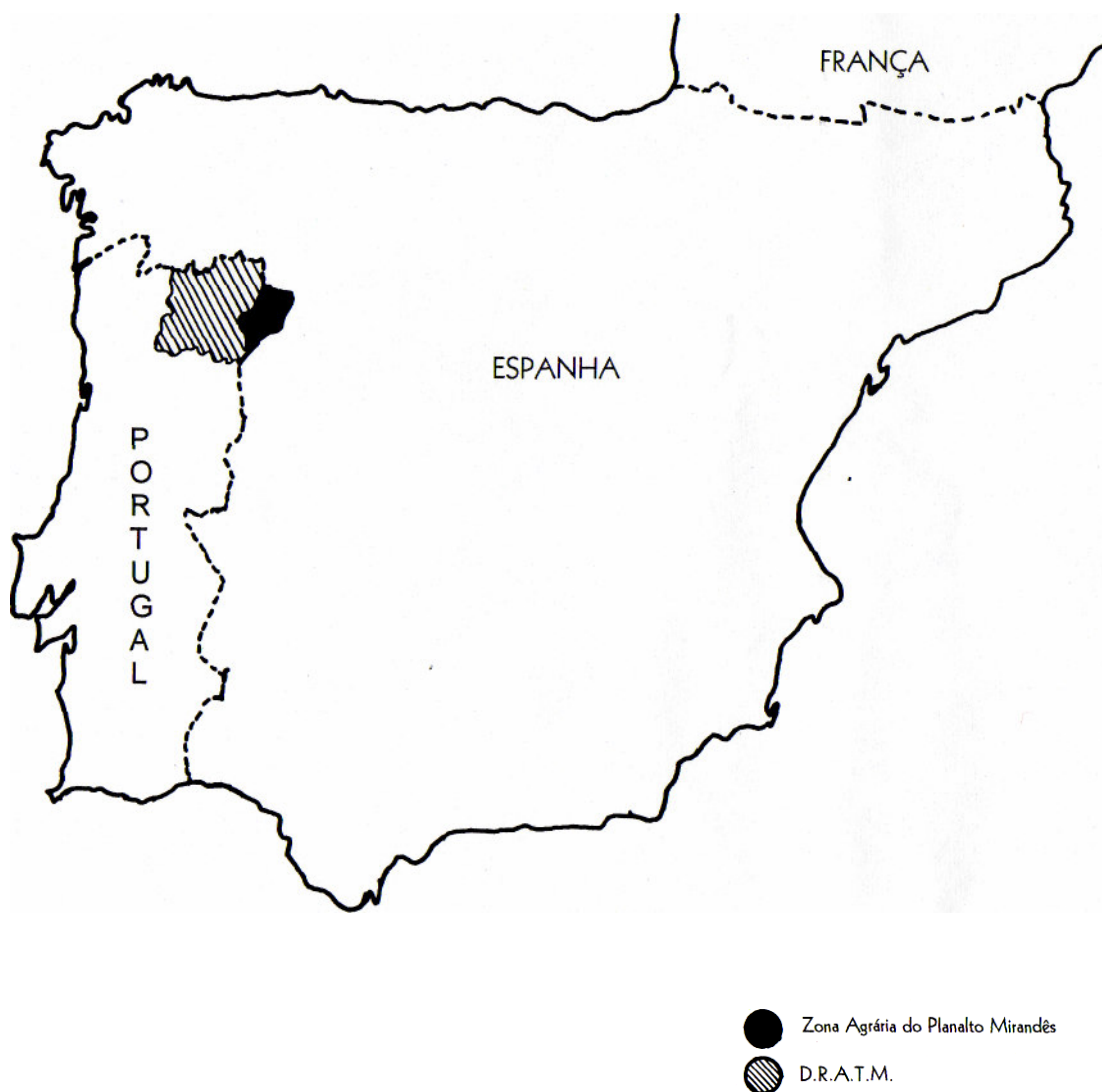


Fragmento do mapa do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), editado por Instituto da Conservação da Natureza (ICN)/PNDI, coordenação de edição de António Espinha Monteiro.



Mapa das freguesias em torno de Malhadas em que se inclui Paracela: Martins, D. M. (2004: 285), o destaque de Malhadas é do autor.

MAPA 1: Localização da Zona Agrária do Planalto Mirandês



Mapa: Amaro, Domingos (1994). *Transformações na Agricultura do Planalto Mirandês na década de 80 -O caso de Sanhoane*. Tese de mestrado em Economia e Sociologia Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

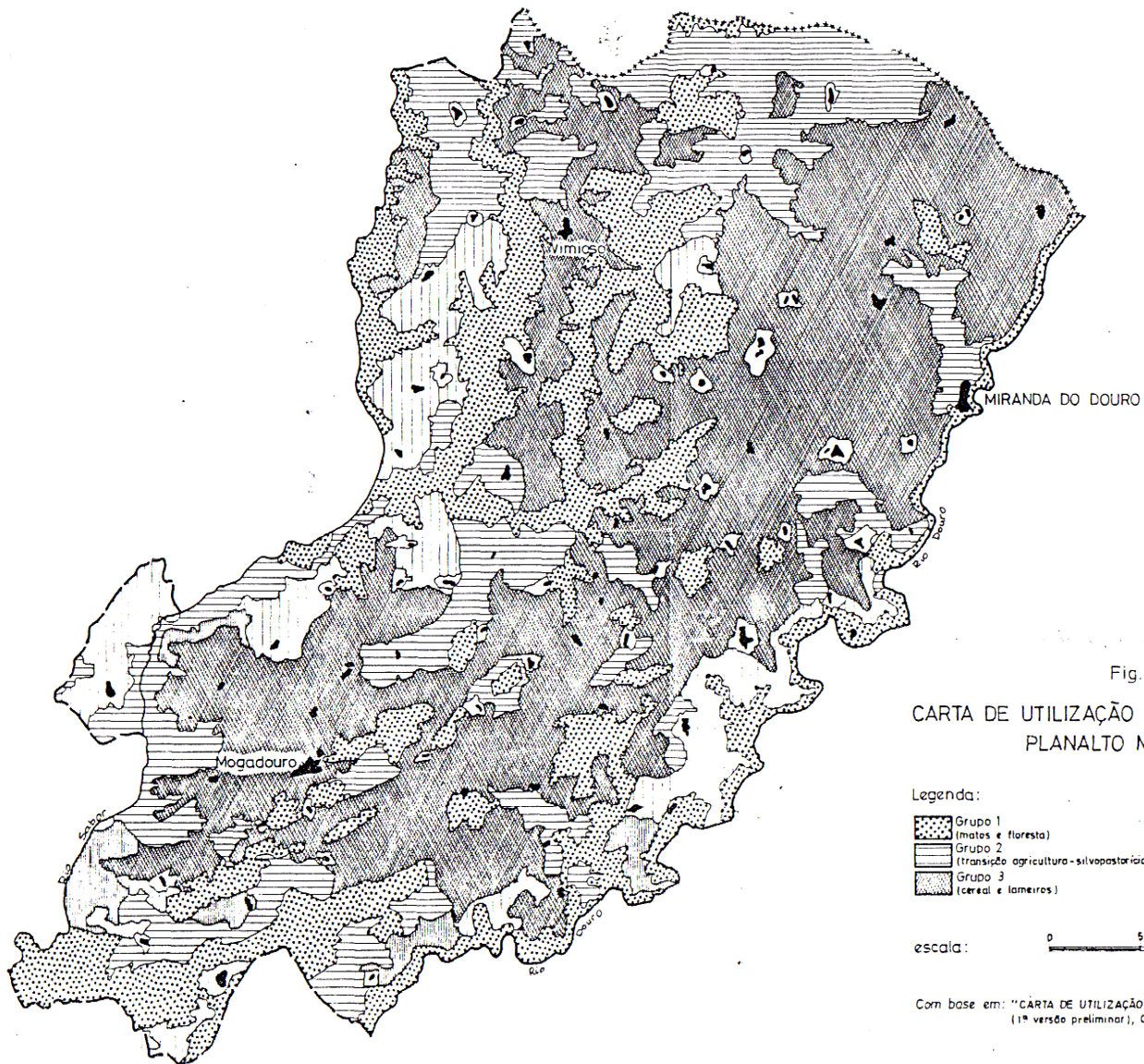


Fig. 5
 CARTA DE UTILIZAÇÃO ACTUAL DO SOLO DO
 PLANALTO MIRANDÊS

- Legenda:
- | | | | |
|--|--|--|--|
| | Grupo 1
(matos e floresta) | | Grupo 4
(cereal e plantações) |
| | Grupo 2
(transição agricultura-silvopastorícia) | | Grupo 5
(plantações) |
| | Grupo 3
(cereal e lameiros) | | Grupo 6
(culturas anuais e perenes
circundando as povoações) |

escala: 0 5 10 Km.

Com base em: "CARTA DE UTILIZAÇÃO ACTUAL DO SOLO DO NORDESTE DE PORTUGAL"
 (1ª versão preliminar), COBA, AGROCONSULTORES, UTAD, 1987

**Dados dos Recenseamentos Gerais da Agricultura, Dados comparativos
1989/1999**

Concelho de Miranda do Douro

	1989	1999
Rubrica	Nº explorações	Nº explorações
Terra arável limpa com culturas temporárias	1637	1376
Terra arável limpa com pousio (com e sem ajuda)	1483	1154
Terra arável limpa com horta familiar	1897	1621
Total de terra arável limpa	1907	1672
Culturas temporárias sob-coberto de matas e florestas	-	-
Pousio (com e sem ajuda) sob-coberto de matas e florestas	-	-
Pastagens permanentes sob-coberto de matas e florestas	-	21
Total de culturas sob-coberto de matas e florestas	-	21
Culturas permanentes sem culturas sob-coberto	1825	1634
Culturas permanentes com culturas temporárias	x	53
Culturas permanentes com pousio (com e sem ajuda)	x	-
Culturas permanentes com horta familiar	-	10
Culturas permanentes com pastagens permanentes	-	1
Total de culturas permanentes	1826	1638
Pastagens permanentes em terra limpa	1364	1240
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	1921	1717
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	381	919
Superfície agrícola não utilizada	1287	739
Outras formas de utilização das terras	1470	662
Superfície total	1921	1722
Totais:	18919	16200

ANEXO 8: Raça Asinina Zamorana Leonesa

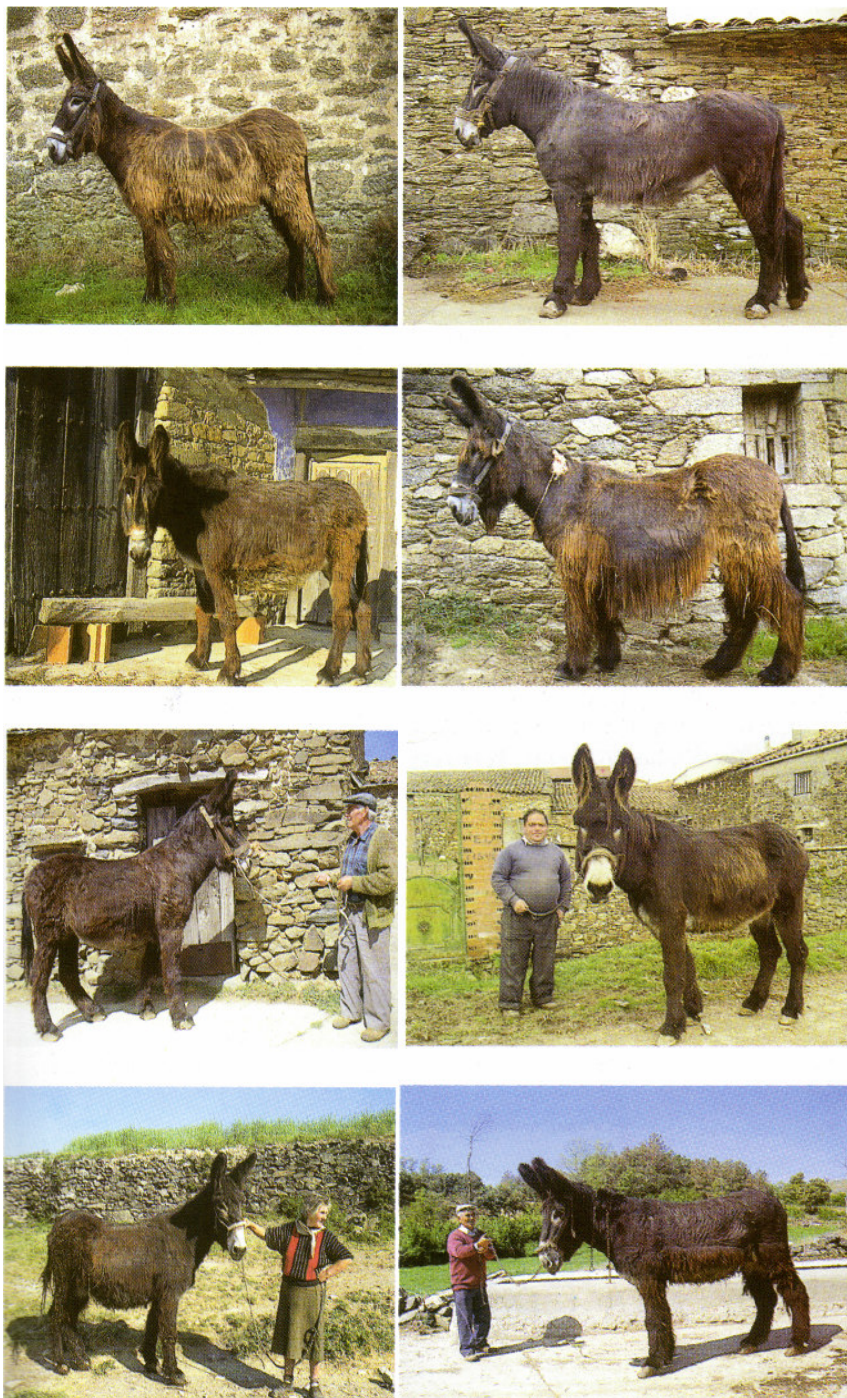


El buche

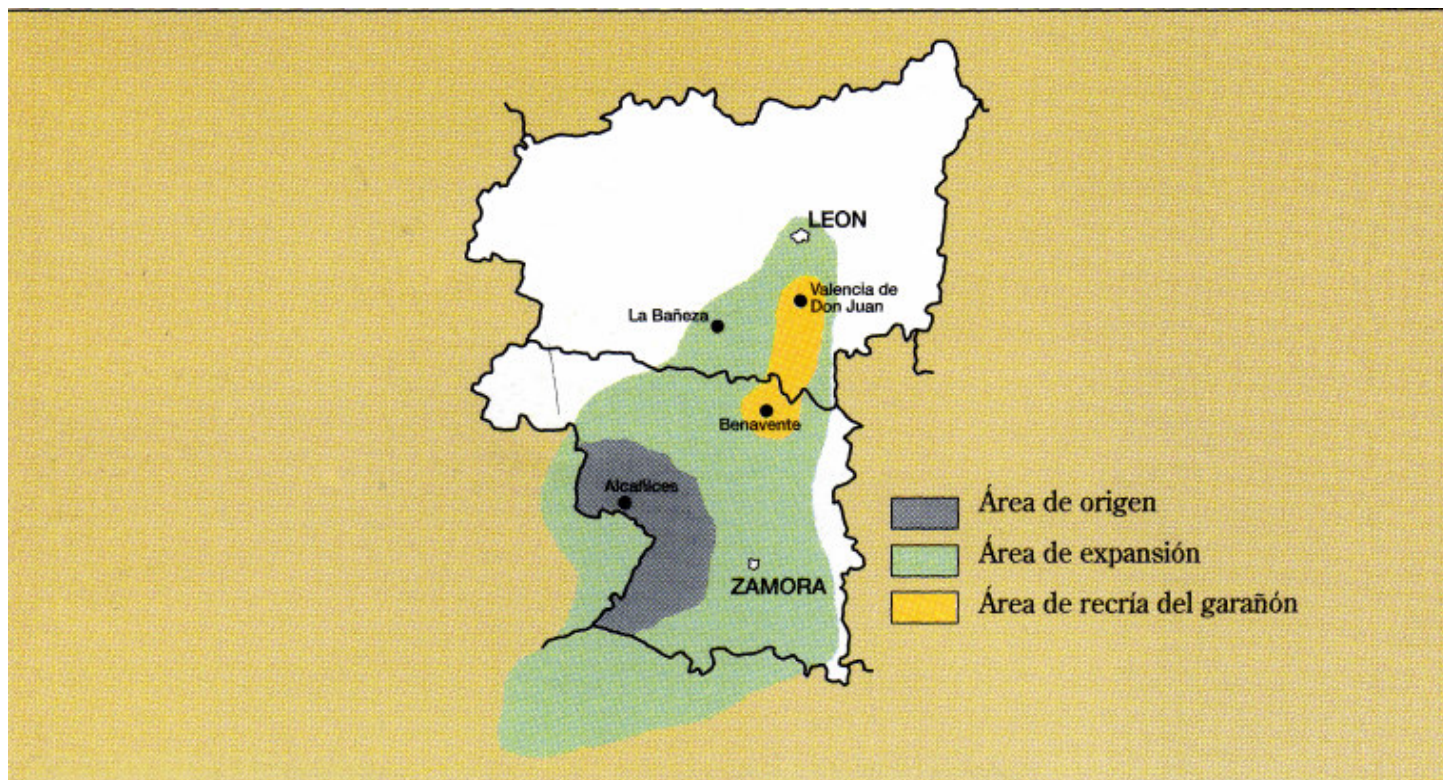
Um burrico (*buche*) zamorano leonês.

Foto em Yanes García, J.E. (1999:73). *El Asno Zamorano-Leonés, Una Gran Raza Autóctona*. DIPUTACIÓN DE ZAMORA:ZAMORA.

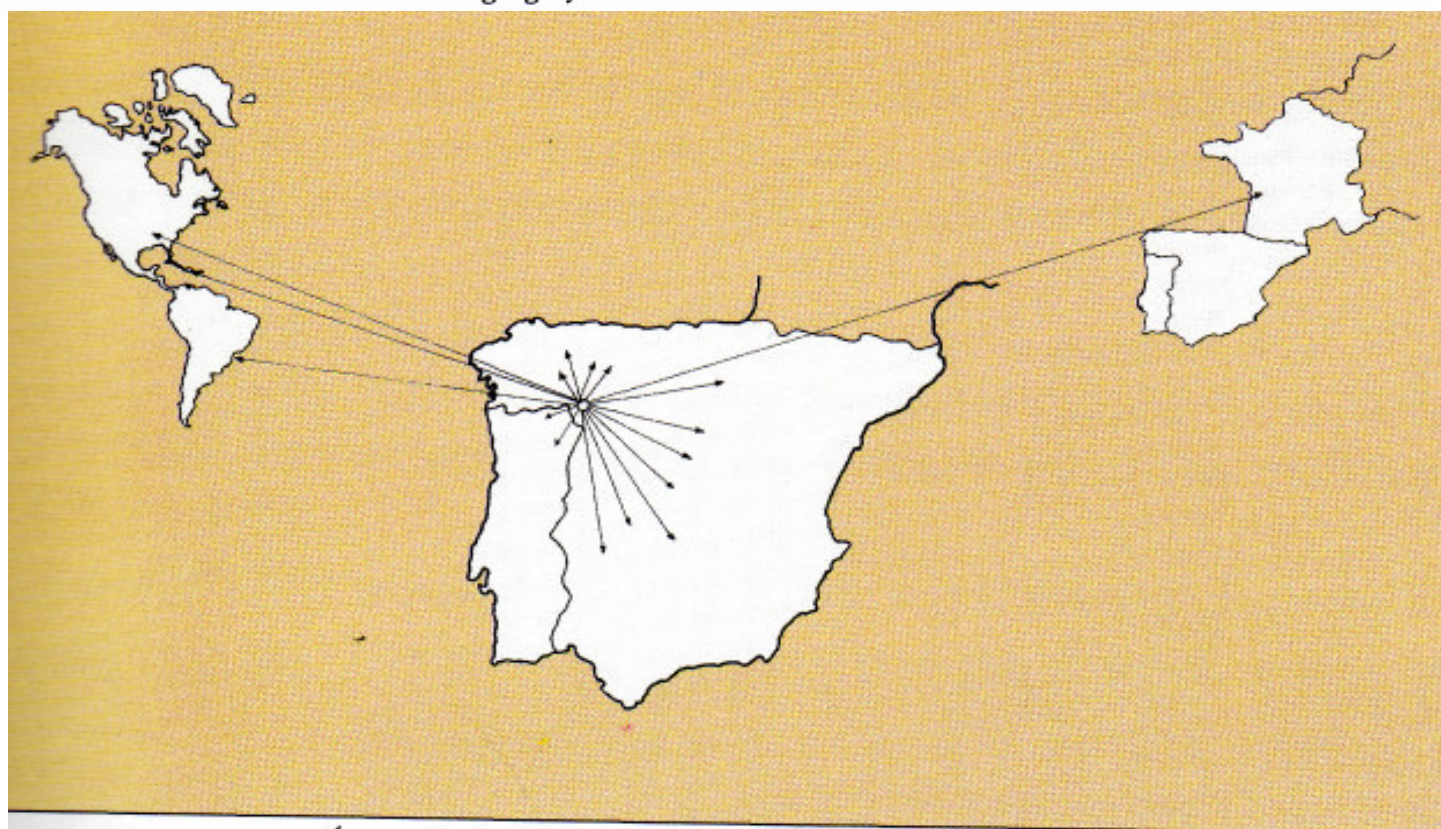
BURROS ZAMORANOS LEONESES



Fotos em Yanes García, J.E. (1999:53). *El Asno Zamorano-Leonés, Una Gran Raza Autóctona*.
DIPUTACIÓN DE ZAMORA:ZAMORA



Área geográfica de la raza zamorana-leonesa



Áreas de influencia de la raza zamorana-leonesa

Mapas em Yanes García, J.E. (1999:40 e 41). *El Asno Zamorano-Leonés, Una Gran Raza Autóctona*. Diputación de Zamora: Zamora.

ANEXO 9: FOTOGRAFIAS



Guardando os burros no pasto, em Paradela.



Lavra para arrancar as batatas na aldeia da Paradela.



Ao fim da tarde de regresso a casa com as vacas junto a uma das fontes de Paradela.



Saída da aldeia a caminho do lameiro com as vacas.



Em Paradela.



Recolhendo os burros ao final da tarde.





Burro de cobertura da AEPGA que se encontrava ao cuidado de um casal de criadores da aldeia.

Passoio L Burro i l Gueitero 2005 (cuja primeira etapa passou por Paradela)







Primeiro dia das festas da Nossa Senhora do Naso de 2005 - 4 de Setembro. A chegada ao recinto da III Mostra de Asininos de Miranda.



Feira do Naso: gincana e concurso.



Aspectos da feira de burros no Naso em cima e da feira de gado asinino, muar e equino durante a Feira dos Gorazes no Mogadouro, em baixo.



Feira do Azinhoso (2005)



Concentração de burriqueiros e Mostra de burros da raça asinina de Miranda durante as Festas da Nossa Senhora da Natividade, Feira do Azinhoso (Mogadouro).



Participantes na gincana de burros.



Albardas, cabeçadas e melena, feitas por um artesão do concelho. Parte das cabeçadas tinham sido compradas pela organização da Feira do Azinhoso para oferta aos participantes na Mostra de asininos.



Pormenores de uma albarda.



Albarda com cilha e atafal.





Cabeçada trabalhada.



Antigo ferrador de Duas Igrejas, Sr. Tomé Pires, na sua forja.





Ferraduras para cavalos, mulas e burros (a mais pequena).



Ferradura de bovino.

